

**RELATÓRIO & CONTAS**  
**2007**

**BPN**  
**Banco Português de Negócios, S.A.**

## ÍNDICE

---

<b>Órgãos Sociais</b>	<b>3</b>
<b>Estrutura Operacional</b>	<b>4</b>
<b>Indicadores Financeiros Consolidados do BPN, S.A.</b>	<b>5</b>

---

<b>1. Relatório do Conselho de Administração</b>	
Enquadramento Económico	8
Principais Acontecimentos do Grupo	15
Actividade do Grupo BPN, S.A.	
Análise e Mapas Financeiros do Banco Consolidado	17
Corporate Governance	25
Banca Comercial	27
Banca de Investimento	30
Gestão de Activos e Serviços Financeiros	33
Sector de Seguros	37
Crédito Especializado	38
A Gestão do Risco no Grupo	43
Eventos ocorridos após o fecho do exercício	46
Perspectivas para 2008	46
Proposta de Aplicação de Resultados	47

---

<b>2. Contas individuais e Contas consolidadas</b>	
Demonstrações Financeiras Individuais e Notas Explicativas	50
Demonstrações Financeiras Consolidadas e Notas Explicativas	103

---

<b>3. Certificações do BPN, S.A. (contas individuais e consolidadas)</b>	<b>162</b>
--	------------

---

BPN - Banco Português de Negócios, S.A.

---

**Mesa da Assembleia Geral**

Fernando Aguiar Branco (Presidente)  
Armando Pinto (Secretário)

---

---

**Conselho de Administração**

Abdool Magid Abdool Karim Vakil  
António Coelho Marinho  
Armando José Fonseca Pinto  
José Augusto Rodrigues de Oliveira Costa  
Teófilo Paulo Cadima Carreira  
António Manuel Alves Martins Franco

---

**Fiscal Único**

Revisor Oficial de Contas (Efectivo)  
J. Monteiro & Associados, SROC  
representada por José Manuel Carlos Monteiro  
Revisor Oficial de Contas (Suplente)  
Salvador Figueiredo Vás Lima

---

---

**Auditores**

BDO bdc & Associados SROC, Lda

---

## Estrutura Operacional



### Banca Comercial e de Investimento

- BPN - Banco Português de Negócios
- BPN Cayman
- BPN Banque
- Banco Efisa
- BPN Brasil
- BPN IFI

### Gestão de Activos

- BPN Imofundos
- BPN Gestão de Activos

### Seguros

- Real Vida Seguros

### Crédito Especializado

- BPN Crédito IFIC

## Indicadores Financeiros Consolidados do BPN, S.A.

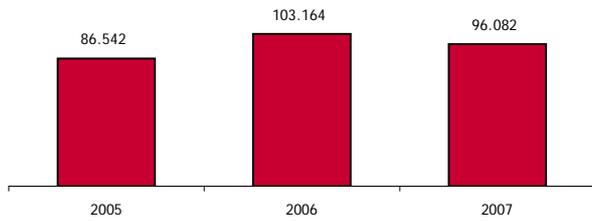
milhares € Var. %

	2007	2006	2005	07/06
<b>Demonstração dos Resultados</b>				
Margem Financeira	184.609	164.360	158.282	12,3%
Produto da Actividade	287.314	271.042	227.257	6,0%
Custos de Estrutura	190.361	168.776	149.800	12,8%
Resultados Operacionais	60.033	67.008	44.751	-10,4%
Resultados Antes de Imposto	65.526	75.686	53.841	-13,4%
Resultados Líquidos	46.986	58.937	42.773	-20,3%
EBITDA	96.082	103.164	86.542	-6,9%
<b>Balanço</b>				
Activo Líquido	7.770.125	6.980.962	5.672.756	11,3%
Situação Líquida	407.887	404.187	382.563	0,9%
Créditos sobre Clientes	5.804.990	4.965.302	4.416.577	16,9%
Gestão de Activos e Fundos de Investimento	2.266.216	2.522.073	2.470.621	-10,1%
Recursos totais de Clientes	4.809.198	4.126.333	4.020.125	16,5%
<b>Rácios</b>				
Rendibilidade média dos capitais próprios (ROAE)	13,31%	17,21%	12,38%	n.a.
Rendibilidade média do Activo (ROAA)	0,60%	0,84%	0,75%	n.a.
Cost to Income	66,26%	62,27%	65,92%	n.a.
Tier I	5,54%	6,83%	5,63%	n.a.
Rácio de Solvabilidade (BPN S.A.)	9,67%	9,83%	10,30%	n.a.
<b>Seguros</b>				
Prémios de seguro Vida	18.240	17.081	18.145	6,8%
Colaboradores da Área Seguradora	75	72	68	4,2%
<b>Número de Colaboradores</b>				
Colaboradores BPN S.A.	1.875	1.760	1.686	6,5%
<b>Número de Agências</b>				
Agências (Portugal e França)	213	205	203	3,9%

Indicadores Financeiros Consolidados do BPN, S.A.

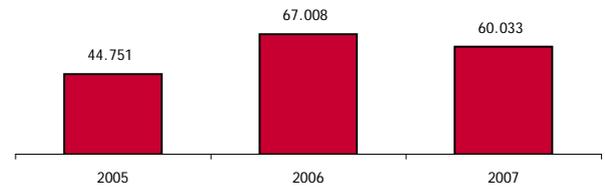
milhares €

Cash flow do exercício



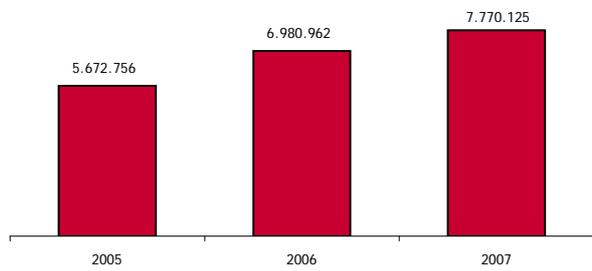
milhares €

Resultados Operacionais



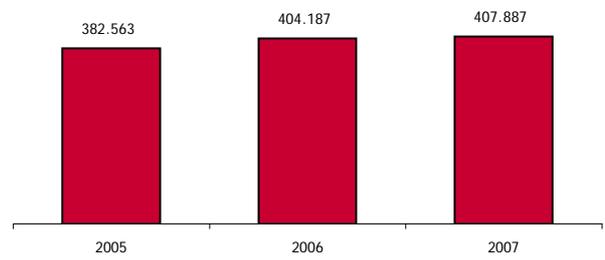
milhares €

Activo Líquido



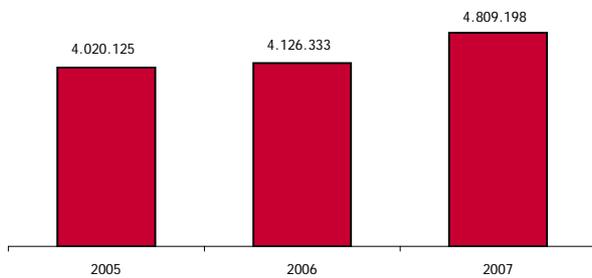
milhares €

Situação Líquida



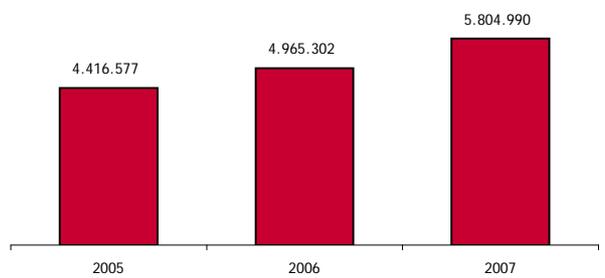
milhares €

Recursos Totais de Clientes

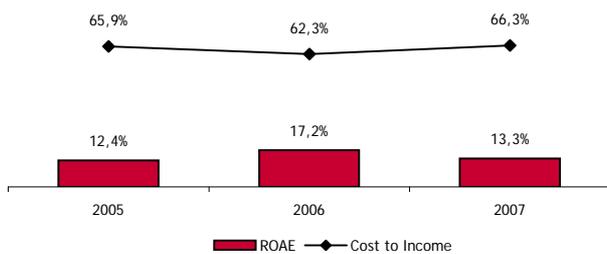


milhares €

Créditos sobre Clientes



Rendibilidade e Eficiência



1.

## **Relatório do Conselho de Administração**

# Enquadramento Económico

## A economia mundial

Durante 2007, a economia mundial cresceu a um ritmo de 4,9%, ponderada pelas paridades de poder de compra, contra 5,0% no ano anterior. Este ritmo decorreu do crescimento a uma taxa de 2,6% das economias mais desenvolvidas do Mundo (redução do valor de 3,0% no ano anterior) e uma ligeira aceleração de 7,7% para 7,8%, das economias em desenvolvimento e emergentes.

### Crescimento Económico

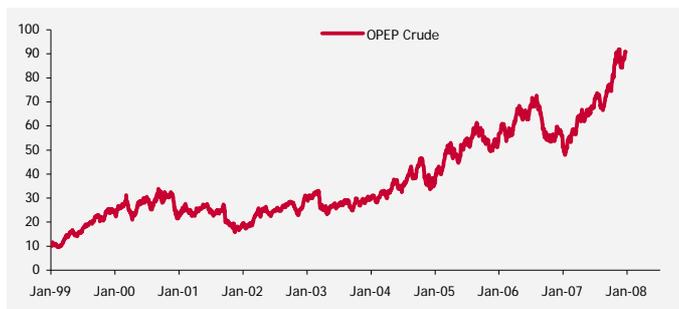
	2005	2006	Estimativas	Previsões
			2007	2008
Economia Mundial	4,4	5,0	4,9	4,1
Economia Avançadas	2,5	3,0	2,6	1,8
E. U. A.	3,1	2,9	2,2	1,5
Zona Euro	1,5	2,8	2,6	1,6
Japão	1,9	2,4	1,9	1,5
Economias Emergentes	7	7,7	7,8	6,9

Fonte: FMI

Embora nestas últimas economias, o crescimento se alargue a todo o globo (África, Médio Oriente e Ásia), o desempenho dos países asiáticos (onde pontificam a China e a Índia), continuou a surpreender pela positiva.

O crescimento na zona Euro ultrapassou o dos EUA em 2007, o que acontece pela primeira vez desde 2001. De facto, a zona Euro cresceu 2,7%, apesar da desaceleração marcada que se registou no quarto trimestre, enquanto o crescimento médio da economia norte-americana foi de apenas 2,2%.

A actividade económica durante o ano de 2007 pode ser dividida em duas partes muito distintas, de acordo com o respectivo dinamismo económico. O primeiro semestre foi ainda marcado por um crescimento forte e por pressões inflacionistas ao nível das matérias-primas (sobretudo petróleo e mercadorias agrícolas), as quais atingiram cotações máximas de sempre, desencadeando mesmo receios de escassez futura.



As preocupações de muitos bancos centrais estavam focadas na contenção da subida de inflação, por via do grande dinamismo da actividade económica. É de salientar que, o Banco Central Europeu (BCE) efectuou duas subidas da taxa directora do Eurosistema de 3,5% para 4,0%, durante o primeiro semestre e que a Reserva Federal dos EUA (FED), apesar ter parado as subidas das suas taxas directoras em 2006, também partilhava, nessa altura, as preocupações de outros bancos centrais mundiais relativamente à inflação.

Tudo se alterou no Verão de 2007 com o colapso dos mercados de crédito titularizado.

A paragem da actividade nos mercados de titularização de crédito, em virtude de uma profunda crise de confiança que se instalou entre os investidores, originou uma crise bancária que gradualmente foi afectando o crescimento económico nas diversas regiões económicas do globo, originando uma travagem brusca do crescimento no segundo semestre de 2007.

As previsões mais recentes para a economia mundial são do FMI e apontam para uma redução sensível do nível de actividade económica nas economias mais desenvolvidas. De facto, as expectativas vão agora no sentido de que a taxa de crescimento ponderada nestas economias seja de apenas 1,5% durante 2008, quando ainda em Outubro se esperava um valor de quase 2,0%, valor esse que já representava uma revisão em baixa das estimativas anteriores.

Terá chegado desta forma ao fim o padrão do crescimento mundial que se arquitectou depois da crise asiática de 1997. Nessa altura, o excesso de endividamento e investimento interno das economias asiáticas foi resolvido com base em desvalorizações das suas divisas e na

teira chegada desta forma ao nível padrão do crescimento mundial que se arquitectou depois da crise asiática de 1997. Nessa altura, o excesso de endividamento e investimento interno das economias asiáticas foi resolvido com base em desvalorizações das suas divisas e na reorientação da sua produção para o mercado interno dos EUA. Em contrapartida, este país experimentou uma expansão económica, em larga medida alicerçada no consumo dos particulares e no endividamento do sector privado.

Os desequilíbrios do sistema financeiro internacional (nomeadamente, o défice externo dos EUA e a elevada absorção da poupança excedentária a nível mundial que provoca), bem como a crescente probabilidade que esta vulnerabilidade do sistema financeiro mundial possa vir a ser corrigida de forma brusca, constituem a principal fonte de risco para a estabilidade financeira da zona Euro.

O crescimento é o “estado natural” do ciclo económico nas economias modernas. Anualmente, os agentes económicos preparam-se para a repartição dos frutos que esse crescimento económico irá proporcionar, assumindo responsabilidades para com os seus trabalhadores e accionistas, para com as empresas fornecedoras e clientes e com o sector bancário, caso tenham existido investimentos significativos.

A não ocorrência do crescimento previsto determina a adopção de um conjunto de medidas correctivas de redução da despesa e do investimento pelos agentes privados (empresas primeiro e particulares depois). É neste contexto que a actuação dos estabilizadores orçamentais automáticos assume um carácter tão importante.

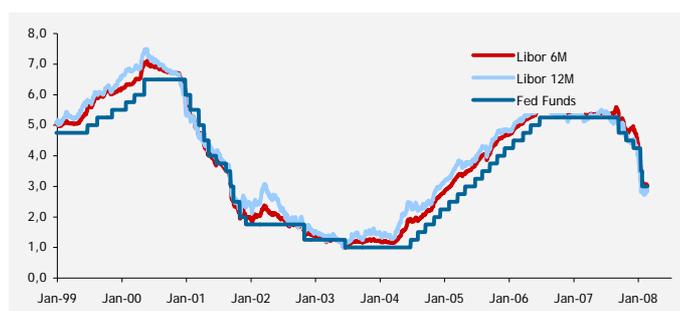
Para além destes estabilizadores, a política orçamental pode ser orientada para a implementação de estímulos fiscais discricionários pelos Governos, de forma a apoiar o rendimento e a manutenção do emprego na economia.

A actividade económica pode também ser influenciada positivamente pela condução das políticas monetárias dos Bancos Centrais, no sentido de proporcionar liquidez aos agentes económicos e de reduzir as taxas de juro.

A resposta conjunta da Administração norte-americana e da Reserva Federal à actual crise nos EUA acabou por ser muito significativa. Ambas compreenderam rapidamente que a evolução da economia podia mesmo colocar em causa a estabilidade do sistema financeiro.

Um pacote fiscal de USD 168 bn foi estruturado pela Administração e aprovado pelo Congresso em tempo recorde para um ano de eleições presidenciais. Este estímulo fiscal começará a chegar à economia dos EUA em Maio, ainda a tempo de beneficiar a actividade económica no segundo trimestre de 2008.

A Reserva Federal actuou de forma muito pró-activa através da redução das suas taxas directoras. A taxa de cedência (Fed Funds) foi reduzida em 1% durante a segunda metade de 2007 (de 5,25% para 4,25%) e de 1,25% no mês de Janeiro de 2008. A Reserva Federal também cedeu fundos aos mercados financeiros em diversas ocasiões e sob diversas formas, as quais envolveram mesmo outros bancos centrais mundiais.



Ao mesmo tempo, as agências governamentais e os bancos federais ligados ao crédito hipotecário aumentaram significativamente o seu envolvimento no refinanciamento de hipotecas e na sua titularização, as quais beneficiam de garantias, mais ou menos formais, do Tesouro do EUA.

A Administração americana promoveu também a adopção pelo sector bancário dos programas “Hope Now” e “Project Lifeline” que vão, respectivamente, suspender a subida da taxa de juro nas hipotecas de risco mais elevado por um período até cinco anos (nos mutuantes que sejam capazes suportar as actuais prestações) e promover moratórias na execução de hipotecas, de forma a estudar a possibilidade de refinanciamentos a taxa fixa, no segundo caso.

Apesar de ser cedo para tirar uma conclusão definitiva quanto à natureza do abrandamento, os dados económicos nos EUA são ainda mais compatíveis com a estagnação da economia, do que com a sua contracção (isto é, com a sua entrada em recessão), muito embora a manutenção da actual situação nos mercado de crédito rapidamente comprometeria este cenário mais optimista.

Por seu lado, o BCE apesar de não ter reduzido as suas taxas de juro em 2007, actuou de forma resoluta no mercado monetário interbancário do Euro, cedendo liquidez rapidamente e por prazos alargados em momentos de tensão, nomeadamente, na eclosão da crise

interbancário do Euro, cedendo liquidez rapidamente e por prazos alargados em momentos de tensão, nomeadamente, na eclosão da crise de liquidez no Verão e novamente em Dezembro de 2007. Nesta última situação, perante o acumular das tensões de “final de ano”, o BCE cedeu ao mercado interbancário a quantia recorde de 380 biliões de euros.

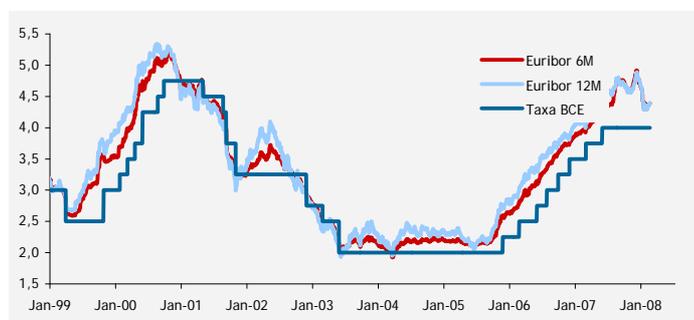
Embora não seja de prever uma resposta fiscal coordenada na zona Euro, o FMI veio incentivar os países com espaço para considerarem expansões das respectivas políticas orçamentais, com vista a minorarem os efeitos do abrandamento económico.

## Evolução Monetária e do Sistema Bancário Internacional

Regra geral, a análise da evolução dos mercados monetários das principais zonas monetárias (dólar, euro, iene e libra) resume-se ao acompanhamento da condução da política monetária dos respectivos Bancos Centrais.

As taxas de mercado monetário seguem as taxas directoras dos respectivos bancos centrais descontando os aumentos (ou reduções) de taxas que os investidores antecipam.

As taxas de juro de mercado (nos prazos até um ano) reflectem a ponderação das taxas directoras, actuais e futuras, dos bancos centrais. Tal foi a evolução das taxas da zona Euro durante o primeiro semestre com os investidores a preverem um patamar de taxas máximas pelo BCE entre os 4,5% e os 4,75%, e as taxas Euribor de 6 e 12 meses a reflectirem estes valores.



A restritividade das condições monetárias externas da zona Euro foi ainda aumentada pela acentuada valorização cambial do Euro, o qual durante o ano de 2007, se apreciou 12% contra o dólar, 5% face ao iene e 10% em relação à libra esterlina.



As condições de funcionamento dos mercados monetários interbancários alteraram-se drasticamente no Verão de 2007. Nesta altura, o modelo de originação de crédito pelo sector bancário, sua titularização e distribuição (sob a forma de “pools” de empréstimos) pelas carteiras dos investidores finais parou.

Neste modelo, aqueles que suportam o risco de crédito (os investidores finais), não estão envolvidos na avaliação da capacidade dos devedores, antes se apoiando nas análises das agências de “rating” para tal fim.

Apesar deste modelo já estar estabelecido há bastantes anos, a deterioração dos critérios de atribuição de crédito à habitação que teve lugar durante os anos de 2006 e início de 2007 (localizado no sector dos devedores de risco elevado), foi de tal magnitude que teve como consequência que o número de entradas em incumprimento, nas titularizações deste ano, fossem incompatíveis com os “ratings”

consequência que o número de entradas em incumprimento, nas titularizações deste ano, fossem incompatíveis com os ratings atribuídos pelas agências de rating.

As agências de “rating” falharam ao não reconhecerem atempadamente que os dados de “perdas históricas” não podiam ser utilizados para estimar as perdas de crédito esperadas nas titularizações mais recentes, em face da grande degradação ocorrida nos critérios de atribuição de crédito hipotecário aos devedores de risco mais elevado.

A consequência foi a perda de confiança dos investidores em quase todos os “ratings” atribuídos pelas agências e, conseqüentemente, a paragem do mecanismo responsável pela criação de metade do crédito na economia dos EUA e de uma parcela importante na zona Euro.

Esta interrupção abrupta teve repercussões significativas sobre o crescimento da própria economia, originando a pior quebra do mercado da habitação residencial dos EUA em 26 anos, a qual fica marcada pela diminuição acentuada do número de casas vendidas (novas e usadas) e por quedas, mais ou menos significativas, nos respectivos preços de venda.



Acresce que os bancos se viram confrontados com a necessidade indesejada de aumentarem os seus balanços para aí acolherem os empréstimos que não tinham conseguido titularizar e outros que se encontravam em veículos a quem tinham prestado garantias de liquidez. Ao mesmo tempo tinham maior consumo de fundos próprios por via das desvalorizações do valor de mercado dos títulos que passaram a ter em carteira.

Inicialmente restrito ao segmento “subprime” (isto é, dos devedores hipotecários de maior risco), a crise de crédito generalizou-se a partir de Outubro, com o alargamento de “spreads” e a queda das cotações de outros instrumentos de dívida, em consequência da necessidade de diminuição brusca da alavancagem existente em muitas carteiras de investimento.

É preciso recuar a 1990, para encontramos algum paralelo à actual crise do sector bancário. Apesar do impacto originado pelos sucessivos anúncios de perdas por diversos bancos e os aumentos de capital associados, a verdade é que as necessidades de recapitalização que a banca dos EUA e do Japão tinham uma dimensão que era incomparavelmente superior à actual.

Mesmo assim, e fora dos segmentos de risco mais elevado do crédito hipotecário nos EUA, os mercados de capitais parecem agora demasiado pessimistas ao anteciparem perdas excessivas nas diversas vertentes do mercado de crédito, como por exemplo nos empréstimos sindicados ligados a operações de “private equity”.

Conclusões semelhantes poderiam ser alargadas ao crédito hipotecário de melhor risco, às obrigações de bancos e às obrigações de empresas, pelo que os “write-downs” que os balanços dos bancos possam ter que registar neste tipo de títulos poderão vir a ser de natureza temporária e reversível, se entretanto não ocorrerem vendas forçadas.

## A Economia Portuguesa

A economia portuguesa registou uma evolução favorável ao acelerar o seu crescimento económico em 2007 para 1,9%. Este valor é o ritmo de expansão mais elevado da economia nacional desde 2001.

## Portugal

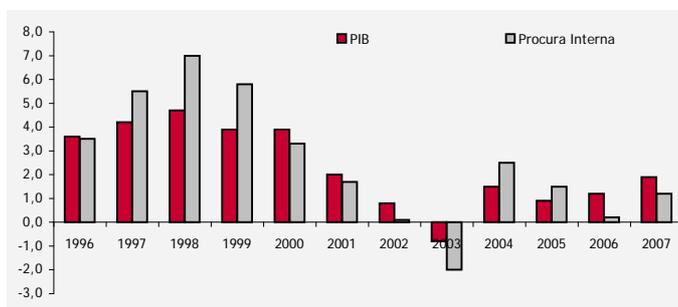
	2006	2007	Previsões	
			2008	2009
PIB	1,2	1,9	2,0	2,3
Consumo Privado	1,2	1,2	1,1	1,6
Consumo Público	-0,7	0,0	0,0	0,4
Formação Bruta de Capital Fixo	-1,8	2,6	3,3	3,1
Procura Interna	0,2	1,2	1,4	1,6
Exportações	9,1	7,0	4,9	6,0
Importações	4,3	4,1	2,9	3,7
<b>Contributo (em p.p.)</b>				
Exportações líquidas	1,0	0,6	0,5	0,5
Procura interna	0,2	1,3	1,5	1,8
Bal. Corrente + Bal. de Capital (%PIB)	-8,6	-8,2	-7,3	-6,4
Inflação (IHPC)	3,0	2,4	2,4	2,0

Fonte: Banco de Portugal (Janeiro de 2008)

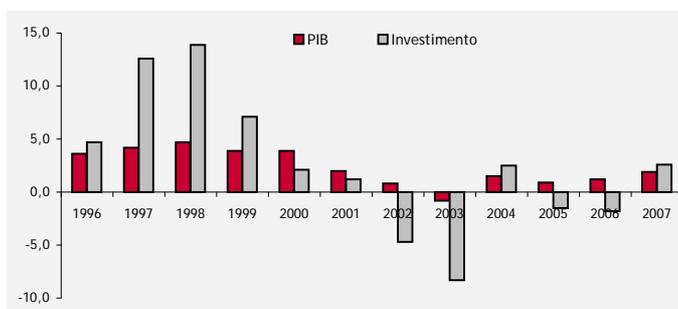
No quarto trimestre de 2007, Portugal cresceu 0,7% em cadeia (taxa anualizada 2,8% entre trimestres), mais do que a zona euro, a qual evoluiu a uma taxa mais moderada de 0,4%. Em termos anuais homólogos a expansão da economia portuguesa acelerou de 1,7% para 2,0%, do terceiro para o quarto trimestre.

O ano de 2007, foi ainda de divergência relativamente à zona Euro, a qual cresceu 2,7%. Ainda assim, a aceleração recente da actividade económica em Portugal é positiva porque foi conseguida no âmbito de uma forte consolidação orçamental que se prolonga desde 2005 e que prejudica a obtenção de ritmos de crescimento mais elevados, em virtude do forte travão que a despesa pública tem aplicado ao crescimento da procura interna.

Entre as principais componentes da procura interna é de destacar que o consumo privado cresceu a uma taxa de 1,2% (a mesma que em 2006), um valor que é inferior à taxa de expansão do PIB, em face das restrições orçamentais enfrentadas pelos agentes económicos privados. Já o consumo público teve uma variação real nula em 2007, depois de uma contracção de 0,7% em 2006.

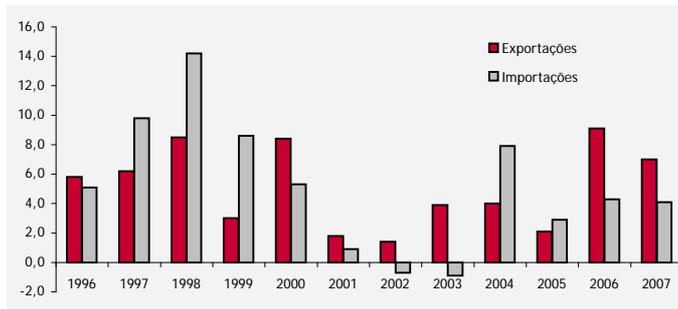


Mais importante, é o facto do investimento (medido pela FBCF) ter tido uma variação positiva de 2,6% em 2007, invertendo uma tendência negativa persistente que se registava desde o segundo semestre de 2002 e que só tinha sido interrompida em 2004.



As exportações continuaram a aumentar a um ritmo muito significativo (7% em 2007, depois de 9,1% em 2006). Esta evolução marca o fim de um período de perda de quota da produção nacional nos seus mercados externos (durante o biénio 2004/05), permitindo uma redução do défice da balança de bens e serviços.

Assim em 2007, o contributo da procura interna para o crescimento do PIB foi de 1,3% e da procura externa líquida foi de 0,6%, uma repartição mais equilibrada dos respectivos contributos do que a verificada em 2006, onde a estagnação da procura interna fez recair sobre as exportações líquidas o crescimento do PIB.



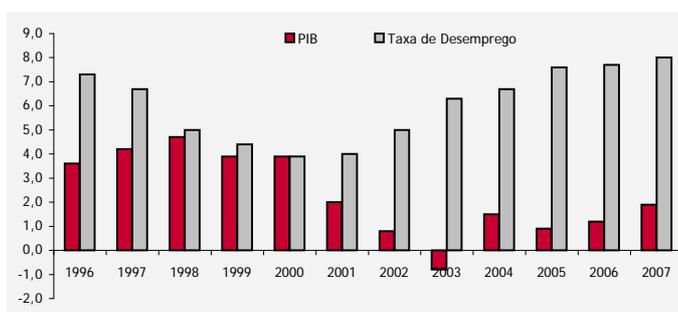
## Inflação e Desemprego

A taxa de inflação média (índice harmonizado), foi de 2,4% em 2007, moderando de um ritmo de 3,0% no ano anterior, o qual foi ainda influenciado pelo efeito de base do aumento em dois pontos percentuais da taxa do IVA, ocorrido em meados de 2005.

A inflação portuguesa deverá acompanhar a evolução da sua homóloga da zona Euro nos próximos dois anos, convergindo para 2,0% em 2009, não constituindo um elemento destabilizador da condução da política macroeconómica do país. Para tal deverá contribuir a moderação salarial resultante de uma situação ainda pouco favorável no mercado de trabalho.

Segundo os últimos dados divulgados pelo INE, o valor da taxa de desemprego atingiu os 7,8% no quarto trimestre de 2007. A taxa média anual foi de 8,0%, um acréscimo de 0,3% relativamente ao ano de 2006.

O valor mais baixo da actual série estatística que se iniciou em 1998 foi de cerca de 4% em 2000. Desde essa data, que marca também o início da divergência mais acentuada com o crescimento da zona Euro, o desemprego em Portugal tem vindo a aumentar atingindo, no final de 2007, os 448.6 mil trabalhadores.

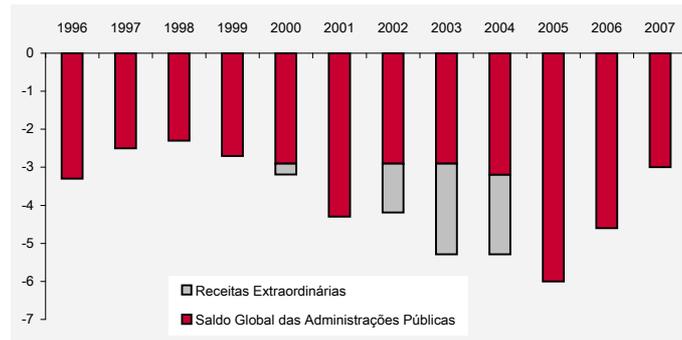


Apesar da população empregada ter aumentado cerca de 0,2%, o valor do crescimento económico dos últimos anos, consistentemente inferior a 2,0%, não tem permitido a diminuição da taxa de desemprego.

A conjugação deste factor, com a reestruturação que a economia portuguesa tem sofrido, pela integração no comércio mundial de produtores com um padrão de especialização semelhante ao nosso e com custos de produção mais reduzidos, tem ditado o actual estado do mercado de trabalho nacional, onde a taxa de desemprego ultrapassou a sua correspondente da zona Euro.

## Finanças públicas

A consolidação fiscal empreendida desde 2005 permitiu a Portugal antecipar em um ano as metas de consolidação orçamental. O défice das administrações públicas é já inferior ao valor de 3%, pelo que, em Maio de 2008, na próxima comunicação no âmbito do procedimento de correcção dos défices excessivos, o nosso país será retirado da lista de países da zona Euro que excedem este valor do défice.



Em 2007, o impacto das medidas de consolidação da receita fiscal e contributiva atingiu os 1,3% do PIB, relativamente ao ano base de 2005.

Deste valor, 0,6% são devidos a alterações da estrutura dos impostos e 0,7% ao aumento da eficiência fiscal e contributiva.

No capítulo da moderação da despesa pública é de referir a introdução do factor de sustentabilidade no cálculo das pensões; a penalização das reformas antecipadas e o congelamento das promoções automáticas de funcionários públicos.

A melhoria dos processos de planeamento e controlo orçamental e a racionalização da rede de cuidados de saúde primários, adaptando-a às vias de circulação e às novas realidades da distribuição territorial da população, ajudaram a moderar os custos orçamentais com o Sistema Nacional de Saúde.

A consolidação orçamental empreendida veio agora a revelar-se particularmente oportuna no tempo, porque permitiu reduzir o valor do défice para 3% já em 2007. Este facto, favorece a credibilização financeira externa do país, num momento de crise do sector bancário internacional e dos mercados monetários interbancários.

Para Portugal é importante prosseguir no caminho de consolidação orçamental encetada em 2005, de forma a atingir o valor de 0,5% para o défice estrutural das contas em 2010 e só quando existir folga (relativamente a este objectivo), é que se pode pensar em alterações da política fiscal.

A credibilização da economia que decorre da existência de finanças públicas equilibradas e sustentáveis é importante no actual contexto dos mercados de capitais mundiais, em face de risco sistémico existente nos mercados monetários e de capitais mundiais, o qual tem implicações importantes para Portugal, uma vez que uma parte importante do financiamento da sua economia é obtido nos mercados internacionais.

## Principais Acontecimentos do Grupo

### Janeiro

- O Banco Efisa, a ANA - Aeroportos de Portugal e Soares da Costa, juntamente com uma construtora do Kuwait (a IIG), formaram um consórcio que se qualificou no concurso para a reabilitação, expansão e operação do aeroporto internacional Rainha Alia, em Amã, capital da Jordânia;
- O BPN e a Seat Portugal organizaram um evento desportivo "Desafio SEAT by BPN", onde foi dada a oportunidade a jovens universitários para experimentarem uma competição automóvel.

### Fevereiro

- O Banco Efisa organizou um contrato para uma emissão obrigacionista no montante de 55 milhões de euros, celebrado pela Transtejo-Transportes Tejo.

### Março

- O Fundo BPN Conservador foi vencedor pela quarta vez consecutiva, ganhando o Prémio Diário Económico Standard & Poor`s na categoria Obrigações a Curto Prazo - Euro - Fundos Domésticos a 3 anos;
- O Fundo BPN Renda Mensal foi o premiado do Prémio Diário Económico Standard & Poor`s para os Melhores Fundos de Investimento nas categorias Obrigações a Curto Prazo - Euro - Fundos Domésticos a 1 ano e a 3 anos;
- O Fundo BPN Tesouraria foi o vencedor do Prémio Diário Económico Standard & Poor`s para os Melhores Fundos de Investimento nas categorias Tesouraria Euro Plus - Fundos Domésticos a 3 anos;
- O BPN assinou um protocolo de colaboração com as sociedades de garantia mútua, Norgarante, Garval e Lisgarante, tendo como objectivo possibilitar o acesso a operações de crédito a micro, pequenas e médias empresas (PME).

### Abril

- Para reforçar o seu posicionamento junto do segmento de particulares, o BPN apostou nas figuras mediáticas, Catarina Furtado e Luís Figo para darem rosto à campanha que tem como headline " Um Banco com lugar para todos".

### Maiο

- Abertura das agências do BPN em Odivelas e Bombarral;
- O BPN lançou a campanha "BPN 100% Cool", com o objectivo de promover a responsabilidade social e a segurança rodoviária entre as camadas mais jovens;
- O BPN assinou um protocolo de cooperação com a ANESPO - Associação Nacional do Ensino Profissional. Do acordo resultou a disponibilização, por parte do BPN, de até um máximo de 100 oportunidades de estágio no âmbito dos serviços centrais e da rede comercial de Agências.

### Junho

- O BPN, em parceria com a Anecra, lançou o cartão de crédito Visa BPN/ANECRA. Com este cartão os comerciantes podem apresentar aos seus clientes uma solução para o financiamento das suas compras, com a vantagem do comerciante receber a pronto. Para beneficiar destas vantagens o comerciante deve ter instalado um TPA Netpay;
- O BPN, juntamente com outras instituições financeiras, assinou um protocolo bancário com o Turismo de Portugal, visando a abertura de uma linha de crédito no valor de 120 milhões de euros, destinada a financiar projectos turísticos que se enquadrem nos objectivos do PENT (Plano Estratégico Nacional do Turismo).

## Julho

- Abertura da agência do BPN em Beja;
- O BPN é um dos fundadores da Fundação Alter Real, que herdou do Serviço Nacional Coudélico (SNC) extinto por decisão governamental, as coudelarias de Alter do Chão e Nacional, o laboratório de Genética Molecular e a Escola Portuguesa de Arte Equestre.

## Agosto

- O Banco Efisa, a KPMG II e a Deloitte viram as suas propostas ser aceites pela RAVE para o concurso público internacional que irá ditar a adjudicação da prestação de serviços de consultoria financeira do projecto português de Alta Velocidade;
- Abertura da agência do BPN em Viseu - Abraveses;

## Setembro

- O Banco Português de Negócios (BPN) prossegue a estratégia de crescimento sustentado da sua rede comercial com a abertura, no dia 21 de Setembro, de uma Agência em Peniche;
- Abertura da agência do BPN em Vale de Cambra;
- O BPN inaugura o Centro de Empresas de Santarém, uma iniciativa vocacionada para o meio empresarial, cujo objectivo é incrementar uma relação personalizada com os seus clientes;
- A BPN Imofundos lançou dois novos fundos de investimento imobiliário, o Mercapital e o Homeland.

## Outubro

- Abertura da agência do BPN em Alenquer;
- O BPN promove pelo segundo ano consecutivo o mês da Poupança, desta vez sob o conceito "Corrida à Poupança BPN", a campanha tem como objectivo incentivar os clientes a poupar com condições especiais;
- O BPN fechou um contrato sindicado de financiamento de 100 milhões de euros, o empréstimo foi liderado pelo Banco Efisa.

## Novembro

- O BPN lançou uma campanha dedicada a cartões de crédito com a qual pretendia, dar a conhecer os cartões BPN Gold e BPN Classic, que "oferecem as taxas de juro mais baixas do mercado".

## Dezembro

- Abertura das agências do BPN em Vila Franca de Xira, Santiago do Cacém e Leiria;
- A Associação da Restauração e Similares de Portugal (ARESP), homenageou o Banco Português de Negócios na categoria de Empresa;
- A BPN Imofundos lançou um novo fundo de investimento imobiliário, o Palazzo.

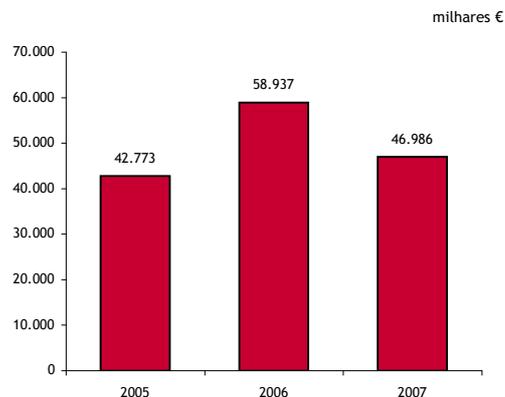
## Análise e Mapas Financeiros do Banco Consolidado

### Resultado consolidado do exercício

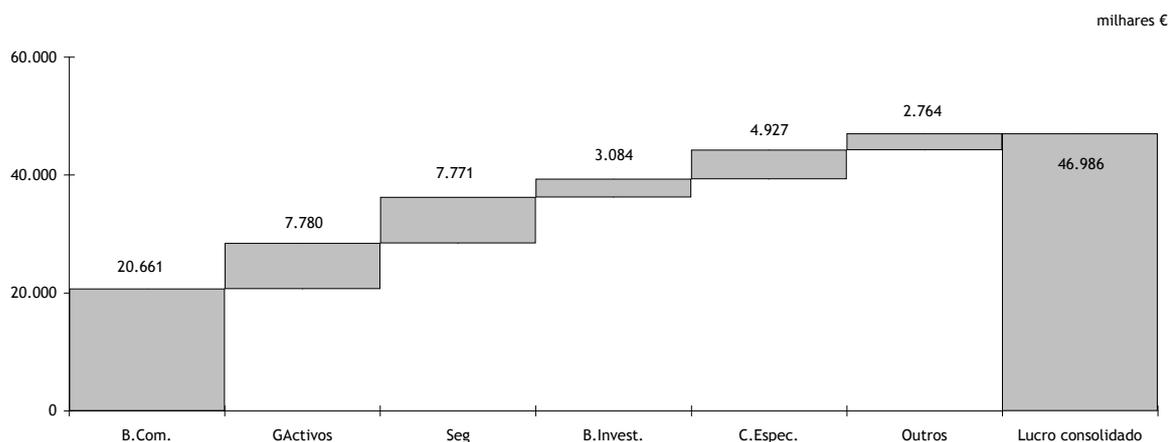
O BPN, S.A. Consolidado encerrou o exercício de 2007 com um resultado líquido consolidado de 47 milhões de euros, representando um decréscimo de cerca de 20% face ao resultado líquido registado em 2006 e um aumento de cerca de 10% face ao resultado líquido de 2005. A evolução negativa de 2006 está relacionada principalmente com as condições desfavoráveis que se verificaram nos mercados financeiros no segundo semestre do ano decorrentes da crise do crédito imobiliário de alto risco dos Estados Unidos da América (*subprime*).

Em termos comparativos, os resultados da actividade comercial propriamente dita (produto bancário antes de resultados em operações financeiras) aumentaram 10,7% como reflexo do incremento do volume de negócios na banca comercial .

### Resultado consolidado do exercício



### Contributo de cada área de negócio para o lucro líquido consolidado

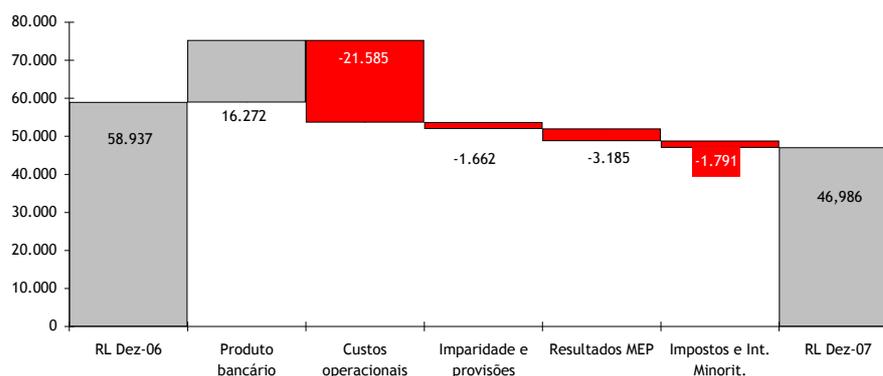


### Resultado consolidado por área de negócio

O resultado líquido consolidado do BPN, S.A. de 2007 ascendeu a 46.986 milhares de euros, tendo como principais contributos: a banca comercial /retalho com cerca de 44%, a área de gestão de activos e a área seguradora com 16,6% e 16,5%, respectivamente. A área Outros que incluiu as holdings, bem como empresas que actuam em áreas não financeiras contribuíram com 2.764 milhares de euros.

## Evolução do Resultado Consolidado do Exercício

milhares €



## Conta de Resultados Consolidados

milhares €

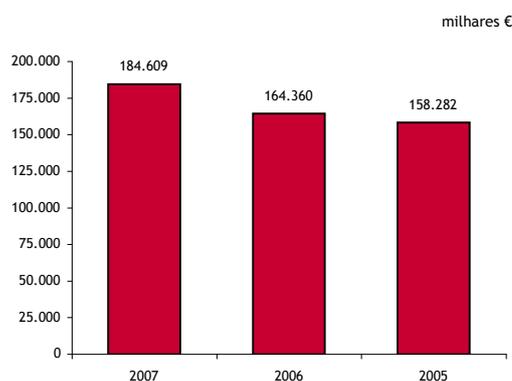
	2007	2006	2005	Δ %
<b>Margem financeira</b>	184.609	164.360	158.282	12,3%
Comissões líquidas	53.994	53.348	43.295	1,2%
Resultados em operações financeiras	14.517	24.595	12.467	-41,0%
Resultados líquido de resseguro	6.143	(8.375)	(3.670)	173,4%
Outros proveitos líquidos	28.051	37.114	16.883	-24,4%
<b>Produto da actividade</b>	<b>287.314</b>	<b>271.042</b>	<b>227.257</b>	<b>6,0%</b>
Custos operacionais	190.361	168.776	149.800	12,8%
Provisões e imparidade	(36.920)	(35.258)	(32.706)	-4,7%
Resultado de associadas	5.493	8.678	9.090	-36,7%
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>65.526</b>	<b>75.686</b>	<b>53.841</b>	<b>-13,4%</b>
Imposto	15.101	16.954	11.015	-10,9%
Interesses minoritários	3.439	(205)	53	1777,6%
<b>Resultado consolidado</b>	<b>46.986</b>	<b>58.937</b>	<b>42.773</b>	<b>-20,3%</b>

A expansão da actividade comercial processou-se a um bom ritmo resultante da dinâmica verificada na actividade creditícia, facto que resultou num aumento de 10,7% do produto bancário comercial (produto da actividade excluído dos resultados em operações financeiras).

## Margem financeira

A margem financeira cresceu em valor cerca de 12,3% relativamente a 2006, ascendendo a 185 milhões de euros, como resultado de um aumento do volume de negócios que se traduziu num crescimento de 18,7% do crédito concedido a clientes e um acréscimo de 16,5% nos recursos de clientes.

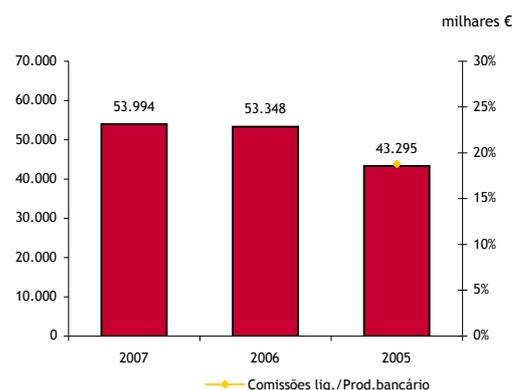
A estratégia de defesa da margem financeira permitiu manter a taxa a valores semelhantes aos de 2006, de cerca de 2,7%.



## Comissões

A prestação de serviços a clientes originou comissões na ordem dos 54 milhões de euros (valor líquido), representando um crescimento de 1,2% face a 2006, influenciado positivamente pela actividade comercial, particularmente as comissões relativas ao processamento dos cartões de débito e crédito, nos terminais POS da rede Netpay, e negativamente pelo ambiente de instabilidade e volatilidade do mercado de capitais com reflexos nas actividades de gestão de activos e banca de investimentos do Grupo.

As áreas que mais contribuíram para esta rubrica foram a banca comercial e de investimento e a gestão de activos.

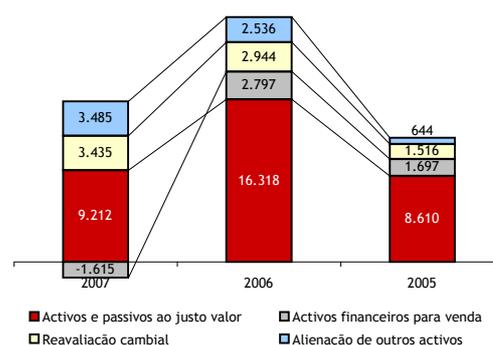


	Banca		Gestão de	Crédito			Total
	Comercial	Investimento	Activos	Especializado	Seguros	Outros	
Rendimentos de serviços e comissões	45.533	9.392	14.296	2.626	4.321	-	76.168
Encargos com serviços e comissões	18.237	693	112	85	2.756	291	22.174
Saldo	27.296	8.699	14.184	2.541	1.565	(291)	53.994

## Resultados em operações financeiras

Os resultados em operações financeiras foram de 14.517 milhares de euros, ou seja, menos 41% do que os registados em 2006 (24.595 milhares de euros). Estes resultados incluem os ganhos e perdas potenciais (mark to market) com as actividades de trading, e os resultados realizados dos activos financeiros clasificados como disponíveis para venda.

A diminuição dos resultados associados aos activos financeiros está relacionada com a crise desencadeada pelo crédito *subprime*, que implicou um alargamento dos spreads de crédito em virtude da redução dos níveis de liquidez em todo o tipo de instrumentos financeiros.



	Banca		Gestão de	Crédito			Total
	Comercial	Investimento	Activos	Especializado	Seguros	Outros	
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(2.010)	(632)	-	-	11.854	-	9.212
Res. de activos fin. disponíveis para venda	(2.924)	564	(1)	-	746	-	(1.615)
Resultados de reavaliação cambial	3.390	35	-	(14)	-	24	3.435
Resultados de alienação de outros activos	-	3.485	-	-	-	-	3.485
Saldo	(1.544)	3.452	(1)	(14)	12.600	24	14.517

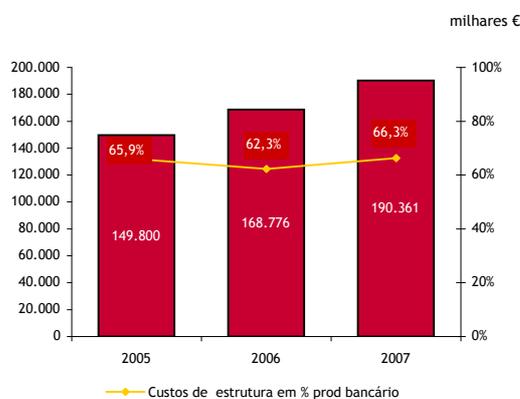
## Outros Proveitos Líquidos

Esta rubrica inclui essencialmente os proveitos e custos de natureza não recorrente ou não directamente relacionados com a actividade financeira do Grupo, nomeadamente mais e menos valias com a alienação de participações e de imobilizado, volume de negócios de empresas não financeiras, entre outros. De seguida apresenta-se um resumo dos principais contributos desta rubrica:

		milhares €
<b>Outros Proveitos Líquidos</b>		<b>2007</b>
Proveitos líquidos de subsidiárias não financeiras		6.784
Reconhec. de receita da venda certificados residuais da securitização (Chaves IV)		4.215
Venda de créditos		(1.226)
Alienação de participações financeiras		6.735
Outros		11.543
<b>Total</b>		<b>28.051</b>

## Custos de estrutura

Os custos de estrutura, que incluem os custos com pessoal, os fornecimentos e serviços de terceiros e as amortizações, registaram um acréscimo de 12,8% face a 2006. O investimento contínuo no crescimento orgânico do Grupo, consubstanciado na abertura de oito novas agências em 2007, que implicaram um aumento do número de colaboradores, dos fornecimentos e serviços externos e dos custos de funcionamento, combinado com os investimentos em marketing e publicidade justificam este acréscimo.



## Custos de estrutura

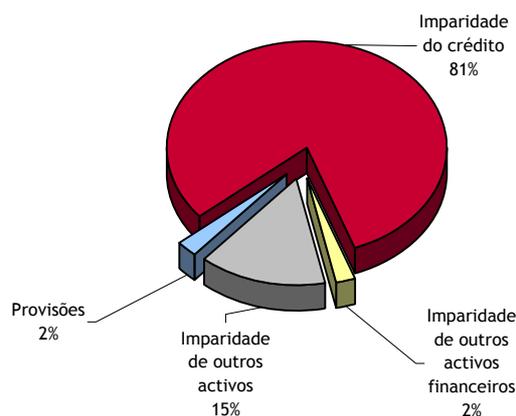
	2006		2007		Δ %
	Valor	%	Valor	%	
Custos com pessoal	81.236	48,1%	93.135	48,9%	14,6%
Gastos gerais administrativos	78.571	46,6%	85.050	44,7%	8,2%
Custos de funcionamento	159.807		178.185		11,5%
Amortizações	8.969	5,3%	12.176	6,4%	35,8%
<b>Custos de estrutura</b>	<b>168.776</b>	<b>100,0%</b>	<b>190.361</b>	<b>100,0%</b>	<b>12,8%</b>
Custos com pessoal em % prod bancário		30,0%		32,4%	
Custos de funcionamento em % prod bancário		59,0%		62,0%	
Custos de estrutura em % prod bancário		62,3%		66,3%	

## Provisões e imparidade

O reforço das provisões e imparidade em 2007 foi de 36.920 milhares de euros, sendo 81% deste valor relacionado com imparidade para crédito.

O custo líquido com a constituição de perdas por imparidade de crédito em 2007 diminuiu 8,8% face ao ano anterior. Esta redução resulta do facto de grande parte da imparidade da carteira actual de crédito ter sido reconhecida em anos anteriores. Em 2007, as perdas por imparidade (líquidas de reversões e recuperações) ascenderam a 29.768 milhares de euros, representando 0,51% do saldo da carteira de crédito, sendo que em 2006 as perdas por imparidade líquidas ascenderam a 32.625 milhares de euros de perdas por imparidade, correspondendo a 0,66% do saldo da carteira de crédito.

Em 2007, as demonstrações financeiras consolidadas do BPN, S.A. reflectem a manutenção de um nível de provisionamento adequado, tendo o rácio Perdas por Imparidade / Saldo da Carteira de Crédito evoluído de 2,76% em 2006 para 2,43% em 2007. Tal evolução é fundamentada pelo comportamento da carteira de crédito, pois o incumprimento da carteira verificou uma evolução favorável, tendo passado o rácio de crédito vencido sobre crédito total de 2,56% para 1,98%.



## Imparidade

milhares €

Valores	2007	%	2006	%	Δ %
<b>Imparidade do crédito</b>					
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-	n.a.
Crédito a clientes	29.768	82,6%	32.625	100,2%	-8,8%
	29.768		32.625		-8,8%
<b>Imparidade de outros activos</b>					
Outros activos financeiros	761	2,1%	(703)	-2,2%	n.a.
Outros activos	5.502	15,3%	641	2,0%	758,3%
	6.263		(62)		-10224,5%
	36.031	100,0%	32.563	100,0%	10,6%
<b>Indicadores</b>					
Saldo da carteira de crédito	5.804.990		4.965.302		
Imparidade constituída no exercício em % do valor da carteira	0,51%		0,66%		
Perdas por Imparidade reflectidas no balanço	140.910		137.242		
Imparidade total em % carteira	2,43%		2,76%		
Crédito vencido	115.202		126.885		
Crédito vencido / Saldo da carteira de crédito	1,98%		2,56%		

## Balanço consolidado

O BPN, S.A. Consolidado finalizou o exercício de 2007 com um Activo líquido consolidado de cerca de 7.770.125 milhares de euros, representando um crescimento de 11,3% face a 2006. A forte dinâmica comercial teve os seguintes efeitos na actividade do Grupo:

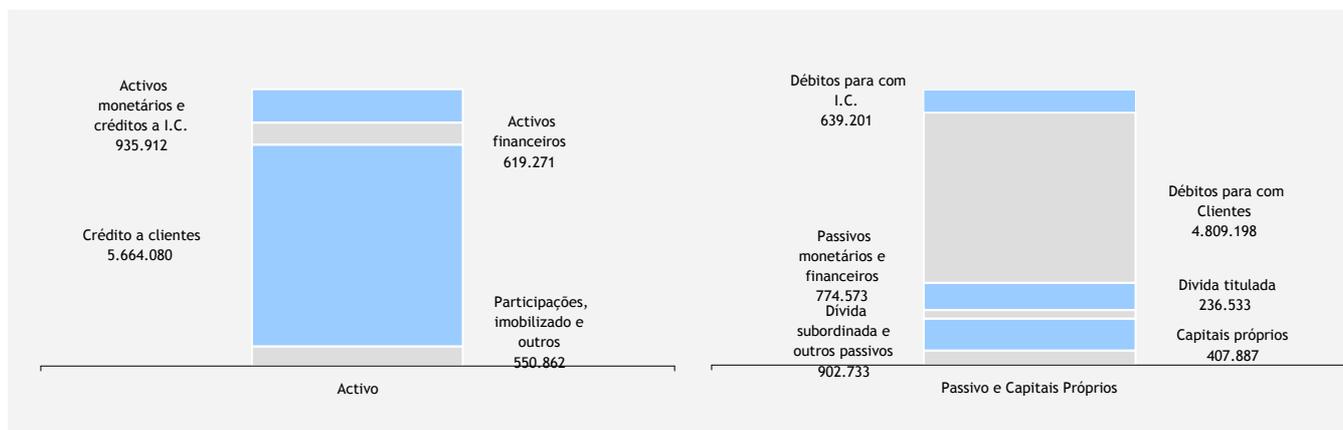
- aumento do crédito concedido a clientes (valor líquido) de 17,3%, tendo atingido os 5.664.080 milhares de euros contra os 4.828.060 milhares de euros registados em 2006;
- acréscimo dos recursos totais de clientes de 16,5% cifrando-se nos 4.809.198 milhares de euros em 2007.

### Evolução das Rúbricas de Balanço

milhares €

	2007	2006	2005	Δ %
<b>Activo</b>				
Activos monetários e créditos a I.C.	935.912	1.091.683	577.189	-14,3%
Activos financeiros	619.271	730.242	440.799	-15,2%
Crédito a clientes	5.664.080	4.828.060	4.286.401	17,3%
Participações, imobilizado e outros	550.862	330.977	368.367	66,4%
	<b>7.770.125</b>	<b>6.980.962</b>	<b>5.672.756</b>	<b>11,3%</b>
<b>Passivo e Capitais Próprios</b>				
Débitos para com I.C.	639.201	546.224	508.914	17,0%
Débitos para com Clientes	4.809.198	4.126.333	4.020.125	16,5%
Passivos monetários e financeiros	774.573	593.659	16.146	30,5%
Dívida titulada	236.533	250.835	39.543	-5,7%
Dívida subordinada e outros passivos	902.733	1.059.724	705.465	-14,8%
	<b>7.362.238</b>	<b>6.576.775</b>	<b>5.290.193</b>	<b>11,9%</b>
Capitais próprios	407.887	404.187	382.563	0,9%
	<b>7.770.125</b>	<b>6.980.962</b>	<b>5.672.756</b>	<b>11,3%</b>

### Repartição das Rúbricas de Balanço

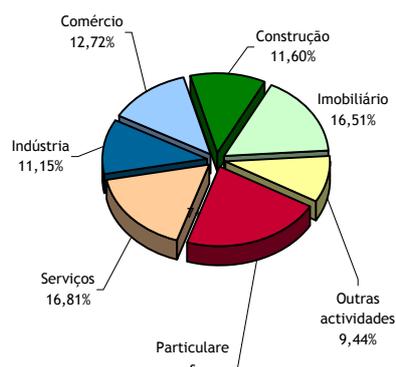


## Crédito a clientes

O crédito a clientes representa 73% do activo do BPN, S.A. Consolidado, evidenciando o peso da Banca Comercial.

Apesar da crise do *subprime* e seus reflexos na liquidez dos mercados financeiros, o equilíbrio da política de financiamento do grupo manteve-se. O segmento do crédito a empresas continua a ser preponderante, tendo apresentado uma variação positiva de 23%, beneficiando da melhoria gradual da economia portuguesa.

O crédito vencido (Imparidade) representou 2,5% do total do crédito em 2007 (2,8% em 2006).



## Crédito a clientes por segmento

	2007		2006		Δ %
	Valor	%	Valor	%	
<b>Particulares</b>	1.263.873	21,8%	1.278.403	25,7%	-1%
<i>dos quais crédito à habitação</i>	345.208	5,9%	282.571	5,7%	22%
<i>dos quais outros</i>	918.665	15,8%	995.832	20,1%	-8%
<b>Empresas</b>					
Serviços	976.057	16,8%	882.731	17,8%	10,6%
Indústria	647.039	11,1%	547.171	11,0%	18,3%
Comércio	738.203	12,7%	615.806	12,4%	19,9%
Construção	673.179	11,6%	573.862	11,6%	17,3%
Imobiliário	958.462	16,5%	811.450	16,3%	18,1%
Outras actividades	548.177	9,4%	255.879	5,2%	114,2%
	4.541.117	78,2%	3.686.899	74,3%	
Crédito bruto	5.804.990	100,0%	4.965.302	100,0%	16,9%
Imparidade	(140.910)		(137.242)		2,7%
Total	5.664.080		4.828.060		17,3%

O crédito à habitação representou em 2007 cerca de 27,3% do endividamento a particulares (345.208 milhares de euros), registando um aumento de 22% em relação a Dezembro de 2006 (282.571 milhares de euros).

## Activos Financeiros

	2007		2006		Δ %
	Valor	%	Valor	%	
<b>Activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor e disponíveis para venda</b>					
Obrigações	394.597	52,7%	519.172	60,1%	-24,0%
Acções	121.289	16,2%	61.377	7,1%	97,6%
Outros títulos	80.988	10,8%	119.656	13,9%	-32,3%
Instrumentos derivados	22.397	3,0%	30.037	3,5%	-25,4%
<b>Investimentos em Associadas</b>					
	130.082	17,4%	133.274	15,4%	-2,4%
Total	749.353	100,0%	863.516	100,0%	-13,2%

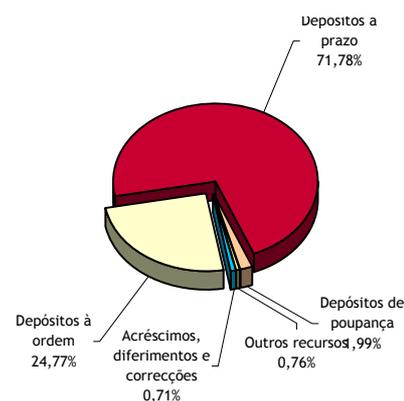
Os activos financeiros correspondem a 8% do total do Activo Consolidado, ou seja uma diminuição de 4,4% face a 2006, justificada pela política de prudência do Grupo em termos da exposição ao risco do mercado de capitais. A carteira de títulos do BPN, S.A. Consolidado é constituída maioritariamente por activos de rendimento fixo (obrigações).

## Recursos totais

O passivo consolidado atingiu os 7.362.238 milhares de euros, representando um crescimento de 11,9% relativamente a 2006, assente essencialmente no aumento dos débitos para com clientes. A captação de recursos de clientes atingiu os 4.809.198 milhares de euros, constituindo a principal fonte de financiamento do Grupo (72,8%).

O rácio de transformação de recursos de clientes deteriorou-se ligeiramente, evoluindo de 117% para 118%, em resultado de uma menor dinâmica verificada na captação de recursos face à concessão de crédito.

Apesar da instabilidade dos mercados, o BPN, S.A. concluiu com sucesso em Outubro de 2007 um empréstimo sindicado de 103 milhões de euros, no âmbito da política de diversificação dos recursos financeiros do Grupo.



## Recursos de clientes

milhares €

	2007		2006		Δ %
	Valor	%	Valor	%	
<b>Recursos de clientes de Balanço</b>					
Depósitos à ordem	1.191.218	24,8%	1.342.527	32,5%	-11,3%
Depósitos a prazo	3.451.888	71,8%	2.634.309	63,8%	31,0%
Depósitos de poupança	95.504	2,0%	93.755	2,3%	1,9%
Outros recursos	36.527	0,8%	33.578	0,8%	8,8%
Acréscimos, diferimentos e correcções	34.061	0,7%	22.164	0,5%	53,7%
	4.809.198	100,0%	4.126.333	100,0%	16,5%

## Situação líquida

Os capitais próprios atingiram os 407.887 milhares de euros, representando um acréscimo de 0,9% face a 31 de Dezembro de 2006 como consequência do resultado líquido consolidado de 2007 e do resultado consolidado de 2006 retido para autofinanciamento (acrécimo das Outras Reservas).

A rentabilidade dos capitais próprios (ROE) foi de 13% (17,1% em 2006). Os rácio de solvabilidade e o rácio *Core Tier I* do BPN, S.A., atingiram em 2007 os 9,7% e os 5,5%, respectivamente. A diminuição do rácio de solvabilidade (9,83% em 2006) decorre do aumento dos activos de risco, resultante essencialmente do incumprimento da carteira de crédito.

## Capitais próprios

milhares €

	2007		2006		Δ %
	Valor	%	Valor	%	
Capital	300.000	73,55%	300.000	74,22%	-
Prémios de emissão	6.790	1,66%	6.790	1,68%	-
Reservas de reavaliação	729	0,18%	3.713	0,92%	-
Outras reservas e resultados transitados	39.722	9,74%	28.617	7,08%	38,80%
Diferenças cambiais	1.629	0,40%	2.518	0,62%	-35,30%
Resultado líquido	46.986	11,52%	58.937	14,58%	-20,30%
Interesses minoritários	12.031	2,95%	3.612	0,89%	233,10%
	407.887	100,00%	404.187	100,00%	0,90%

## Actividade do BPN, S.A.

### Corporate Governance

#### Gabinete de *Compliance*

##### Estrutura e funcionamento do Gabinete de *Compliance* em 2007

O Conselho de Administração do BPN, S.A. é o responsável pela supervisão da gestão do risco de *Compliance* e pela divulgação das suas políticas pela Instituição e suas participadas que actuam em Portugal ou no estrangeiro.

Criado em Abril de 2006, no âmbito do BPN, SGPS, S.A., e tendo em vista a total abrangência da área financeira do BPN, S.A., o **Gabinete de *Compliance*** tem a seu cargo exercer, de forma permanente e independente, a função de gestão do risco de *Compliance*. O Gabinete, que depende directamente do Conselho de Administração da holding financeira, tem por missão supervisionar o cumprimento e a correcta aplicação nas empresas do Grupo das disposições legais, regulamentares, estatutárias e éticas, bem como das recomendações e orientações emitidas pelas entidades supervisoras competentes, assegurando também que a definição e execução das políticas no Grupo cumpram com as leis e regulamentos nacionais, comunitárias e internacionais aplicáveis.

Por outro lado e tendo em conta as normas sobre segregação de funções estabelecidas pelo Banco de Portugal, desde Outubro de 2006, que, por decisão do Conselho de Administração, passou a competir ao Gabinete de *Compliance* a implementação e execução do plano estratégico de prevenção e combate ao branqueamento de capitais, anteriormente competência da Direcção de Auditoria e Inspecção.

Em resultado desta alteração, foram revistas as normas internas sobre a Estrutura Orgânico-Funcional do Gabinete de *Compliance* e sobre a prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, bem como postas em prática as medidas organizativas necessárias e adequadas ao seu funcionamento.

Conforme previsto no Relatório e Contas de 2006, o Conselho de Administração do BPN, SGPS, S.A. aprovou o Manual Geral de *Compliance*, aplicável a todas as sociedades participadas, documento base para orientação dos Órgãos Sociais, dos Quadros superiores, e dos restantes Colaboradores em matéria de *Compliance*. O Manual foi divulgado na intranet possibilitando, assim, o acesso generalizado a todos os colaboradores.

No âmbito da actividade de detecção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, o Gabinete tem vindo a participar activamente nos testes de exequibilidade das aplicações informáticas de AML (*Anti-Money Laundering*), na administração de acções internas de formação dos colaboradores das áreas comerciais e nas reuniões mensais da Comissão de Prevenção à Fraude e do Branqueamento de Capitais. O Gabinete está igualmente representado no Comité de Risco Operacional, Órgão que tem por missão apoiar o Conselho de Administração na definição e supervisão da estratégia, políticas e gestão do Risco Operacional do Grupo.

Com vista ao estabelecimento de orientações e avaliação do estado de implantação do espírito/cultura de *Compliance* no Grupo, foram instituídas reuniões trimestrais do Gabinete com a presença de todos os *Compliance Officers* do Grupo nomeados.

Em 2007 foram realizadas 16 reuniões nos meses de Junho, Setembro e Dezembro nas quais foram debatidos diversos assuntos, previamente agendados, com especial relevância para as questões relacionadas com o exercício da função e gestão do risco de *Compliance*.

Tendo em vista a criação de um canal privilegiado de interacção do Gabinete de *Compliance* com a estrutura do Grupo, desencadeou-se um processo de criação de uma “página” própria na intranet que se prevê estar operativa durante o primeiro trimestre de 2008.

Para o ano de 2008 o Gabinete de *Compliance* propõe-se cumprir um conjunto de iniciativas, das quais se salientam:

1. Colaborar activamente na implementação do Modelo de Avaliação de Riscos (MAR) e da Estratégia de Sustentabilidade no Grupo;
2. Adoptar um sistema integrado de acompanhamento (registo) e avaliação da adequação e eficácia das medidas e procedimentos seguidos para detectar qualquer risco de incumprimento, bem como das medidas tomadas para corrigir deficiências e que possibilite a prestação imediata ao Conselho de Administração de informação sobre quaisquer violações de obrigações legais, de regras de conduta ou quaisquer outras que possam causar danos ao Grupo;
3. Promover uma divulgação institucional do Gabinete utilizando a intranet e outras linhas de comunicação, bem como a realização de iniciativas/eventos que favoreçam a implantação generalizada da cultura de *Compliance*;

4. Efectuar um conjunto de reuniões sectoriais para identificação e avaliação dos riscos de *Compliance* a que estão sujeitos os

4. Efectuar um conjunto de reuniões sectoriais para identificação e avaliação dos riscos de *Compliance* a que estão sujeitos os respectivos serviços e as medidas de controlo instituídas;
5. Impulsionar acções de formação e sensibilização em matérias de *Compliance* dirigidas a um leque alargado de colaboradores do Grupo;
6. Rever os Códigos de conduta vigentes no Grupo;
7. Elaborar e submeter à apreciação do Conselho de Administração o relatório anual da função e do risco de *Compliance* para integrar o relatório de controlo interno;
8. Produzir e apresentar relatórios semestrais ao Conselho de Administração e ao Órgão de Fiscalização, identificando os eventuais incumprimentos de obrigações legais e de normas internas verificados, as medidas adoptadas para corrigir eventuais deficiências que os determinaram, bem como reportar sobre a actividade desenvolvida pelo Gabinete.

## **Gabinete de Provedoria do Cliente**

No decorrer do ano de 2007, prosseguiu a actividade do Gabinete de Provedoria do Cliente, criado em 2005, com vista ao atendimento e esclarecimento das reclamações apresentadas pelos clientes.

Registando uma redução significativa em 2007, as reclamações continuaram a abranger grande variedade de questões e de graus de importância, 90% das quais foram esclarecidas e resolvidas, o que revela o grande empenhamento posto no esclarecimento das insatisfações dos clientes, por forma a melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo BPN.

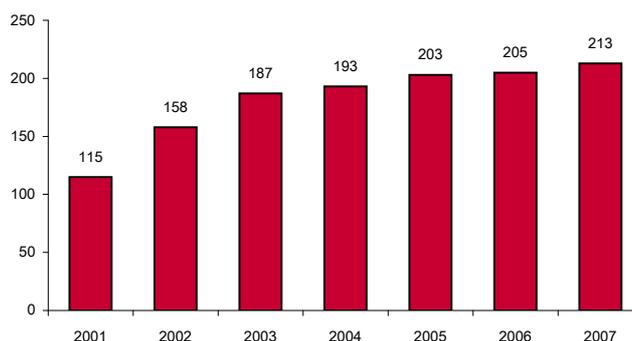
## Banca Comercial

### Banco Português de Negócios

Em 2006 o BPN sofreu uma alteração profunda na sua estrutura comercial, apostando claramente na especialização das duas redes: a) Rede de Agências orientada para o segmento de particulares, pequenas e médias empresas e b) a Rede de Empresas vocacionada para clientes com volume de negócios superiores a 10.000 milhares de euros. Durante o exercício de 2007 assistiu-se ao processo de consolidação da segmentação.

O BPN deu continuidade à expansão da sua rede comercial com a abertura de 10 novas Agências. A política de abertura privilegiou as zonas urbanas, com destaque para a Grande Lisboa, onde a sua presença deve ser reforçada e onde esperamos abrir mais 6 novas agências em 2008. Os clientes, em 2007, tinham ao seu dispor 213 agências, 4 das quais em França e 13 Centros de Empresa.

Evolução do número de Agências



Para além da Rede de Agências, os clientes BPN podem também beneficiar dos serviços prestados pelos canais automáticos netBanking e phoneBanking, cuja adesão face ao ano anterior foi na ordem dos 31%, com uma taxa de penetração de 16%.

Foram realizadas, através dos canais automáticos, 6.290.560 transacções no valor de 269.936 milhares de euros, das quais 50,4% realizadas por Clientes Particulares e 49,6% por Clientes Empresa.

A Rede de Empresas, durante o ano de 2007, foi determinante para o crescimento da rubrica de crédito a clientes com notações de baixo risco, fruto da estratégia definida e que foi possível devido à operação de titularização de crédito, que permitiu ao banco financiar-se em condições ímpares, tornando-o mais competitivo no mercado.

O aumento da base de clientes é um dos principais objectivos estratégicos do Banco. A força de vendas e as campanhas de Marketing têm vindo a ser fortemente dinamizadas no sentido da captação de novos clientes e o resultado traduziu-se em mais de 35.000 novos clientes em 2007, o que representa um crescimento de 17% face ao ano anterior. Atingimos 204.000 clientes vivos.

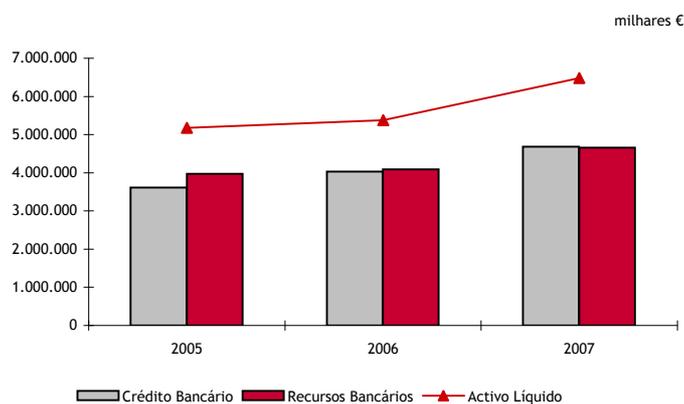
A Rede de Promotores Assurfinance conta já com 620 promotores. Esta rede complementar às redes tradicionais afigura-se como uma alternativa em crescendo e estratégica no futuro crescimento do negócio bancário, em 2007 foi responsável pela captação de 1.794 novos clientes e um volume de negócios na ordem dos 205.332.954 euros, o que representa um crescimento de 24% face ao ano anterior. O seu contributo no crédito habitação atingiu o valor de 19 milhões de euros e representa um crescimento de 121%, face a 2006.

Em 2007 o BPN deu continuidade à sua política de captação de crédito à habitação, tendo o valor em carteira crescido 40% e o número de contratos 43%.

A função de acquiring do BPN foi reforçada durante o ano de 2007, com um crescimento na ordem dos 61% no nº de equipamentos colocados, tendo chegado ao final do ano com 22.650 TPA's instalados. Foram efectuadas 23.795.347 transacções no valor de 1.165.231 milhares de euros.

Para a boa performance da Rede Netpay também contribuiu de forma decisiva o Departamento de Dinamização Comercial criado no início de 2007, constituído por uma equipa com 16 colaboradores, sendo responsável pela colocação de 1.510 terminais e pela captação de 903 novos clientes. O objectivo desta equipa comercial especializada na comercialização dos produtos considerados estratégicos visa os clientes potenciais e apresenta-se como uma força de vendas direccionada para conquistar quota de mercado tanto no Netpay, como na abertura de novas contas, cartões de débito e crédito e no futuro poderá ser alargada à comercialização de outros produtos.

## Evolução da Actividade (\*)



(\*) Inclui a actividade do BPN, S.A., Cayman, Cabo-Verde, Paris e SFE da Madeira

No âmbito dos cartões de crédito o BPN lançou no decorrer do ano os seus novos cartões Classic e Gold com chip e utilização obrigatória de PIN aumentando assim o nível de segurança na utilização deste meio de pagamento. Em Outubro de 2007 foi lançado o cartão de crédito BPN PLATINUM, um cartão exclusivo com elevado limite de crédito e um abrangente pacote de seguros.

De Janeiro a Outubro de 2007, decorreu o Projecto 'Cultura Comercial BPN', dirigido a toda a estrutura da Rede de Agências. Ajudar a promover a mudança e investir nas pessoas foi uma decisão da administração comercial que se impunha face à reestruturação ocorrida na área comercial, através da realização de um intenso programa formativo que consolidasse no terreno, a estratégia orientadora de uma nova forma de estar e actuar no negócio.

A adopção de uma cultura coerente na rede comercial do Grupo, foi mais um passo no sentido de melhoramento dos procedimentos e fortalecimento da identidade do BPN junto dos seus Clientes.

Esta formação contou com a presença de mais de 1.100 Colaboradores, de Norte a Sul do País, tendo sido dirigido, quer às chefias quer aos restantes colaboradores da área comercial.

Ao final de quase 12 meses, podemos concluir que o Projecto Cultura Comercial BPN teve um impacto marcadamente positivo, quer a nível das Direcções, quer das equipas, nomeadamente, em mudanças de comportamento na forma como se lideram as equipas, através de um melhor planeamento; feedback mais positivo; acompanhamento mais frequente e estruturado.

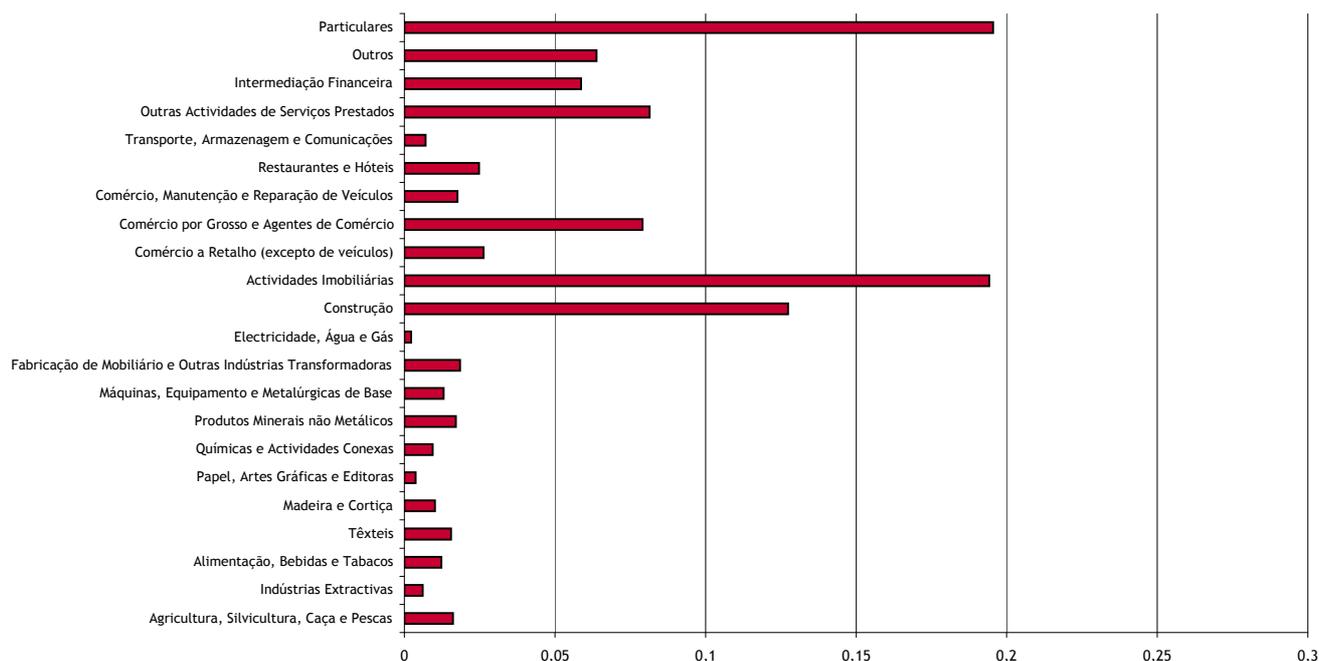
Durante o ano de 2008 iremos dar continuidade ao programa "Cultura Comercial" como forma de estender as fundações de uma cultura de valores e princípios aos novos Colaboradores, admitidos para as áreas comerciais.

De entre os produtos e campanhas lançadas destacamos:

- BPN 100% Cool (solução que pretende dinamizar o segmento de clientes dos 18 aos 34 anos, com uma oferta que vai desde a conta ordenado, aos produtos de poupança e crédito);
- Campanha de Transferência de Crédito Habitação;
- Campanha de Abertura de Contas;
- A Campanha Emigrante que decorreu entre 2 de Julho e 30 de Setembro permitiu captar novas poupanças neste segmento de clientes;
- Campanha Crédito Escolar;
- O BPN mais uma vez não quis deixar de assinalar o dia 31 de Outubro, Dia Mundial da Poupança, para o efeito efectuou uma campanha denominada Mês da Poupança, que decorreu de 15 Outubro a 16 de Novembro, com condições especiais nos produtos de poupança;
- Campanha de Cartões de Crédito Pré-Aprovados;
- Campanha de Crédito Especializado.

Ao nível dos Instrumentos de Captação de Aforro Estruturados (ICAE's), foi lançado em Abril o "BPN Dividendos", pelo prazo de 2 anos e em Junho o "BPN Private Equity", pelo prazo de 3 anos. Ambos os produtos têm capital garantido e remuneração mínima garantida.

### Distribuição do Crédito por Sector de Actividade



### Private Banking

O Private Banking contribuiu positivamente para os resultados atingindo um volume de negócios de 1.150 Milhões de Euros, tendo registado, em simultâneo, um aumento de 8% da rentabilidade líquida.

Apesar do ambiente macroeconómico adverso registado em 2007, foi possível manter um elevado grau de satisfação das soluções por nós apresentadas, através do acompanhamento muito próximo dos nossos clientes actuais, bem como da captação de novos clientes, quer no Mercado Nacional, quer com o alargamento da intervenção em Mercados exteriores, foi possível manter um elevado grau de satisfação através das soluções por nós apresentadas.

A actuação do CIP (Centro de Investimentos do Private) ao longo do ano, que se traduziu numa estratégia globalmente defensiva, mas ao mesmo tempo procurando criar valor em outro tipo de activos, garantiu-nos ganhos substanciais quando comparados com os principais concorrentes. Mantendo a sua postura de Independência e Rigor foi possível crescer com os mesmos meios humanos e materiais, num ambiente claramente adverso para a nossa actividade.

A introdução de normativos de controlo com elevada carga administrativa, bem como o acumular de funções antes cometidas aos organismos oficiais, traduziram-se num ano de esforço sem precedentes, mas ao mesmo tempo altamente compensador pelos resultados conseguidos e pelo elevado grau de qualidade humana do serviço prestado, que foi, é, e será o grande elemento diferenciador da nossa actividade.

### Principais Indicadores de actividade do BPN, S.A. <sup>(1)</sup>

	milhares €		Var %
	2007	2006	07/06
Activo líquido	7.090.777	6.482.469	9,4%
Situação líquida	416.593	424.473	-1,9%
Resultados líquidos	35.223	58.149	-39,4%
Margem Financeira	146.949	135.204	8,7%
Produto Bancário	199.704	204.834	-2,5%
Débitos para com Clientes	4.654.210	4.092.147	13,7%
Créditos sobre Clientes	4.586.038	3.941.800	16,3%
Rácio de solvabilidade, BPN, S.A.	9,7%	9,8%	-
ROE	9,2%	15,9%	-
Número de Colaboradores	1.875	1.760	6,5%
Número de Agências	213	205	3,9%

<sup>(1)</sup> Inclui a actividade de Cayman, Cabo-Verde, Paris e SFE da Madeira

## Banca de Investimento

### Banco Efisa

Ao longo de 2007 o Banco Efisa procurou potenciar oportunidades de mercado em linha com as suas valências específicas no domínio da banca de investimento:

Através de estratégias de “buy and build” no Mercado Ibérico logrou posicionar-se com sucesso como prestador de serviços de fusões e aquisições, estruturador de LBO’s e providenciador de dívida sénior.

No que respeita a project finance, nas suas vertentes de assessoria e financiamento, o Banco Efisa reforçou o seu posicionamento quer do lado do concedente quer do concessionário. Assim interveio em projectos de parceria público-privada e concessões no domínio das infraestruturas (aeroportos, rodovias, hospitais, telecomunicações, instalações portuárias, etc.) e de energias alternativas (parques eólicos e fotovoltaicos) com especial enfoque no mercado nacional, Brasil, Jordânia, Índia e Europa Central.

No domínio das titularizações, assinala-se a obtenção de um importante mandato no Brasil, mercado que foi alvo duma prospecção dirigida ao longo de todo o ano de 2007.

No que concerne às actividades de Private Equity, o esforço concentrou-se na identificação de novas oportunidades, a par da preparação e realização de alguns desinvestimentos, fechando-se o ciclo de transacções anteriormente iniciadas a par do estudo e investimento em novas oportunidades.

No domínio do crédito estruturado, a actividade continuou a centrar-se em grandes empréstimos sindicados, nacionais e internacionais, e na montagem de estruturas de dívida titularizada (papel comercial, obrigações, etc.).

A colocação de emissões accionistas de empresas indianas continuou a constituir um importante nicho de mercado do Banco Efisa.

No seguimento das iniciativas já encetadas nos últimos anos, o Banco Efisa enveredou por uma estratégia mais efectiva de abordagem de negócios junto de agentes económicos do mercado IBSA (Índia, Brasil e África do Sul).

O Banco continua a manter uma presença forte na Guiné Bissau através de uma participação no BAO - Banco da África Ocidental.

Em 2007 o Banco procedeu à alienação da sua participação no banco moçambicano (BDC) ao First National Bank, não obstante, mantém este mercado como um mercado target.

O Banco em conjunto com o BERD manteve a sua actuação no mercado dos B-Loan e os mesmos níveis de instrumentos financeiros no seu portfólio de investimentos.

### Tesouraria e Mercados

Na área financeira, o Banco continuou empenhado na gestão da carteira de títulos e derivados. Ao nível do rendimento fixo, a composição da carteira baseou-se em activos de qualidade, tendo-se mantido uma intervenção activa nos segmentos do crédito estruturado e dos derivados de crédito.

A originação de produtos estruturados com capital garantido, colocados através da Rede Comercial do BPN, permaneceu um importante vector de actividade.

A gestão da tesouraria e a prestação de serviços no âmbito do mercado cambial continuou a ser assegurada, numa óptica integrada, pelo BPN.

### Corporate Finance

O exercício de 2007 ficou caracterizado por um crescimento da actividade de Corporate Finance a todos os títulos excepcional, não só duplicando o volume de proveitos face ao exercício anterior (o qual tinha já observado um crescimento face a 2005) - atingindo valores nunca anteriormente alcançados.

Este crescimento foi particularmente notório na área de Project & Leveraged Finance onde o volume de proveitos praticamente triplicou, secundado pela área de Fusões & Aquisições cujo desempenho foi igualmente bastante relevante tendo duplicado o seu volume de proveitos, ambos face a 2006. Apenas a área de Titularizações & Mercado de Capitais teve um desempenho aquém do esperado, em grande medida devido à crise do “subprime” verificada nos mercados financeiros internacionais a qual atrasou a execução de algumas transacções.

É de salientar que para este crescimento contribuiu também o aumento da actividade internacional do Banco, em particular nos mercados brasileiro e espanhol, onde o *portfolio* de mandatos atinge já uma relevância significativa.

Destacam-se, um conjunto de operações em diversos sectores de referência no panorama económico nacional e internacional, nomeadamente na Saúde, Media, Handling Aeroportuário, Serviços, Tecnologias de Informação e Energias Renováveis.

O ano de 2007 assinala também o aumento da actividade da área de F&A a nível internacional, estando em curso diversos mandatos de assessoria financeira em sectores como o das Tecnologias de Informação, Mineração e Energias Renováveis.

Em 2008, é também expectável que o Banco continue a consolidar as suas actividades de Corporate Finance através da presença internacional e da assessoria em transacções Cross Border em particular em mercados emergentes como o Brasil e Índia. Esta estratégia é cada vez mais uma realidade, resultado de um conjunto alargado de oportunidades que têm vindo a ser trabalhadas de modo a prestar assessoria a Grupos empresariais internacionais em diversas regiões do globo.

### **Corporate Banking**

O ano de 2007 foi um ano marcado pelo lançamento de várias operações de financiamento de longo prazo por parte de empresas públicas, sendo de realçar as operações para o Metro de Lisboa, Metro do Porto, REFER, Câmara Municipal de Lisboa, entre outros, com elevado interesse para as carteiras de investidores internacionais. Foi uma área de intervenção importante para o Banco e seus parceiros internacionais na apresentação de propostas quer de financiamentos simples (plain vanilla) quer mais estruturados, sendo de realçar a apresentação de estruturas de cross-border lease, cessão de créditos, operações de swaps com vista à optimização de libertação de cash-flows, operações com vista à optimização e rentabilização da utilização de património imobiliário e assessoria financeira a clientes na obtenção de notação de rating internacional.

Em termos de actuação geográfica, e atendendo ao alargamento da base não só de investidores mas também de clientes que necessitam de trabalho especializado na estruturação e montagem de operações de dívida, o mercado brasileiro tem merecido especial atenção.

O alargamento da base de investidores internacionais continua a marcar toda a actividade desenvolvida. Neste âmbito é de salientar a conclusão da operação de commodity finance, no âmbito da aquisição de duas empresas do sector de tabaco e respectivos stocks mantidos nos países onde está localizada a respectiva produção.

Uma outra área que continua a merecer toda a atenção é a constituição e colocação de unidades de fundos de investimento imobiliários, bem como a estruturação e montagem de operações com vista ao desenvolvimento de projectos imobiliários associados ao desenvolvimento turístico e residencial. Neste âmbito é de realçar o trabalho desenvolvido na estruturação de operações de dívida sénior e mezzanine, sobretudo junto de investidores internacionais.

Quer de forma individual, quer em parceria com o BPN Brasil, o Banco Efisa tem vindo a trabalhar na estruturação de operações de dívida no Brasil, em especial emissões em USD para colocação junto de investidores internacionais, associado à reabilitação de plataformas petrolíferas, perspectivando-se a sua conclusão no decurso do primeiro trimestre de 2008.

Adicionalmente, o Banco tem vindo a estruturar e participar em operações de Papel Comercial. Trata-se de um segmento de negócio onde o Banco pretende continuar a crescer.

No que respeita a actividade de Trade Finance & Forfaiting no ano de 2007 é de realçar o aumento da actividade na Guiné-Bissau e Moçambique.

### **Special Projects**

Não sendo uma área de produto por excelência, o Special Projects oferece uma panóplia de serviços e produtos desenvolvidos internamente ou em articulação com os outros departamentos do Banco Efisa, nomeadamente Corporate Finance e Corporate Banking.

Neste âmbito, o Special Projects tem três grandes áreas de actuação:

- Concessão e Gestão de Créditos - a empresas Portuguesas e estrangeiras com especial destaque para empresas Indianas, que representam grande parte da actual carteira de créditos;
- Identificação e Apoio a Investimentos - identificação, estruturação e promoção de investimentos, com ênfase em mercados emergentes e sectores infraestruturais;
- Originação e Assessoria Financeira - identificação de novas oportunidades de negócio em mercados emergentes prioritários para as áreas de produto do Banco, em especial Corporate Finance e Corporate Banking.

Este primeiro ano de actuação do Departamento Special Projects (SP) pautou-se por ser muito positivo, dado o forte crescimento dos mercados emergentes, o Special Projets foi o resultado de uma aposta mais forte e mais completa da actuação do Banco em alguns mercados emergentes com grande potencial, dos quais se destaca o mercado indiano.

mercados emergentes com grande potencial, dos quais se destaca o mercado indiano.

### Private Equity

No ano de 2007 a Private Equity continuou a sua política de expansão da actividade, reforçando a sua posição em entidades participadas, assim como identificando outras oportunidades de investimento.

#### Principais Indicadores de actividade do Banco EFISA, S.A.

	milhares €		Var %
	2007	2006	07/06
Activo líquido	453.984	342.211	32,7%
Situação líquida	28.031	28.807	-2,7%
Resultados líquidos	1.452	3.711	-60,9%
Margem Financeira	4.453	5.225	-14,8%
Produto Bancário	14.285	17.026	-16,1%
Débitos para com Clientes	195.389	82.446	137,0%
Créditos sobre Clientes	322.062	243.505	32,3%
ROE	5,5%	14,8%	-

### BPN Brasil

O Brasil foi identificado como mercado prioritário da expansão internacional da actividade do Grupo BPN, seguindo uma estratégia idêntica à desenhada em Portugal, em que o BPN no Brasil foca a sua actividade essencialmente nas Pequenas e Médias Empresas (PME's), oferecendo um vasto leque de produtos e serviços, que vão desde o financiamento à tesouraria, trade finance até à assessoria financeira em projectos de investimento.

Em linha com esta estratégia o BPN Brasil apresentou em 2007 um desempenho financeiro assinalável, sendo de salientar o aumento de 108% da carteira de crédito atingindo os EUR 96,7 milhões em Dezembro 2007 (Dezembro 2006: EUR 46,4 milhões), valor acima dos 30% de crescimento médio registado no sector financeiro durante 2007. Para suportar este crescimento é de salientar o reforço da diversificação das fontes de financiamento, com especial destaque para os empréstimos concedidos pelo IFC & IIC - entidade subsidiária do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O modelo de negócio de fornecimento de serviços de banca de investimento a pequenas e médias empresas, tem permitido ao BPN crescer no Brasil não só em dimensão, mas também em resultados, tendo em 2007 atingido um resultado líquido de EUR 2,1 milhões (ROE 11%), facto que perspectiva um bom desempenho para o ano de 2008.

#### Principais Indicadores de actividade do BPN Brasil

	milhares €		Var %
	2007	2006	07/06
Activo líquido	167.322	876.379	-80,9%
Situação líquida	20.491	16.887	21,3%
Resultados líquidos	2.037	(651)	413,0%
Margem Financeira	14.080	7.863	79,1%
Produto Bancário	14.434	8.593	68,0%
Débitos para com Clientes	25.725	16.545	55,5%
Créditos sobre Clientes	93.948	43.761	114,7%
ROE	11,0%	-3,7%	-

## Gestão de Activos e Serviços Financeiros

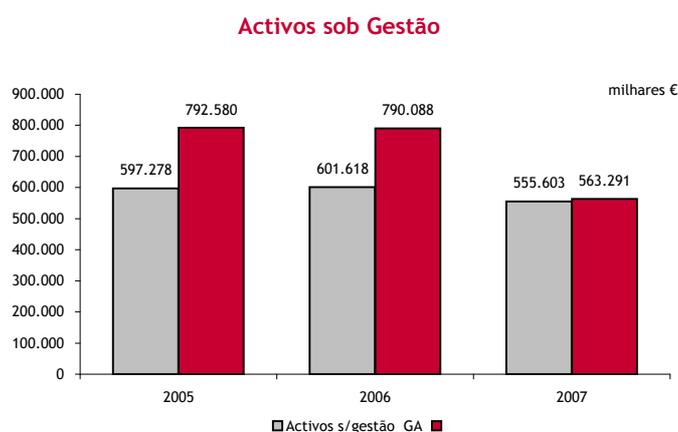
### BPN Gestão de Activos

O ano de 2007 marcou uma ruptura face aos últimos anos no que respeita a um enquadramento favorável ao investimento em activos financeiros. Apesar de um primeiro semestre muito em linha com anos anteriores, o segundo revelou-se muito negativo para o investimento em activos mobiliários.

Na origem deste ambiente menos propício ao investimento em activos financeiros, esteve o aumento significativo da volatilidade, a escassa liquidez do mercado nomeadamente de crédito no rescaldo da crise do sub-prime na economia americana e a divulgação de dados macro que começavam a apontar no sentido de uma possível recessão na economia americana a curto prazo.

No rescaldo deste contexto, o ano de 2007 assistiu a uma quebra significativa dos activos sob gestão das sociedades gestoras. Este movimento também se estendeu ao mercado português.

A BPN Gestão de Activos, registou em 2007 uma quebra dos montantes sob gestão, à semelhança do que sucedeu à grande maioria das sociedades gestoras. Este decréscimo foi no caso da BPN Gestão de Activos exclusivamente devido ao efeito saída de capitais, não tendo havido performances negativas nos portfólios geridos.



O volume sob gestão da BPN Gestão de Activos nas duas áreas de negócio passou de 1.391.706 milhares de euros no final de 2006, para 1.118.894 milhares de euros no final de 2007. A sociedade gestora, registou assim em 2007, uma quebra de 272 milhões de euros nos activos sob gestão, ou seja cerca de 20%.

Na gestão de fundos de investimento, a quebra foi de 29%, os activos sob gestão passaram de 790 milhões de euros no final de 2006, para 563 milhões de euros no final de 2007, uma diminuição de 226 milhões de euros.

Na gestão discricionária, a quebra foi de 7,5%. O volume sob gestão passou de 602 milhões de euros no final de 2006, para 555 milhões de euros no final de 2007.

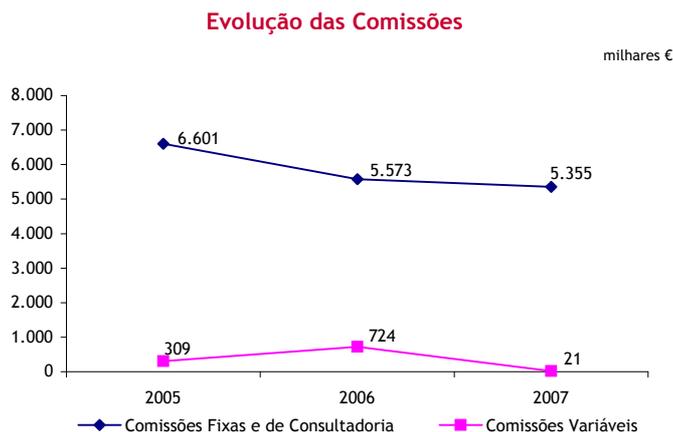
A quebra mais acentuada no segmento dos fundos de investimento teve a ver fundamentalmente com o facto de a sociedade gestora ter uma forte concentração em fundos de crédito, nomeadamente de tesouraria e obrigações. Esta categoria de fundos tem uma sensibilidade muito forte às taxas dos depósitos a prazo. A forte subida que as taxas dos depósitos patentearam em 2007, principalmente ao longo do segundo semestre, no rescaldo da crise de liquidez, proporcionou uma onda esmagadora de resgates nestes FIMs, por transferência para depósitos a prazo.

No segmento da gestão discricionária, o número de carteiras sofreu uma redução de 8%, sendo o número das mesmas e montantes mais significativos no perfil de obrigações. A crise do crédito e de liquidez, em simultâneo com a subida das taxas de depósitos a prazo, provocou também nesta categoria de carteiras uma onda de resgates por transferência para depósitos a prazo.

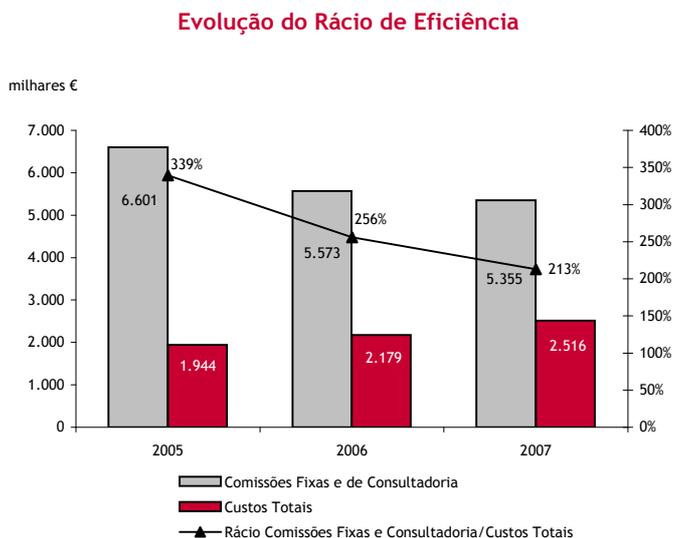
Em 2007 os fundos BPN Tesouraria, BPN Conservador e BPN Renda Mensal, venceram os prémios da Standard & Poor's / Diário Económico para melhores do ano de 2006 (Tesouraria, primeiro lugar por três anos; Conservador primeiro lugar por três anos; e Renda Mensal, primeiro lugar por um ano e segundo lugar por três anos). Atendendo à respectiva performance em 2007, já confirmada pela informação sobre rentabilidades disponibilizada pela Associação Portuguesa de Fundos de Investimento Pensões e Patrimónios (APFIPP), os mesmos fundos deverão repetir o sucesso alcançado nos últimos quatro anos (2004 a 2007).

Em 2007 o resultado líquido depois de impostos foi de 2.092 milhares de euros que corresponde a uma rentabilidade dos capitais próprios de 75%. Estes indicadores, apesar de extremamente positivos, representam uma diminuição face ao ano anterior, devido essencialmente as más condições de mercado a partir de Agosto de 2007 que reduziram os activos sob gestão e originaram uma descida das comissões fixas. As comissões variáveis apresentaram uma redução face aos anos anteriores o que contribuiu também para o decréscimo na facturação.

Mesmo assim a sociedade continuou a apresentar um desempenho interessante em todos os indicadores. A facturação atingiu o montante de 5.376 milhares de euros, distribuída conforme mostra o gráfico seguinte:



Em termos de custos totais, e apesar de um aumento de 15%, o rácio Comissões Fixas/Custos Totais continuou a manter um valor extremamente positivo, cerca de 213%, continuando assim a estar assegurada a rentabilidade da sociedade antes do apuramento de comissões variáveis. Este rácio permite manter a confiança no desempenho futuro da sociedade, mesmo nas situações adversas com que se iniciou o ano, já que mesmo que ocorra uma descida significativa dos activos sob gestão, com a actual estrutura de custos será possível assegurar resultados positivos.



Ao nível do balanço, a sociedade continua a apresentar um nível patrimonial sólido, com o rácio de autonomia financeira a atingir cerca de 88%. Em anexo o quadro com os indicadores mais relevantes dos últimos dois anos:

#### Principais Indicadores de actividade da BPN Gestão de Activos, S.A.

	milhares €		Var. %
	2007	2006	07/06
Activos sob Gestão	1.118.894	1.391.706	-19,6%
Carteiras Activas - Gestão Discricionária	416	466	-10,7%
Nº Fundos sob Gestão	10	10	-
Activo Líquido	5.503	6.085	-9,6%
Comissões Totais	5.376	6.297	-14,6%
Rácio Comis. Fixas e Consul./Custos Totais	213%	256%	-
Resultado Líquido	2.092	3.118	-32,9%
ROE	75,0%	139,0%	-

## BPN Imotundos

Ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, a BPN Imofundos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A., registou um ligeiro acréscimo da sua actividade. Em 31 de Dezembro de 2007, os activos administrados pela sociedade atingiram um valor global de 1.147.322 milhares de euros, um crescimento de 1,3%, 15.107 milhares de euros, acima do valor registado em 2006. Para esta performance foi determinante o lançamento de três novos fundos de investimento fechados: o Mercapital, o Homeland e o Palazzo sendo que os dois primeiros são fundos especiais de investimento imobiliário.

### Valor líquido global dos fundos imobiliários

Designação	milhares €		Var. %
	2007	2006	07/06
BPN Imonegócios	597.422	597.673	-0,04%
BPN Real Estate	104.204	104.221	-0,02%
BPN Imoglobal	141.802	140.135	1,19%
BPN Imoreal	195.554	212.909	-8,15%
BPN Imomarinhas	56.245	55.592	1,17%
Euroreal	21.770	21.685	0,39%
Mercapital	16.028	-	n.a.
Homeland	9.298	-	n.a.
Palazzo	4.999	-	n.a.
Total	1.147.322	1.132.215	1,3%

### Evolução do sector

Segundo dados da CMVM, em 31 de Dezembro de 2007 existiam em actividade 33 sociedades gestoras de fundos de investimento imobiliário, que no seu conjunto administravam activos no valor de 10.448,7 milhões de euros. Este valor reflecte um crescimento do sector de 7,1%, quando comparado com os 9.757,6 milhões de euros registados em 31 de Dezembro de 2006. Como se poderá verificar pela análise do quadro seguinte a indústria tem apresentado um crescimento sustentado ao longo dos últimos seis anos, tendo registado algum abrandamento no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

### Evolução da indústria dos Fundos de Investimento Imobiliários

	2007	2006	2005	2004	2003	2002
N.º de entidades gestoras	33	32	28	26	26	26
N.º Fundos abertos	16	16	15	14	13	14
N.º Fundos fechados	189	165	67	51	38	33
TOTAL	205	181	82	65	51	47
VLG Fundos abertos (10 <sup>6</sup> EUR)	4.580	4.724	4.466	3.863	3.310	3.089
% TOTAL	43,8%	48,4%	54,7%	54,8%	56,6%	61,6%
VLG Fundos fechados (10 <sup>6</sup> EUR)	5.869	5.034	3.698	3.188	2.541	1.926
% TOTAL	56,2%	51,6%	45,3%	45,2%	43,4%	38,4%
TOTAL (10 <sup>6</sup> EUR)	10.449	9.758	8.164	7.051	5.850	5.015
Taxa de crescimento	7,1%	19,5%	15,8%	20,5%	16,7%	21,4%

Fonte: www.cmvm.pt

Verifica-se que o número de FII Abertos se tem mantido praticamente inalterado, sendo de notar o grande incremento do número de FII fechados e em especial dos Fundos Especiais de Investimento Imobiliário, com efeito em 31 de Dezembro de 2007 existiam em actividade 54 FEII.

Ao longo do exercício a quota de mercado da BPN Imofundos decresceu 0,62 pontos percentuais, fixando-se nos 11,0% em 31 de Dezembro de 2007, este valor determina que a BPN Imofundos seja agora a terceira maior sociedade gestora de fundos de investimento imobiliário, em termos de activos sob gestão. A lider do mercado tem uma quota de 12,3%, um valor muito próximo da entidade que está em segundo lugar, com 12,2%.

O aumento de actividade permitiu à sociedade registar um crescimento ao nível dos proveitos de exploração. Assim, em 31 de Dezembro de 2007 o total de proveitos da BPN Imofundos era de 9.987 mil euros, dos quais 9.720 respeitavam a comissões e 267 mil euros a juros e rendimentos similares. Ou seja, as comissões representavam 97,3% do total dos proveitos.

Quando comparados com idêntico período no exercício anterior, verifica-se que os proveitos totais cresceram 1,1 %, as comissões 0,7% e os juros e rendimentos similares 34,8%.

O incremento da actividade traduziu-se também num crescimento dos custos operacionais da sociedade que registaram um crescimento global de 23,8 %, quando comparados com o período homólogo de 2006, observando-se agora um valor total de 2.178 milhares de euros.

Dos custos operacionais, a rubrica mais significativa refere-se a gastos gerais administrativos com um valor de 1.060 mil euros, mais 23,5 % que o valor registado em 31 de Dezembro de 2006, seguindo-se-lhes os custos com pessoal com um valor total de 888 milhares de euros, os quais cresceram 7,5%.

Daquela evolução resultou que, em 31 de Dezembro, fossem obtidos resultados antes de impostos de 7.810 mil euros, tendo-se apurado 2.118 mil euros de imposto sobre o rendimento e menos 12 mil euros de impostos diferidos, carga fiscal que determinou uma taxa efectiva de tributação de 27,0%. Assim, obtiveram-se resultados líquidos de 5.704 milhares de euros, o que comparado com os 5.891 mil euros registados no exercício de 2006, representou uma redução de 3,2% do lucro líquido.

#### Principais Indicadores de actividade da BPN Imofundos, S.A.

	milhares €		Var %
	2007	2006	07/06
Activo líquido	8.732	8.749	0%
Situação líquida	7.741	7.537	3%
Activos sob gestão	1.147.322	1.132.215	1%
Resultados líquidos	5.704	5.891	-3%
ROE	280%	358%	0%
Nº de participantes	16.185	13.895	16%

## Sector de Seguros

### Ramo Vida

#### O Sector em 2007

Invertendo os resultados obtidos em 2006 (com perdas na ordem dos 6%), o mercado segurador Vida cresceu neste ano cerca de 7%, superando assim o valor de 9.200 milhões de euros em volume de prémios. Para esta performance, muito contribuiu o ramo dos Produtos de Capitalização que, ao crescer 12% (contra o recuo de 16% verificado em 2006), representa agora cerca de 63% do total da Carteira Vida.

As Operações de Capitalização mantiveram o bom ritmo de evolução obtido nos últimos anos, tendo crescido cerca de 24% neste ano.

Embora tenham recuado cerca de 13%, os Produtos Poupança Reforma constituem cerca de 18% da carteira, com um volume de prémios na ordem dos 1.700 milhões de euros.

Os Produtos de Risco e Rendas, que representam 9% do total, registaram um acréscimo de 6% relativamente a 2006.

#### A Real Vida Seguros

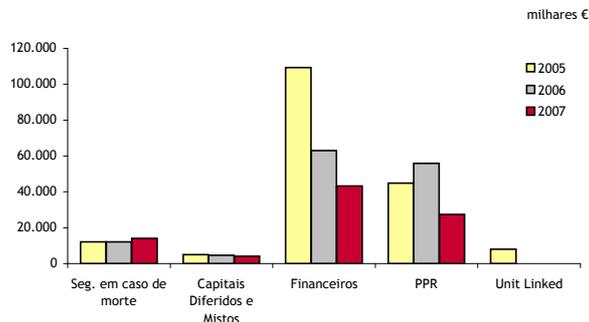
A Real Vida Seguros S.A. atingiu, em 2007, um volume de prémios acima dos 88 milhões de euros, o que representa um recuo de cerca de 35% face ao ano anterior.

O ramo com maior preponderância continua a ser o de Produtos de Capitalização (Financeiros), que diminuiu 30,5% em 2007, apresentando, no entanto, uma ligeira melhoria em relação a 2006 (-44,7%). Esta evolução encontra-se em contra-ciclo com o mercado que registou um acréscimo de 12%.

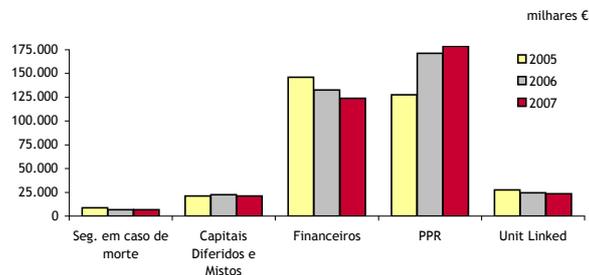
De realçar o óptimo desempenho dos Produtos de Risco e Rendas (com acréscimos na ordem dos 15%), bem acima do ritmo de crescimento do mercado (que cresceu cerca de 6%), fazendo subir para 17% o peso desta rubrica no total de prémios.

Apesar do aumento do número de apólices em vigor, a Real Vida Seguros, S.A. diminuiu ligeiramente a sua quota de mercado, que passou a ser, em 2007, de 1%.

#### Prémios Processados



#### Responsabilidades (provisões)



#### Principais Indicadores de actividade da Real Vida Seguros, S.A.

	milhares €		Var %
	2007	2006	07/06
Activo líquido	385.616	394.678	-2,3%
Prémios processados	88.796	135.697	-34,6%
Prémios processados <sup>(1)</sup>	18.240	17.081	6,8%
Situação líquida	18.359	18.532	-0,9%
Resultados líquidos	429	2.108	-79,6%
ROE	2,4%	12,8%	-

<sup>(1)</sup> Com a aplicação da IFRS 4

## Crédito Especializado

### BPN Crédito IFIC

O ano de 2007 pautou-se pela continuidade inequívoca de um processo de mudança iniciado em 2005, no qual foi traçado um rumo orientador através do denominado "Projecto Bússola", que nunca perdendo de vista o prazo imediato, tem privilegiado, sobretudo, uma estratégia consolidada no médio e longo prazo através da definição de objectivos concretos e ambiciosos.

No que respeita à actividade desenvolvida, o produto crédito ao consumo apresenta um crescimento de 20% face a 2006. Tal significa que conseguimos manter um nível de crescimento muito próximo do que tinha sucedido em 2006 face a 2005, representando uma evolução de 53% no espaço de 2 anos, o que se revela extremamente significativo, se levarmos em consideração que o sector onde operamos preferencialmente neste produto, financiamento automóvel, tem apresentado nos últimos anos crescimentos marginais. No que respeita ao produto crédito stock, produto de crédito vocacionado para o apoio ao desenvolvimento da actividade dos pontos de venda, o seu volume mais do que duplicou, passando de 10 Milhões de euros em 2006, para 22 Milhões de euros em 2007.

Na globalidade, o produto crédito (crédito ao consumo + crédito stock) atingiu uma produção total de 185 Milhões de euros, contra 147 Milhões de euros em 2006 e 118 Milhões de euros em 2005, o que representa um crescimento de 57% em 2 anos.

O produto de locação, que em 2006 tinha apresentado um crescimento de 13% face a 2005, manteve, em 2007, níveis de produção idênticos aos do ano anterior, o que consideramos como bastante positivo, se levarmos em consideração que a Rede Comercial da nossa empresa, que maioritariamente dinamiza este produto, passou no exercício findo, por um período de profunda reestruturação e reorganização. Apesar desta forte contingência, conseguimos manter os mesmos níveis de produção do exercício anterior, o que muito nos apraz.

No produto de factoring atingiu-se pela primeira vez na história da empresa, a barreira dos 500 Milhões de euros de facturação tomada. Este valor constitui um marco relevante de que muito nos orgulhamos, sobretudo se levarmos em consideração que em 2007 se verificou a integração definitiva deste produto na Rede Banco, com os necessários ajustes a nível operativo, proporcionando a tão desejada transversalidade da abordagem comercial. Mas, não foi só na facturação tomada que o ano de 2007 se revelou particularmente proveitoso para o produto de factoring. Assume também particular relevo, os 3,29 Milhões de euros de produto bancário atingidos em 2007, face aos 2,65 Milhões de euros que se haviam alcançado em 2006, o que representa um crescimento de 24% neste indicador de actividade. Por último, a conta corrente de factoring sob gestão apresentava, em 31 de Dezembro de 2007, um volume de 153 Milhões de euros, apresentando uma evolução de 10%, face aos 139 Milhões de euros, verificados em igual período do ano transacto.

No que concerne à carteira total de crédito sob gestão, atingimos, em 31 de Dezembro de 2007, o montante de 885 Milhões de euros, o que significa um crescimento de 7% face a 2006, e 14% relativamente a 2005.

### Enquadramento sectorial

Em 2007, a BPN Crédito manteve a mesma forma de abordagem ao mercado, fazendo apenas alguns reajustamentos nas equipas comerciais, de forma a melhor acompanhar este negócio, cada vez mais competitivo.

Para melhor percebermos este negócio, vamos fazer uma ligeira abordagem ao nível dos diversos mercados, e depois o enquadramento da actividade desenvolvida pela BPN Crédito nos mesmos.

### Financiamento Automóvel

Fazendo uma breve análise ao Mercado Automóvel em Portugal, conseguimos compreender melhor as performances e tendências do crédito especializado auto, nomeadamente o Crédito e a Locação.

#### Evolução das Vendas do Mercado Automóvel em Portugal

	2007	2006	07/06
Automóveis Ligeiros de Passageiros *	201.868	194.684	3,7%
Veículos Comerciais Ligeiros	68.447	64.489	6,1%
<b>Total de Ligeiros</b>	<b>270.315</b>	<b>259.173</b>	<b>4,3%</b>
Veículos Comerciais Pesados **	6.369	5.985	6,4%
<b>Total do Mercado Automóvel Novos</b>	<b>276.684</b>	<b>265.158</b>	<b>-4,2%</b>

\* Inclui: Todo-o-Terreno \*\* Inclui: Autocarros

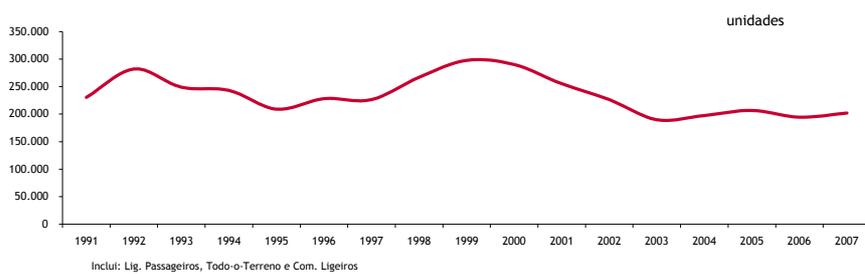
Fonte ACAP

Após a queda verificada em 2006, o mercado de veículos novos voltou a recuperar, situando-se ao nível das vendas de 2005. Esta análise não reflecte a venda de veículos novos importados, que continua a crescer, embora de forma moderada.

O mercado de viaturas ligeiras teve uma recuperação de 4,3% face ao período homólogo, que poderá ter sido consequência de uma antecipação das compras por força da alteração do novo Imposto Único de Circulação (IUC).

O mercado de viaturas comerciais pesadas continua em crescimento, 6,4% face ao período homólogo, embora agora de uma forma mais moderada do que em 2006, onde este crescimento tinha sido de 11%.

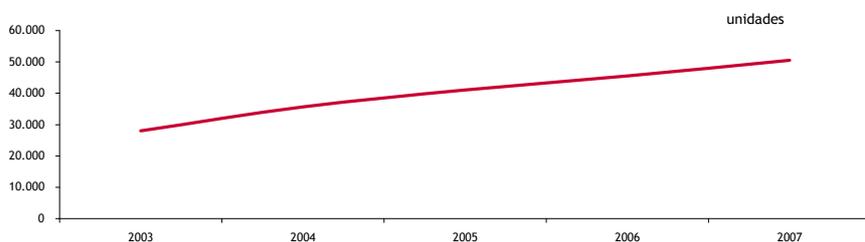
## Evolução da Venda de Veículos Ligeiros em Portugal



Fonte: <http://www.autoinforma.pt>

O mercado de viaturas usadas (importados) continua com um crescimento cada vez mais forte, que pouco contribui para a renovação do parque automóvel, dada a idade dos veículos importados. Com a entrada em vigor do novo Imposto Único de Circulação (IUC) prevemos uma estabilização deste mercado.

## Evolução da Venda de Veículos Ligeiros Usados (Importados) em Portugal



Inclui: Lig. Passageiros, Todo-o-Terreno e Com. Ligeiros

Fonte: <http://www.autoinforma.pt>

### Crédito ao Consumo Automóvel

Com o mercado de viaturas usadas a crescer e a terem um peso cada vez maior na venda de veículos automóveis, o produto crédito ao consumo vai tendo cada vez mais relevo na área do financiamento automóvel.

### Locação Automóvel

O sector de locação financeira mobiliária manteve, em 2007, um interessante ritmo de crescimento alcançando um total de 4,12 mil Milhões de euros de produção de novos créditos. Este montante representou uma variação de produção na ordem dos 18% face ao ano de 2006.

No subsector de Locação Financeira Mobiliária de Veículos (Ligeiros e Pesados), verificamos igualmente um crescimento de produção no exercício de 2007, que se cifrou nos 11% de crescimento. Este crescimento, quando comparado com o crescimento do total de produção de Locação Financeira Mobiliária, revela uma diminuição do peso relativo deste subsector passando dos 51,9% de 2006 para os 49% em 2007. O crescimento deste subsector, é tipicamente suportada pelo crescimento dos níveis globais de recurso ao crédito, pela evolução positiva das vendas de viaturas novas e, especialmente, pelo crescimento das vendas de viaturas novas importadas.

### Locação Imobiliária

O sector imobiliário nacional manteve, em 2007, as dificuldades que tem vindo a apresentar nos últimos anos. Nomeadamente o sector da construção civil, que atravessa desde há vários anos uma grave crise, manteve em 2007 registo de actividade negativos. Não obstante esse facto as perspectivas para os próximos anos são mais animadoras, tendo o mercado dado bons indicadores nos últimos meses de 2007.

Apesar das dificuldades, o sector específico de Locação Financeira Imobiliária verificou um crescimento na ordem dos 20% face ao período homólogo, tendo atingido um total de crédito concedido de 2,61 mil Milhões de euros.

### Locação de Equipamentos

Acompanhando o crescimento, já identificado, da produção de Locação Financeira Mobiliária, o subsector de Locação Financeira Mobiliária de Equipamentos atingiu níveis de crescimento na ordem dos 22%.

Neste subsector destaca-se claramente a Locação Financeira de Máquinas e Equipamentos Industriais, com um peso significativo nos valores de produção anual.

Por outro lado, a evolução positiva deste tipo de financiamento, tem em muito contribuído para a própria evolução do investimento da economia nacional, sendo de destacar a evolução extremamente relevante do peso da Locação Financeira Mobiliária nos valores de Formação Bruta de Capital Fixo (Mobiliário) em Portugal, tendo já em 2006 ultrapassado os 30%.

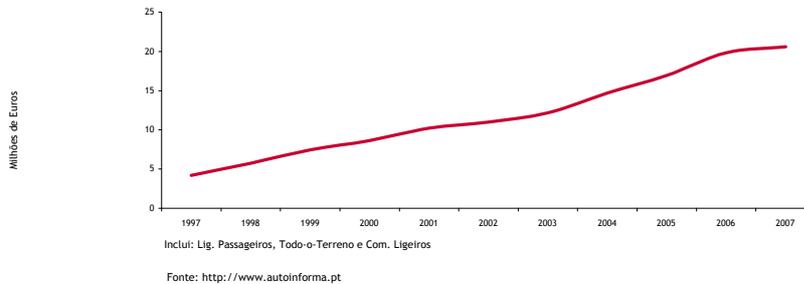
## Credito Lar

Este mercado continua em queda aparente, pois na realidade o que acontece é uma transferência do crédito ao consumo para os cartões e para o crédito pessoal. Em 2007, verificou-se um abrandamento do crédito ao consumo na ordem dos 20%.

## Factoring

A actividade de factoring em Portugal no exercício de 2007, ficou marcada pela manutenção da tendência de crescimento que se tem verificado na última década. Não obstante a tendência de crescimento verificada, em 2007 registou-se um abrandamento no ritmo de crescimento, alcançando 4% de evolução face ao período homólogo contra os 17% e 15% verificados em 2006 e 2005, respectivamente.

### Evolução da Facturação Tomada em Portugal



Ao nível da carteira de crédito verificou-se um crescimento significativo alcançando os 5,46 mil M€, que representa um incremento de 15% face aos valores de 2006.

A evolução da actividade de factoring em Portugal depende da vitalidade demonstrada pelas pequenas e médias empresas e, ao mesmo tempo, dos níveis de investimento público face ao elevado peso que o sector público administrativo mantém na actividade económica nacional.

Assim, a reduzida evolução das condições económicas nacionais justifica parcialmente o menor crescimento da actividade de factoring em 2007.

## Actividade Desenvolvida

### Financiamento Automóvel

Em 2007 a BPN Crédito deu continuidade à aposta feita no mercado automóvel, tendo efectuado 16.610 contratos, num valor que ronda os 205 Milhões de euros, o que representou um crescimento perto dos 8%.

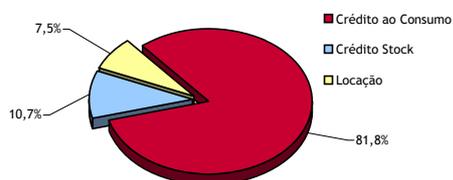
#### Distribuição do financiamento automóvel por produto

Aproveitando da melhor forma o incremento na venda de viaturas usadas, a BPN Crédito consolidou a produção do crédito ao consumo no financiamento automóvel, situando-se agora acima dos 74,2%.

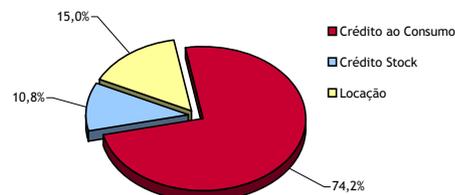
A dinamização do Crédito Stock, fazendo deste produto um apoio essencial ao crescimento do crédito ao consumo, veio dar-lhe mais importância no contexto do crédito automóvel, equivalendo a 10,8% do total da produção auto.

A Locação Auto, com um decréscimo face a 2006, perdeu peso na relação do financiamento automóvel dentro da BPN Crédito, representando agora apenas cerca de 15% do negócio auto.

#### Financiamento Automóvel por Produto (nº contratos)



#### Financiamento Automóvel por Produto (valor financiado)

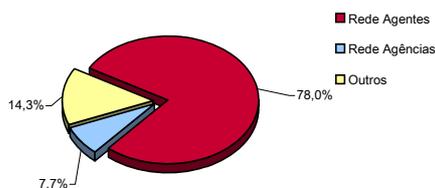


#### Distribuição do financiamento automóvel por redes de negócio

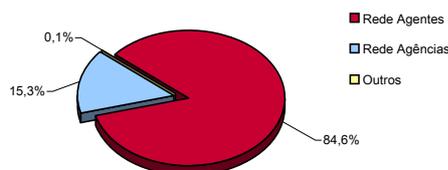
O crescimento do negócio auto teve por base a Rede Agentes, que assim aumentou o seu peso para 84,6%, sendo que cerca de 99% do seu negócio é efectuado em crédito ao consumo.

A rede de Agências do BPN, representando 15,3% do negócio auto, tem a locação como seu principal negócio, com um peso de 93%.

### Distribuição por Redes de Negócio (nº contratos)



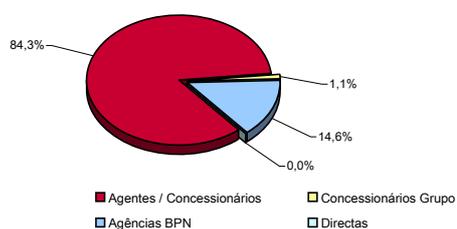
### Distribuição por Redes de Negócio (valor financiado)



### Financiamento automóvel por Canais de Angariação

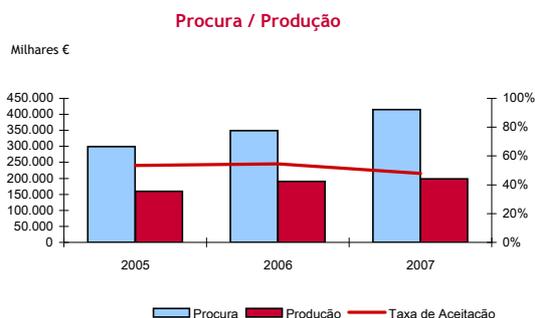
Acompanhando o peso do crédito ao consumo no financiamento automóvel, também os Agentes Auto/usados, e os Concessionários, têm uma maior importância neste tipo de financiamento, 84,3%, dado até tratar-se do mercado onde opera a nossa Rede Agentes. As Agências BPN representam 14,6% do financiamento automóvel feito na Empresa, e os Concessionários do Grupo BPN apenas 1,1%.

### Distribuição por Canais de Angariação (valor financiado)



### Procura / Produção

O controlo do risco continua a ser uma preocupação para a BPN Crédito e, nesta perspectiva, é significativa a diminuição na taxa de aceitação de produção nova. Assim, em 2007, a taxa de aceitação atingiu os 47,8% contra os 54,6% verificados em 2006.



### Leasing Imobiliário

Com um ligeiro crescimento em termos de valor financiado, a locação Imobiliária continua a ser estratégica para a BPN Crédito, pelas características do próprio negócio, que transmitem alguma sustentabilidade à carteira. O seu peso no volume total de negócios da Empresa, subiu 9,8%.

	milhares €		
	2007	2006	07/06
N.º Contratos	125	152	-17,8%
Valor Financiado	42.209	38.697	9,1%

### Leasing de Equipamentos

Esta actividade é desenvolvida em exclusivo pela rede Banco junto da Agências BPN, e apresentou uma evolução bastante favorável em relação ao ano transacto. Este crescimento só foi possível graças ao empenho das Agências BPN na colocação dos NetPay junto dos seus clientes, associados a um contrato de Locação. O seu crescimento foi de 20,3%.

	milhares €		
	2007	2006	07/06
N.º Contratos	7.116	8.446	-15,7%
Valor Financiado	60.069	49.947	20,3%

## Crédito Lar

Em 2007 a Rede Lar deixou de existir como direcção, passando a ser uma Unidade Comercial integrada na Direcção Comercial Norte da Rede Agentes. A Unidade Comercial Lar realizou 51.128 contratos, num total de 10.249M€, que representa um crescimento de 152 % face ao ano anterior.

## Factoring

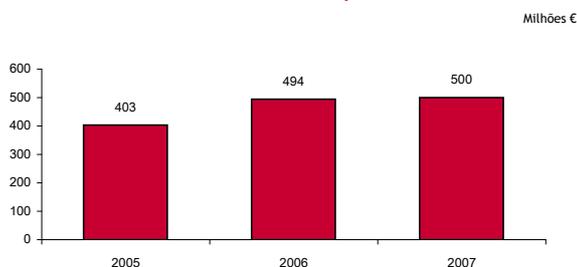
O ano de 2007 revelou-se muito positivo para a BPN Crédito no que ao produto Factoring diz respeito. Com efeito, pela primeira vez desde a constituição da sociedade, foi ultrapassado o valor de 500 Milhões de Euros de facturação tomada.

Por outro lado, importa realçar a reorganização da abordagem comercial deste produto que, finalmente, é efectuada conjuntamente com a Locação e o Crédito, originando significativas sinergias no acompanhamento da Rede Bancária do BPN, principal canal de angariação de operações.

Esquemáticamente e de uma forma muito sucinta a evolução da actividade desenvolveu-se da seguinte forma:

	Milhões €		
	2007	2006	07/06
Facturação Tomada	500	494	1,2%
Proveitos (Juros + Comissões)	8	6	37,9%
Carteira de Crédito	208	207	0,5%

### Facturação Tomada

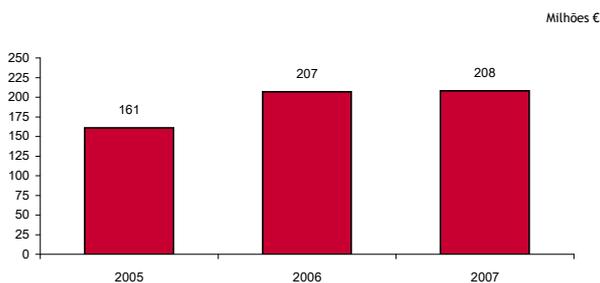


Merece natural destaque o significativo crescimento do Produto Bancário gerado, ainda mais tendo sido obtido num clima de forte concorrência e concomitante pressão sobre as taxas de juro/comissões.

Nesse sentido, perspectivamos para 2008, um crescimento de 10% ao nível da facturação tomada, face à necessária ponderação que a rentabilidade dos contratos nos merece.

Em termos de posicionamento sectorial constata-se que a BPN Crédito alcançou uma quota de mercado de 2,4 % em termos de créditos tomados, subindo para 3,4 % quando relativa ao total de proveitos.

### Carteira de Crédito



### Principais Indicadores de actividade do BPN Crédito IFIC

	milhares €		Var. %
	2007	2006	07/06
Activo líquido	806.856	671.042	20,2%
Crédito a Clientes	733.526	624.161	17,5%
Situação líquida	75.035	84.718	-11,4%
Resultado Líquido	5.316	10.220	-48,0%
ROE	7,6%	13,7%	-

# A Gestão do Risco no Grupo

## Riscos de Mercado

### Introdução

O actual desenvolvimento, dinamismo e complexidade dos mercados financeiros, associado às exigências do novo Acordo de Basileia II, requerem que todas as Instituições Financeiras, nomeadamente os Bancos, estejam dotadas de mecanismos que lhes permitam de forma eficaz e em tempo útil, medir, monitorizar e controlar os riscos resultantes, quer da sua actividade de banca tradicional, quer da actividade inerente às suas carteiras de negociação.

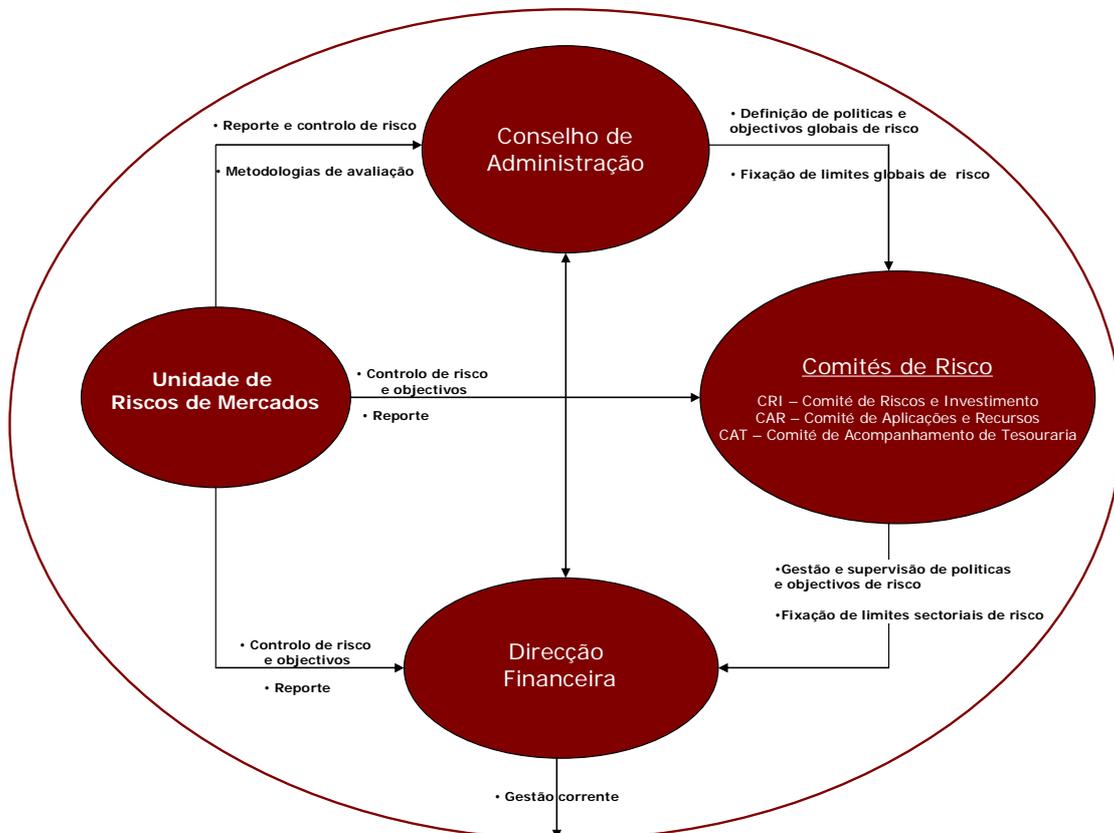
Os riscos decorrentes da variação nos preços dos activos e passivos a que uma determinada carteira está sujeita, bem como o risco de uma instituição não possuir, em determinado momento, recursos suficientes para honrar os seus compromissos de curto prazo são geralmente designados por Riscos de Mercado.

Neste âmbito o BPN, tem vindo a implementar, no decorrer dos últimos anos, uma estrutura organizacional que transporta o grau de controlo e gestão dos riscos de mercado para níveis adequados à sua realidade e exigências. Partindo do Conselho de Administração a definição das políticas globais de risco e seus objectivos, chegou-se a uma estrutura onde a segregação de funções e os controlos interagem, resultando no que podemos considerar um modelo moderno e adequado à evolução que pretendemos do nosso Banco nestes domínios.

### Organização interna

A definição das políticas e objectivos globais de risco são da competência do Conselho de Administração.

A sua implementação é realizada através de uma estrutura organizacional que prima pela segregação de funções em órgãos de supervisão interna, de reporte e de gestão.



Compete à Direcção Financeira do BPN, realizar a gestão corrente dos riscos de mercado (Taxa de Juro, Cambial e Liquidez) no âmbito das carteiras de negociação que obedecem aos limites de exposição estabelecidos pelo Conselho de Administração e na execução das estratégias de cobertura dos riscos de mercado da carteira bancária que são definidas no domínio dos Comitês de Risco.

Os comités de risco são presididos por órgãos da Administração (CEO ou CFO) e integram também quadros directivos de primeira linha das áreas directamente relacionadas com os riscos de mercado:

- Comité de Aplicações e Recursos (CAR)
- Comité de Risco e Investimentos (CRI)
- Comité de Acompanhamento de Tesouraria (CAT)

No âmbito destes comités é supervisionada a aplicação pelas áreas de gestão de risco, das metodologias e limites estabelecidos para os riscos de mercado, com especial enfoque para o Risco de Liquidez que é analisado no âmbito do CAR e para os Riscos de Taxa de Juro e Cambial no âmbito do CRI e CAT.

A Unidade de Riscos de Mercado (URM) reporta directamente à Administração, trabalhando de forma independente das áreas de negócio. Este departamento é directamente responsável pelo reporte dos resultados e riscos de mercado, bem como pela concepção e implementação de políticas e metodologias para apuramento dos mesmos.

### **O Risco de Liquidez**

A gestão de liquidez, como é normal, é da maior importância no Grupo BPN e está centralizada na Direcção Financeira do BPN.

A estratégia actual e passada de gestão de liquidez no nosso Grupo tem tido como objectivo principal dotar o Grupo, de uma forma sistemática, de uma posição estruturalmente longa de liquidez. Por este facto, o Grupo tem sido historicamente colocador de fundos no mercado monetário e tem crescido de uma forma sustentada, ultrapassando os momentos de maior escassez de liquidez dos mercados com tranquilidade.

As principais directivas da política de gestão de liquidez são as seguintes:

- Forte interacção com rede comercial, como principal fornecedor de liquidez;
- Posição estrutural longa de liquidez;
- Acesso estratégico ao mercado de capitais e ao mercado monetário como alternativa de captação de recursos;
- Alongamento temporal das responsabilidades como factor de mitigação do risco;
- Risco de liquidez em regime de contingência permanente.

Neste último ponto, os factores chave do plano de contingência são:

- Unificação e centralização da gestão de liquidez do Grupo;
- Posição excedentária de liquidez na ordem de grandeza de 5% do total de depósitos;
- Monitorização e discussão semanal do risco de liquidez em Comité de Tesouraria presidido pelo Administrador do pelouro financeiro;
- Monitorização e discussão mensal do risco de liquidez em sede de ALCO.

Enquadrado nos pontos anteriores a Direcção Financeira tem como responsabilidade analisar as condições de mercado e alertar de imediato os órgãos superiores referidos sempre que eventos como os seguintes ocorram:

- Problemas de liquidez em outros bancos do Sistema;
- Movimentos bruscos e imprevistos nas taxas de juro dos mercados monetários;
- Deterioração dos indicadores económicos do Grupo BPN que possam de alguma forma afectar a sua capacidade creditícia;
- Alterações imprevistas no funcionamento ou aumento de volatilidade nos mercados financeiros decorrentes de factores de origem fundamental ou geopolítica;
- Alteração do risco de crédito da Republica Portuguesa.

O risco de liquidez pode ser definido como o risco de uma instituição não possuir, em determinado momento, recursos suficientes para honrar os seus compromissos à vista.

No Grupo BPN a boa gestão do risco de liquidez, sempre foi entendida como garante da actividade global da Instituição e do seu crescimento.

O controlo e reporte do risco de liquidez é efectuado mensalmente ao Banco de Portugal ao abrigo das exigências regulamentadas na Instrução nº 1/2000 - Rácio de Liquidez. Para além destas medidas emanadas da supervisão, o controlo e reporte da liquidez é feito numa base diária pela Direcção Financeira ao Administrador do Pelouro e analisado em base semanal no Comité de Acompanhamento de Tesouraria (CAT). Mensalmente, é realizado o Comité de Aplicações e Recursos (CAR) onde é debatido e supervisionado o risco de liquidez global do Grupo, cuja gestão se encontra integrada no BPN, S.A..

## O Risco de Taxa de Juro

O Grupo BPN monitoriza o risco de taxa de juro da carteira bancária com base em análises de sensibilidade da margem financeira e da situação líquida face a um choque standard na taxa de juro de 200 p.b. Esta avaliação é efectuada com base na técnica de “Gap Analysis”, segundo a qual todos os activos e passivos sensíveis a variações na taxa de juro e não associáveis às carteiras de negociação são distribuídos de acordo com as suas maturidades ou datas de “repricing”. Esta análise é elaborada de acordo com o disposto na Instrução nº 19/2005 do Banco de Portugal, que segue as recomendações do Comité de Supervisão Bancária de Basileia.

A 31 de Dezembro de 2007 o risco de taxa de juro da carteira bancária para um choque paralelo das taxas de juro de 200bp em termos de situação líquida situou-se nos -3.795 milhares de euros (-4.513 milhares de euros em Dezembro de 2006), e em termos de margem financeira nos 18.021 milhares de euros (9.842 milhares de euros em Dezembro de 2006), tal como se pode observar nos quadros seguintes:

milhares €

<b>Impacto na Situação Líquida de um choque paralelo nas taxas de juro de 200bp</b>		
<b>Banda Temporal</b>	<b>2007</b>	<b>2006</b>
à vista - 1 mês	-1.216	30
1 - 3 meses	509	-3.226
3 - 6 meses	4.428	1.498
6 - 12 meses	3.382	4.972
1 - 2 anos	-767	-985
2 - 3 anos	-2.588	-997
3 - 4 anos	-2.145	-1.716
4 - 5 anos	-2.727	-1.820
5 - 7 anos	-2.007	-1.413
7 - 10 anos	-364	-332
10 - 15 anos	-131	-200
15 - 20 anos	-10	-127
> 20 anos	-161	-196
<b>Total</b>	<b>-3.795</b>	<b>-4.513</b>

milhares €

<b>Impacto na Margem Financeira de um choque paralelo nas taxas de juro de 200bp</b>		
<b>Banda Temporal</b>	<b>2007</b>	<b>2006</b>
à vista - 1 mês	1.812	-13.006
1 - 3 meses	27.433	11.773
3 - 6 meses	-2.903	-3.910
6 - 12 meses	106	19.461
1 - 2 anos	-1.803	-315
2 - 3 anos	-1.443	279
3 - 4 anos	-4.024	-2.248
4 - 5 anos	-170	-863
5 - 7 anos	-485	-630
7 - 10 anos	-368	-443
10 - 15 anos	-59	-169
15 - 20 anos	-21	-65
> 20 anos	-54	-22
<b>Total</b>	<b>18.021</b>	<b>9.842</b>

## Eventos ocorridos após o fecho do exercício

Em 19 de Fevereiro de 2008, o Dr. José de Oliveira Costa apresentou a sua renúncia ao cargo de Presidente do BPN, S.A., e de todas as participadas em que desempenhava funções.

Por deliberação dos accionistas - através do seu Conselho Superior - e decisão do Conselho de Administração foi cooptado para o lugar de Presidente do Conselho de Administração o Sr. Dr. Abdool Vakil.

Na mesma data foram estabelecidas as novas responsabilidades de gestão das áreas de negócio, tendo sido aprovado a atribuição ao Dr. Abdool Vakil da responsabilidade pela gestão dos negócios da área financeira.

## Perspectivas para 2008

A actual conjuntura financeira internacional vai impor novos desafios a toda a actividade do Grupo.

O Grupo tem pontes fortes únicos, materializados numa rede de balcões profundamente entrosada no tecido económico nacional e numa enorme diversidade de actividades que, optimizadas, podem vir a gerar valor adicional para o accionista.

O actual quadro financeiro internacional exigirá esforços acrescidos de todos os colaboradores do nosso Grupo, mas estamos certos que a qualidade dos nossos recursos humanos e a solidez da nossa organização permitirão responder adequadamente a esses desafios.

O ano de 2008 vai implicar um esforço assinalável de todos os que são indispensáveis ao sucesso do nosso projecto: colaboradores, clientes e accionistas.

O Grupo irá apostar, de forma determinada, na consolidação da qualidade dos recursos humanos adoptando políticas de rejuvenescimento e melhoria da qualidade dos nossos colaboradores.

## Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos da alínea f), do n.º 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício, no montante de 40.805.226,50 euros, tenha a seguinte aplicação: para Reserva Legal 4.080.522,65 euros e para Distribuição de Dividendos 36.724.703,85 euros. Adicionalmente propõe-se a distribuição de reservas de 275.296,15 euros sob a forma de dividendos.

O Resultado Consolidado foi de 46.986 milhares de euros.

Porto, 4 de Abril de 2008

### Conselho de Administração

#### O Presidente

Abdool Magid Abdool Karim Vakil

#### Vogal

António Coelho Marinho

#### Vogal

Armando José Fonseca Pinto

#### Vogal

José Augusto Rodrigues de Oliveira Costa

#### Vogal

Teófilo Paulo Cadima Carreira

#### Vogal

António Manuel Alves Martins Franco

## ANEXO I

Para efeitos do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, a posição accionista dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, no exercício de 2007, era a seguinte:

Abdool Magid Abdool Karim Vakil

Não possuía em 1 de Janeiro de 2007, quaisquer acções.

Não possuía em 31 de Dezembro de 2007, quaisquer acções.

António Coelho Marinho

Não possuía em 1 de Janeiro de 2007, quaisquer acções.

Não possuía em 31 de Dezembro de 2007, quaisquer acções.

Armando José Fonseca Pinto

Não possuía em 1 de Janeiro de 2007, quaisquer acções.

Não possuía em 31 de Dezembro de 2007, quaisquer acções.

José Augusto Rodrigues de Oliveira Costa

Não possuía em 1 de Janeiro de 2007, quaisquer acções.

Não possuía em 31 de Dezembro de 2007, quaisquer acções.

Teófilo Paulo Cadima Carreira

Não possuía em 1 de Janeiro de 2007, quaisquer acções.

Não possuía em 31 de Dezembro de 2007, quaisquer acções.

António Manuel Alves Martins Franco

Não possuía em 1 de Janeiro de 2007, quaisquer acções.

Não possuía em 31 de Dezembro de 2007, quaisquer acções.

## ANEXO II

Para efeitos do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, as participações dos accionistas eram, à data do encerramento do exercício, as seguintes:

Accionistas com, pelo menos, metade do capital social:

BPN - SGPS, S.A.

Accionistas com, pelo menos, um terço do capital social:

Nada a referir.

Accionistas com, pelo menos, um décimo do capital social:

Nada a referir.

**2.**

**Contas Individuais  
e  
Contas Consolidadas**

## Balço Individual (BPN - S.A.)

milhares €

	Notas	31.12.07		31.12.06	
		Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido
<b>Activo</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	512.955	-	512.955	333.312
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	162.248	-	162.248	474.787
Activos financeiros detidos para negociação	6	29.320	-	29.320	70.742
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	7,21	249.985	239	249.746	383.250
Aplicações em instituições de crédito	8	936.608	-	936.608	836.126
Crédito a Clientes	9,21	4.508.828	48.089	4.460.739	3.779.598
Investimentos detidos até à maturidade		-	-	-	-
Activos com acordo de recompra		-	-	-	-
Derivados de cobertura	10	77	-	77	79
Activos não correntes detidos para venda	11,21	57.245	1.069	56.176	32.399
Propriedades de investimento		-	-	-	-
Outros activos tangíveis	12	62.479	33.103	29.376	21.151
Activos intangíveis	13	15.015	7.503	7.512	5.820
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	14	18.187	-	18.187	21.180
Activos por impostos correntes	15	2.763	-	2.763	-
Activos por impostos diferidos	15	10.395	-	10.395	8.928
Outros activos	16	209.071	648	208.423	171.479
<b>Total de Activo</b>		<b>6.775.176</b>	<b>90.651</b>	<b>6.684.525</b>	<b>6.138.850</b>
<b>Passivo</b>					
Recursos de bancos centrais				-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	6			20.301	19.994
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados				-	-
Recursos de outras instituições de crédito	17			1.136.918	1.011.221
Recursos de clientes e outros empréstimos	18			4.081.943	3.477.363
Responsabilidades representadas por títulos	19			22.243	39.151
Passivos financeiros associados a activos transferidos	20			570.753	565.279
Derivados de cobertura				-	-
Passivos não correntes detidos para venda				-	-
Provisões	21			58.010	50.294
Passivos por impostos correntes	15			4	5.731
Passivos por impostos diferidos	15			2.719	2.541
Instrumentos representativos de capital				-	-
Outros passivos subordinados	22			150.465	150.000
Outros passivos	23			272.001	453.928
<b>Total de Passivo</b>				<b>6.315.357</b>	<b>5.775.503</b>
<b>Capital Próprio</b>					
Capital	24			300.000	300.000
Prémios de emissão	24			6.790	6.790
Outros instrumentos de capital				-	-
Acções próprias				-	-
Reservas de reavaliação	24			729	3.713
Outras reservas e resultados transitados	24			20.844	2.963
Resultado líquido				40.805	49.880
Dividendos antecipados				-	-
<b>Total de Capital Próprio</b>				<b>369.168</b>	<b>363.347</b>
<b>Total de Passivo e de Capital Próprio</b>				<b>6.684.525</b>	<b>6.138.850</b>

## Demonstração de Resultados Individual (BPN - S.A.)

milhares €

	Notas	31.12.07	31.12.06
		Valor líquido	Valor líquido
Juros e rendimentos similares		380.720	262.925
Juros e encargos similares		244.242	134.436
<b>Margem financeira</b>	26	<b>136.478</b>	<b>128.489</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	27	29.666	26.678
Rendimentos de serviços e comissões	28	44.394	36.368
Encargos com serviços e comissões	28	16.574	9.708
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	29	177	2.456
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	29	(2.924)	122
Resultados de reavaliação cambial	29	1.070	2.536
Resultados de alienação de outros activos	29	3.361	-
Outros resultados de exploração	30	6.348	9.467
<b>Produto da actividade</b>		<b>201.996</b>	<b>196.408</b>
Custos com pessoal	31	68.515	60.550
Gastos gerais administrativos	32	57.730	51.072
Amortizações do exercício	12,13	3.649	4.751
<b>Custos operacionais</b>		<b>129.894</b>	<b>116.373</b>
Provisões líquidas de reposições e anulações	33	(7.716)	(3.443)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (liq. reposiç. e anulações)	33	(15.474)	(19.902)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	33	(239)	24
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	33	(776)	(451)
<b>Resultado antes de imposto</b>		<b>47.897</b>	<b>56.263</b>
Impostos			
Correntes	15	7.304	9.122
Diferidos	15	(212)	(2.739)
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>40.805</b>	<b>49.880</b>
Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas		-	-

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

milhares €

	31.12.07	31.12.06
<b>Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais:</b>		
Juros e comissões recebidas	399.669	301.335
Rendimentos adquiridos nos activos disponíveis para venda	25.463	-
Pagamento de juros e comissões	(249.371)	(146.691)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(113.023)	(99.869)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	21.130	11.655
Recuperação de créditos incobráveis	154	291
Prémios e custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	-
<b>Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais</b>	<b>84.022</b>	<b>66.721</b>
<b>(Aumentos) Diminuições dos activos operacionais</b>		
Aplicações em instituições de crédito	(100.671)	(163.641)
Activos financeiros detidos para negociação	42.036	(30.504)
Créditos a clientes	(695.836)	(429.286)
Activos ao justo valor por resultados	(2.747)	2.578
Derivados de cobertura	473	(79)
Activos não correntes detidos para venda	(24.211)	191
Outros activos	(51.099)	7.315
<b>Fluxo dos activos operacionais</b>	<b>(832.055)</b>	<b>(613.426)</b>
<b>Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:</b>		
Recursos de bancos centrais	-	-
Recursos de instituições de crédito	125.697	276.103
Recursos de clientes e outros empréstimos	604.580	(24.299)
Passivos financeiros detidos para negociação	(307)	(19.459)
Passivos não correntes detidos para venda	-	-
Outros passivos	(189.276)	909.854
<b>Fluxo dos passivos operacionais</b>	<b>540.694</b>	<b>1.142.199</b>
<b>Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento</b>	<b>(207.339)</b>	<b>595.494</b>
Impostos pagos	(15.795)	(5.930)
<b>Caixa líquida das actividades operacionais</b>	<b>(223.134)</b>	<b>589.564</b>
<b>Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento:</b>		
Dividendos recebidos	28.851	20.675
Aquisição de activos disponíveis para venda	(260.149)	(266.250)
Alienação de activos disponíveis para venda	389.353	28.153
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(17.448)	(6.845)
Vendas de activos tangíveis	3.938	99
Aquisições/ alienações de propriedades de investimento	-	-
Investimentos em empresas filiais e associadas	6.472	581
Subsídios de Investimento	-	-
Outros recebimentos/ pagamentos	-	-
<b>Caixa líquida das actividades de investimento</b>	<b>151.017</b>	<b>(223.587)</b>
<b>Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento:</b>		
Aumento de capital	-	25.000
Reduções de capital e prestações suplementares	-	-
Dividendos pagos	(32.000)	(18.000)
Emissão de dívida titulada e subordinada	(14.758)	(718)
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	(5.282)	-
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	(8.739)	-
Aquisição e venda de acções próprias	-	-
Amortização de contratos de locação financeira	-	-
Juros e custos similares	-	-
<b>Caixa líquida das actividades de financiamento</b>	<b>(60.779)</b>	<b>6.282</b>
<b>Aumento (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes</b>	<b>(132.896)</b>	<b>372.259</b>
<b>Caixa e equivalentes no início do exercício</b>	<b>808.099</b>	<b>435.840</b>
<b>Caixa e equivalentes no fim do exercício</b>	<b>675.203</b>	<b>808.099</b>

## Demonstração de Alterações no Capital Próprio Individual

milhares €

	TOTAL	Capital	Prêmios de emissão	Outros instrumentos de capital	Ações (quotas) próprias	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Subtotal (antes de I.M.)
<b>Posição no início do período 01-Jan-2006 (NCA)</b>	<b>331.319</b>	<b>300.000</b>	<b>6.790</b>	-	-	<b>12.619</b>	<b>(28.355)</b>	<b>40.265</b>	<b>331.319</b>
Aumento capital									
Alterações do justo valor, líquidas de imposto	148					148			148
Constituição de reservas									-
Pensões	-								-
Variação de ações próprias	-								-
Dividendos								(18.000)	(18.000)
Outros Ajustamentos									-
Aplicação de resultados						18.569	3.696	(22.265)	-
Resultado exercício								49.880	49.880
<b>Posição no fim do período 31-Dez-2006 (NCA)</b>	<b>363.347</b>	<b>300.000</b>	<b>6.790</b>	-	-	<b>31.336</b>	<b>(24.659)</b>	<b>49.880</b>	<b>363.347</b>
Aumento capital									-
Alterações do justo valor, líquidas de imposto						(2.984)			(2.984)
Constituição de reservas									-
Pensões									-
Variação de ações próprias									-
Dividendos								(32.000)	(32.000)
Outros Ajustamentos									-
Aplicação de resultados						17.880		(17.880)	-
Resultado exercício								40.805	40.805
<b>Posição no fim do período 31-Dez-2007 (NCA)</b>	<b>369.168</b>	<b>300.000</b>	<b>6.790</b>	-	-	<b>46.232</b>	<b>(24.659)</b>	<b>40.805</b>	<b>369.168</b>

# Notas às Demonstrações Financeiras Individuais em 31 de Dezembro de 2007

(Montantes expressos em milhares de euros)

## Nota Introdutória

O **BPN - Banco Português de Negócios, S.A.** (BPN, S.A. ou Banco) é uma Instituição de Crédito com sede no Porto, que iniciou a actividade bancária em 1 de Julho de 1993 após a conclusão do processo de fusão de duas sociedades de investimento que lhe deram origem.

O Banco está autorizado a operar de acordo com as directrizes reguladoras da actividade bancária, vigentes em Portugal, tendo por objecto a obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, conjuntamente com os seus recursos próprios, na concessão de crédito ou em outros activos, prestando ainda outros serviços bancários no País e no estrangeiro. A sua actividade está sujeita à supervisão do Banco de Portugal.

Para o efeito, o Banco dispõe de uma rede nacional de 213 Agências (2006 - 205), de uma Sucursal Financeira Exterior na Zona Franca da Madeira e de uma Sucursal Financeira Internacional em França, com quatro Agências.

## Nota 1 - Bases de apresentação, políticas contabilísticas e critérios valorimétricos

### 1.1 Base de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas, conforme disposto no Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, em conformidade com o Plano de Contas definido pela Instrução n.º 23/2004, e apresentadas segundo os Modelos definidos pela Instrução n.º 18/2005, estabelecidos pelo Banco de Portugal na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo art.º 115.º do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

As NCA correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal, excepto no que se refere a:

i) Valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual se mantém o anterior regime, de acordo com o disposto no Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2005, de 21 de Fevereiro;

ii) Os activos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o seu registo pelo justo valor, conforme permitido pela IAS 16 - Activos fixos tangíveis. Como excepção, é permitido o registo de reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais valias resultantes são registadas em "Reservas de reavaliação".

Desde 2006 que a sociedade vem apresentando as suas demonstrações financeiras individuais de acordo com as NCA.

Na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2007, o Banco adoptou a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações. Esta norma, de aplicação obrigatória com referência a 1 de Janeiro de 2007, teve impacto ao nível das divulgações apresentadas, não tendo tido quaisquer efeitos nos capitais próprios do Banco. De acordo com as disposições transitórias desta norma, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

A preparação de Demonstrações Financeiras de acordo com as NCA requer que o banco efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectem a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem o maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 2.

## 1.2 Comparabilidade da informação

As Demonstrações Financeiras reportadas aos exercícios de 2006 e 2007 foram preparadas em harmonia com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos previstos no Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, e das Instruções nº 23/2004 e 9/2005, do Banco de Portugal.

## 1.3 Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

### a) Especialização de exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento. Os juros de crédito concedido são anulados três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso (excepto no caso de terem garantias reais em que não existe a suspensão de juros). Porém, quando uma operação se encontra registada em crédito vencido, os respectivos juros apenas são registados como proveitos no momento da sua cobrança.

### b) Transacções em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas segundo o sistema “multi-currency”, isto é, nas respectivas moedas de denominação. Este método prevê que todos os saldos expressos em moeda estrangeira sejam convertidos para euros com base no câmbio indicativo do dia para operações à vista, divulgado pelo Banco de Portugal. Relativamente aos proveitos e custos apurados nas diferentes moedas, esta conversão é efectuada mensalmente, com base no câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal para o último dia útil do mês.

As compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são registadas na posição cambial. Sempre que estas operações conduzam a variações nos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial, à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como segue:

#### ● Posição cambial à vista

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e dos passivos nessa moeda, acrescidos dos montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada mensalmente com base nos câmbios oficiais de divisas do dia, divulgados a título indicativo pelo Banco de Portugal, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional) por contrapartida de contas de custos ou proveitos.

#### ● Posição cambial a prazo

A posição cambial a prazo em cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo aguardando liquidação com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes. Todos os contratos relativos a estas operações (“Currency forwards”) são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação. As diferenças para os respectivos contravalores às taxas contratadas representam o proveito ou o custo da reavaliação da posição a prazo, sendo registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de custos ou proveitos.

### c) Crédito e outros valores a receber

O Crédito a clientes abrange os créditos e empréstimos concedidos, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, sendo registados ao valor nominal, de acordo com o Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal na data em que é adiantado ao cliente.

A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios/descontos, é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de resultados. Os proveitos são reconhecidos quando obtidos e distribuídos por períodos mensais, quando se trate de operações que produzam fluxos residuais ao longo de um período superior a um mês. Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria são, igualmente, periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, segundo a regra da taxa efectiva.

Posteriormente, o crédito e outros valores a receber são submetidos à constituição de provisões, nos termos descritos abaixo. Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo as comissões e custos associados aos créditos periodificados ao longo da vida das operações, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

De acordo com as NCA, o montante dos créditos deve ser objecto de correcção, de acordo com os critérios de rigor e prudência de forma que reflita a todo o tempo o seu valor realizável. Esta correcção (imparidade) não poderá ser inferior ao que for determinado conforme o Aviso nº 3/95, do Banco de Portugal, que estabelece um quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas.

Quando o BPN considera que um crédito específico é incobrável havendo sido já reconhecida uma perda de 100%, este é abatido ao activo, e registado em contas extrapatrimoniais. Recuperações posteriores de créditos abatidos são reconhecidas em resultados no momento da recuperação.

#### Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo da vida das operações.

#### Provisões para crédito e juros vencidos, créditos de cobrança duvidosa, risco país e riscos gerais de crédito

De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, de 30 de Junho (com as alterações introduzidas subsequentemente, nomeadamente pelo Aviso nº 3/2005, de 21 de Fevereiro), e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal, são constituídas as seguintes provisões para riscos de crédito:

##### i) Provisão para crédito e juros vencidos

Esta provisão destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos dependem do tipo de garantias existentes e são função crescente do período decorrido desde a data de incumprimento.

##### ii) Provisão para créditos de cobrança duvidosa

Esta provisão destina-se à cobertura dos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas. Nos termos do Aviso nº 3/95, são considerados créditos de cobrança duvidosa, os seguintes:

- As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respectivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:

- . Excederem 25% do capital em dívida, acrescido de juros;
- . Estarem em incumprimento há mais de:
  - . seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;
  - . doze meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco anos mas inferior a dez anos;
  - . vinte e quatro meses, nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.

Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados com base nas taxas aplicáveis ao crédito vencido dessas operações.

- Os créditos vincendos sobre um mesmo cliente se, de acordo com a classificação acima definida, o crédito e juros vencidos de todas as operações relativas a esse cliente excederem 25% do crédito total, acrescido de juros. Os créditos nestas condições são provisionados com base em metade das taxas aplicáveis aos créditos vencidos.

##### iii) Provisão para risco país

Esta provisão destina-se a fazer face aos problemas de realização dos activos financeiros e extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco pelo Banco de Portugal, qualquer que seja o instrumento utilizado ou a natureza da contraparte, com excepção:

- Dos domiciliados em sucursal estabelecida nesse país, expressos e pagáveis na moeda desse país, na medida em que estejam cobertos por recursos denominados nessa moeda;
- Das participações financeiras;
- Das operações com sucursais de instituições de crédito de um país considerado de risco, desde que estabelecidas em Estados membros da União Europeia;
- Dos que se encontrem garantidos por entidades indicadas no número 1 do artigo 15º do Aviso nº 3/95, desde que a garantia abranja o risco de transferência;
- Das operações de financiamento de comércio externo de curto-prazo, que cumpram as condições definidas pelo Banco de Portugal.

As necessidades de provisões são determinadas por aplicação das percentagens fixadas em Instruções e Cartas Circulares do Banco de Portugal, que classificam os países e territórios segundo grupos de risco.

#### iv) Provisão para riscos gerais de crédito

Encontra-se registada no passivo, na rubrica "Provisões", e destina-se a fazer face a riscos de cobrança do crédito concedido e garantias e avales prestados.

Esta provisão é calculada por aplicação das seguintes percentagens genéricas à totalidade do crédito não vencido, incluindo as garantias e avales:

- 1,5% no que se refere ao crédito ao consumo e às operações de crédito a particulares, cuja finalidade não possa ser determinada;
- 0,5% relativamente ao crédito garantido por hipoteca sobre imóvel, ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário;
- 1% no que se refere ao restante crédito concedido.

Adicionalmente, nos termos da legislação em vigor, a partir de 1 de Janeiro de 2001 quando se verifique a reposição de provisões para riscos gerais de crédito, são considerados proveitos do exercício em primeiro lugar aquelas que tenham sido custo fiscal do exercício da respectiva constituição.

#### Imparidade

O Grupo avalia regularmente a existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

O Grupo utiliza, conforme previsto pela IAS 39, dois métodos de cálculo das perdas de imparidade: (i) análise individual e (ii) análise colectiva

#### (i) Análise Individual

A avaliação da existência de perdas de imparidade a nível individual é determinada através de uma análise da exposição de crédito caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, o Grupo avalia, em cada data de balanço, a existência da evidência objectiva de imparidade. Nesta avaliação são considerados diversos factores, nomeadamente:

- A exposição de cada cliente junto e a existência de crédito vencido;
- A viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face aos serviços de dívida futuros;
- A existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- A deterioração significativa do 'rating' do cliente;
- O património do cliente em situações de liquidação ou falência;
- A existência de credores privilegiados;
- O montante e os prazos de recuperação estimados.

As perdas por imparidade são calculadas através de comparação do valor actual dos 'cash flows' futuros esperados descontados à taxa efectiva original de cada contrato e o valor contabilístico de cada crédito, sendo as perdas contabilizadas por contrapartida de resultados. O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no balanço líquido das provisões por perdas de imparidade. Para os créditos com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de juro efectiva anual, aplicável no período em que foi determinada a imparidade.

O cálculo do valor actual dos 'cash flows' futuros esperados de um crédito com garantias reais, considera os 'cash flows' que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes à sua recuperação e venda.

Os créditos em que não seja identificada uma evidência objectiva de imparidade, são agrupados em carteiras com características de risco de crédito idêntico, as quais são avaliadas colectivamente.

#### (ii) Análise Colectiva

No processo de análise de imparidade numa base colectiva os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Grupo. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo, de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

De acordo com as NCA, o valor dos créditos deve ser objecto de correcção, de acordo com critérios de rigor e prudência para que reflecta a todo o tempo o seu valor realizável. Esta correcção de valor (imparidade) não poderá ser inferior ao que for determinado de acordo com o Aviso 3/95, do Banco de Portugal, o qual estabelece o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas.

Quando o Banco considera que determinado crédito é incobrável havendo sido reconhecida uma perda de imparidade de 100%, este é abatido ao activo. As recuperações subsequentes de créditos anteriormente abatidos ao activo são reconhecidas em resultados pela diminuição do montante das perdas por imparidade do período.

#### **d) Outros activos e passivos financeiros**

O Banco classifica os seus activos e passivos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

##### i) Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados, passivos financeiros detidos para negociação

Os activos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável transaccionados em mercados activos, adquiridos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo, bem como derivados.

Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo) são incluídos na rubrica activos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), são incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos em resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

Os dividendos são reconhecidos quando atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

O justo valor dos activos financeiros detidos para negociação e transaccionados em mercados activos é o seu “bid-price” ou a cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de “discounted cash-flows”.

Quando são utilizadas técnicas de “discounted cash-flows”, os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

O justo valor dos derivados que não são transaccionados em bolsa é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes bem como a qualidade creditícia das contrapartes.

##### ii) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida, que não sejam classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados ou como investimentos a deter até à maturidade ou como crédito ou como empréstimos e contas a receber.

Os activos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio “reserva de reavaliação” até à sua venda (ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são reconhecidos em resultados na data em que são atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

##### iii) Empréstimos e contas a receber

De acordo com a restrição estabelecida pelo Aviso nº 1/2005, nesta rubrica são registados apenas os valores a receber de outras instituições de crédito.

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo e não incluídos em qualquer uma das restantes categorias de activos financeiros.

No reconhecimento inicial estes activos são valorizados pelo justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade e provisões para risco país.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

#### iv) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros, essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e dívida emitida, são inicialmente valorizados ao justo valor, que corresponde à contraprestação recebida líquida dos custos de transacção e são posteriormente valorizados ao custo amortizado.

#### v) Imparidade em activos financeiros

O Banco efectua análises periódicas de imparidade aos activos financeiros, incluindo ao crédito a clientes e outros valores a receber.

Quando existe evidência de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, as perdas por imparidade registam-se por contrapartida de resultados. Para títulos cotados, considera-se que existe evidência de imparidade numa situação de desvalorização continuada ou de valor significativo na cotação dos títulos. Para títulos não cotados, é considerado evidência de imparidade a existência de impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, desde que possa ser estimado com razoabilidade.

Caso num período subsequente se registre uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuída a um evento, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados. No caso de activos disponíveis para venda, em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa e prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados.

As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade.

As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na reserva de reavaliação.

No caso de activos financeiros disponíveis para venda com evidência de imparidade, a perda potencial acumulada em reservas é transferida para resultados

#### **e) Valorização de instrumentos derivados e contabilidade de cobertura**

Os instrumentos derivados transaccionados pelo Banco são sempre reconhecidos em balanço pelo seu justo valor.

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivados para cobertura dos riscos de taxa de juro e taxa de câmbio (operações de cobertura de justo valor) resultantes de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para aplicação da contabilidade de cobertura são registados como instrumentos financeiros de negociação, nas rubricas de activos ou passivos financeiros detidos para negociação, e todas as variações no seu justo valor são reflectidas em resultados.

#### Contabilidade de cobertura

Os derivados que se qualificam para aplicação de contabilidade de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Banco.

Nos termos previstos no IAS 39, é aplicada a contabilidade de cobertura quando se verificam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Existência de documentação formal da relação de cobertura e da estratégia de gestão de risco do Banco, incluindo os seguintes aspectos:

- . Identificação do instrumento de cobertura;
- . Identificação do elemento coberto;
- . Identificação do tipo de risco coberto; e
- . Definição da forma de medição da eficácia da cobertura e acompanhamento subsequente;

- Expectativa inicial de que a relação de cobertura seja altamente eficaz; e

- Ao longo da vida da operação, a eficácia da cobertura se situe no intervalo entre 80% e 125%. A eficácia das coberturas é testada em cada data de reporte financeiro, comparando a variação do justo valor do elemento coberto, com a variação do justo valor do derivado de cobertura.

A contabilidade de cobertura apenas é aplicada a partir do momento em que todos estes requisitos são cumpridos. Do mesmo modo, se em algum momento, a eficácia de cobertura deixar de se situar no intervalo entre 80% e 125%, a contabilidade de cobertura é descontinuada.

### Cobertura de justo valor

Os ganhos ou perdas na reavaliação de um instrumento de cobertura são reconhecidos em resultados. Caso a cobertura seja eficaz os ganhos ou perdas resultantes da variação do justo valor do elemento coberto relativo ao risco que está a ser coberto são também reconhecidos em resultados.

Se um instrumento de cobertura se vence ou é terminado antecipadamente, os ganhos ou perdas reconhecidos na valorização do risco coberto como correcções de valor dos elementos cobertos são amortizados pelo período remanescente. Se o activo ou passivo coberto é vendido ou liquidado, todos os valores reconhecidos na valorização do risco coberto são reconhecidos em resultados do exercício e o instrumento derivado passa a pertencer à carteira de negociação. Se a cobertura deixar de ser eficaz, os ganhos ou perdas reconhecidos como correcções de valor dos elementos cobertos deverão ser amortizados por resultados pelo período remanescente.

No caso de coberturas de risco de taxa de câmbio de elementos monetários, não é aplicada contabilidade de cobertura, sendo o ganho ou perda associado ao derivado reconhecido em resultados do período, assim como as variações cambiais dos elementos monetários.

### Cobertura de fluxos de caixa

Como cobertura de fluxos de caixa entende-se a cobertura a uma exposição relativa à variabilidade de fluxos futuros, que pode ser atribuída a um risco específico associado a um activo ou passivo reconhecido, ou ainda a uma transacção futura altamente provável, e que possa afectar os resultados.

A aplicação da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa está sujeita aos requisitos anteriormente referidos de contabilidade de cobertura e implica os seguintes registos:

- O ganho ou perda no instrumento de cobertura que seja considerado eficaz é reconhecido directamente em rubrica específica do capital próprio.
- A parte não eficaz é reconhecida em resultados.

Adicionalmente, o ganho ou perda no instrumento de cobertura reconhecido em capitais próprios deverá ser o menor dos seguintes valores:

- a variação acumulada de justo valor do instrumento de cobertura desde o início da cobertura; e
- a variação acumulada no justo valor do elemento coberto, relativo ao risco que está a ser coberto, desde o início da cobertura.

Nesse sentido, se aplicável, a parte não reconhecida em capitais próprios do ganho ou perda do instrumento de cobertura será reconhecida em resultados.

A contabilidade de cobertura de fluxos de caixa deve ser descontinuada se o instrumento de cobertura se vence ou termina antecipadamente, se a cobertura deixar de ser eficaz ou se for decidido terminar a designação de relação de cobertura. Nestes casos, o ganho ou perda acumulado resultante do instrumento de cobertura deve permanecer reconhecido separadamente no capital próprio, sendo reconhecido em resultados no mesmo período de tempo do reconhecimento em resultados dos ganhos ou perdas no elemento coberto.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras o Banco não detinha operações de cobertura de fluxos de caixa.

### Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e este não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

## **f) Outros activos tangíveis**

Os activos tangíveis utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido das amortizações acumuladas.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem:

	ANOS
Imóveis	50
Obras em imóveis arrendados	10
Equipamento	4 a 10
Outras imobilizações	10

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação, realizadas em edifícios que não sejam propriedade do Banco, são amortizadas em prazo compatível com o da sua utilidade esperada ou do contrato de arrendamento.

Conforme previsto no IFRS 1, os activos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2006 foram registados pelo valor contabilístico na data de transição para os IAS/IFRS, que corresponde ao custo ajustado por reavaliações efectuadas nos termos da lei, decorrentes da evolução de índices gerais de preços. Uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resultam dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros. Todas as despesas com a manutenção e reparação são reconhecidos como custo com o princípio da especialização dos exercícios.

#### **g) Activos intangíveis**

O BPN regista nesta rubrica as despesas da fase de desenvolvimento de projectos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como o custo de software adquirido, bem como as despesas adicionais suportadas necessárias à sua implementação, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que são realizados.

Os activos intangíveis são amortizados pelo método das quotas anuais constantes e por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimado o qual, em média, corresponde a três anos.

Os custos subsequentes com os activos intangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros. Todas as despesas com a manutenção e assistência são reconhecidos como custo com o princípio da especialização dos exercícios, assim como os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos.

#### **h) Activos não correntes disponíveis para venda**

O Banco regista em “Activos não correntes disponíveis para venda” os imóveis, equipamentos e outros bens recebidos em dação em cumprimento por pagamento de operações de crédito vencido, que são registados pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores da dívida existente ou da avaliação do imóvel, na data da dação. Os imóveis são objecto de avaliações periódicas que dão lugar ao registo de perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados. Estes activos são registados nesta rubrica a partir do momento da celebração do contrato de dação em cumprimento ou da arrematação judicial, na medida em que estes activos reúnem as condições necessárias à sua alienação imediata e que por isso cumpram os requisitos do IFRS 5.

#### **i) Provisões**

Esta rubrica do passivo inclui as provisões constituídas para fazer face nomeadamente, riscos fiscais, processos judiciais e outros a riscos específicos decorrentes da actividade bancária, de acordo com o IAS 37 (Nota 21).

#### **j) Benefícios de empregados**

##### **Pensões**

Até 31 de Dezembro de 1997 o Banco ainda não tinha aderido ao acordo colectivo de trabalho para o sector bancário. Por essa razão, e até essa data, os seus empregados estavam enquadrados no esquema de reformas da Segurança Social. Durante o ano de 1998, o Banco celebrou com os Sindicatos dos Bancários do Norte, Centro e Sul e Ilhas e com o Sindicato dos Quadros e Técnicos Bancários, Acordos de Adesão ao acordo colectivo de trabalho. Esses acordos prevêem que o Banco assegure as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência relativamente à totalidade do seu pessoal abrangido pelo acordo colectivo de trabalho a partir de 31 de Dezembro de 1997. Com o objectivo de cobrir as responsabilidades com pensões de reforma então assumidas foi constituído um fundo de pensões aberto autónomo, o Fundo de Pensões do Grupo BPN, gerido pela Real Vida Seguros, S.A..

À luz do IFRS 1, o Banco optou por na data de transição, 1 de Janeiro de 2005, aplicar retrospectivamente o IAS 19, tendo efectuado o recálculo dos ganhos e perdas actuariais, sendo estes considerados em "Resultados Transitados".

As responsabilidades por serviços passados em 31 de Dezembro de 2007 foram avaliadas, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, respeitando os pressupostos correspondentes ao Aviso nº 12/2001 do Banco de Portugal. Esse Aviso veio introduzir um conjunto de alterações ao regime de cálculo, registo e financiamento das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência. As alterações e os aspectos mais significativos deste novo regime são:

(i) O custo do exercício com pensões de reforma inclui o custo dos serviços correntes e o custo dos juros deduzido o rendimento esperado do fundo para o exercício.

(ii) Os desvios actuariais e financeiros podem não afectar o resultado do exercício, sendo registados numa rubrica de "Responsabilidades com pensões e outros benefícios - Desvios actuariais - Incluídos no corredor", desde que o respectivo montante não exceda o maior dos seguintes montantes:

-10% do valor actual das responsabilidades por pensões em pagamento e das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo, reportado ao final do exercício que serve de referência para o cálculo dos desvios;

-10% do valor dos activos do fundo de pensões, reportado ao final do exercício que serve de referência para o cálculo dos desvios;

(iii) Os ganhos e perdas que excedem o limite indicado no parágrafo anterior são registados numa rubrica de "Responsabilidades com pensões e outros benefícios - Desvios actuariais - Excesso face ao corredor";

(iv) Não utilização, no cálculo do valor actual por serviços passados do pessoal no activo, dos decrementos de invalidez, a não ser que naquele valor esteja incluído o valor actual das responsabilidades por serviços passados relativo à garantia das pensões de invalidez ou que o risco de invalidez se encontre total e integralmente transferido para uma companhia de seguros.

O BPN utiliza a faculdade de diferimento indicada no ponto (ii) e (iii) tendo registado em "Desvios actuariais - incluídos no corredor" o montante de 8.594 milhares de euros e em "Desvios actuariais - Excesso face ao corredor" o montante de 5.597 milhares de euros.

Nos termos do Aviso do Banco de Portugal nº 12/2001 e da IAS 19, a porção de ganhos e perdas actuariais a ser reconhecida relativamente a cada plano de benefício definido é o excesso do "corredor", dividido pelas médias esperadas das restantes vidas de trabalho dos empregados participantes nesse plano. No entanto, o Banco poderá adoptar qualquer método sistemático que resulte num acelerado reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, na condição de que a mesma base seja aplicada tanto a ganhos como a perdas e que a mesma base seja aplicada consistentemente de período para período.

O financiamento das responsabilidades com pensões de reforma dos empregados no activo é efectuado pelo Banco, de forma a assegurar a solvência do Fundo, sendo os níveis mínimos fixados da seguinte forma:

i) Financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento;

ii) O acréscimo de responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência, calculado de acordo com o referido Aviso nº 12/2001, resultante do somatório das componentes, custo do serviço corrente, custo dos juros, rendimento esperado dos activos do Fundo e ganhos e perdas actuariais, são financiadas através de contribuições efectuadas pelo Banco e da retenção aos seus colaboradores de acordo com o ACTV, de forma a atingir um financiamento mínimo de 95% do valor actual das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo;

iii) O acréscimo de responsabilidades resultante de programas de reforma antecipada é também integralmente financiado pelo BPN.

#### **Benefícios de saúde**

O Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS) constitui uma entidade autónoma e é gerido pelos Sindicatos, e proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna. Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do BPN, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Banco com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

#### **Prémios de antiguidade**

No âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Banco assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos de serviço, prémios de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios de antiguidade são contabilizados pelo Banco de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados a pagar.

O valor das responsabilidades com estes prémios de antiguidade é estimado anualmente pelo Banco, à data do balanço, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. Os pressupostos actuariais utilizados neste cálculo são os mesmos utilizados para apuramento das responsabilidades do Fundo de Pensões.

Anualmente, o aumento da responsabilidade com prémios de antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

### **Remunerações variáveis a colaboradores**

De acordo com as disposições estatutárias do BPN, os accionistas aprovam anualmente em Assembleia-Geral a remuneração variável a ser distribuída aos colaboradores (gratificações), de acordo com a proposta do Conselho de Administração. Estas remunerações variáveis são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

### **k) Impostos sobre os lucros**

Os Impostos sobre os lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos, activos e passivos, sendo reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em títulos disponíveis para venda e em derivados de cobertura de fluxos de caixa, caso em que são também relevados em contas apropriadas dos capitais próprios. Estes impostos diferidos reconhecidos em capitais próprios são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem também reconhecidos os ganhos e perdas que lhe deram origem.

O Banco está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). O rendimento da Sucursal Financeira Exterior na Região Autónoma da Madeira beneficia de isenção até 31 de Dezembro de 2011, ao abrigo do artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 198/2001, de 3 de Julho.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis. Os impostos diferidos activos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

### **l) Locação financeira**

Locação financeira é uma locação na qual, em substância, o locador transfere para o locatário todos os riscos e vantagens inerentes à detenção de um activo, independentemente de o título de propriedade poder, ou não, vir a ser transferido

#### **• Como locatário**

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo, na rubrica Imobilizações corpóreas por contrapartida da rubrica de Outros passivos, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. O imobilizado corpóreo é amortizado conforme descrito na Nota 1.2 f).

As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em custos do exercício e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzido à rubrica de Outros passivos. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

#### **• Como locador**

Os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados em proveitos, enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor global do crédito inicialmente concedido. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

### **m) Locação operacional**

Locação operacional é uma locação que não se enquadra nas condições descritas no parágrafo inicial da l) - Locação Financeira, anteriormente referido.

#### **• Como locatário**

As rendas dos contratos são contabilizadas na rubrica de Credores diversos por contrapartida de custos do exercício.

#### **• Como locador**

Os activos detidos pelo Banco e que tenham sido colocados em de operações de locação operacional são registados na conta de "Activos não correntes detidos para venda" pelo custo de aquisição da propriedade locada.

As rendas dos contratos são contabilizadas na rubrica de Devedores - Clientes de locação operacional por contrapartida de proveitos do exercício em que ocorrem.

#### **n) Fundo de garantia de depósitos**

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92 de 31 de Dezembro, foi criado em 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos e definidas as contribuições iniciais a efectuar pelo conjunto das instituições financeiras participantes do qual o BPN faz parte integrante.

As contribuições iniciais efectuadas no final de 1994 foram amortizadas em 5 anos, com início no exercício de 1995, por contrapartida de resultados e de acordo com o método das quotas constantes.

Relativamente aos anos de 1995 e seguintes, é fixado anualmente o coeficiente da contribuição a aplicar sobre o valor médio dos saldos mensais do ano anterior dos depósitos elegíveis nos termos definidos no Aviso nº 9/95, de 15 de Setembro, do Banco de Portugal. As contribuições anuais são divididas em duas componentes: uma primeira, efectivamente paga e reconhecida como custo do exercício a que diz respeito (em 2007 esta componente foi de 85%), e o restante relevado em contas extrapatrimoniais como compromissos irrevogáveis perante o Fundo de Garantia de Depósitos.

#### **o) Sistema de indemnização aos investidores**

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 222/99 de 22 de Junho foi criado o sistema de indemnização aos investidores destinado a garantir a cobertura dos créditos de que seja sujeito passivo a instituição, como entidade participante no sistema, em consequência de incapacidade financeira para reembolsar ou restituir aos investidores os fundos que lhes sejam devidos e que se encontrem especialmente afectos a operações de investimento ou que sejam detidos, administrados ou geridos por sua conta pela instituição.

Durante o exercício de 2007, por decisão da respectiva entidade, não houve qualquer contribuição para o Sistema de Indemnização aos Investidores.

#### **p) Valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito**

Os valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito encontram-se registados ao valor de cotação, ou na sua falta ao valor nominal

#### **q) Reconhecimento de dividendos**

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

## **2. Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas**

As NCA estabelecem uma série de regras e tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela gestão, que podem afectar o valor dos activos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

### **2.1 Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos**

Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados activos, são utilizados modelos ou técnicas de valorização tal como descrito na Nota 1.3 d). Nesse sentido, as valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

### **2.2 Impostos sobre os lucros**

O reconhecimento de impostos diferidos activos pressupõe a existência de resultados e de matéria colectável futura. Adicionalmente, os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal actual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos diferidos.

Os Serviços Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo BPN para a determinação dos impostos a pagar, durante um período de quatro anos. Assim, é possível que hajam correcções as declarações à lucro tributado dos anos de 2004 e seguintes, resultantes principalmente de diferentes interpretações da legislação fiscal. Contudo, é convicção do Conselho de Administração que não ocorrerão liquidações adicionais de montante significativo no contexto das demonstrações financeiras.

### **2.3 Perdas por imparidade no crédito sobre clientes**

O Banco efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, tendo como referência os níveis mínimos exigidos pelo Banco de Portugal através do Aviso nº 3/95.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos, conforme referido na alínea c) da Nota 1.3.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Banco.

#### **2.4 Pensões e outros benefícios a empregados**

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada das aplicações do Fundo de Pensões e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alteração a estes pressupostos poderiam ter um impacto mais ou menos significativo nos valores determinados.

### Nota 3 - Benefícios a empregados

Até 31 de Dezembro de 1997 o Grupo ainda não tinha aderido ao acordo colectivo de trabalho para o sector bancário. Por essa razão, e até essa data, os seus empregados estavam enquadrados no esquema de reformas da Segurança Social. Durante o ano de 1998, o BPN celebrou com os Sindicatos dos Bancários do Norte, Centro e Sul e Ilhas e com o Sindicato dos Quadros e Técnicos Bancários, Acordos de Adesão ao acordo colectivo de trabalho. Esses acordos prevêm que o BPN assegure as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência relativamente à totalidade do seu pessoal abrangido pelo acordo colectivo de trabalho a partir de 31 de Dezembro de 1997. Com o objectivo de cobrir as responsabilidades com pensões de reforma então assumidas foi constituído o Fundo de Pensões do Grupo BPN gerido pela Real Vida Seguros, S.A..

As responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência assumidas pelas subsidiárias do sector financeiro, estão igualmente cobertas pelo Fundo de Pensões acima referido.

A política contabilística da entidade para reconhecer os ganhos e as perdas actuariais encontra-se já mencionada na alínea j) da Nota 1.3. Nos termos do Aviso do Banco de Portugal nº 12/2001 e da IAS 19, o Banco reconhece anualmente em resultados como ganhos ou perdas, relativamente a cada plano de benefício, uma porção de ganhos e perdas actuariais registadas como excesso do "corredor", dividido este pelas médias esperadas das restantes vidas de trabalho dos empregados participantes nesse plano.

O plano de pensões existente no BPN corresponde a um plano de benefícios definidos, uma vez que define os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição. O plano é substitutivo da Segurança Social e totalmente independente da mesma para todos os empregados que descontam para o SAMS ("Regime Geral") e complementar e dependente dos benefícios do regime público da Segurança Social para os restantes empregados.

O financiamento do Plano de Pensões deve prever em 2008 as seguintes entregas ao Fundo de Pensões:

	Contribuições Expectáveis	
	2008	2007
Velhice	4.921	4.384
Invalidez	2.514	2.250
Sobrevivência Imediata	674	588
Subsídio por Morte	125	0
	8.234	7.222

milhares €

Os principais pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos		Verificado	
	2007	2006	2007	2006
<b>Pressupostos Financeiros</b>				
Taxa de Desconto	5%	5%	5%	5%
Taxa de Rendimento dos Activos do Fundo	5%	5%	0,27%	5%
Taxa de crescimento dos salários pensionáveis	2,5%	2,5%	5,50%	2,50%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	1,5%	3,40%	1,50%
<b>Pressupostos Demográficos e Métodos de avaliação</b>				
Tábua de Mortalidade				
Homens	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90
Mulheres	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80	EVK 80	EVK 80
Taxa de Rotação de Pessoal	0%	0%	0%	0%
Métodos de Valorização Actuarial	Project Unit Credit		Project Unit Credit	

Os métodos de cálculo são os que serviram de base à avaliação de responsabilidades referentes a 31 de Dezembro de 2007, deixando de assumir a carga do fundo as responsabilidades com prémios de antiguidade (desde 2006), e considerando as responsabilidades de 6,5% para os SAMS. Passámos a calcular as responsabilidades com Subsídios por Morte, após reforma, para os empregados que não descontam para a Segurança Social.

De acordo com a política contabilística adoptada pelo BPN, S.A. a taxa de desconto utilizada para estimar responsabilidades com pensões de reforma e com benefícios de saúde, corresponde às taxas de mercado vigentes à data de balanço, associadas a obrigações de baixo risco.

Os métodos de cálculo, são os que serviram de base à avaliação de responsabilidades referentes a 31 de Dezembro de 2006, passando a ser consideradas as responsabilidades de 6,5% (da massa salarial) para os SAMS dos colaboradores do Regime Geral da Segurança Social (S.S.), não estando prevista qualquer alteração para o exercício de 2008.

Passou a englobar-se igualmente, o cálculo das responsabilidades com Subsídios por Morte, após reforma, para os empregados que não descontam para a S.S..

Os participantes no Fundo são desagregados da seguinte forma:

	2007	2006
Nº de empregados em actividade	1.753	1.658
Pensionistas por sobrevivência	3	4
Pensionistas por reforma	3	2
	1.759	1.664

A aplicação da IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de Dezembro de 2007 e 2006:

	milhares €	
	2007	2006
Responsabilidades totais dos serviços passados		
Responsabilidades por pensões em pagamento	1.938	1.235
Das quais: acréscimo de reponsabilidades resultantes de reformas antecipadas efectuadas no exercício	500	494
Responsabilidades por serviços passados de Colaboradores e de ex-Colaboradores	84.001	71.250
	85.939	72.485
Situação patrimonial do fundo de pensões no fim do exercício	83.979	70.085
Excesso/ insuficiência de cobertura	(1.960)	(2.400)
Grau de cobertura das reponsabilidades	97,72%	96,69%
Desvios Actuariais diferidos a 31 de Dezembro	14.190	8.445
Outros	(35)	(11)
Activos/ (responsab.) líq. em balanço a 31 de Dezembro	12.265	6.056

Atendendo à política contabilística preconizada pelo BPN, S.A. e de acordo com a IAS 19 - Benefícios a Empregados, é avaliada para cada plano separadamente, a recuperabilidade do excesso da cobertura do fundo face às respectivas responsabilidades com pensões, com o objectivo de garantir que o mesmo, não ultrapassa o valor actual dos benefícios futuros esperados através da redução das contribuições estimadas.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

	milhares €	
	2007	2006
Responsabilidades do fundo de pensões no início do exercício	72.485	58.003
Custo do serviço corrente	7.222	6.122
Custo do serviço passado	-	-
Custo dos juros	3.803	3.041
Contribuições dos participantes		
(Ganhos) e perdas actuariais do ano:		
- Alterações das tábuas de mortalidade		
- Alterações das taxas de desconto		3.459
- Outros (ganhos) e perdas actuariais do ano	1.217	4.299
Pensões pagas pelo fundo de pensões no exercício	(76)	(38)
Benefícios pagos pela empresa		
Reformas antecipadas		
Outros	1.288	(2.401)
	85.939	72.485

A evolução do valor do Fundo de Pensões nos exercício de 2007 e 2006 pode ser analisada como segue:

	milhares €	
	2007	2006
Situação patrimonial do fundo de pensões no início do exercício	70.085	57.323
Contribuições efectuadas		
pela empresa	12.844	9.556
pelos colaboradores	960	944
Rendimento dos fundo de pensões	189	2.321
Pensões pagas pelo fundo de pensões	(99)	(59)
Outros		
	83.979	70.085

Os activos do Fundo de Pensões podem ser analisados como seguem:

	milhares €	
	2007	2006
Justo valor dos activos do plano		
Acções	11.621	6.240
Outros títulos de rendimento variável	11.129	8.555
Obrigações	43.514	32.087
Imóveis	4.951	4.897
Outros	12.764	18.306
	<b>83.979</b>	<b>70.085</b>

A evolução dos desvios actuariais diferidos em balanço pode ser analisada como segue:

	milhares €	
	2007	2006
Desvios actuariais em 1 de Janeiro	8.445	
(Ganhos) e perdas actuariais do ano:		
- Alterações das tábuas de mortalidade	-	-
- Alterações das taxas de desconto	-	3.459
- Outros (ganhos) e perdas actuariais do ano	4.499	4.299
Amortização do exercício dos desvios fora do corredor		
Amortização adicional por reformas antecipadas	(42)	
Outros	1.288	687
<b>Desvios actuariais em 31 Dezembro</b>	<b>14.190</b>	<b>8.445</b>
Dos quais:		
Dentro do corredor	8.594	7.248
Fora do corredor	5.596	1.197

A evolução dos montantes em balanço do fundo pode ser analisada como segue:

	milhares €	
	2007	2006
(Activos)/ Passivos em 1 de Janeiro	2.399	680
Ganhos e perdas actuariais das responsabilidades	1.217	7.758
Ganhos e perdas actuariais dos fundos	3.282	687
Encargos do ano:		
- custo de serviço corrente	7.222	6.122
- custo de serviço passado	-	-
- custo dos juros	3.803	3.041
- rendimento esperado do fundo	(3.471)	(3.008)
- reformas antecipadas	-	-
- outros	1.288	(2.401)
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pelo Grupo/ empresa	(13.804)	(10.500)
Pensões a pagar/pagas	23	20
<b>(Activos) / Passivos em 31 de Dezembro</b>	<b>1.959</b>	<b>2.399</b>

Os custos do exercício com pensões de reforma podem ser analisados como segue:

	milhares €	
	2007	2006
Custo dos juros	3.803	3.041
Rendimento esperado do fundo	(3.471)	(3.008)
Custo de serviço corrente	7.222	6.122
Custo de serviço passado	-	-
Amortização do exercício dos desvios fora do corredor	-	-
Acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas	42	
Outros	(960)	(944)
<b>Custos com Pessoal (ver Nota 31)</b>	<b>6.636</b>	<b>5.211</b>

A evolução dos activos/ (responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada como segue:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Em 1 de Janeiro</b>	6.057	1.712
Custo do exercício	(6.636)	(5.211)
Utilização de provisões	-	-
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pela empresa	13.804	10.500
Outros	(960)	(944)
<b>Em 31 de Dezembro</b>	<b>12.265</b>	<b>6.057</b>

Os activos/ (responsabilidades) líquidas em balanço encontram-se reflectidos na rubrica de Outros activos e Outros passivos (ver Nota 16 e Nota 23).

#### Prémios por Antiguidade

Conforme referido na Nota 1.3 j), os trabalhadores que atinjam determinados níveis de antiguidade têm direito a um prémio por antiguidade, calculado com base no valor da maior retribuição mensal efectiva a que o trabalhador tenha direito no ano da sua atribuição.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as responsabilidades assumidas e os custos reconhecidos nos exercício com o prémio por antiguidade são como segue:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Responsabilidades em 1 de Janeiro</b>	3.441	2.881
Custo do exercício (ver Nota 31)	567	919
Prémios pagos	(249)	(359)
<b>Responsabilidades em 31 de Dezembro (ver Nota 31)</b>	<b>3.759</b>	<b>3.441</b>

#### Nota 4 - Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
Caixa	85.118	78.674
<b>Depósitos à ordem em bancos centrais</b>		
No Banco de Portugal	426.271	253.281
Em bancos centrais estrangeiros	1.566	1.357
<b>Juros a receber</b>		
	512.955	333.312

A rubrica de Depósitos à ordem em Bancos Centrais inclui depósitos de carácter obrigatório no Banco de Portugal que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa.

O BPN está sujeito ao Sistema de Reservas Mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC), sendo-lhe aplicável sobre esta matéria o disposto no Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu.

De acordo com este regulamento, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem em Bancos Centrais, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

#### Nota 5 - Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Disponibilidades sobre instituições de crédito no país</b>		
Depósitos à ordem	60.331	10.324
Cheques a cobrar	61.114	172.890
Outras disponibilidades	-	-
	121.445	183.214
<b>Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro</b>		
Depósitos à ordem	34.756	284.930
Cheques a cobrar	6.031	6.628
Outras disponibilidades	-	-
	40.787	291.559
<b>Juros a receber</b>		
	16	14
	162.248	474.787

O saldo da rubrica "Cheques a cobrar" sobre instituições de crédito no país corresponde a cheques sacados por terceiros sobre outras instituições residentes, os quais em geral não permanecem nesta conta por mais de um dia útil.

## Nota 6 - Activos e passivos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Activos financeiros detidos para negociação</b>		
<b>Instrumentos de dívida</b>		
<b>Títulos cotados</b>		
De dívida pública nacional		
Obrigações		47.823
De outros emissores nacionais		
Obrigações - dívida não subordinada	8.076	
	8.076	47.823
<b>Instrumentos de capital</b>		
<b>Títulos Cotados</b>		
De emissores nacionais		
Acções	3	
De emissores estrangeiros		
Acções	967	2.431
	970	2.431
<b>Outros títulos</b>	-	1.129
<b>Instrumentos derivados com justo valor positivo</b>	20.274	19.359
	29.320	70.742

## Escalonamento dos títulos detidos para negociação

	milhares €	
	2007	2006
Até 3 meses		
De 3 meses a 1 ano		
De um a cinco anos	8.076	
Mais de cinco anos		47.824
Duração indeterminada	970	3.559
	9.046	51.383

## Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo (activo) e negativo (passivo)

milhares €

		2006							
		Valor de Mercado	Valor Nocial	Valor de Balanço		Valor de Mercado	Valor Nocial	Valor de Balanço	
				Activos	Passivos			Activos	Passivos
<b>Cotados em Bolsa</b>									
<b>Contratos de taxa de câmbio</b>									
Futuros	Compra	1.278	161.723	2.997	1.719	(62)	1.060.679	473	535
	Venda								
<b>Contratos de taxa de juro</b>									
Futuros	Compra	100	141.622	144	44				
	Venda								
<b>Mercado de balcão</b>									
<b>Contratos de taxa de câmbio</b>									
Fx Swaps	Compra	(21)	237.915	(23)	(2)	114	224.533	114	
	Venda	(174)	238.044	40	214				
Fx Forwards	Compra					700	17.494	700	
	Venda								
<b>Contratos de taxa de juro</b>									
Swaps	Compra	11.101	557.636	11.364	263	2.963	1.413.686	10.169	7.206
	Venda	(8.482)	959.230	870	9.352				
Credit Default Swaps	Compra					7	75.930	10	3
	Venda								
Opções	Compra	205	5.000	205		(8.886)	161.290	1.658	10.544
	Venda	(205)	5.000		205				
<b>Contratos sobre outro tipo de subjacente</b>									
Equity Swaps	Compra	(229)	8.088	55	284	(10)	8.262	121	131
	Venda	2.474	71.000	4.622	2.148	4.539	99.650	6.114	1.575
Opções com clientes	Compra								
	Venda	(6.074)	62.912	-	6.074				
		(27)	2.448.170	20.274	20.301	(635)		19.359	19.994

Repartição do valor nocional por maturidades residuais

milhares €

		2007					Total
		Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	
<b>Cotados em Bolsa</b>							
Contratos de taxa de câmbio							
Futuros	Compra	161.723					161.723
	Venda						-
Contratos de taxa de juro							
Futuros	Compra	141.622					141.622
	Venda						-
<b>Mercado de Balcão</b>							
Contratos de taxa de câmbio							
Fx Swaps	Compra	190.104	2.513	13.631	31.667		237.915
	Venda	190.246	2.454	13.744	31.600		238.044
Contratos de taxa de juro							
Swaps	Compra	10.000	10.000	49.957	255.825	231.854	557.636
	Venda	10.000	10.000	25.000	87.228	827.002	959.230
Opções	Compra		5.000				5.000
	Venda		5.000				5.000
Contratos sobre outro tipo de subjacente							
Equity Swaps	Compra	2.372		5.530	186		8.088
	Venda	20.400		29.100	21.500		71.000
Opções com clientes	Compra						-
	Venda	18.028		23.570	21.314		62.912
		744.495	34.967	160.532	449.320	1.058.856	2.448.170

Repartição por categoria de contraparte

milhares €

	2007	
	Valor Nocional	% Valor Nocional
<b>Mercado de Balcão</b>		
OTC com instituições financeiras	1.835.119	75%
OTC com empresas	246.793	10%
OTC com particulares	62.912	3%
<b>Mercados Regulamentados</b>		
Bolsas	303.346	12%
	2.448.170	100%

Detalhe dos Activos financeiros detidos para negociação (que não sejam derivados)

milhares €

Natureza e espécie de título	Quant	Valores Unitários		Valor de Aquisição	Valor de Balanço	Mais-valia	Menos-valia	Imparidade
		Nominal (€)	Preço (€)					
<b>2007</b>								
<b>Instrumentos de dívida</b>								
De outros emissores estrangeiros:								
Dívida não subordinada								
3Y ABSOLUTE	1.000.000	1	0	928	928			
HSBC France 0% 07/12	5.000.000	1	0	5.161	5.161			
DWS GO Top Dovidend Booster Certificate 12/07/2010	20.000	1	0	1.987	1.987			
				<b>8.076</b>	<b>8.076</b>	-	-	-
<b>Instrumentos de capital</b>								
De emissores nacionais								
Valorizados ao justo valor								
LISGRAFICA - Imp. A. Graficas-ACap07	33.996	1	0,10	3	3			
De emissores estrangeiros								
Valorizados ao justo valor								
TAIB BANK B S C	536.671	1	1,57	842	842			
TAIWAN SEMICONDUCTOR - ADR	3	1	6,77	-	-			
JDS UNIPHASE	1	1	9,03	-	-			
ARKEMA	3	11	44,94	-	-			
DWS INVEST COMMODITY PLUS-LC	1.000	1	112,37	112	112			
MLIIF - Japan Value Fund A2	1.194	1	8,04	10	10			
BP Plc	1	1	838,62	1	1			
GLAXOSMITHKLINE	1	1	1.744,05	2	2			
				<b>970</b>	<b>970</b>	-	-	-
				<b>9.046</b>	<b>9.046</b>	-	-	-

## Nota 7 - Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Instrumentos de dívida</b>		
<b>Títulos cotados</b>		
De dívida pública nacional	30.210	227.179
De outros emissores públicos nacionais		6.355
De outros emissores nacionais:		
Operações de titularização	25.103	
Dívida não subordinada	24.550	
Dívida subordinada	-	14.650
De outros emissores estrangeiros:		
Dívida não subordinada	10.024	
	<b>89.887</b>	<b>248.184</b>
<b>Instrumentos de capital</b>		
<b>Títulos cotados</b>		
De emissores nacionais		
Valorizados ao justo valor	151.832	204
De emissores estrangeiros		
Valorizados ao justo valor	4.723	3.761
<b>Títulos não cotados</b>		
De emissores nacionais		
Valorizados ao custo histórico	3.287	
De emissores estrangeiros		
Valorizados ao custo histórico	17	
	<b>159.859</b>	<b>3.966</b>
<b>Outros títulos</b>		
Valorizados ao justo valor	-	131.100
Valorizados ao custo histórico	-	-
	-	<b>131.100</b>
<b>Créditos e outros valores a receber</b>	-	-
	<b>249.746</b>	<b>383.250</b>

No exercício de 2006 alguns investimentos em instrumentos de capital próprio foram divulgados como Investimentos em Associadas, mensurados ao custo. No entanto e considerando o preconizado na IAS 39 os mesmos deveriam ter sido apresentados como Activos Financeiros Disponíveis para Venda. Por se tratarem de investimentos em instrumentos de capital próprio que não têm um preço de mercado cotado e cujo justo valor não pode ser mensurado fiavelmente os mesmos são mensurados pelo custo.

De acordo com a IAS 8 e por ser considerado um erro materialmente relevante na apresentação e divulgação de elementos das demonstrações financeiras o valor dos Activos Financeiros Disponíveis para Venda do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 foi reexpresso com o aumento da rubrica em 4.068 milhares de euros por contrapartida dos Investimentos em Associadas (conforme apresentado na Nota 14).

A carteira de activos financeiros disponíveis para venda, conforme descrito na Nota 1.3 d) ii) é registada ao justo valor, sendo os ganhos e perdas subsequentes reflectidos em capital, em reservas de justo valor. Quando não existe a cotação no mercado activo e cujo o justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade permanecem registados ao custo.

Em 31 de Dezembro de 2007, esta rubrica apresentava o seguinte detalhe:

milhares €

Natureza e espécie de título	Quant	Valores unitários		Valor de aquisição	Valor de balanço	Reserva de justo valor		
		nominal	preço			Positiva	Negativa	Imparidade
<b>Instrumentos de dívida</b>								
De dívida pública nacional				29.637	30.210	154	34	-
- OT - Julho 99/09	1.585.000	1,00	0	1.616	1.610		34	
- OT - Julho 04/08	28.150.000	1,00	0	27.876	28.451	154		
- OT - Abril 0511	150.000	1,00	0	145	149	-		
<b>De outros emissores nacionais:</b>								
<b>Operações de titularização</b>				<b>25.213</b>	<b>25.103</b>	-	-	<b>(167)</b>
- Chaves SME Clo N.º 1 - F	15.613.000	1,00	0	15.613	15.446			(167)
- Chaves SME Clo N.º 1 - E	9.600.000	1,00	0	9.600	9.657			
<b>Dívida não subordinada</b>				<b>24.449</b>	<b>24.550</b>	-	-	-
- VISABEIRA 2007/2014	1	1,00	50.000	2.500	2.561			
- P.C. MAR CAPITAL 1ª EMISSÃO	40	1,00	48.724	1.949	1.978			
- P.C. COFINA - 2ª Emissão	400	1,00	50.000	20.000	20.011			
<b>Dívida não subordinada</b>				<b>10.369</b>	<b>10.024</b>	-	<b>407</b>	-
- K(2) Corp. (Capital Notes) 02-12-22	5.000.000	1,00	1,00	5.369	5.256		174	-
- CITIBANK 0% 26/07/17	7.903.268	1,00	0,68	5.000	4.768		233	-
				<b>89.668</b>	<b>89.887</b>	<b>154</b>	<b>441</b>	<b>(167)</b>
<b>Instrumentos de capital</b>								
<b>De emissores nacionais</b>								
<b>Valorizados ao justo valor</b>				<b>150.602</b>	<b>151.832</b>	<b>2.644</b>	<b>1.417</b>	-
- Nextpart, SGPS, SA	96.661	1,00	1,94	188	241	53		
- BANIF, SGPS - NOM.	12.500	1,00	4,10	51	50		1	
- Fundo Invest. BPN Acções	250.000	1,00	4,99	1.247	1.598	351		
- Fundo Invest. BPN Imonegócios	6.729.575	1,00	6,68	44.982	45.725	742		
- Fundo Invest. IMOREAL	704.699	1,00	107,28	75.598	74.182		1.416	
- BPN IMOGLOBAL	16.694	1,00	1067,09	17.814	18.938	1.124		
- IMOSOCIAL - Fund.Inv. Imobiliário	1.749.276	1,00	6,13	10.722	11.098	374		
<b>Valorizados ao custo histórico</b>				<b>3.359</b>	<b>3.287</b>	-	-	<b>(72)</b>
- Coimbravita- Agência de Desenvolvimento Re	15.000	1,00	4,99	75	75			
- AMB - SGPS, SA	33.300	1,00	4,99	166	94			(72)
-Quartenaire Portugal, SA	8.200	1,00	4,58	37	37			
- ADRAVE-Agência Desenvolvimento Região Val	5.000	1,00	4,99	25	25			
- PME Capital, SA	1.000	1,00	4,49	5	5			
- PME Investimentos, SA	1.000	1,00	4,49	5	5			
- SIBS- Soc. Interbancário de Serviços, SA	20.000	1,00	117,12	2.342	2.342			
- UNICRE, SA	5.882	1,00	94,26	554	554			
- Entigere - Entidade Gestora da Rede Multiser	20.000	1,00	5,00	100	100			
- INEGI - Instituto Engenharia Mec. e Gestão In	10.000	1,00	5,00	50	50			
<b>De emissores estrangeiros</b>								
<b>Valorizados ao justo valor</b>				<b>4.689</b>	<b>4.740</b>	<b>51</b>	-	-
- UBS VAR 26/02/2031	4.050	1,00	1.153,59	4.672	4.723	51		
<b>Valorizados ao custo histórico</b>								
- Sociedade Swift, SA	7	1,00	1.153,59	17	17			
				<b>158.650</b>	<b>159.859</b>	<b>2.695</b>	<b>1.417</b>	<b>(72)</b>
				<b>248.318</b>	<b>249.746</b>	<b>2.849</b>	<b>1.858</b>	<b>(239)</b>

### Escalonamento dos activos financeiros disponíveis para venda por prazos de vencimento

milhares €

	2007	2006
Até 3 meses	20.011	-
De 3 meses a 1 ano	1.978	197.880
De um a cinco anos	15.446	15.613
Mais de cinco anos	57.175	49.950
Duração indeterminada	155.136	119.807
	<b>249.746</b>	<b>383.250</b>

## Nota 8 - Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Aplicações em IC's no país</b>		
Mercado monetário interbancário	-	1.550
Aplicações a muito curto prazo	12.000	41.125
Depósitos	8.868	2.853
Empréstimos	848.980	685.639
Outras aplicações	493	665
Juros a receber	8.133	6.136
	878.474	737.968
<b>Aplicações em IC's no estrangeiro</b>		
Aplicações a muito curto prazo	3.532	-
Depósitos	2.242	2.506
Empréstimos	44.771	92.557
Operações de compra com acordo de revenda	6.177	1.519
Outras aplicações	837	839
Juros a receber	575	783
Receitas diferidas	-	(46)
	58.134	98.158
<b>Imparidade</b>		
	936.608	836.126

O escalonamento das aplicações em IC's por prazos de vencimento é o seguinte:

	2007	2006
Até 3 meses	549.257	637.485
De 3 meses a 1 ano	104.002	32.466
De um a cinco anos	278.602	166.175
Mais de cinco anos	4.747	-
	936.608	836.126

## Nota 9 - Crédito a clientes

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Crédito não titulado</b>		
<b>Interno</b>		
Desconto	337.334	303.774
Empréstimos	942.219	649.102
Créditos em conta corrente	1.784.235	1.681.189
Descobertos em depósitos à ordem	135.562	98.059
Créditos tomados-factoring	-	5
Locação financeira	2	-
Outros créditos	436.945	386.334
<b>Juros a receber</b>	<b>26.851</b>	<b>18.644</b>
<b>Despesas diferidas</b>	<b>98</b>	<b>-</b>
	<b>3.663.246</b>	<b>3.137.107</b>
<b>Ao exterior</b>		
Desconto	12.472	9.522
Empréstimos	52.313	78.462
Créditos em conta corrente	78.536	58.579
Descobertos em depósitos à ordem	45.008	17.695
Créditos tomados-factoring	90	-
Outros créditos	35.648	44.631
<b>Juros a receber</b>	<b>1.941</b>	<b>3.623</b>
	<b>226.008</b>	<b>212.513</b>
<b>Activos titularizados não desreconhecidos</b>		
<b>Crédito a clientes</b>		
Crédito interno	571.542	405.288
<b>Juros a receber</b>	<b>2.815</b>	<b>1.849</b>
	<b>574.357</b>	<b>407.137</b>
<b>Crédito e juros vencidos</b>	<b>53.405</b>	<b>71.773</b>
Correcções de valor de activos objecto de cobertura	(36)	(15)
Comissões associadas ao custo amortizado (liq.)	(8.152)	(1.963)
	<b>45.217</b>	<b>69.795</b>
<b>Imparidade</b>	<b>(48.089)</b>	<b>(46.955)</b>
	<b>4.460.739</b>	<b>3.779.598</b>

O escalonamento dos créditos sobre Clientes por prazos de vencimento é o seguinte:

	milhares €	
	2007	2006
Até 3 meses	1.956.698	1.190.618
De 3 meses a 1 ano	1.113.677	1.169.383
De 1 a 5 anos	621.913	684.033
Mais de 5 anos	816.540	782.519
Duração indeterminada	-	-
	<b>4.508.828</b>	<b>3.826.553</b>

No mês de Dezembro de 2006 o Banco concretizou uma operação de securitização de crédito concedido (CHAVES SME CLO Nº 1), no valor global de 601.210 milhares de euros (ver Nota 20).

Em 31 de Dezembro de 2007, o valor de crédito a clientes inclui o montante de 571.542 milhares de euros, correspondentes ao valor nominal dos créditos cedidos e referente à operação de securitização acima referida.

Estes créditos não foram desreconhecidos do balanço do Banco e estão registados na rubrica Activos titularizados não desreconhecidos. Os fundos recebidos no âmbito desta operação estão registados na rubrica Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização (ver Nota 20).

Por sectores de actividade, o crédito reconhecido no balanço apresenta a seguinte distribuição:

	2007			2006			Var. anual
	Não securitizado	Securitizado	% no total do crédito	Não securitizado	Securitizado	% no total do crédito	
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pescas	54.659	20.739	1,7%	32.586	16.658	1,3%	53,1%
Indústrias Extractivas	22.750	5.547	0,6%	19.285	7.214	0,7%	6,8%
Alimentação, Bebidas e Tabacos	44.414	13.261	1,3%	40.795	14.159	1,4%	5,0%
Têxteis	63.415	9.114	1,6%	72.497	7.888	2,1%	-9,8%
Madeira e Cortiça	42.216	5.432	1,1%	23.185	4.390	0,7%	72,8%
Papel, Artes Gráficas e Editoras	16.002	1.386	0,4%	15.669	2.615	0,5%	-4,9%
Químicas e Actividades Conexas	38.797	5.140	1,0%	14.896	11.163	0,7%	68,6%
Produtos Minerais não Metálicos	69.906	9.742	1,8%	59.468	14.079	1,9%	8,3%
Máquinas, Equipamento e Metalúrgicas de Base	52.586	8.228	1,3%	47.116	1.134	1,3%	26,0%
Fab. Mobiliário e Outras Ind. Transformadoras	77.603	8.828	1,9%	48.073	24.210	1,9%	19,6%
Electricidade, Água e Gás	10.382	11	0,2%	8.786	27	0,2%	17,9%
Construção	511.025	74.335	13,0%	403.955	76.440	12,6%	21,8%
Actividades Imobiliárias	833.223	72.314	20,1%	674.189	72.252	19,5%	21,3%
Comércio a retalho (excepto de veículos)	86.195	36.493	2,7%	77.230	29.466	2,8%	15,0%
Comércio por Grosso e Agentes de Comércio	315.751	53.575	8,2%	276.841	35.689	8,2%	18,2%
Comércio, Manutenção e Reparação de Veículos	65.912	16.283	1,8%	57.873	13.175	1,9%	15,7%
Restaurantes e Hóteis	93.319	21.569	2,5%	70.941	18.389	2,3%	28,6%
Transporte, Armazenagem e Comunicações	25.569	7.547	0,7%	25.289	8.116	0,9%	-0,9%
Outras Actividades de Serviços Prestados	340.237	40.516	8,4%	279.952	28.820	8,1%	23,3%
Intermediação Financeira	176.718	320	3,9%	87.958	713	2,3%	99,7%
Outros	232.185	38.330	6,0%	107.430	1.849	2,9%	147,5%
Particulares	761.606	125.647	19,7%	975.401	18.692	26,0%	-10,7%
<b>Total</b>	<b>3.934.471</b>	<b>574.357</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.419.416</b>	<b>407.137</b>	<b>100,0%</b>	<b>17,8%</b>

## Nota 10 - Derivados de cobertura

	milhares €	
	2007	2006
Derivados de Cobertura activos	77	79
Derivados de Cobertura passivos	-	-
	77	79

A rubrica Instrumentos derivados detidos para cobertura tem a seguinte composição:

2007							
	Produto Coberto	Risco Coberto	Valor Nocial	Justo valor do derivado	Var. justo valor do derivado no ano	Justo valor do elemento coberto (1)	Var. justo valor do elemento coberto no ano (1)
<b>Cobertura de justo valor</b>							
Swaps							
Divisas							
Taxa de juro	Financiamento	Taxa Juro	4.235	77	(2)	4.199	21
			4.235	77	(2)	4.199	21

(1) Atribuível ao risco coberto

milhares €

2006							
	Produto Coberto	Risco Coberto	Valor Nocial	Justo valor do derivado	Var. justo valor do derivado no ano	Justo valor do elemento coberto (1)	Var. justo valor do elemento coberto no ano (1)
<b>Cobertura de justo valor</b>							
Swaps							
Divisas							
Taxa de juro	Financiamento	Taxa Juro	4.235	79	50	111	(126)
			4.235	79	50	111	(126)

(1) Atribuível ao risco coberto

**Apresentação por maturidades**

milhares €

Produto Derivado	2007		2006		
	Valor nocial	Justo valor	Valor nocial	Justo valor	
Até 3 meses					
De 3 meses a 1 ano					
De um a cinco anos	4.235	77	4.235	79	
Mais de cinco anos					
		4.235	77	4.235	79

**Repartição do valor nocial por maturidades residuais**

milhares €

	2007						
	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	
<b>Cobertura de justo valor</b>							
Swaps							
Taxa de juro				4.235		4.235	
		-	-	-	4.235	-	4.235

**Repartição por categoria de contraparte**

	2007			
	Valor Nocial	Risco de Crédito	% Valor Nocial	
<b>Mercado de Balcão</b>				
OTC com instituições financeiras	4.235	77	100%	
<b>Mercados Regulamentados</b>				
Bolsas				
		4.235	77	100%

**Nota 11 - Activos e Passivos não correntes detidos para venda**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

milhares €

	2007	2006	
<b>Activos</b>			
Imóveis	56.118	32.549	
Equipamento	1.127	210	
Outros activos tangíveis	-	-	
Outros activos	-	-	
		57.245	32.759
Imparidade	(1.069)	(360)	
<b>Passivos</b>			
		56.176	32.399

## Nota 12 - Outros activos tangíveis

O movimento ocorrido na rubrica Outros activos tangíveis durante o exercício de 2007 foi o seguinte:

milhares €

	31.12.06		Aquisições	Alienações e abates	Transf.	Amortiz. Exercício	Saldo 31.12.07
	Valor bruto	Amortiz. Acumuladas					
<b>Imóveis em uso</b>							
Imóveis de serviço próprio	7.337	957	8			123	6.265
Outros imóveis	-	-					-
Obras em imóveis arrendados	20.556	9.957	1.418	59		2.077	9.881
	27.893	10.914	1.426	59	-	2.200	16.146
<b>Equipamento</b>							
Mobiliário e material	3.124	2.529	2			328	269
Máquinas e ferramentas	4.798	4.035	11			363	411
Equip. informático	6.338	6.196	33			56	119
Instalações interiores	2.412	2.249	20	18		83	82
Material de transporte	258	205	56			53	56
Equip. segurança	1.615	999	11			156	471
Outro equipamento	1	1				-	-
	18.546	16.214	133	18	-	1.039	1.408
Equipamento em locação operacional							-
Equipamento em locação financeira	2.772	2.757	10.993	3.806		198	7.004
Activos tangíveis em curso	4	-	189		(38)		155
Outros activos tangíveis	1.829	8	2.842				4.663
	4.605	2.765	14.024	3.806	(38)	198	11.822
	51.044	29.893	15.583	3.883	(38)	3.437	29.376

## Nota 13 - Activos intangíveis

O movimento ocorrido na rubrica Activos intangíveis durante o exercício de 2007 foi o seguinte:

milhares €

	31.12.06		Aquisições	Alienações e abates	Transf.	Amortiz. Exercício	Saldo 31.12.07
	Valor bruto	Amortiz. Acumuladas					
Sistemas de tratamento automático de dados	4.892	4.856			808	207	637
Outros activos intangíveis	2.439	2.435		-		4	-
	7.331	7.291	-	-	808	211	637
Activos intangíveis em curso	5.780	-	1.865		(770)		6.875
	13.111	7.291	1.865	-	38	211	7.512

## Nota 14 - Investimentos em associadas

Esta rubrica tem a seguinte composição:

milhares €

	Partic.efectiva (%)		Valor de Balanço		Capital Próprio		Resultado Líquido	
	31.12.07	31.12.06	31.12.07	31.12.06	31.12.07	31.12.06	31.12.07	31.12.06
BPN - Participações Financeiras, SGPS, Lda	99,80%	99,80%	50	50	17.358	20.650	7.592	160
Real Vida Seguros, SA	100,00%	100,00%	18.086	17.062	18.359	18.532	429	2.108
Coimbravita- Agência de Desenvolvimento Regional, SA		11,07%		49		360		(56)
AMB - SGPS, SA		11,00%		94		855		a)
Quartenaire Portugal, SA		16,40%		40		681		45
ADRAVE-Agência Desenvolvimento Região Vale do Ave, SA		6,36%		19		238		5
PME Capital, SA		0,02%		4		29.373		1.263
PME Investimentos, SA		0,02%		4		24.223		826
SIBS- Soc. Interbancário de Serviços, SA		0,41%		2.342		63.893		8.959
UNICRE, SA		0,29%		99		47.952		12.923
Soc. Desenvolvimento e Exploração Marina Barra, SA		50,00%		1.250		2.500		-
Entigere - Entidade Gestora da Rede Multiserviços SA		10,00%		100		1.000		(504)
Sociedade SWIFT, SA		0,62%		17		225.053		7.790
INEGI - Instituto Engenharia Mec. e Gestão Industrial		3,00%		50		3.179		296
BPN Serviços, ACE	51,40%	51,00%	51	-	100	-	-	-
			18.187	21.180	35.817	438.489	8.021	33.815

a) Não foram facultadas as demonstrações financeiras relativas ao último exercício encerrado após 2005, sendo considerados os capitais próprios correspondentes à participação detida pelo Banco.

## Nota 15 - Activos e passivos por impostos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Activos por impostos correntes</b>		
IRC a recuperar	2.763	-
Outros	-	-
	2.763	-
<b>Passivos por impostos correntes</b>		
IRC a pagar	4	5.731
Outros	-	-
	4	5.731
<b>Activos por impostos diferidos</b>		
Origem e reversão diferenças temporárias	10.395	8.928
Prejuízos fiscais	-	-
	10.395	8.928
<b>Passivos por impostos diferidos</b>		
Origem e reversão diferenças temporárias	2.719	2.541
Créditos fiscais	-	-
	2.719	2.541
	10.435	656

Esta rubrica tem a seguinte composição em Resultados:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Imposto corrente</b>		
do ano	7.304	9.122
correção de anos anteriores	-	-
	7.304	9.122
<b>Imposto diferido</b>		
origem e reversão de diferença temporárias	(212)	(2.739)
por créditos fiscais	-	-
por prejuízos fiscais	-	-
	(212)	(2.739)
	7.092	6.383

## Decomposição dos activos/passivos por impostos diferidos

milhares €

	Activo		Passivo	
	2007	2006	2007	2006
Instrumentos financeiros derivados	440			131
Activos financeiros disponíveis para venda	556	418	755	1.758
Crédito a clientes		1.362		
Outros activos tangíveis				
Activos intangíveis				
Investimentos em subsidiárias e associadas				
Outros investimentos	283	96		
Provisões	8.299	6.238		
Pensões	583	666	1.964	652
Prémios de antiguidade	234	148		
	10.395	8.928	2.719	2.541

## Movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos, de balanço:

milhares €

	2007	2006
Saldo em 1 de Janeiro	6.387	(3.076)
Reconhecido em resultados	212	2.739
Reconhecido em reserva de justo valor	-	11
Reconhecido em outras reservas	1.077	4
Variação cambial	-	-
Outros	-	6.709
Saldo em 31 de Dezembro (Activo/ (Passivo))	7.676	6.387

## Origem dos Impostos Diferidos reconhecidos em reservas e resultados

milhares €

	2007		2006	
	Reconhecido em Resultados	Reconhecido em Reservas	Reconhecido em Resultados	Reconhecido em Reservas
Instrumentos financeiros derivados	(571)		(2.941)	
Activos financeiros disponíveis para venda	(64)	1.077		
Crédito a clientes	1.362		647	
Outros activos tangíveis				
Activos intangíveis			90	
Investimentos em subsidiárias e associadas				
Outros investimentos	(187)		(89)	
Provisões	(2.060)		(1.062)	
Pensões	1.394		764	
Prémios de antiguidade	(86)		(148)	
Créditos fiscais				
Prejuízos fiscais reportáveis				
Activos				15
	(212)	1.077	(2.739)	15

## Reconciliação da taxa de Imposto

milhares €

	2007		2006	
	%	Valor	%	Valor
<b>Resultados antes de Impostos e Interesses Minoritários</b>		47.897		56.263
Taxa de Imposto da empresa	27,2%		27,1%	
Imposto apurado com base na taxa de imposto da empresa		13.018		15.221
Dividendos excluídos de tributação	-12,8%	(6.110)	-12,5%	(7.034)
Lucros em unidades com regime de tributação mais favorável	-0,1%	(47)	0,0%	
Custos não dedutíveis	1,3%	614	0,7%	378
Provisões p/ Riscos Gerais de Crédito	-4,3%	(2.060)	-1,9%	(1.062)
Benefícios 1º emprego	0,0%	-	-0,5%	(300)
Instrumentos financeiros derivados	-1,5%	(721)	-5,2%	(2.941)
Activos financeiros disponíveis para venda	-0,1%	(64)	1,3%	747
Outros investimentos	-0,4%	(187)	-0,2%	(89)
Credito a clientes	2,8%	1.362	1,1%	647
Prémios de antiguidade	-0,2%	(86)	-0,3%	(148)
Fundo Pensões	2,9%	1.394	1,4%	764
Outros	0,0%	(21)	0,4%	200
	14,81%	7.092	11,34%	6.383

## Nota 16 - Outros activos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

milhares €

	2007	2006
<b>Devedores, outras aplicações e outros activos</b>		
Devedores por bonificações de juros de crédito imobiliário	8	6
Contas caução	14	2
Suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados	105.988	105.988
Devedores por operações sobre futuros e opções	1.195	1.495
Outras aplicações	12.516	12.923
Sector público administrativo	386	223
Devedores diversos	8.287	6.504
	128.394	127.141
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	(648)	-
	127.746	127.141
<b>Outros activos</b>		
Outros metais preciosos, numismática e medalhística	27	27
	27	27
Imparidade para outros activos	-	-
	27	27
<b>Rendimentos a receber</b>		
Juros e rendimentos similares	-	557
Outros rendimentos a receber	12.500	26.004
	12.500	26.561
<b>Despesas com encargo diferido</b>		
Outras despesas com encargo diferido	849	901
	849	901
<b>Fundo de pensões (ver Nota 3)</b>		
Excesso de cobertura	-	-
Desvios actuariais	14.190	8.445
Despesas com encargo diferido - Fundo de Pensões	-	-
	14.190	8.445
<b>Receitas com rendimento diferido</b>		
Outras operações activas (assoc. ao custo amortizado)	-	(2)
	-	(2)
<b>Outras contas de regularização</b>		
Posição cambial	8.085	-
Operações cambiais a liquidar	1.229	927
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	2.420	-
Outras operações a regularizar	41.377	7.479
	53.111	8.406
	208.423	171.479

Os suprimentos concedidos à BPN - PF, SGPS, Lda, não vencem juros e não está previsto o seu prazo de reembolso.

Na rubrica supra de "Devedores, outras aplicações e outros activos - Outras aplicações" está incluído o montante de 12.516 milhares de euros adquiridos pelo Banco em exercícios anteriores, e respeitante à aquisição da componente de juros no contrato cedido no âmbito de uma operação de titularização, que se encontra compensada na rubrica de "Recursos de outras instituições de crédito" conforme referido na Nota 17.

que se encontra compensada na rubrica de "recursos de outras instituições de crédito" conforme referido na nota 17.

Uma vez que a posição cambial em 2006 foi apresentada pelo saldo líquido, não apresenta valor no activo, mas sim no passivo conforme Nota 23.

## Nota 17 - Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Recursos de IC's no país</b>		
Recursos a muito curto prazo	15.488	8.000
Depósitos	77.887	108.537
Empréstimos	5.679	3.857
Juros a pagar	360	596
Encargos diferidos	(736)	-
	98.678	120.990
<b>Recursos de IC's no estrangeiro</b>		
Depósitos	674.144	554.443
Empréstimos	343.350	332.332
Outros recursos	18.215	943
Juros a pagar	2.531	2.513
	1.038.240	890.231
	1.136.918	1.011.221

Conforme foi referido na Nota 16, na rubrica de "Recursos em instituições de crédito no estrangeiro" está incluído o montante de 12.516 milhares de euros, relativo a um depósito a prazo que se encontra a garantir a aquisição em exercícios anteriores da componente de juros no contrato de securitização.

## Escalonamento dos Recursos de outras IC's

	milhares €	
	2007	2006
Até 3 meses	816.592	786.973
De 3 meses a 1 ano	49.810	117.186
De um a cinco anos	270.516	107.062
Mais de cinco anos	-	-
	1.136.918	1.011.221

## Nota 18 - Recursos de clientes e outros empréstimos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Recursos de clientes</b>		
Depósitos à ordem	1.101.533	1.134.405
Depósitos a prazo	2.827.723	2.203.023
Depósitos de poupança	95.504	93.755
Depósitos obrigatórios	-	73
Cheques e ordens a pagar	21.725	21.086
Outros	7.235	7.051
Juros a pagar	30.972	22.187
	4.084.692	3.481.580
	-	-
<b>Outros</b>		
Correcções de valor de passivos que sejam objecto de operações de cobertura	(2.749)	(4.218)
	(2.749)	(4.218)
	4.081.943	3.477.363

## Escalonamento dos Recursos de clientes e outros empréstimos

	milhares €	
	2007	2006
Exigível à vista	1.101.533	1.134.404
<b>Exigível a prazo</b>		
Até 3 meses	1.244.820	1.432.028
De 3 meses a 1 ano	1.113.677	837.254
De um a cinco anos	621.913	73.677
Mais de cinco anos		
	4.081.943	3.477.363

## Nota 19 - Responsabilidades representadas por títulos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Obrigações de caixa</b>		
Emissões	25.000	40.040
	25.000	40.040
Juros a pagar	113	1.287
Responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	-	(282)
Correcções de valor de passivos que sejam objecto de operações de cobertura	(2.870)	(1.894)
	(2.757)	(889)
	22.243	39.151

## Duração residual de responsabilidades representadas por títulos

	milhares €	
	2007	2006
Até 3 meses	-	-
De 3 meses a 1 ano	-	-
De um a cinco anos	22.243	19.111
Mais de cinco anos	-	20.040
	22.243	39.151

As características das responsabilidades são como se segue:

milhares €

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Montante	Obs.
<b>Obrigações</b>					
Obrigações de Caixa BPN Dividendos	Abr-2007	Abr-2009	*	5.000	
Obrigações de Caixa BPN Competição Ibérica	Out-2007	Out-2010	**	10.000	
Obrigações de Caixa BPN Private Equity	Jul-2007	Jul-2010	***	10.000	
				25.000	
Periodificações, custos e proveitos diferidos				113	
				25.113	

As remunerações são as seguintes:

\* Na Data de Reembolso, a Remuneração Variável aplicável é determinada da seguinte forma:

$VN \times \text{Max}(3,85\%, \text{Participação} \times \text{Outperformance})$ .

VN= Valor Nominal

Outperformance = SD3E Final/SD3E Inicial - SX5E Final/SX5E Inicial

SD3E Inicial = Nível oficial de fecho do Índice DJ EURO STOXX Select Dividend 30 na Data de Emissão

SD3E Final = Nível oficial de fecho do Índice DJ EURO STOXX Select Dividend 30 na Data de Valorização

SX5E Inicial = Nível oficial de fecho do Índice Dow Jones EURO STOXX 50 na Data de Emissão

SX5E Final = Nível oficial de fecho do Índice Dow Jones EURO STOXX 50 na Data de Valorização

Participação = 100%

Isto é, o cliente receberá, na Data de Reembolso, uma remuneração variável igual ao máximo entre 3,85% e 100% da diferença entre variação do Índice Dow Jones EURO STOXX Selet Dividend 30 e a variação do Índice Dow Jones Euro Stoxx 50

\*\* A remuneração variável, a ser paga na Data de Reembolso, é igual ao máximo entre 0% do Valor Nominal e 80% do produto do Valor Nominal com a melhor performance entre o IBEX e o PSI20.

A fórmula de cálculo é a seguinte:

$$VN \times \text{Max}[0\%; 80\% \times \text{MelhorPerformance}]$$

Onde:

VN Significa Valor Nominal

Max significa o maior valor a que se refere

Melhor Performance = Max (Performance<sub>(i)</sub>)

Performance<sub>(i)</sub> para cada índice:  $\frac{\text{Média}}{\text{Índice (i)}_{\text{inicial}}} - 1$

\*\*\* A remuneração, a ser paga na Data de Reembolso, é igual ao máximo entre 3% do Valor Nominal e 108% do produto do Valor Nominal com a Performance do Cabaz.

A fórmula de cálculo é a seguinte:

$$VN \times \text{Max}[3\%; 108\% \times \text{PerformanceCabaz}]$$

Onde:

VN significa Valor Nominal

Max significa o maior valor a que se refere

Performance do Cabaz = Variação do Índice

Variação do Índice =

$$\frac{1}{36} \sum_{i=1}^{36} \frac{\text{Índice (i)}}{\text{Índice (0)}} - 1$$

Nível de Fecho Oficial do Índice de Referência na Data de Observação Inicial isto é na Data de Emissão.

Nível de Fecho Oficial do Índice de Referência na Data de Observação (i) (para i= 1 até 36).

## Nota 20 - Passivos financeiros associados a activos transferidos

O BPN, S.A., lançou em 20 de Dezembro de 2006, uma operação de titularização sob a designação de Chaves SME CLO No.1. As principais características da operação, são resumidas no quadro seguinte:

Denominação	Montante (milhares Euros)	Data de emissão	Vida média		Garantia	Spread
			estimada			
- Chaves SME CLO No.1	601.210	20-12-2006	5,73 anos		Créditos a PME's	0,20%
Montante liquidado	601.210					

Nesta rubrica está relevado o montante líquido de 570.753 milhares de euros, com referência à data de 31 de Dezembro de 2007, respeitante à operação de titularização de crédito realizada no exercício de 2006 CHAVES SME CLO No. 1, já referida na Nota 9. Entre a data do cálculo do montante de crédito titularizado e 31 de Dezembro de 2007 ocorreram liquidações e cedência de novos créditos, totalizando um montante líquido de 30.457 milhares de euros.

Os contratos cedidos não foram desreconhecidos dos activos do Banco.

As entidades envolvidas na operação e respectivas funções foram as seguintes:

---

Entidade Cedente/"Originator"	BPN - Banco Português de Negócios, SA
Entidade Compradora e emitente dos títulos /"Issuer"	SAGRES - Sociedade de Titularização de Créditos, SA
"Common Representative"	The Law Debenture Trust Corporation plc
Gestores / "Managers"	Citibank, N.A. (London Branch)
Co-Manager	Banco Efisa, SA
"Sole Arranger & Bookrunner"	The Royal Bank of Scotland plc
"Swap (ou Hedge) Counterparty"	The Royal Bank of Scotland plc
Principal Agente Pagador	Citibank, N.A. (London Branch)
Luxembourg Paying Agent/ "Listing Agent"	Dexia Banque Internationale à Luxembourg, SA

---

O valor de emissão das notas para os investidores é apresentado no quadro seguinte:

Denominação	Valor	Rating	Rating		Taxa de Juro
			Moody's	S&P	
Class A Secured Floating Rate Notes	527.550	Fevereiro/2010	Aaa	AAA	EURIBOR 3M + 18 bps
Class B Secured Floating Rate Notes	21.000	Novembro/2015	Aa2	AA	EURIBOR 3M + 25 bps
Class C Secured Floating Rate Notes	38.050	Agosto/2016	A1	A-	EURIBOR 3M + 45 bps
Class D Secured Floating Rate Notes	4.900	Agosto/2016	A3	BBB	EURIBOR 3M + 55 bps
Class E Secured Floating Rate Notes	9.600	Agosto/2016	Baa2	BBB	EURIBOR 3M + 60 bps
	601.100				

## Nota 21 - Provisões e imparidades

O movimento ocorrido nas provisões e imparidades durante o exercício foi o seguinte:

	milhares €					
	Saldo 31.12.06	Aumentos	Reposições/ Reversões	Utilizações	Transf.	Saldo 31.12.07
Imparidades em activos financeiros disponíveis para venda:	-					-
Instrumentos de dívida	-	167				167
Instrumentos de capital	-	72				72
Outros títulos	-					-
Créditos e outros valores a receber	-					-
Provisões para aplicações em IC's	-	411	(411)			-
Provisões para crédito a clientes	46.955	21.107	(5.633)	(13.751)	(589)	48.089
Provisões para associadas e empreendimentos conjuntos	-					-
Imparidades em activos com acordo de recompra	-					-
Provisões para outros activos detidos até à maturidade	-					-
Imparidades em activos não correntes detidos para venda	360	709				1.069
Provisões para outros activos	-	81	(14)	(8)	589	648
Provisões para riscos gerais de crédito	38.095	7.783	(67)			45.811
Provisões para reestruturações						
Outras provisões	12.199					12.199
	<b>97.609</b>	<b>30.330</b>	<b>(6.125)</b>	<b>(13.759)</b>	<b>-</b>	<b>108.055</b>

## Nota 22 - Outros passivos subordinados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Empréstimos subordinados</b>		
Titulados		
Emissões	150.000	150.000
	150.000	150.000
Encargos a pagar	465	
	465	-
	150.465	150.000

As características dos passivos subordinados são como se segue:

milhares €					
Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Montante	Obs.
<b>Empréstimos subordinados</b>					
Obrigações de caixa subordinadas BPN (SFE)	Maio 2003	Maio 2013	(1)	25.000	
Obrigações de caixa subordinadas BPN	Junho 2003	Junho 2013	(1)	50.000	
Obrigações de caixa subordinadas BPN	Junho 2003	Junho 2013	(1)	25.000	
Obrigações de caixa subordinadas BPN/2005	Dezembro 2005	Dezembro 2015	(2)	50.000	
				150.000	
Periodificações, custos e proveitos diferidos				465	
				150.465	

(1) A taxa de juro do 1º cupão foi de 4,75% sendo a dos restantes cupões correspondente à Euribor a 6 Meses em vigor no segundo dia útil imediatamente anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 2%.

O BPN poderá efectuar o reembolso antecipado, total ou parcial, neste último caso por redução do valor nominal, a partir do quinto ano de vida do empréstimo, e em cada data de pagamento de juros, sujeito ao acordo prévio do Banco de Portugal.

Não existem quaisquer condições de subordinação que permitam a conversão do passivo subordinado em capital ou em outra forma de passivo

(2) A taxa de juro do 1º cupão foi de 4% sendo que: a) nos cupões que se vencem de 22/12/2006 a 22/12/2010 correspondente à Euribor a 6 Meses em vigor no segundo dia útil imediatamente anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 1,15% b) nos restantes cupões correspondente à Euribor a 6 Meses em vigor no segundo dia útil imediatamente anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 1,5%.

O BPN poderá efectuar o reembolso antecipado, total ou parcial, neste último caso por redução do valor nominal, a partir do quinto ano de vida do empréstimo, e em cada data de pagamento de juros, sujeito ao acordo prévio do Banco de Portugal.

## Nota 23 - Outros passivos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Credores e outros recursos</b>		
Credores por operações sobre futuros e opções	-	535
Recursos diversos	181.258	155.026
Sector público administrativo	8.938	7.173
Cobranças por conta de terceiros	134	114
Contribuições para outros sistemas de saúde	242	216
Credores diversos		
Credores por fornecimento de bens	13.052	7.129
Outros credores	243	347
	<b>203.867</b>	<b>170.540</b>
<b>Fundo de pensões (ver Nota 3)</b>		
Desvios actuariais negativos	-	-
Défice de cobertura	1.960	2.400
	<b>1.960</b>	<b>2.400</b>
<b>Encargos a pagar</b>		
Juros a pagar	2.353	1.458
Prémios de Antiguidade (ver Nota 3)	3.760	3.441
Outros encargos a pagar	9.760	9.978
	<b>15.873</b>	<b>14.877</b>
<b>Receitas com rendimento diferido</b>		
Outras operações passivas	30	-
De outras rendas	826	736
De garantias prestadas e outros passivos eventuais	14	-
De compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	419	6.624
	<b>1.289</b>	<b>7.360</b>
<b>Outras contas de regularização</b>		
Posição cambial	9.072	910
Operações cambiais a liquidar	207	-
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	-	1.150
Outras operações a regularizar	39.733	256.691
	<b>49.012</b>	<b>258.751</b>
	<b>272.001</b>	<b>453.928</b>

Na rubrica de "Recursos diversos" estão incluídos os montantes recebidos de clientes com a finalidade de garantirem operações activas do Banco, montantes que ascendem a 181.255 milhares de euros.

É de fazer notar, tal como referido na Nota 16, que a posição cambial em 2006 foi apresentada pelo saldo líquido.

## Nota 24 - Capital próprio

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €								
	Capital	Prémios de emissão	instrumentos de capital	Acções próprias	Reservas de reavaliação e de Justo Valor	Reservas de Conversão Cambial	Outras reservas e result.transit.	Resultado exercício	Dividendos antecipados
Saldo 31.12.2006	300.000	6.790	-	-	3.712	-	2.965	49.880	-
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação resultado	-	-	-	-	-	-	17.880	(17.880)	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	40.805	-
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(32.000)	-
Outros	-	-	-	-	(2.984)	-	-	-	-
Saldo 31.12.2007	300.000	6.790	-	-	728	-	20.845	40.805	-

• **Capital subscrito e prémios de emissão**

Em 31 de Dezembro de 2007 o capital social estava representado por 60 milhões de acções de valor nominal de cinco euros, cada, encontrando-se totalmente subscrito e realizado pelo accionista único BPN, SGPS, SA.

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República - I Série B, nº 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

• **Reserva legal**

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário, nomeadamente o artigo 97º do Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social. Conforme deliberação da Assembleia Geral realizada em 19 de Março de 2007, foi transferido para Reserva Legal como aplicação do resultado de 2006, o montante de 4.988 milhares de euros.

• **Reservas de reavaliação**

Estas reservas representam as mais e as menos valias potenciais, líquidas de imparidades reconhecidas em resultados no exercício ou em exercícios anteriores, relativas à carteira de títulos classificados como "activos financeiros disponíveis para venda" e "Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos". O montante destas reservas é apresentado líquido dos impostos diferidos. Os movimentos ocorridos nestas reservas encontram-se reflectidos no mapa "Demonstração de Alterações no Capital Próprio".

**Detalhe das Reservas de Reavaliação e de Justo Valor**

	milhares €	
	2007	2006
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	992	5.053
Reservas por impostos diferidos	(263)	(1.341)
	729	3.712

**Nota 25 - Contas extrapatrimoniais**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Garantias prestadas e outros passivos eventuais</b>		
Garantias e avales	447.036	372.340
Cartas de crédito stand-by	5.500	2.993
Créditos documentários abertos	26.815	27.724
	479.351	403.057
<b>Activos dados em garantia</b>	33.159	29.170
<b>Compromissos perante terceiros</b>		
<b>Compromissos irrevogáveis</b>		
Opções sobre activos	-	9.400
Contratos a prazo de depósitos	2.038	-
Linhas de crédito irrevogáveis	201.875	178.839
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o FGD	3.909	3.771
<b>Compromissos revogáveis</b>	851.635	692.574
	1.059.457	884.584
<b>Responsabilidades por prestação de serviços</b>		
De depósito e guarda de valores	4.003.736	5.777.696
De cobrança de valores	89.773	75.946
	4.093.509	5.853.642

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis, por parte do Banco, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos, revogáveis e irrevogáveis, representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Banco (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Em 31 de Dezembro o saldo da rubrica Activos dados em garantia inclui:

- títulos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito do Crédito intra diário no montante de 26.500 milhares de euros;
- títulos dados em garantia à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (C.M.V.M.) no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 1.689 milhares de euros; e
- títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 4.970 milhares de euros.

## Nota 26 - Margem financeira

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Juros e rendimentos similares</b>		
Juros de disponibilidades	4.053	2.573
Juros de aplicações em instituições de crédito	56.179	37.251
Juros de crédito a clientes	250.151	206.275
Juros de crédito vencido	3.927	2.611
Juros de outros activos financeiros	54.352	4.039
Comissões recebidas ao custo amortizado	12.058	10.177
	<b>380.720</b>	<b>262.925</b>
<b>Juros e encargos similares</b>		
Juros de recursos		
De bancos centrais	79	-
De outras instituições de crédito	42.940	27.017
Depósitos de clientes	131.697	94.833
Outros recursos de clientes	-	-
Juros de responsabilidades representadas por títulos	4.108	1.176
Juros de passivos financeiros	9.721	-
Juros de derivados	-	-
Juros de passivos subordinados	8.806	7.089
Outros juros e encargos	46.853	4.321
Comissões pagas ao custo amortizado	38	-
	<b>244.242</b>	<b>134.436</b>
	<b>136.478</b>	<b>128.489</b>

## Nota 27 - Rendimentos de instrumentos de capital

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
Activos financeiros disponíveis para venda	17.166	626
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos:		
No país	12.500	26.052
No estrangeiro	-	-
Outros instrumentos de capital	-	-
	<b>29.666</b>	<b>26.678</b>

## Nota 28 - Resultados de serviços e comissões

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Serviços e comissões recebidas</b>		
Por garantias prestadas	6.052	5.845
Por compromissos assumidos perante terceiros	415	191
Por operações sobre instrumentos financeiros	-	-
Por serviços prestados	21.906	14.032
Por operações realizadas por conta de terceiros	6.722	5.881
Outras comissões recebidas	9.299	10.419
	<b>44.394</b>	<b>36.368</b>
<b>Serviços e comissões pagas</b>		
Por garantias recebidas	-	-
Por compromissos assumidos por terceiros	-	-
Por operações sobre instrumentos financeiros	20	-
Por serviços bancários prestados por terceiros	13.362	5.377
Por operações realizadas por terceiros	3.170	551
Outras comissões pagas	22	3.780
	<b>16.574</b>	<b>9.708</b>
	<b>27.820</b>	<b>26.660</b>

## Nota 29 - Resultados em operações financeiras

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Ganhos e perdas em operações ao justo valor</b>		
Ganhos em activos financeiros detidos para negociação	69.745	44.252
Perdas em activos financeiros detidos para negociação	69.546	41.418
<b>Ganhos e perdas em activos financeiros detidos para negociação</b>	<b>199</b>	<b>2.833</b>
Ganhos em derivados de cobertura	46	87
Perdas em derivados de cobertura	47	338
<b>Ganhos e perdas em derivados de cobertura</b>	<b>(1)</b>	<b>(251)</b>
Correcções de valor de activos	(21)	(126)
Correcções de valor de passivos	-	-
<b>Valores objecto de operações de cobertura</b>	<b>(21)</b>	<b>(126)</b>
	<b>177</b>	<b>2.456</b>
<b>Ganhos e perdas em activos disponíveis para venda</b>		
Ganhos em instrumentos de dívida	129	10
Perdas em instrumentos de dívida	134	13
<b>Instrumentos de dívida</b>	<b>(5)</b>	<b>(3)</b>
Ganhos em instrumentos de capital	-	-
Perdas em instrumentos de capital	2.919	-
<b>Instrumentos de capital</b>	<b>(2.919)</b>	<b>-</b>
Ganhos em outros títulos	-	125
Perdas em outros títulos	-	-
<b>Outros títulos</b>	<b>-</b>	<b>125</b>
	<b>(2.924)</b>	<b>122</b>
<b>Resultados de reavaliação cambial</b>		
Ganhos em diferenças cambiais	3.255	5.059
Perdas em diferenças cambiais	2.185	2.523
	<b>1.070</b>	<b>2.536</b>
<b>Resultados de alienação de outros activos</b>		
Ganhos em investimentos em filiais	3.479	-
<b>Ganhos e perdas em investimentos em filiais</b>	<b>3.479</b>	<b>-</b>
Ganhos em activos não financeiros	88	-
Perdas em activos não financeiros	206	-
<b>Ganhos e perdas em activos não financeiros</b>	<b>(118)</b>	<b>-</b>
	<b>3.361</b>	<b>-</b>
	<b>1.684</b>	<b>5.114</b>

### Nota 30 - Outros resultados de exploração

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Rendimentos e receitas operacionais</b>		
Rendas	449	73
Ganhos em investimentos em filiais	-	1.458
Ganhos em activos não financeiros	-	71
Outros ganhos e rendimentos operacionais	10.568	10.192
	11.017	11.794
<b>Encargos e gastos operacionais</b>		
Quotizações e donativos	954	211
Contribuições para o FGD	779	703
Outros encargos e gastos operacionais	1.720	1.107
Outros encargos e gastos financeiros	10	8
	3.463	2.029
<b>Outros Impostos</b>		
Impostos indirectos	999	229
Impostos directos	207	69
	1.206	298
	6.348	9.467

### Nota 31 - Custos com pessoal

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
Remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização	1.157	1.184
Remuneração de empregados	50.205	44.839
Prémios por Antiguidade (Nota 3)	567	919
Custos com pensões de reforma e benefícios de saúde (Nota 3)	6.636	5.211
Encargos sociais obrigatórios	9.273	8.263
Outros custos com pessoal	677	134
	68.515	60.550

### Nota 32 - Gastos administrativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
Água energia e combustíveis	2.195	2.029
Material de consumo corrente	84	352
Publicações	58	39
Material de higiene e limpeza	39	38
Outros fornecimentos de terceiros	103	107
Rendas e alugueres	11.437	9.519
Comunicações	4.327	6.869
Deslocações, estadas e representação	2.170	2.246
Publicidade e edição de publicações	755	755
Conservação e reparação	555	616
Transportes	52	97
Formação de pessoal	433	274
Seguros	980	887
Serviços especializados	7.399	6.312
Outros serviços de terceiros	27.143	20.932
	57.730	51.072

### Nota 33 - Provisões e Imparidade

A rubrica de **Provisões líquidas de reposições e anulações** do Grupo BPN, S.A. tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Provisões para contingências fiscais</b>		
Dotações	-	39
	-	39
<b>Provisões para encargos com benefícios aos empregados</b>		
Dotações	6	11
	6	11
<b>Provisões para riscos gerais de crédito</b>		
Dotações	7.777	4.206
Reversões	(67)	(731)
	7.710	3.475
<b>Outras provisões</b>		
Dotações	-	142
Reversões	-	(224)
	-	(82)
	7.716	3.443

A rubrica de **Imparidade do crédito** do Grupo BPN tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Aplicações em instituições de crédito</b>		
Dotações	(411)	(314)
Reversões	411	417
	-	103
<b>Crédito a clientes</b>		
Dotações	(21.107)	(20.750)
Reversões	5.633	745
	(15.474)	(20.005)
	(15.474)	(19.902)

A rubrica de **Imparidade de outros activos** do Grupo BPN tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Outros activos financeiros</b>		
Dotações	(239)	(83)
Reversões	-	107
	(239)	24
<b>Outros activos</b>		
Dotações	(790)	(451)
Reversões	14	-
	(776)	(451)
	(1.015)	(427)

### Nota 34 - Transacções com partes relacionadas

O montante das transacções do BPN, S.A. com sociedades relacionadas em 31 de Dezembro de 2007, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no exercício em análise, apresentam a seguinte composição:

milhares €

Empresa	31.12.2007					
	Aplicações	Recursos	Crédito	Garantias	Proveitos	Custos
Banco Efisa	184.934	16.690	-	5.443	4	-
BPN Crédito	677.526	8.106	-	660	726	-
BPN Brasil	38.913	6	-	-	-	-
BPN - IFI	-	326.873	-	-	-	2.936
BPN - Cayman	12	341.520	-	-	3.863	23.436
BPN Serviços ACE	-	1.098	35.300	9.770	-	25.967
BPN Gestão Activos	-	4.627	-	23	134	-
BPN Internacional, SGPS	-	5	19.435	-	-	-
BPN Imofundos	-	7.839	-	75	321	-
BPN - PF, SGPS, Lda	-	467	-	-	-	-
BPN - Madeira	-	44	-	-	-	-
BPN - SGPS	-	856	4.800	1.200	-	-
Fincor Soc. Corretora	-	2.155	-	-	-	-
Real Seguros	-	-	-	709	261	-
G.P.Saúde	-	-	25.400	1.854	51	-
	901.385	710.286	84.935	19.734	5.360	52.339

### Nota 35 - Acontecimentos após a data do balanço

Até à presente da data não existem acontecimentos subsequentes relevantes que possam afectar a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras em referência à data de 31 de Dezembro de 2007.

## Nota 36 - Relato por Segmentos

### 36.1 Segmentos geográficos

Os segmentos geográficos constituem a base de segmentação principal das demonstrações financeiras, coincidente com o primeiro nível de desagregação da gestão e da informação do Banco.

O reporte de segmentos geográficos do BPN é baseado na localização das diferentes unidades de negócio e reparte-se por dois segmentos principais, conforme quadro a seguir discriminado:

	milhares €		
	Portugal	Países da EU	Total
<b>Demonstração de resultados</b>			
Juros e rendimentos similares	375.485	5.235	380.720
Juros e encargos similares	242.067	2.175	244.242
<b>Margem financeira</b>	<b>133.418</b>	<b>3.060</b>	<b>136.478</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	29.666		29.666
Rendimentos de serviços e comissões	43.486	908	44.394
Encargos com serviços e comissões	16.480	94	16.574
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor atr	177	-	177
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	(2.924)	-	(2.924)
Resultados de reavaliação cambial	1.055	15	1.070
Resultados de alienação de outros activos	3.361	-	3.361
Outros resultados de exploração	6.525	(177)	6.348
<b>Produto bancário</b>	<b>198.284</b>	<b>3.712</b>	<b>201.996</b>
Custos com pessoal e FST's	123.194	3.051	126.245
Amortizações do exercício	3.448	201	3.649
Provisões e imparidade	24.186	19	24.205
<b>Resultado antes de imposto</b>	<b>47.456</b>	<b>441</b>	<b>47.897</b>
Impostos	7.092	-	7.092
<b>Resultado após imposto</b>	<b>40.364</b>	<b>441</b>	<b>40.805</b>
<b>Balanço</b>			
Caixa e aplicações em IC's	1.578.572	33.240	1.611.812
Crédito a clientes	4.393.434	67.305	4.460.739
Activos financeiros	297.330	-	297.330
Outros activos	313.282	1.362	314.644
<b>Total do Activo</b>	<b>6.582.618</b>	<b>101.907</b>	<b>6.684.525</b>
Depósitos de IC's	1.136.901	18	1.136.919
Depósitos de clientes	3.983.452	98.491	4.081.943
Outros passivos	1.095.261	1.234	1.096.495
<b>Total do Passivo</b>	<b>6.215.614</b>	<b>99.743</b>	<b>6.315.357</b>
Capital próprio	367.005	2.163	369.168
<b>Total do Passivo e Capital próprio</b>	<b>6.582.619</b>	<b>101.906</b>	<b>6.684.525</b>

## 36.2 Segmentos por linhas de negócio

O reporte de segmentos por linhas de negócio do BPN reparte-se essencialmente por dois segmentos principais:

### Banca comercial

O Banco é predominantemente focalizado no negócio da banca comercial. A banca comercial inclui:

Banca de retalho - assegura a acção comercial junto dos Clientes particulares, empresas e empresários em nome individual com facturação até 2.5 milhões de euros através de uma rede distribuição multicanal constituída por balcões de retalho, centros de investimento, serviço de homebanking e banca telefónica (BPN Interativo), balcões especializados e rede de promotores externos.

Banca de empresas - assegura a acção comercial junto de empresas privadas, públicas e municipais, de organismos do sector público (incluindo Administração Central e Local) e ainda junto de Fundações e Associações. Engloba ainda a actividade de Project Finance e Parcerias Público-Privadas, na vertente de promoção comercial, estruturação e montagem de operações financeiras e ainda de consultoria relacionada com este tipo de actividade.

### Banca de investimento

A actividade de Banca de Investimento engloba as seguintes áreas de negócio:

Corretagem - inclui as actividades de corretagem (compra e venda de valores mobiliários) realizadas por conta de Clientes;

Private banking - tem a responsabilidade de implementação de estratégias e propostas de investimento apresentadas aos Clientes e assegura a gestão da totalidade ou de parte do seu património financeiro, através da atribuição ao Banco de um mandato de gestão. Adicionalmente, a área de Private Banking assegura a prestação de serviços de planeamento patrimonial, informação fiscal e consultoria empresarial.

Corporate finance - Inclui as actividades referentes à prestação de serviços relacionados com assessoria na análise de projectos e decisões de investimento e com operações de mercado de privatizações e de estruturação de processos de fusões e aquisições.

Em 31 de Dezembro de 2007, a segmentação do balanço do BPN durante o exercício é a seguinte:

	Corporate finance	Trading and sales	Banca de retalho	Banca comercial	Corretagem (retalho)	Outros	Total
milhares €							
<b>Demonstração de resultados</b>							
Juros e rendimentos similares	6.460	5.456	67.377	252.576	-	48.851	380.720
Juros e encargos similares	8.218	2.115	85.260	106.181	-	42.468	244.242
<b>Margem financeira</b>	<b>(1.758)</b>	<b>3.341</b>	<b>(17.883)</b>	<b>146.395</b>	<b>-</b>	<b>6.383</b>	<b>136.478</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	29.150	516	-	-	-	-	29.666
Rendimentos de serviços e comissões	381	-	10.127	24.749	1.082	8.055	44.394
Encargos com serviços e comissões	-	5.579	-	-	1.461	9.534	16.574
Res. de act. e passivos avaliados ao JV através de re	-	177	-	-	-	-	177
Res. de activos financeiros disponíveis para venda	-	(2.924)	-	-	-	-	(2.924)
Resultados de reavaliação cambial	-	1.070	-	-	-	-	1.070
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	-	3.361	3.361
Outros resultados de exploração	1.930	-	897	3.282	-	239	6.348
<b>Produto bancário</b>	<b>29.703</b>	<b>(3.399)</b>	<b>(6.859)</b>	<b>174.426</b>	<b>(379)</b>	<b>8.504</b>	<b>201.996</b>
Custos com pessoal e GGA	38.390	-	17.832	65.256	-	4.767	126.245
Amortizações do exercício	174	124	154	1.443	-	1.754	3.649
Provisões e imparidade	-	80	2.335	21.777	-	13	24.205
<b>Resultado antes de imposto</b>	<b>(8.861)</b>	<b>(3.603)</b>	<b>(27.180)</b>	<b>85.950</b>	<b>(379)</b>	<b>1.970</b>	<b>47.897</b>
Impostos	-	-	-	-	-	7.092	7.092
<b>Resultado após imposto</b>	<b>(8.861)</b>	<b>(3.603)</b>	<b>(27.180)</b>	<b>85.950</b>	<b>(379)</b>	<b>(5.122)</b>	<b>40.805</b>
<b>Balanço</b>							
Caixa e aplicações em IC's	-	773.761	838.051	-	-	-	1.611.812
Crédito a clientes	-	-	1.483.847	2.967.316	-	9.576	4.460.739
Activos financeiros	-	-	-	-	-	297.330	297.330
Outros activos	-	-	-	-	-	314.644	314.644
<b>Total do Activo</b>	<b>-</b>	<b>773.761</b>	<b>2.321.898</b>	<b>2.967.316</b>	<b>-</b>	<b>621.550</b>	<b>6.684.525</b>
Depósitos de IC's	-	-	-	1.136.919	-	-	1.136.919
Depósitos de clientes	-	-	734.754	3.347.189	-	-	4.081.943
Outros passivos	-	1.503	-	9.008	-	1.085.984	1.096.495
<b>Total do Passivo</b>	<b>-</b>	<b>1.503</b>	<b>734.754</b>	<b>4.493.116</b>	<b>-</b>	<b>1.085.984</b>	<b>6.315.357</b>
Capital próprio	-	-	-	-	-	369.168	369.168
<b>Total do Passivo e Capital próprio</b>	<b>-</b>	<b>1.503</b>	<b>734.754</b>	<b>4.493.116</b>	<b>-</b>	<b>1.455.152</b>	<b>6.684.525</b>

## Nota 37 - Justo valor de activos e passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2007, os activos e passivos financeiros apresentavam o seguinte detalhe:

milhares €

	2007			2006		
	Valor de Balanço	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Valor de Balanço	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor
<b>Activo</b>						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	512.955	512.955	-	333.312	333.312	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	162.248	162.248	-	474.787	474.787	-
Activos financeiros detidos para negociação	29.320	29.320	-	70.742	70.742	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de result:	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	249.746	224.453	25.293	383.250	342.733	40.517
Aplicações em instituições de crédito	936.608	936.608	-	836.126	-	836.126
Crédito a Clientes	4.460.739	4.460.739	-	3.779.598	-	3.779.598
Derivados de cobertura	77	77	-	79	79	-
	<b>6.351.693</b>	<b>6.326.400</b>	<b>25.293</b>	<b>5.877.893</b>	<b>1.221.653</b>	<b>4.656.240</b>
<b>Passivo</b>						
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	20.301	20.301	-	19.994	19.994	-
Recursos de outras instituições de crédito	1.136.919	1.136.919	-	1.011.222	1.011.222	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	4.081.943	4.081.943	-	3.477.363	3.477.363	-
Responsabilidades representadas por títulos	22.243	22.243	-	39.151	39.151	-
Passivos financeiros associados a activos transferidos	570.753	-	570.753	565.279	-	565.279
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-
Outros passivos subordinados	150.465	150.465	-	150.000	150.000	-
	<b>5.982.624</b>	<b>5.411.871</b>	<b>570.753</b>	<b>5.263.009</b>	<b>4.697.730</b>	<b>565.279</b>

Os principais pressupostos e metodologias utilizados na determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros constantes em balanço são:

### Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais, Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito (OIC's) e Aplicações em Instituições de Crédito (IC's)

Tendo em consideração os curtos prazos de maturidade inerentes a estes instrumentos financeiros, o valor registado em balanço, é uma estimativa razoável para o respectivo justo valor.

### Activos Financeiros Disponíveis para Venda

O justo valor dos presentes instrumentos financeiros, decorre de cotações de mercado, quando estas existem, caso contrário, este é estimado com base nos seus fluxos de caixa futuros, relativamente a capital e juros.

### Recursos de Bancos Centrais e Recursos de OIC's

Atendendo aos prazos curtos, associados à maturidade dos instrumentos financeiros em causa, o seu valor de balanço afigura-se como uma estimativa razoável do seu justo valor.

### Recursos de Clientes e Outros Empréstimos

O seu justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros, considerando que o pagamento das prestações devidas, se verifica nas datas contratualmente acordadas. A taxa de desconto utilizada reflecte a taxa de juro efectiva, para instrumentos com características idênticas (valorização ao custo amortizado).

Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é substancialmente inferior a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

## Nota 38 - Gestão de riscos da actividade

O Grupo está exposto aos seguintes riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de mercado;
- Risco cambial;
- Risco de liquidez;
- Risco operacional.

### 38.1 Risco de crédito

A gestão do Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Banco no âmbito da sua actividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários - empréstimos, garantias e outros passivos contingentes - e em produtos de negociação - swaps, forwards e opções (risco de contraparte).

É efectuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão, tal como previsto no Regulamento de Crédito do Banco, especialmente para os clientes com exposição superior aos montantes indicados no referido regulamento. Esta análise, efectuada pelos órgãos competentes, com base em informações obtidas junto de entidades bancárias, de empresas de informação (MOPE e Dun & Bradstreet) e de documentação original do cliente, destina-se a aferir sobre a capacidade financeira de cada cliente, através do cálculo da adequada taxa de esforço.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito, designadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efectuada regularmente, nomeadamente através da Direcção de Análise e Risco. São igualmente objecto de análise regular o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correcto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da actividade corrente das áreas comerciais.

A repartição por sectores de actividade da exposição ao risco de crédito, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, encontra-se já apresentada na Nota 10.

### 38.2 Risco de mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação não antecipadas de variáveis do mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, *spreads* de crédito, preços de títulos de capital, metais preciosos e mercadorias.

A gestão de risco de mercado é integrada com a gestão do balanço pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO), sendo presidido pela Administração do Banco. O referido Comité é composto por membros da Direcção responsáveis pelos pelouros Financeiro e Comercial. Este órgão é responsável pela definição de políticas de afectação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição existentes aos riscos inerentes.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia Value at Risk (VaR) é utilizada. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano.

### 38.3 Risco cambial

A política de gestão de risco cambial é estabelecida pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO), sendo presidido pela Administração do Banco. O referido Comité de Activos e Passivos é composto por membros da Direcção responsáveis pelos pelouros Financeiro e Comercial.

O perfil definido para o risco cambial é consubstanciado na política de minimização das exposições, procedendo-se à cobertura sistemática dos riscos originados pela actividade comercial do Banco.

#### **38.4 Risco de liquidez**

O Risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas exageradas.

A política de gestão de risco de liquidez é estabelecida pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO), sendo presidido pela Administração do Banco. O referido Comité de Activos e Passivos é composto por membros da Direcção responsáveis pelos pelouros Financeiro e Comercial.

A política seguida no âmbito da gestão de risco de liquidez, assenta na gestão de balanço que procura preservar os equilíbrios fundamentais entre maturidade de activos e exigibilidade de passivos, salvaguardando-se a manutenção dos rácios de liquidez em níveis adequados. O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os mismatch negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento por parte do Banco dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal.

#### **38.5 Risco operacional**

O Risco operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por faltas e falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização.

Para gestão do risco operacional encontra-se em curso a implementação de um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, controlo e mitigação desses riscos.

## Balanço Consolidado (BPN - S.A.)

milhares €

	Notas	31.12.07		31.12.06	
		Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido
<b>Activo</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	7	517.593	-	517.593	349.013
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8	209.729	-	209.729	521.635
Activos financeiros detidos para negociação	9	126.056	-	126.056	145.279
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	10	13.653	-	13.653	2.913
Activos financeiros disponíveis para venda	11,28	480.101	539	479.562	582.050
Aplicações em instituições de crédito	12,28	208.590	-	208.590	221.035
Crédito a clientes	13,28	5.804.990	140.910	5.664.080	4.828.060
Investimentos detidos até à maturidade		-	-	-	-
Activos com acordo de recompra		-	-	-	-
Derivados de cobertura	14	115	-	115	79
Activos não correntes detidos para venda		-	-	-	-
Propriedades de investimento	15	14.915	-	14.915	-
Outros activos tangíveis	16	142.003	57.961	84.042	32.261
Activos intangíveis	17	53.880	18.452	35.428	8.719
Investimentos em associadas	18	130.082	-	130.082	133.274
Activos por impostos correntes	19	5.729	-	5.729	858
Activos por impostos diferidos	19	16.456	-	16.456	13.059
Provisões técnicas de resseguros cedido	20	7.913	-	7.913	5.805
Outros activos	21,28				
Devedores por seguro directo e resseguro		5.800	-	5.800	3.526
Outros		259.689	9.307	250.382	133.396
<b>Total de Activo</b>		<b>7.997.294</b>	<b>227.169</b>	<b>7.770.125</b>	<b>6.980.962</b>
<b>Passivo</b>					
Recursos de bancos centrais	22			181.145	77
Passivos financeiros detidos para negociação	9			22.675	27.768
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	23			-	535
Recursos de outras instituições de crédito	24			639.201	546.224
Recursos de clientes e outros empréstimos	25			4.809.198	4.126.333
Responsabilidades representadas por títulos	26			236.533	250.835
Passivos financeiros associados a activos transferidos	27			570.753	565.279
Derivados de cobertura	14			1.295	394
Passivos não correntes detidos para venda				-	-
Provisões	28			3.433	1.074
Provisões técnicas	20			35.893	36.666
Passivos por impostos correntes	19			4.762	9.379
Passivos por impostos diferidos	19			4.023	3.244
Instrumentos representativos de capital				-	-
Outros passivos subordinados	29			150.465	150.000
Outros passivos	30				
Credores por seguro directo e resseguro				328.409	329.811
Outros passivos				374.453	529.156
<b>Total de Passivo</b>				<b>7.362.238</b>	<b>6.576.775</b>
<b>Capital Próprio</b>					
Capital	31			300.000	300.000
Prémios de emissão				6.790	6.790
Outros instrumentos de capital				-	-
Acções próprias				-	-
Reservas de reavaliação				729	3.713
Outras reservas e resultados transitados	31			39.722	28.617
Reservas de conversão cambial				1.629	2.518
Resultado líquido	43			46.986	58.937
Dividendos antecipados				-	-
Interesses minoritários	31			12.031	3.612
<b>Total de Capital Próprio</b>				<b>407.887</b>	<b>404.187</b>
<b>Total de Passivo e de Capital Próprio</b>				<b>7.770.125</b>	<b>6.980.962</b>

## Demonstração dos Resultados Consolidados (BPN - S.A.)

milhares €

	Notas	31.12.07	31.12.06
		Valor líquido	Valor líquido
Juros e rendimentos similares		451.636	332.516
Juros e encargos similares		267.027	168.156
<b>Margem financeira</b>	33	<b>184.609</b>	<b>164.360</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	34	3.561	725
Rendimentos de serviços e comissões	35	76.168	67.907
Encargos com serviços e comissões	35	22.174	14.559
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	36	9.212	16.318
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	36	(1.615)	2.797
Resultados de reavaliação cambial	36	3.435	2.944
Resultados de alienação de outros activos	36	3.485	2.536
Prémios líquidos de resseguro	37	10.253	10.206
Custos com sinistros líquidos de resseguro	37	5.340	13.978
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro	37	(1.230)	4.603
Outros resultados de exploração	38	24.490	36.389
<b>Produto da actividade</b>		<b>287.314</b>	<b>271.042</b>
Custos com pessoal	39	93.135	81.236
Gastos gerais administrativos	40	85.050	78.571
Amortizações do exercício	16,17	12.176	8.969
<b>Custos operacionais</b>		<b>190.361</b>	<b>168.776</b>
Provisões líquidas de reposições e anulações	41	(889)	(2.695)
Imparidade do crédito líquido de reversões e recuperações	41	(29.768)	(32.625)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	41	(761)	703
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	41	(5.502)	(641)
<b>Resultado operacional</b>		<b>60.033</b>	<b>67.008</b>
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (MEP)	42	5.493	8.678
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>65.526</b>	<b>75.686</b>
Impostos			
Correntes	19	15.512	23.146
Diferidos	19	(411)	(6.192)
<b>Resultado após impostos</b>		<b>50.425</b>	<b>58.732</b>
Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas		-	-
Interesses minoritários	31	3.439	(205)
<b>Resultado consolidado do exercício</b>	43	<b>46.986</b>	<b>58.937</b>
<b>Resultado por acção (euros)</b>			
Básico		0,16	0,20
Diluído		0,16	0,20

## Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados

milhares €

	2007.12	2006.12
<b>Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais:</b>		
Juros e comissões recebidas	510.521	525.360
Rendimentos adquiridos nos activos disponíveis para venda	25.463	-
Pagamento de juros e comissões	(286.582)	(285.062)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(160.533)	(139.218)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	38.178	28.631
Recuperação de créditos incobráveis	266	352
Prémios e custos com sinistros, líquidos de resseguro	4.247	5.526
<b>Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais</b>	<b>131.559</b>	<b>135.589</b>
<b>(Aumentos) Diminuições dos activos operacionais</b>		
Aplicações em instituições de crédito	(148.255)	(394.549)
Activos financeiros detidos para negociação	10.453	(42.929)
Créditos a clientes	(858.853)	(567.854)
Activos ao justo valor por resultados	(15.410)	(1.192)
Derivados de Cobertura	1.304	(269)
Activos não correntes detidos para venda	(25.186)	95
Outros activos	(95.439)	(12.875)
<b>Fluxo dos activos operacionais</b>	<b>(1.131.386)</b>	<b>(1.019.573)</b>
<b>Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:</b>		
Recursos de bancos centrais	181.062	-
Recursos de instituições de crédito	61.230	29.569
Recursos de clientes e outros empréstimos	682.385	97.434
Passivos financeiros detidos para negociação	1.418	(11.818)
Outros passivos	(181.115)	889.871
<b>Fluxo dos passivos operacionais</b>	<b>744.980</b>	<b>1.005.056</b>
<b>Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento</b>	<b>(254.847)</b>	<b>121.072</b>
Impostos pagos	(25.336)	(12.573)
<b>Caixa líquida das actividades operacionais</b>	<b>(280.184)</b>	<b>108.499</b>
<b>Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento:</b>		
Dividendos recebidos	2.918	716
Aquisição de activos disponíveis para venda	(320.772)	(285.578)
Alienação de activos disponíveis para venda	405.376	69.267
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(69.924)	(9.077)
Vendas de activos tangíveis e intangíveis	4.109	3.165
Aquisições/ alienações de propriedades de investimento	(97)	-
Investimentos em empresas filiais e associadas	7.048	7.062
<b>Caixa líquida das actividades de investimento</b>	<b>28.658</b>	<b>(214.445)</b>
<b>Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento:</b>		
Aumento de capital	5.000	25.253
Dividendos pagos	(32.000)	(18.000)
Emissão de dívida titulada e subordinada	(13.123)	199.169
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	(5.282)	-
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	(8.739)	-
Juros e custos similares	-	(17)
<b>Caixa líquida das actividades de financiamento</b>	<b>(54.145)</b>	<b>206.405</b>
<b>Aumento (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes</b>	<b>(305.670)</b>	<b>100.459</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Caixa e equivalentes no início do exercício</b>	<b>603.558</b>	<b>503.099</b>
<b>Caixa e equivalentes no fim do exercício</b>	<b>297.888</b>	<b>603.558</b>
<b>Caixa e Equivalentes Engloba:</b>		
Caixa (Nota 7)	88.159	81.923
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito (Nota 8)	209.729	521.635
<b>Total</b>	<b>297.888</b>	<b>603.558</b>

A rubrica "Caixa e seus Equivalentes" não inclui os saldos contabilísticos credores das contas de Depósito à Ordem junto de Instituições de Crédito (I.C.'s), nem os depósitos de natureza obrigatória, realizados junto de Bancos Centrais. Os valores referentes ao exercício de 2006, foram reexpressos por forma a existir a mesma base comparativa. Assim, os fluxos respeitantes aos saldos credores junto de I.C.'s (descobertos em depósitos à ordem), considerados como parte integrante de "Caixa e seus Equivalentes" no exercício de 2006, foram reclassificados para a rubrica "Recursos de Instituições de Crédito". No que se refere aos fluxos de caixa inerentes aos depósitos de carácter obrigatório, foram reclassificados para a rubrica "Aplicações em Instituições de Crédito", em ambos os exercícios.

## Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados

milhares €

	2007.12	2006.12
--	---------	---------

## Demonstração de Alterações no Capital Próprio Consolidado para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007

	milhares €										
	Capital	Prémios de Emissão	Acções Próprias	Reserva Legal	Reservas de Justo Valor	Resultados Transitados	Outras Reservas	Res. Conv. Cambial	Resultado do Exercício	Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2005</b>	<b>300.000</b>	<b>6.790</b>		<b>8.025</b>	<b>2.177</b>	<b>31</b>	<b>17.876</b>	<b>1.525</b>	<b>42.773</b>	<b>3.366</b>	<b>382.563</b>
Ajustamentos no Capital Próprio:											-
Alterações de justo valor, líquidas de imposto					(5.327)						(5.327)
Diferenças de câmbio								993			993
Resultado líquido do exercício									58.937	260	59.197
Outras variações de reservas							(33.226)			(14)	(33.240)
Aumento de capital											-
Constituição de reservas				7.527		(31)	54.375		(42.773)		19.098
Dividendos							(18.000)				(18.000)
Distribuição aos colaboradores							(1.097)				(1.097)
Variações de acções próprias											-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2006</b>	<b>300.000</b>	<b>6.790</b>	<b>-</b>	<b>15.552</b>	<b>(3.150)</b>	<b>-</b>	<b>19.928</b>	<b>2.518</b>	<b>58.937</b>	<b>3.612</b>	<b>404.187</b>
Ajustamentos no Capital Próprio:											-
Alterações de justo valor, líquidas de imposto					(1.678)						(1.678)
Diferenças de câmbio								(889)		40	(849)
Resultado líquido do exercício									46.986	3.440	50.426
Outras variações de reservas							(17.138)			4.939	(12.199)
Constituição de reservas				4.988			21.949		(26.937)		-
Dividendos									(32.000)		(32.000)
Variação de acções próprias											-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2007</b>	<b>300.000</b>	<b>6.790</b>	<b>-</b>	<b>20.540</b>	<b>(4.828)</b>	<b>-</b>	<b>24.739</b>	<b>1.629</b>	<b>46.986</b>	<b>12.031</b>	<b>407.887</b>

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2007

(Montantes expressos em milhares de euros, excepto quando indicado)

### Nota 1. Nota Introdutória

O BPN - Banco Português de Negócios, S.A. (BPN ou Banco) é uma Instituição de Crédito com sede no Porto, que iniciou a actividade bancária em 1 de Julho de 1993 após a conclusão do processo de fusão de duas sociedades de investimento que lhe deram origem.

O Banco está autorizado a operar de acordo com as directrizes reguladoras da actividade bancária, vigentes em Portugal, tendo por objecto a obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, conjuntamente com os seus recursos próprios, na concessão de crédito ou em outros activos, prestando ainda outros serviços bancários no País e no estrangeiro. A sua actividade está sujeita à supervisão do Banco de Portugal, nos termos do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

Para o efeito, o Banco dispõe de uma rede de 213 Agências, das quais 4 em França.

Durante o exercício de 2007, as alterações mais significativas ao nível da estrutura do BPN, S.A. Consolidado, foram as seguintes:

Entidade	Aquisição	Alienação	% Transaccionada
ALCLLeasing	x		36,00%
BPN Acções Global	x		28,19%
Bypass, SA		x	45,00%
Marina da Barra		x	50,00%
Mercapital (constituição)	x		50,00%
Real Re		x	100,00%

Em 31 de Dezembro de 2007, as sociedades que integram o perímetro de consolidação do BPN, S.A. são:

Entidade	Ano Constituição	Ano Aquisição	Sede	Actividade	Participação	Método Consolidação
African Leasing Company, S.A.R.L.	1995	2007	Moçambique	Locação Financeira	35,93%	Eq. Patrimonial
Avipronto	1992	2000	Portugal	Comércio e Criação de Aves	24,71%	Eq. Patrimonial
Banco Efisa	1994	2002	Portugal	Banca Investimento	99,80%	Integral
BIZ Service - Tecnologia em Meios Pagamento, Ltda	2005	2005	Brasil	Tecnologia em Meios de Pagamento	99,80%	Integral
BPN - IFI, SA (Instituição Financeira Internacional)	2006	2006	Cabo Verde	Banca Comercial	99,80%	Integral
BPN Acções Global	2007	2007	Portugal	Fundo Investimento Mobiliário	24,72%	Eq. Patrimonial
BPN Imoglobal	2001	2001	Portugal	Fundo Investimento Imobiliário	23,48%	Eq. Patrimonial
BPN Imoreal	2002	2002	Portugal	Fundo Investimento Imobiliário	39,61%	Eq. Patrimonial
BPN Taxa Fixa Euro	2006	2007	Portugal	Fundo Investimento Mobiliário	23,61%	Eq. Patrimonial
BPN, ACE	2002	2002	Portugal	Prestação Serviços Auxiliares	83,34%	Integral
BPN, Brasil	1967	2003	Brasil	Banca Comercial	79,84%	Integral
BPN, Cayman	2000	2000	Ilhas Caimão	Banca Comercial	99,80%	Integral
BPN, Crédito IFIC	2003	2003	Portugal	Crédito Especializado	99,80%	Integral
BPN, Créditis Brasil	2002	2002	Brasil	Crédito Especializado	99,80%	Integral
BPN, Gestão Activos	1991	1998	Portugal	Gestão de Activos	99,80%	Integral
BPN, Imofundos	1999	1999	Portugal	Gestão Fundos Investimento	99,80%	Integral
BPN, Internacional	1999	1999	Portugal (Madeira)	Gestão de Participações Sociais	99,80%	Integral
BPN, Madeira	2003	2003	Portugal (Madeira)	Banca Comercial	99,80%	Integral
BPN, Participações Brasil	2002	2003	Brasil	Gestão de Participações Sociais	79,84%	Integral
BPN, Participações Financeiras	1999	1999	Brasil	Gestão de Participações Sociais	99,80%	Integral
BPN, S.A.	1993	1993	Portugal	Banca Comercial	100,00%	Integral
Calzeus	2004	2007	Portugal	Produção e Comércio de Vestuário e Calçado	89,73%	Integral
FIQ - Fundo Investimento Qualificado - Banco Efisa	2003	2003	Portugal	Fundo Capital de Risco	29,94%	Eq. Patrimonial
Mercapital	2007	2007	Portugal	Fundo Investimento Imobiliário	50,00%	Integral
Portucale Corretora de Seguros, Ltda	2005	2005	Brasil	Mediação Seguros	34,76%	Eq. Patrimonial
Real Vida Seguros	1988	1999	Portugal	Seguradora	100,00%	Integral

### Nota 2. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram preparadas em conformidade com as International Financial Reporting Standards (IFRS). As normas que não estão divulgadas não são aplicáveis.

### Nota 3. Bases de Apresentação, Comparabilidade da Informação, Princípios de Consolidação e Políticas Contabilísticas

Foram recentemente emitidas e adoptadas pela União Europeia, através de Regulamentos Comunitários, algumas normas contabilísticas, interpretações e alterações às normas já existentes, mas que o Grupo, quando aplicáveis, ainda não seguiu na elaboração das suas demonstrações financeiras consolidadas reportadas a 31 de Dezembro de 2007, pelo facto de não se encontrarem em vigor ou de não ser obrigatória a sua aplicação no exercício de 2007. As normas em causa são:

- Regulamento (CE) n.º 611/2007 de 1 de Junho de 2007  
Publicação da Interpretação IFRIC 11 - "Transacções Intragrupo e de Acções Próprias" Âmbito da IFRS 2" que deve ser aplicada, o mais tardar, a partir da data de início do exercício financeiro de 2009.

- Regulamento (CE) n.º 1358/2007 de 21 de Novembro de 2007  
Adopção da norma IFRS 8 - "Segmentos Operacionais". Esta Norma é aplicável a períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2009.

Por outro lado, foram já emitidas pelo IASB e IFRIC, mas ainda não adoptadas pela UE, as seguintes normas e interpretações: IFRIC 12 - "Service Concession Arrangements" com data de eficácia de 1 de Janeiro de 2008, IFRIC 13 - "Customer Loyalty Programmes" com data de eficácia de 1 de Julho de 2008, e IFRIC 14 - "IAS 19 - The Limit on a Defined Benefit Asset, Minimum Funding Requirements and their Interaction" com data de eficácia de 1 de Janeiro de 2008.

Contudo, o impacto, razoavelmente calculável, destas normas e interpretações no Grupo não será material.

#### 3.1 - Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras individuais do BPN, S.A., das suas subsidiárias e associadas, utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram preparadas com base nos seus registos contabilísticos, que são processados em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos nos Planos de Contas emitidos pelas respectivas autoridades de supervisão.

Até 31 de Dezembro de 2005, as demonstrações financeiras consolidadas do BPN, S.A. foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB) e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto -Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, as demonstrações financeiras consolidadas do BPN, S.A. de 2007, são apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS). Neste sentido, estas demonstrações financeiras consolidadas são preparadas em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração preconizado pelas IFRS, com efeito a 1 de Janeiro de 2005, tal como adoptado na União Europeia.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas do BPN, S.A. apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 e foram preparadas de acordo com as IFRS em vigor, tal como adoptadas na União Europeia até 31 de Dezembro de 2007.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer que o Grupo exerça o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas, com eventual impacto sobre as actuais estimativas e nos montantes de proveitos, custos, activos e passivos. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são apresentadas na Nota 4.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2007, o BPN, S.A. adoptou o IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, bem como a IAS 1 (alterada) Apresentação das demonstrações financeiras - Requisitos de divulgação de capital regulamentar. Estas normas, de aplicação obrigatória com referência a 1 de Janeiro de 2007, tiveram impacto ao nível das divulgações apresentadas, não tendo tido qualquer efeito nos capitais próprios do Grupo. De acordo com as disposições transitórias destas normas, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas em reunião de Conselho de Administração em 4 de Abril de 2008.

#### 3.2 - Comparabilidade da Informação

As políticas contabilísticas utilizadas pelo BPN, S.A. na preparação das demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2007 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de Dezembro de 2006.

#### 3.3 - Princípios de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas do BPN, S.A. apresentadas, reflectem os activos, passivos e resultados da Empresa-Mãe e das suas subsidiárias e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

Procedeu-se à uniformização das políticas contabilísticas de base, observada pelas entidades consolidantes, sempre que tal foi considerado necessário, aplicável ou materialmente relevante.

### Entidades Subsidiárias

São consideradas subsidiárias as entidades sobre as quais o BPN, S.A. exerce controlo. Presume-se a existência de controlo quando se detém mais de metade dos direitos de voto de uma entidade ou possuindo uma percentagem sobre os seus capitais próprios inferior a 50%, detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional da entidade, de modo a obter benefícios das suas actividades. As entidades subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que se assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária, atribuíveis aos interesses minoritários, excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível ao BPN, S.A. Consolidado, sendo os prejuízos contabilizados em resultados na medida em que forem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente são reconhecidos como proveitos do BPN, S.A. Consolidado até que as perdas previamente absorvidas sejam recuperadas.

### Entidades Associadas

São consideradas associadas as entidades sobre as quais o BPN, S.A. Consolidado tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o BPN, S.A. Consolidado exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o BPN, S.A. Consolidado detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto, poderá ainda exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

Os investimentos em associadas são consolidados pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o BPN, S.A. Consolidado adquire influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao BPN, S.A. Consolidado iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver pagamentos em nome da associada.

### Diferenças de Consolidação

As diferenças de consolidação negativas (*goodwill* positivo) resultantes das concentrações de actividades empresariais ocorridas até 1 de Janeiro de 2005 encontram-se deduzidas aos capitais próprios.

O BPN, S.A. Consolidado contabiliza as aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de Janeiro de 2005 pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor, determinado à data da compra, dos activos cedidos, dos passivos incorridos ou assumidos adicionado de quaisquer custos atribuíveis à aquisição.

As diferenças de consolidação representam a diferença entre o valor de custo e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida.

De acordo com a IFRS 3 - Concentrações de Actividades Empresariais, o *goodwill* positivo é reconhecido no activo pelo seu valor de custo e não é amortizado. O valor recuperável do *goodwill* reconhecido no activo é revisto anualmente, independentemente dos sinais de imparidade, conforme previsto na IAS 36 - Imparidade de Activos.

No caso de investimentos em associadas, o *goodwill* está incluído no respectivo valor de balanço determinado com base no método de equivalência patrimonial.

As diferenças de consolidação positivas (*goodwill* negativo ou *badwill*) são reconhecidas directamente em resultados no período em que a aquisição ocorre.

### Entidades de Finalidades Especiais (SPE)

O BPN, S.A. Consolidado patrocina a constituição de Entidades de Finalidade Especial ("SPEs"), com o principal objectivo de efectuar operações de securitização de activos.

O BPN, S.A. Consolidado consolida pelo método integral determinadas entidades de finalidade especial, constituídas especificamente para o cumprimento de um objectivo restrito e bem definido, quando a substância da relação com tais entidades indica que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios definidos pela SIC 12 - Consolidação de Entidades de Finalidades Especiais, nomeadamente:

- As actividades do SPE estão, em substância, a ser conduzidas a favor do BPN, S.A. Consolidado, de acordo com as suas necessidades específicas de negócio, de forma a que o Grupo obtenha benefícios do funcionamento do SPE;
- O BPN, S.A. Consolidado detém o poder de decisão conducente à obtenção da maioria dos benefícios das actividades do SPE;
- O BPN, S.A. Consolidado tem direito a obter a maioria dos benefícios do SPE podendo por isso estar exposto aos riscos inerentes à sua actividade e;
- O BPN, S.A. Consolidado está exposto à maioria dos riscos do SPE com o objectivo de obter os benefícios decorrentes da sua actividade.

## Participações Financeiras em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias e associadas do BPN, S.A. Consolidado são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda do ambiente económico principal onde essas subsidiárias e associadas operam.

As demonstrações financeiras consolidadas do BPN, S.A. Consolidado são preparadas em euros, uma vez que esta é a moeda funcional do BPN, S.A..

As demonstrações financeiras de empresas filiais e associadas, expressas em moeda estrangeira, são precedidas da sua conversão para euros com base no câmbio de divisas, divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal:

- Os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos para euros ao câmbio médio do período em que são reconhecidos;
- As diferenças cambiais associadas à conversão para euros são reconhecidas directamente nos capitais próprios. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda da alienação.

### Saldos e transacções eliminados na consolidação

Os saldos e transacções entre empresas do BPN, S.A. Consolidado, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação.

Os ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção do BPN, S.A. Consolidado nas mesmas.

## 3.4 - Políticas Contabilísticas

### 3.4.1 Conversão cambial

Nas empresas cuja moeda de relato é o Euro, as transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

### 3.4.2 Operações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas segundo o sistema “multi-currency”, isto é, nas respectivas moedas de denominação. Este método prevê que todos os saldos expressos em moeda estrangeira sejam convertidos para Euros com base no câmbio indicativo do dia para operações à vista, divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal.

Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas, são convertidos mensalmente, com base no câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal para o último dia útil do mês.

Os procedimentos contabilísticos diferem em função do efeito que as operações têm sobre a posição cambial:

#### *Posição cambial à vista*

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e dos passivos nessa moeda, acrescidos dos montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios oficiais de divisas do dia, divulgados a título indicativo pelo Banco de Portugal, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional) por contrapartida de contas de custos ou proveitos.

#### *Posição cambial a prazo*

A posição cambial a prazo em cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo aguardando liquidação, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes. Todos os contratos relativos a estas operações (“Currency forwards”) são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação. As diferenças para os respectivos contravalores às taxas contratadas representam o proveito ou o custo da reavaliação da posição a prazo, sendo registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de custos ou proveitos.

### 3.4.3 Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos na data de negociação ou contratação (“trade date”), excepto se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável que os direitos e obrigações inerentes aos valores transaccionados se transferem em data diferente, casos em que será esta última a data relevante.

A mensuração inicial dos activos e passivos financeiros é efectuada e reconhecida ao justo valor, acrescida aos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, excepto para os activos e passivos ao justo valor por via de resultados, em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

Entende-se por justo valor o montante pelo qual um activo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso numa transacção em que não existe relacionamento entre elas.

O justo valor corresponde ao seu valor de mercado, quando existe mercado activo ou, na ausência deste, é determinado tendo por base métodos e técnicas de avaliação. Estes métodos têm subjacentes cálculos matemáticos, baseados em teorias financeiras reconhecidas ou preços calculados com base em activos ou passivos semelhantes transaccionados em mercados activos ou com base em estimativas estatísticas ou outros métodos quantitativos.

#### **Activos e passivos financeiros de negociação**

Os activos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objectivo de venda ou de recompra no curto prazo ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto e para os quais existe evidência de um modelo real recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado, excepto no caso em que o derivado seja um instrumento de cobertura e eficaz, são classificados como de negociação.

Os activos e passivos financeiros de negociação são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados (justo valor através de resultados) e posteriormente valorizados ao justo valor. Os custos e proveitos subsequentes resultantes das alterações do justo valor, periodificação de juros e recebimento de dividendos são reconhecidos na rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados" da demonstração de resultados.

Estas rubricas incluem:

- Títulos de rendimento fixo e variável transaccionados em mercados activos, incluindo posições longas (título comprados) ou curtas (títulos vendidos a descoberto) e derivados adquiridos pelo BPN, S.A. Consolidado para venda ou recompra num prazo muito próximo;
- Títulos afectos às carteiras de seguros de capitalização;
- Títulos de rendimento fixo e variável transaccionados em mercados activos e em que o BPN, S.A. Consolidado tenha optado, na data da escrituração, por registar e avaliar o justo valor através de resultados.

#### **Activos financeiros disponíveis para venda**

Os activos financeiros disponíveis para venda são aqueles activos financeiros não derivados que sejam designados como disponíveis para venda ou que não sejam classificados como: empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou activos financeiros pelo justo valor por via dos resultados. A mensuração inicial de um activo financeiro detido para venda é efectuada pelo seu justo valor, adicionado dos custos de transacção directamente atribuíveis à sua aquisição. A mensuração subsequente destes activos é igualmente ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas (excepto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais de activos monetários), até que os activos sejam desreconhecidos (vendidos) ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais contabilizados em reservas é transferido para resultados.

Esta rubrica inclui:

- Títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação nem como carteira de crédito;
- Títulos de rendimento variável disponíveis para venda.

Os juros são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva, considerando a vida útil esperada do activo. Nas situações em que existe diferença entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) do activo, esta é incluída no cálculo da taxa de juro efectiva.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável, nomeadamente dividendos no caso de acções, são contabilizados em resultados, na data em que são atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveito no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

À data de cada balanço é efectuada uma avaliação para verificar a evidência objectiva da existência (ou não) de imparidade dos activos financeiros. Em caso positivo de evidência de imparidade, a perda acumulada contabilizada nas reservas é removida do capital próprio e reconhecida em resultados.

As perdas por imparidade reconhecidas nos resultados para um investimento num instrumento de capital próprio (títulos de rendimento variável) classificado como disponível para venda não podem ser revertidas, por via dos resultados.

As perdas de imparidade reconhecidas por títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso exista uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido subsequentemente à determinação da imparidade.

As perdas por imparidade reconhecidas num instrumento de capital próprio não cotado que não seja escriturado pelo justo valor porque o seu justo valor não pode ser fiavelmente mensurado não devem ser revertidas.

As variações cambiais de activos não monetários (instrumentos de capital próprio) classificados na carteira de disponíveis para venda são reconhecidas em outras reservas. As variações cambiais dos restantes títulos são contabilizadas em resultados.

#### **Depósitos e outros recursos**

Após o reconhecimento inicial, os depósitos e recursos financeiros de Clientes e Instituições de Crédito são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Nesta categoria estão incluídos os seguros de capitalização do ramo Vida sem participação discricionária de resultados.

#### **Contabilidade de Cobertura**

São realizadas operações de derivados de cobertura de riscos de taxa de juro para cobertura de activos e passivos financeiros individualmente identificados (p.e. empréstimos).

Uma relação de cobertura existe quando:

- i) À data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
- ii) Se espera que a cobertura seja altamente eficaz;
- iii) A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- iv) A cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro; e
- v) Em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

De acordo com a IAS 39, para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, deve ser demonstrada a sua efectividade. Deste modo, o Grupo testa a eficácia da cobertura, comparando a variação do justo valor do instrumento coberto com a variação do justo valor do derivado de cobertura, devendo a relação entre ambos situar-se entre os 80% e 125%. Quando a efectividade está fora do intervalo referido, a contabilidade de cobertura é descontinuada, os derivados são reclassificados para negociação e o valor da reavaliação dos instrumentos cobertos é reconhecido em resultados durante o prazo remanescente da operação. Os testes à eficácia das coberturas são devidamente documentados no final de cada mês, assegurando-se a existência de comprovativos durante a vida das operações cobertas.

#### Cobertura de Justo Valor

As variações do justo valor dos activos que se qualifiquem e classifiquem como de justo valor são reconhecidas em resultados, em conjugação com as variações de justo valor do activo, passivo ou grupo de activos e passivos a cobrir no que é referente ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou o passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

#### Cobertura de Fluxos de Caixa

A porção do ganho ou perda resultante do instrumento de cobertura que seja determinado como uma cobertura eficaz e que se qualifique como cobertura de fluxos de caixa, é reconhecida directamente em capitais próprios. Os ganhos ou perdas da parcela ineficaz da relação de cobertura são reconhecidos em resultados, no momento em que ocorre.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para a demonstração de resultados nos períodos em que o item coberto afecta resultados. No entanto, quando a transacção prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um activo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas contabilizados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos no custo inicial do activo ou passivo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando deixa de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado contabilizado em capitais próprios na data mantém-se nessa rubrica, até que a transacção prevista seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados contabilizados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

#### Derivados Embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e este não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

#### **3.4.4 Créditos a clientes**

O crédito a clientes inclui os créditos concedidos pelo BPN, S.A. Consolidado a Clientes e Instituições de Crédito, que não sejam transaccionados num mercado activo e para os quais não exista intenção de venda.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando: (i) os direitos contratuais do BPN, S.A. Consolidado relativos aos respectivos fluxos de caixa expiram, (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Grupo ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo dos activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido, no momento inicial, ao seu justo valor acrescido dos custos de transacção (comissões, taxas ou outros custos e proveitos associados às operações de crédito). Subsequentemente, o crédito é valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva, sendo deduzidas perdas de imparidade.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos associados a operações de crédito são periodificados ao longo da vida das operações, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. As comissões recebidas por compromissos de crédito são reconhecidas de forma diferida e linear durante a vida do compromisso.

O Grupo avalia regularmente a existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

O BPN, S.A. Consolidado utiliza, conforme previsto pela IAS 39, dois métodos de cálculo das perdas de imparidade: (i) análise individual e (ii) análise colectiva.

#### *(i) Análise Individual*

A avaliação da existência de perdas de imparidade a nível individual é determinada através de uma análise da exposição de crédito caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, o BPN, S.A. Consolidado avalia, em cada data de balanço, a existência da evidência objectiva de imparidade. Nesta avaliação são considerados diversos factores, nomeadamente:

- A exposição de cada cliente junto do BPN, S.A. Consolidado e a existência de crédito vencido;
- A viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face aos serviços de dívida futuros;
- A existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- A deterioração significativa do *'rating'* do cliente;
- O património do cliente em situações de liquidação ou falência;
- A existência de credores privilegiados;
- O montante e os prazos de recuperação estimados.

As perdas por imparidade são calculadas através de comparação do valor actual dos *'cash flows'* futuros esperados descontados à taxa efectiva original de cada contrato e o valor contabilístico de cada crédito, sendo as perdas contabilizadas por contrapartida de resultados. O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no balanço líquido das provisões por perdas de imparidade. Para os créditos com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de juro efectiva anual, aplicável no período em que foi determinada a imparidade.

O cálculo do valor actual dos *'cash flows'* futuros esperados de um crédito com garantias reais, considera os *'cash flows'* que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes à sua recuperação e venda.

Os créditos em que não seja identificada uma evidência objectiva de imparidade, são agrupados em carteiras com características de risco de crédito idêntico, as quais são avaliadas colectivamente.

#### *(ii) Análise Colectiva*

No processo de análise de imparidade numa base colectiva os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo BPN, S.A. Consolidado. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo BPN, S.A. Consolidado, de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Quando o BPN, S.A. Consolidado considera que determinado crédito é incobrável havendo sido reconhecida uma perda de imparidade de 100%, este é abatido ao activo. As recuperações subsequentes de créditos anteriormente abatidos ao activo são reconhecidas em resultados pela diminuição do montante das perdas por imparidade do período.

### 3.4.5 Activos tangíveis

Os activos tangíveis do BPN, S.A. Consolidado, na sua mensuração inicial, são contabilisticamente relevados pelo modelo do custo (custo de aquisição incluindo custos directamente atribuíveis).

O BPN, S.A. Consolidado optou pela aplicação da regra geral definida na IAS 16, em que os activos fixos tangíveis, na sua mensuração subsequente, são escriturados pelo seu custo, deduzido de qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimada do bem, correspondente ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso:

	Anos de vida útil
Imóveis	20 a 50
Obras em Edifícios Próprios	20 a 50
Obras em Edifícios Arrendados	10 a 20
Equipamentos	4 a 10
Outras Imobilizações Corpóreas	10

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação, realizadas em edifícios arrendados, são amortizadas em prazo compatível com a sua utilidade esperada ou do contrato de arrendamento.

Os terrenos não são amortizados.

Os activos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2005 foram registados, conforme previsto na IFRS 1, pelo valor contabilístico na data de transição para as IAS/IFRS, que corresponde ao custo ajustado por reavaliações efectuadas nos termos da lei, decorrentes da evolução de índices gerais de preços e por reavaliações económicas.

### 3.4.6 Activos recebidos em dação por recuperação de créditos

Os activos (imóveis, equipamentos e outros bens) recebidos em dação em cumprimento de crédito vencido são registados na rubrica de Outros Activos, uma vez que nem sempre se encontram em condições de venda imediata e o prazo de detenção destes activos pode ser superior a um ano. Estes activos são reconhecidos pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores de dívida existente ou da avaliação do imóvel, à data da dação em cumprimento do crédito. Sempre que o valor presumível de realização destes imóveis, apurado através de avaliações (líquido de custo de venda) periódicas, seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados, são reconhecidas em resultados perdas por imparidade.

### 3.4.7 Activos intangíveis

Os activos intangíveis correspondem essencialmente a despesas da fase de desenvolvimento de projectos implementados e a implementar, bem como custos de software adquirido, em qualquer das situações quando se espera que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício.

Os activos intangíveis são amortizados pelo método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual em geral, corresponde a um período de três anos.

Todas as despesas referentes a emolumentos notariais, de registo de aumentos de capital e de arranque ("start up costs"); formação de pessoal; publicidade e actividades promocionais, por não cumprirem os critérios de reconhecimento previstos na IAS 38 - Activos Intangíveis, não foram reconhecidos no balanço, sendo ajustados para a rubrica de outras reservas e resultados transitados (momento de transição) e para resultados (no exercício).

### 3.4.8 Locações

O BPN, S.A. Consolidado classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, cumprindo os requisitos definidos na IAS 17 - Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações são classificadas como locações operacionais.

#### *Locações Operacionais*

##### Grupo como locatário

Os pagamentos efectuados pelo BPN, S.A. Consolidado à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos no período a que dizem respeito.

##### Grupo como locador

Os activos que tenham sido adquiridos para a realização de operações de locação operacional são registados na conta de Activos tangíveis, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. Estes activos são amortizados de acordo com o procedimento descrito no Nota 3.4.5.

As rendas dos contratos são contabilizadas na rubrica de Outros Activos, por contrapartida de proveitos do exercício. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento do locador.

#### Grupo como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. Estes activos são amortizados de acordo com o procedimento descrito no Nota 3.4.5.

As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

#### Grupo como locador

Os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

### **3.4.9 Factoring**

Os activos decorrentes das operações de factoring contratadas com recurso são relevados no balanço como créditos concedidos pelo valor dos adiantamentos efectuados por conta dos contratos respectivos.

Os activos decorrentes das operações de factoring, contratadas sem recurso, são relevados no balanço como créditos concedidos pelo valor dos créditos tomados e tendo por contrapartida o reconhecimento de um passivo na rubrica de Credores por operações de factoring. Esta rubrica é debitada pelas entregas efectuadas aos aderentes, por conta do contrato.

O valor das facturas tomadas com recurso, ao abrigo de contratos de factoring, que não foram objecto de adiantamento ao aderente são registadas na rubrica extrapatrimonial. A regularização do saldo desta rubrica ocorrerá à medida que tais facturas forem liquidadas.

Os compromissos resultantes das linhas de crédito negociadas com os aderentes e ainda não utilizadas são registadas como elemento extrapatrimonial.

### **3.4.10 Benefícios aos empregados**

#### **Pensões**

Até 31 de Dezembro de 1997, as entidades financeiras do Grupo, não eram subscritoras do Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) para o sector bancário. Os seus colaboradores, encontravam-se então, enquadrados no sistema de reformas da Segurança Social (S.S.). No decurso do ano de 1998, determinadas entidades financeiras do Grupo, celebraram com os Sindicatos dos Bancários do Norte, Centro, Sul e Ilhas e Quadros e Técnicos Bancários, os acordos de adesão ao ACTV vigente. Estes acordos prevêem que sejam asseguradas as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência e demais benefícios dele decorrentes, relativamente aos colaboradores abrangidos pelo referido acordo, com efeito imediato a partir da data mencionada. Com o objectivo de cobrir as responsabilidades com pensões de reforma, então assumidas, foi constituído o Fundo de Pensões, das subsidiárias do sector financeiro do BPN, S.A. Consolidado, encontrando-se a sua gestão, a cargo da Companhia de Seguros, Real Vida Seguros, S.A. (entidade subsidiária).

A Real Vida Seguros (entidade subsidiária) dispõem igualmente de Fundo de Pensões, enquadrado nos termos do Contrato colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora. As suas características principais, são idênticas às do sector financeiro, destacando-se contudo, o facto de assegurarem exclusivamente o pagamento de pensões por velhice e invalidez.

O Plano de Pensões existente no Grupo, corresponde a um plano de benefícios definido, dado que se encontram estabelecidos os critérios de determinação do valor da pensão que o colaborador receberá no decurso da sua reforma. Este encontra-se dependente de múltiplos factores, tais como e entre outros: a idade, os anos de serviço e o valor da retribuição mensal. O Plano é substitutivo da S.S. e totalmente independente da mesma, para todos os empregados que efectuam descontos para os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS), assumindo carácter complementar e dependente em relação aos benefícios do regime público, para os restantes colaboradores.

O BPN, S.A. Consolidado determina anualmente o valor das responsabilidades com serviços passados através de cálculos actuariais pelo Método de "Crédito da Unidade Projectada" (Project Unit Credit), no que se refere às responsabilidades com serviços passados por velhice e Método de "Prémios Únicos Puros de Rendas Vitalícias Reversíveis e Não Reversíveis", para o cálculo dos benefícios de invalidez e sobrevivência, respectivamente. Estes cálculos são realizados individualmente para cada plano, sendo objecto de revisão por parte de Actuários independentes. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas à data de balanço, para o crescimento dos salários e das pensões e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população das empresas. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades. Os pressupostos são mutuamente compatíveis. O valor das responsabilidades inclui, para além dos benefícios com pensões de reforma, os benefícios com cuidados médicos pós-emprego (SAMS) e com subsídio de morte na reforma.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes de alterações de pressupostos actuariais e de diferenças entre os pressupostos financeiros e actuariais aplicados e os efectivamente verificados, são reconhecidos como um activo ou um passivo, sendo o seu valor acumulado imputado a resultados com base no Método do "Corredor".

O referido método, determina que os ganhos e perdas actuariais diferidos, acumulados no início do ano, que excedam os 10% do maior montante entre o Total das Responsabilidades e do Valor do Fundo, igualmente reportados ao início do ano, sejam imputados a resultados, durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente, dos trabalhadores abrangidos pelo plano. Os ganhos e perdas actuariais que se situem dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

Anualmente, o Grupo reconhece como custo, um valor total líquido composto por: o efeito das reformas antecipadas, que inclui a amortização antecipada dos ganhos e perdas actuariais associados; uma parte dos ganhos e perdas actuariais determinada com base no Método do "Corredor"; o rendimento esperado dos activos do plano e o custo dos juros e do serviço corrente.

Os acréscimos de responsabilidades por serviços passados decorrentes de alterações das condições dos Planos de Pensões, são integralmente reconhecidos como custo, no caso de benefícios adquiridos, ou amortizados durante o período até estes assumirem tal condição. O saldo dos acréscimos de responsabilidades ainda não relevado como custo, encontra-se registado na rubrica "Outros Activos".

Efectuam-se entregas monetárias aos fundos, de acordo com o regime de financiamento determinado pelo Banco de Portugal (BdP), no Aviso N.º 4 / 2005, materializando-se: no financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actual das responsabilidades por serviços passados dos colaboradores no activo e no financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento.

Nas Demonstrações Financeiras do Grupo, o valor das Responsabilidades com Serviços Passados por Pensões de Reforma, Líquido do Valor do Fundo de Pensões, encontra-se contabilizado na rubrica "Outros Passivos".

Os resultados consolidados do Grupo, incluem os seguintes custos, no que se refere a pensões de reforma e sobrevivência:

- custo do serviço corrente (custo do ano);
- custo dos juros da totalidade das responsabilidades;
- rendimento esperado dos fundos de pensões;
- custos com acréscimos de desvios actuariais ou de alterações de pressupostos fora do corredor;
- custos resultantes da alteração das condições do Plano de Pensões;
- Outros.

#### **Benefícios de saúde**

Aos trabalhadores do sector bancário é garantida pelo Grupo, a assistência médica, através do SAMS, que se constitui como uma entidade autónoma, sendo gerida pelo respectivo Sindicato.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, em conformidade com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

As contribuições obrigatórias para o SAMS, a cargo do Grupo, correspondem a 6,5% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de Férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e reconhecimento das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma, é efectuado de forma similar às das responsabilidades com pensões.

#### **Prémios de Antiguidade**

As Instituições Financeiras do Grupo, que aderiram ao ACTV, assumem o compromisso de atribuir aos colaboradores no activo que completarem quinze, vinte e cinco e trinta anos de bom e efectivo serviço, um prémio de valor igual, respectivamente, a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva, no ano da atribuição.

Apesar de contemplados na IAS 19, como devendo ser considerados nas responsabilidades abrangidas pelo Fundo de Pensões, como benefícios de longo prazo, a legislação portuguesa é omissa, no que se refere a estes suportes financeiros de benefícios concedidos durante a vida activa dos participantes, contudo o Grupo procede à sua contabilização de acordo com a referida norma.

É determinado anualmente o valor actual dos benefícios com Prémios de Antiguidade, recorrendo ao Cálculo Actuarial, concretamente ao Método de "Crédito da Unidade Projectada" (*Project Unit Credit*). Os pressupostos actuariais utilizados, baseiam-se em expectativas futuras de aumentos salariais, nas promoções obrigatórias até ao nível 10 do ACTV e em tábuas de mortalidade adaptadas à população das empresas do Grupo. A taxa de desconto é determinada de igual modo, à associada ao valor das Responsabilidade com Serviços Passados.

O aumento das responsabilidades com prémios de antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados, é reconhecido anualmente em resultados.

#### **Remunerações variáveis aos empregados**

Em conformidade com as disposições estatutárias de determinadas entidades do Grupo, os accionistas destas sociedades aprovam anualmente em Assembleia-Geral, a remuneração variável a ser distribuída aos membros dos órgãos de Administração e demais colaboradores (prémios ou bónus), de acordo com proposta realizada pelo respectivo Conselho de Administração.

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam, conforme previsto na IAS 1.

### 3.4.11 Provisões técnicas

O Grupo comercializa seguros do ramo vida, nas modalidades de risco, tipo universal life e de capitalização, através da sua subsidiária Real Vida. Os seguros de capitalização sem participação discricionária de resultados são reconhecidos, de acordo com o definido pela IAS 39, e incluídos na rubrica de Recursos de Clientes e Outros Empréstimos. Os restantes seguros, incluindo os de capitalização com participação discricionária de resultados, são contabilizados nos termos da IFRS 4 - Contratos de Seguros, na rubrica de Provisões Técnicas.

As provisões técnicas constituídas para os contratos do ramo Vida e Real representam, no seu conjunto, as responsabilidades para com os segurados e incluem:

- Provisões matemáticas determinadas de acordo com métodos actuariais prospectivos, em conformidade com as bases técnicas de cada um dos produtos. É incluída também uma provisão para compromissos de taxa, a qual é contabilizada quando a taxa de rentabilidade efectiva dos activos que se encontram a representar as provisões matemáticas de um determinado produto é inferior à taxa técnica de juro utilizada no cálculo das provisões matemáticas;
- Provisões para participação nos resultados a atribuir no final de cada ano aos contratos em vigor. O seu cálculo é efectuado de acordo com as bases técnicas de cada contrato, devidamente aprovadas pelo ISP (Instituto de Seguros de Portugal), com base nas taxas de rentabilidade dos investimentos afectos à cobertura das respectivas provisões matemáticas;
- Provisões para sinistros, de modo a fazer face às indemnizações a pagar referente a sinistros já ocorridos mas não regularizados.

### 3.4.12 Provisões para outros riscos e encargos

Esta rubrica inclui as provisões para fazer face a obrigações presentes, resultantes de eventos passados, das quais se esperam a saída de benefícios económicos para liquidar a obrigação, sendo possível estimar, de forma viável, o seu montante.

Estas obrigações, regra geral, assumem a natureza de contingências fiscais, processos judiciais e outras perdas decorrentes das actividades do BPN, S.A. Consolidado.

### 3.4.13 Imposto sobre o Rendimento

Todas as empresas do BPN, S.A. Consolidado são tributadas individualmente.

O BPN, S.A., as subsidiárias e associadas com sede em Portugal estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). No entanto, a SLN - Madeira, SGPS, S.A., a BPN - Madeira, SGPS, S.A., e a Sucursal Financeira Exterior do BPN, S.A., sediadas na Zona Franca da Madeira, beneficiam de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011, ao abrigo do artigo 33.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto - Lei n.º 198/2001, de 3 de Julho.

Os impostos correntes são calculados com base nas taxas de imposto legalmente em vigor, para o período a que se reportam os resultados.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis e os créditos fiscais são também registados como impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros aos quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos activos e passivos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são relevados em resultados excepto os que se relacionam com valores registados directamente em capitais próprios.

Os lucros distribuídos ao BPN, S.A., por empresas subsidiárias ou associadas localizadas no território nacional não são tributados na esfera deste, em virtude da aplicação do regime previsto no artigo 46.º do CIRC, que prevê a eliminação da dupla tributação económica de lucros distribuídos.

O Banco de Portugal alterou as regras contabilísticas relativas à preparação das demonstrações financeiras individuais, que são as contas relevantes para efeitos fiscais. A partir de 1 de Janeiro de 2005, as demonstrações financeiras individuais das participadas sujeitas à supervisão do Banco de Portugal passaram a ser preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) estabelecidas pelo Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal. Desta forma, o cálculo dos impostos correntes e diferidos relativos a alguns dos impactos da transição para as novas regras contabilísticas foram baseadas em pressupostos, os quais podem ou não vir a ser confirmados pelas autoridades fiscais no futuro.

### 3.4.14 Fundo de garantia de depósito

Conforme previsto no Decreto - Lei n.º 298/92 de 31 de Dezembro, foi criado em 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos, cujo objectivo é o de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, nomeadamente bancos que nele participam, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito, ficando ainda definidas as contribuições iniciais a efectuar pelo conjunto das instituições financeiras participantes, do qual o BPN, S.A. e o Banco EFISA fazem parte integrante.

As contribuições iniciais, efectuadas no final de 1994, foram amortizadas em 5 anos, com início no exercício de 1995, por contrapartida de resultados e de acordo com o método das quotas constantes.

Relativamente aos anos de 1995 e seguintes, é fixado anualmente o coeficiente da contribuição a aplicar sobre o valor médio dos saldos mensais do ano anterior dos depósitos elegíveis nos termos definidos no Aviso n.º 9/95, de 15 de Setembro, do Banco de Portugal. As contribuições anuais são divididas em duas componentes: uma primeira, efectivamente paga e reconhecida como custo do exercício a que diz respeito (em 2007 esta componente foi de 85%), e o restante relevado em contas extrapatrimoniais como compromissos irrevogáveis.

#### **3.4.15 Sistema de indemnizações aos investidores**

Conforme previsto no Decreto - Lei n.º 222/99 de 22 de Junho, foi criado o Sistema de indemnização aos investidores, destinado a garantir a cobertura dos créditos de que seja sujeito passivo a Instituição, como entidade participante no sistema, em consequência de incapacidade financeira para reembolsar ou restituir aos investidores os fundos que lhes sejam devidos e que se encontrem especialmente afectos a operações de investimento ou que sejam detidos, administrados ou geridos por sua conta pela Instituição.

Durante o exercício de 2007, por decisão da respectiva entidade, não houve qualquer contribuição para o Sistema de Indemnização aos investidores.

#### **3.4.16 Propriedades de Investimento**

São classificados como propriedades de investimento os imóveis detidos com o objectivo de obter rendas, de valorização do capital ou de ambas.

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo, incluindo os custos de transacção que lhes sejam directamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas ao justo valor, o qual reflecte as condições de mercado à data de balanço.

Os custos subsequentes com as propriedades de investimento só são reconhecidos no activo se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros acrescidos face aos considerados no reconhecimento inicial. Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no justo valor de propriedades de investimento são reconhecidos nos resultados do período em que ocorram.

### **Nota 4. Principais estimativas e julgamentos utilizados na preparação das demonstrações financeiras**

Os juízos de valor que a administração fez na aplicação das políticas contabilísticas do Grupo, incluindo os principais pressupostos relativos ao futuro e outras principais fontes de incerteza das estimativas, que têm efeitos significativos nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras ou que tenham riscos significativos de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o próximo ano financeiro, estão divulgados em cada um dos pontos contidos na Nota 2 que resume as políticas contabilísticas.

O Grupo aplicou as políticas contabilísticas contidas nas normas ou interpretações que são específicas a cada transacção, acontecimento ou condição. Na ausência de uma norma ou interpretação específica, a administração fez juízos de valor na aplicação de políticas contabilísticas, sempre com o objectivo de que a informação daí resultante seja relevante para a tomada de decisões económicas por parte de utentes e que seja fiável de tal modo que as presentes demonstrações financeiras: (i) representem fielmente a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do BPN, S.A. Consolidado; (ii) reflectam a substância económica de transacções, acontecimentos e condições e não meramente a respectiva forma legal; (iii) sejam neutras; (iv) sejam prudentes; e (v) sejam completas em todos os aspectos materiais.

## Nota 5 - Relato por segmentos

O Grupo adopta como formato principal de relato, o Relato por Segmento de Negócios e o secundário o Relato por Área Geográfica.

### Nota 5.1 - Informação por segmentos de linhas de negócios

Em 31 de Dezembro de 2007, a contribuição dos principais segmentos de negócio apresentava o seguinte detalhe:

milhares €

	Banca		Gestão de Activos	Crédito			Total
	Comercial	Investimento		Especializado	Seguros	Outros	
<b>Demonstração dos resultados</b>							
Juros e rendimentos similares	360.874	37.567	8	49.008	4.105	74	451.636
Juros e encargos similares	210.168	23.047	(1.136)	32.934	309	1.705	267.027
Margem financeira	150.706	14.520	1.144	16.074	3.796	(1.631)	184.609
Rendimentos de instrumentos de capital	3.494	67	-	-	-	-	3.561
Rendimentos de serviços e comissões	45.533	9.392	14.296	2.626	4.321	-	76.168
Encargos com serviços e comissões	18.237	693	112	85	2.756	291	22.174
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(2.010)	(632)	-	-	11.854	-	9.212
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	(2.924)	564	(1)	-	746	-	(1.615)
Resultados de reavaliação cambial	3.390	35	-	(14)	-	24	3.435
Resultados de alienação de outros activos	-	3.485	-	-	-	-	3.485
Prémios líquidos de resseguro	-	-	-	-	10.253	-	10.253
Custos com sinistros líquidos de resseguro	-	-	-	-	5.340	-	5.340
Variações provisões técnicas líquidas de resseguro	-	-	-	-	(1.230)	-	(1.230)
Outros resultados de exploração	5.051	1.982	(442)	16.178	(7.516)	9.237	24.490
Produto da actividade	185.003	28.720	14.885	34.779	16.588	7.339	287.314
Custos com pessoal e FST's	129.315	16.617	4.061	16.337	8.262	3.593	178.185
Amortizações do exercício	3.892	395	68	4.701	90	3.030	12.176
Provisões e imparidade	(23.159)	(6.743)	9	(6.780)	(249)	2	(36.920)
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (MEP)	-	-	-	585	-	4.908	5.493
Resultado antes de imposto e interesses minoritários	28.637	4.965	10.765	7.546	7.987	5.626	65.526
Impostos	7.977	1.436	2.969	2.025	216	478	15.101
Interesses minoritários	7	444	16	11	-	2.961	3.439
Resultado Consolidado	20.653	3.085	7.780	5.510	7.771	2.187	46.986
<b>Balanço</b>							
Caixa e aplicações em IC's	907.401	19.386	-	482	7.481	1.162	935.912
Crédito a clientes	4.525.843	418.822	-	719.415	-	-	5.664.080
Activos financeiros	312.815	114.658	208	-	316.768	5.019	749.468
Outros activos	206.893	42.443	1.762	75.649	32.130	61.788	420.665
Total do Activo	5.952.952	595.309	1.970	795.546	356.379	67.969	7.770.125
Depósitos de Bancos Centrais	180.128	1.017	-	-	-	-	181.145
Depósitos de IC's	566.115	52.949	-	10.431	-	9.706	639.201
Depósitos de clientes	4.604.031	205.167	-	-	-	-	4.809.198
Outros passivos	223.478	292.702	657	710.838	328.849	176.170	1.732.694
Total do Passivo	5.573.752	551.835	657	721.269	328.849	185.876	7.362.238
Capital próprio	379.200	43.475	1.313	74.278	27.529	(117.908)	407.887
Total do Passivo e Capital Próprio	5.952.952	595.310	1.970	795.547	356.378	67.968	7.770.125

## Nota 5.2 - Informação por segmentos de áreas geográficas

Em 31 de Dezembro de 2007, a contribuição dos principais segmentos geográficos apresentava o seguinte detalhe:

	Portugal	Países da EU	Resto da Europa	América do Norte	América Latina	Ásia	África	Resto do Mundo	Total
milhares €									
<b>Demonstração dos resultados</b>									
Juros e rendimentos similares	431.643	4.422	307	-	15.264	-	-	-	451.636
Juros e encargos similares	261.704	1.659	-	-	3.664	-	-	-	267.027
Margem financeira	169.939	2.763	307	-	11.600	-	-	-	184.609
Rendimentos de instrumentos de capital	3.561	-	-	-	-	-	-	-	3.561
Rendimentos de serviços e comissões	70.653	892	-	-	4.623	-	-	-	76.168
Encargos com serviços e comissões	21.539	89	-	-	546	-	-	-	22.174
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	13.710	-	-	-	(4.498)	-	-	-	9.212
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	(1.615)	-	-	-	-	-	-	-	(1.615)
Resultados de reavaliação cambial	3.396	15	-	-	24	-	-	-	3.435
Resultados de alienação de outros activos	322	-	-	-	3.163	-	-	-	3.485
Prémios líquidos de resseguro	10.253	-	-	-	-	-	-	-	10.253
Custos com sinistros líquidos de resseguro	5.340	-	-	-	-	-	-	-	5.340
Variações provisões técnicas líquidas de resseguro	(1.230)	-	-	-	-	-	-	-	(1.230)
Outros resultados de exploração	22.570	(77)	1.877	-	120	-	-	-	24.490
Produto da actividade	267.140	3.504	2.184	-	14.486	-	-	-	287.314
Custos com pessoal e FST's	164.699	2.659	-	-	10.827	-	-	-	178.185
Amortizações do exercício	11.106	199	-	-	871	-	-	-	12.176
Provisões e imparidade	(33.992)	14	-	-	(2.942)	-	-	-	(36.920)
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (MEP)	5.493	-	-	-	-	-	-	-	5.493
Resultado antes de imposto e interesses minoritários	62.836	660	2.184	-	(154)	-	-	-	65.526
Impostos	13.968	-	-	-	1.133	-	-	-	15.101
Interesses minoritários	3.439	-	-	-	-	-	-	-	3.439
Resultado Consolidado	45.429	660	2.184	-	(1.287)	-	-	-	46.986
<b>Balanço</b>									
Caixa e aplicações em IC's	922.724	11.980	-	-	1.208	-	-	-	935.912
Crédito a clientes	5.505.315	66.011	-	-	92.754	-	-	-	5.664.080
Activos financeiros	694.617	-	-	-	54.851	-	-	-	749.468
Outros activos	391.530	994	-	-	28.141	-	-	-	420.665
Total do Activo	7.514.186	78.985	-	-	176.954	-	-	-	7.770.125
Depósitos de Bancos Centrais	180.128	-	-	-	1.017	-	-	-	181.145
Depósitos de IC's	614.295	8	-	-	24.898	-	-	-	639.201
Depósitos de clientes	4.701.921	97.471	-	-	9.806	-	-	-	4.809.198
Outros passivos	1.679.325	1.099	-	-	52.270	-	-	-	1.732.694
Total do Passivo	7.175.669	98.578	-	-	87.991	-	-	-	7.362.238
Capital próprio	381.892	1.421	3.009	-	21.565	-	-	-	407.887
Total do Passivo e Capital Próprio	7.557.561	99.999	3.009	-	109.556	-	-	-	7.770.125

## Nota 6 - Benefícios a Empregados

De acordo com o disposto no ACTV do sector Bancário e Segurador, celebrado com os respectivos sindicatos, as Entidades Financeiras que dispõem de Fundo Pensões e a Seguradora do Grupo BPN, S.A., assumiram o compromisso de pagar aos seus colaboradores, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência (este benefício é aplicável em exclusivo às entidades financeiras). As referidas prestações, materializam-se numa percentagem crescente, de acordo com número de anos de serviço do ex-colaborador, aplicada à tabela salarial, negociada anualmente com os sindicatos, para os colaboradores no activo.

Em 1998, foi constituído o Fundo de Pensões Fechado, para determinadas entidades financeiras do Grupo, por forma a se realizar face às prestações pecuniárias referidas anteriormente. Os fundos do Grupo (actividade financeira e seguradora), têm como entidade gestora, a Companhia de Seguros, Real Vida Seguros, SA (entidade subsidiária do Grupo).

A política contabilística adoptada pelo Grupo na contabilização de Benefícios a Empregados, encontra-se descrita na Nota 3.4.10.

A melhor estimativa do Grupo, no que se refere às contribuições a efectuar no exercício de 2008, são como se apresenta:

	Contribuições Expectáveis
Velhice	10.394
Invalidez	5.305
Sobrevivência Imediata	1.419
Subsídio po Morte	364
	17.482

Os principais pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos		Verificado	
	2007	2006	2007	2006
<b>Pressupostos Financeiros</b>				
Taxa de Desconto	4,75%	4,75%	4,75%	3,76%
Taxa de Rendimento dos Activos do Fundo	4,83%	4,83%	5,35%	3,84%
Taxa de crescimento dos salários pensionáveis	2,63%	2,21%	5,53%	2,64%
Taxa de crescimento das pensões	2,29%	1,67%	1,23%	1,58%
<b>Pressupostos Demográficos e Métodos de avaliação</b>				
<b>Tábua de Mortalidade</b>				
Homens	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90
Mulheres	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90
<b>Tábua de invalidez</b>				
	EVK 80	EVK 80	EVK 80	EVK 80
Taxa de Rotação de Pessoal	0%	0%	-1%	0%
<b>Métodos de Valorização Actuarial</b>				
	<i>Project Unit Credit</i>		<i>Project Unit Credit</i>	

De acordo com a política contabilística adoptada pelo BPN, S.A. Consolidado, a taxa de desconto utilizada para estimar responsabilidades com pensões de reforma e com benefícios de saúde, corresponde às taxas de mercado vigentes à data de balanço, associadas a obrigações de baixo risco (ver Nota 3.4.10).

Os métodos de cálculo, são os que serviram de base à avaliação de responsabilidades referentes a 31 de Dezembro de 2006, passando a ser consideradas as responsabilidades de 6,5% (da massa salarial) para os SAMS dos colaboradores do Regime Geral da Segurança Social (S.S.), não estando prevista qualquer alteração para o exercício de 2008.

Passou a englobar-se igualmente, o cálculo das responsabilidades com Subsídios por Morte, após reforma, para os empregados que não descontam para a S.S..

Em relação ao Fundo Pensões da Unidade Seguradora, no que concerne às Responsabilidades com Colaboradores Pré-Reformados, a avaliação actuarial passou a incluir as responsabilidades inerentes à Taxa Social Única (TSU), que corresponde a 14,6%, no caso do tempo de desconto para a Segurança Social ser inferior a 37 anos, caso contrário é de 7%.

Os participantes no Plano são desagregados da seguinte forma:

	2007	2006
Nº de empregados em actividade	2.068	1.989
Pensionistas por sobrevivência	6	7
Pensionistas por reforma	3	2
<b>Total</b>	<b>2.077</b>	<b>1.998</b>

A aplicação da IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de Dezembro de 2007 e 2006:

	milhares €	
	2007	2006
Responsabilidades totais dos serviços passados		
Responsabilidades por pensões em pagamento	2.401	1.647
Das quais: acréscimo de responsabilidades resultantes de reformas antecipadas efectuadas no exercício]	533	447
Responsabilidades por serviços passados de Colaboradores e de ex-Colaboradores	93.221	79.072
	95.622	80.719
Situação patrimonial do fundo de pensões no fim do exercício	94.013	79.009
Excesso/ insuficiência de cobertura	(1.641)	(1.741)
Grau de cobertura das reponsabilidades	98,32%	97,88%
Desvios Actuariais diferidos a 31 de Dezembro	14.807	8.951
Outros	519	379
<b>Activos/ (responsab.) líq. em balanço a 31 de Dezembro</b>	<b>12.646</b>	<b>6.830</b>

Atendendo à política contabilística preconizada pelo BPN, S.A. Consolidado e de acordo com a IAS 19 - Benefícios a Empregados, é avaliada para cada plano separadamente, a recuperabilidade do excesso da cobertura do fundo face às respectivas responsabilidades com pensões, com o objectivo de garantir que o mesmo, não ultrapassa o valor actual dos benefícios futuros esperados através da redução das contribuições estimadas.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

	milhares €	
	2007	2006
Responsabilidades do fundo de pensões no início do exercício	80.719	65.396
Custo do serviço corrente	8.470	7.442
Custo do serviço passado	-	-
Custo dos juros	4.243	3.427
Contribuições dos participantes	-	-
(Ganhos) e perdas actuariais do ano:		
- Alterações das tábuas de mortalidade	-	-
- Alterações das taxas de desconto	-	3.635
- Outros (ganhos) e perdas actuariais do ano	859	3.463
Pensões pagas pelo fundo de pensões no exercício	(95)	(56)
Benefícios pagos pela empresa	-	8
Reformas antecipadas	-	-
Acréscimo Responsabilidades com Subsídio de Morte	1.426	-
Outros	-	(2.596)
	95.622	80.719

O valor do Fundo de Pensões nos exercício de 2007 e 2006 teve a seguinte evolução:

	milhares €	
	2007	2006
Situação patrimonial do fundo de pensões no início do exercício	79.009	64.847
Contribuições efectuadas		
pela empresa	13.760	10.474
pelos colaboradores	1.145	1.136
Rendimento dos fundo de pensões	288	2.580
Pensões pagas pelo fundo de pensões	(118)	(40)
Outros	(70)	12
	94.013	79.009

Os activos do Fundo de Pensões encontram-se desagregados como se apresenta:

	milhares €	
	2007	2006
Justo valor dos activos do plano		
Acções	13.009	7.035
Outros títulos de rendimento variável	12.459	9.645
Obrigações	48.713	36.173
Imóveis	5.543	5.520
Outros	14.289	20.637
	94.013	79.009

A evolução dos desvios actuariais diferidos em balanço pode ser analisada como segue:

	milhares €	
	2007	2006
Desvios actuarias em 1 de Janeiro	8.951	1.072
(Ganhos) e perdas actuarias do ano:		
- Alterações das tábuas de mortalidade	-	-
- Outros (ganhos) e perdas actuarias do ano	4.393	3.360
Amortização do exercício dos desvios fora do corredor	-	-
Outros	1.507	723
<b>Desvios actuarias em 31 Dezembro</b>	<b>14.807</b>	<b>8.951</b>
Dos quais:		
Dentro do corredor	9.194	7.750
Fora do corredor	5.613	1.200

Os montantes reflectidos em balanço do fundo conheceram a seguinte evolução:

	2007	2006
<b>(Activos)/ Passivos em 1 de Janeiro</b>	<b>2.050</b>	<b>632</b>
(Ganhos) e perdas actuarias das responsabilidades	859	7.187
(Ganhos) e perdas actuarias dos fundos	3.516	821
Encargos do ano:		
- custo de serviço corrente	8.470	7.442
- custo de serviço passado	-	-
- custo dos juros	4.243	3.427
- rendimento esperado do fundo	(3.820)	(3.309)
- reformas antecipadas	-	-
- outros	70	(2.523)
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pelo Grupo/ empresa	(14.904)	(11.610)
Acréscimo Responsabilidades com Subsídio de Morte	1.426	-
Pensões a pagar/ pagas	23	(17)
<b>(Activos)/ Passivos em 31 de Dezembro</b>	<b>1.933</b>	<b>2.050</b>

Os custos do exercício com pensões de reforma e benefícios de saúde tiveram a seguinte evolução:

	milhares €	
	2007	2006
Custo dos juros	4.243	3.460
Rendimento esperado do fundo	(3.804)	(3.400)
Custo de serviço corrente	8.470	7.442
Custo de serviço passado	-	-
Amortização do Exercício dos desvios fora do corredor	-	-
Acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas	44	103
Outros: Prémios antiguidade	32	59
Outros: Contribuições empregados	(1.143)	(1.137)
Outros: Custos capitalizados	6.636	5.153
Outros: Correções exercícios anteriores	(36)	31
<b>Custos com Pessoal (ver Nota 39)</b>	<b>14.441</b>	<b>11.710</b>

O custo relativo a reformas antecipadas inclui o efeito da amortização adicional dos desvios actuariais em balanço.

A evolução dos activos/ (responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada como segue:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Em 1 de Janeiro</b>	6.830	2.741
Custo do exercício	(7.774)	(6.440)
Utilização de provisões	-	(9)
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pela empresa	14.881	11.586
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pelo empregado	(1.145)	(1.136)
Outros	(146)	87
<b>Em 31 de Dezembro</b>	<b>12.647</b>	<b>6.830</b>

Os activos/ (responsabilidades) líquidas em balanço encontram-se reflectidos na rubrica de "Outros Activos" e "Outros Passivos" (ver Nota 21 e Nota 30 respectivamente).

#### Prémios por Antiguidade

Conforme referido na Nota 3.4.10, os trabalhadores que atinjam determinados níveis de antiguidade têm direito a um prémio, calculado com base no valor da maior retribuição mensal efectiva a que o trabalhador tenha direito no ano da sua atribuição. À data da passagem à situação de invalidez presumível, o colaborador tem direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos inerentes ao escalão seguinte.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as responsabilidades assumidas pelo BPN, S.A. Consolidado e os custos reconhecidos nos exercício com o prémio por antiguidade são como segue:

#### Prémios por Antiguidade

Conforme referido na nota 2.4.10, os trabalhadores que atinjam determinados níveis de antiguidade têm direito a um prémio por antiguidade, calculado com base no valor da maior retribuição mensal efectiva a que o trabalhador tenha direito no ano da sua atribuição.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as responsabilidades assumidas pelo Grupo e os custos reconhecidos nos exercício com o prémio por antiguidade são como segue:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Responsabilidades em 1 de Janeiro</b>	3.817	3.110
Custo do exercício (ver Nota 39)	607	1.079
Prémios pagos	(251)	(372)
<b>Responsabilidades em 31 de Dezembro (ver Nota 39)</b>	<b>4.174</b>	<b>3.817</b>

Os pressupostos actuariais no cálculo das responsabilidades com prémios de antiguidade são os apresentados para o cálculo das pensões de reformas (quando aplicável).

## Nota 7 - Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Caixa</b>	88.159	81.923
<b>Depósitos à ordem em bancos centrais</b>		
No Banco de Portugal	427.409	265.525
Em bancos centrais estrangeiros	2.025	1.565
<b>Juros a receber</b>	-	-
	<b>517.593</b>	<b>349.013</b>

A rubrica de Depósitos à ordem em Bancos Centrais inclui depósitos de carácter obrigatório no Banco de Portugal e no Banco de França que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa.

O BPN e o Banco EFISA estão sujeitos ao Sistema de Reservas Mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC), sendo-lhes aplicável sobre esta matéria o disposto no Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu. De acordo com este regulamento, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem em Bancos Centrais, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

## Nota 8 - Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Disponibilidades sobre instituições de crédito no país</b>		
Depósitos à ordem	64.870	46.758
Cheques a cobrar	61.848	173.289
Outras disponibilidades	11	-
	<b>126.729</b>	<b>220.047</b>
<b>Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro</b>		
Depósitos à ordem	76.711	294.928
Cheques a cobrar	6.031	6.628
Outras disponibilidades	240	18
	<b>82.982</b>	<b>301.574</b>
<b>Juros a receber</b>	18	14
	<b>209.729</b>	<b>521.635</b>

O saldo da rubrica "Cheques a cobrar" sobre instituições de crédito no país corresponde a cheques sacados por terceiros sobre outras instituições residentes, os quais em geral não permanecem nesta conta por mais de um dia útil.

## Nota 9 - Activos e passivos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Activos financeiros detidos para negociação</b>		
<b>Instrumentos de dívida</b>		
<b>Títulos cotados</b>		
De dívida pública nacional		
Obrigações		47.823
De outros emissores públicos nacionais	1.859	
De emissores públicos estrangeiros	36.660	3.550
De outros emissores nacionais		
Obrigações - dívida não subordinada	10.599	7.751
De organismos financeiros internacionais		
Obrigações	1.763	724
De outros emissores estrangeiros		
Dívida não subordinada	40.618	34.023
	91.499	93.871
<b>Instrumentos de capital</b>		
<b>Títulos Cotados</b>		
De emissores nacionais		
Acções	1.470	-
De emissores estrangeiros		
Acções	1.208	2.767
	2.678	2.767
<b>Outros títulos</b>	9.482	18.604
<b>Derivados</b>		
Instrumentos derivados com justo valor positivo	22.397	30.037
	126.056	145.279

## Escalonamento dos títulos detidos para negociação

	milhares €	
	2007	2006
Até 3 meses	41.461	761
De 3 meses a 1 ano	4.886	5.896
De um a cinco anos	25.217	18.287
Mais de cinco anos	21.868	80.202
Duração indeterminada	10.227	10.096
	103.659	115.242

Conforme descrito na Nota 3.4.3 os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

## Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo (activo) e negativo (passivo)

milhares €

	31.12.07			31.12.06		
	Valor nocional	Valor de balanço		Valor nocional	Valor de balanço	
		Activos	Passivos		Activos	Passivos
<b>Cotados em bolsa</b>						
Contratos de taxa de câmbio						
Futuros	242.249	3.708	3.827	1.149.170	1.708	-
Contratos de taxa de juro	-	-	-	-	-	-
Futuros	161.405	357	44	1.993	85	-
Contratos sobre acções	-	-	-	-	-	-
Futuros	13.423	1.254	-	20.857	1.489	-
<b>Mercado de balcão</b>						
Contratos de taxa de câmbio	-	-	-	-	-	-
Fx Swaps	539.072	17	227	239.975	114	-
Fx Forwards	-	-	-	17.494	700	-
Contratos de taxa de juro	-	-	-	-	-	-
Swaps	1.516.866	12.235	9.615	1.413.686	10.169	7.206
Credit Default Swaps	-	-	-	75.930	10	3
Opções	5.000	-	205	165.967	1.659	10.829
Contratos sobre acções	-	-	-	-	-	-
Opções	5.000	205	-	-	-	-
Contratos sobre outro tipo de subjacente	-	-	-	-	-	-
Credit Default Swaps	10.000	-	23	-	-	-
Equity Swaps	71.000	4.621	2.148	310.915	14.103	9.467
Opções com Clientes	71.000	-	6.586	3.584	-	263
	2.635.015	22.397	22.675	3.399.571	30.037	27.768

A rubrica "Opções com Clientes" reflecte os derivados embutidos em depósitos, que de acordo com o indicado na Nota 3.4.3, são separados do contrato base e contabilizados como um derivado de negociação.

## Repartição do valor nocial por maturidades residuais

milhares €

	2007					Total
	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	
<b>Cotados em bolsa</b>						
Contratos de taxa de câmbio						
Futuros	242.249	-	-	-	-	242.249
Contratos de taxa de juro						
Futuros	161.405	-	-	-	-	161.405
Contratos sobre acções						
Futuros	13.423	-	-	-	-	13.423
<b>Mercado de balcão</b>						
Contratos de taxa de câmbio						
Fx Swaps	443.462	4.968	27.375	63.267	-	539.072
Contratos de taxa de juro						
Swaps	20.000	20.000	74.957	343.053	1.058.856	1.516.866
Credit Default Swaps	-	-	-	-	-	-
Opções	-	5.000	-	-	-	5.000
Contratos sobre acções						
Opções	-	-	-	5.000	-	5.000
Contratos sobre outro tipo de subjacente						
Credit Default Swaps	-	-	-	10.000	-	10.000
Equity Swaps	20.400	-	29.100	21.500	-	71.000
Opções com Clientes	18.111	-	26.862	26.027	-	71.000
						2.635.015

## Repartição por categoria de contraparte

milhares €

	2007	
	Valor Nocial	% Valor Nocial
<b>Mercado de Balcão</b>		
OTC com instituições financeiras	1.872.865	71%
OTC com empresas	253.372	10%
OTC com particulares	62.912	2%
<b>Mercados Regulamentados</b>		
Bolsas	445.866	17%
	2.635.015	100%

## Nota 10 - Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

milhares €

	2007	2006
<b>Instrumentos de dívida</b>		
De outros emissores		
De outros emissores nacionais	-	-
De outros emissores estrangeiros	3.311	-
De organismos financeiros internacionais	-	-
	3.311	-
<b>Instrumentos de capital</b>		
De emissores nacionais	-	-
De emissores estrangeiros	10.342	-
	10.342	-
Outros títulos	-	2.913
Outros activos titularizados não desreconhecidos	-	-
	13.653	2.913

A opção do BPN, S.A. Consolidado de classificar os presentes activos financeiros ao justo valor através dos resultados, em conformidade com a IAS 39, encontra-se em consonância com a sua política de gestão de risco, considerando que a gestão destes activos e a sua performance é avaliada, com base no seu justo valor e/ou que os instrumentos em causa contemplam derivados embutidos.

## Nota 11 - Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Instrumentos de dívida</b>		
<b>Títulos cotados</b>		
De dívida pública nacional	33.304	230.255
De emissores públicos estrangeiros	8.757	2.196
De outros emissores nacionais:		
Operações de titularização	25.103	30.263
Dívida não subordinada	6.555	4.170
Dívida subordinada	41	-
De outros emissores estrangeiros		
Dívida não subordinada	130.921	104.903
Dívida subordinada	47.592	41.618
<b>Títulos não cotados</b>		
De dívida pública nacional	208	221
De emissores públicos estrangeiros	2.356	1.053
De outros emissores nacionais:		
Dívida não subordinada	37.957	84
De outros emissores estrangeiros:		
Dívida não subordinada	6.993	10.538
	<b>299.787</b>	<b>425.301</b>
<b>Instrumentos de capital</b>		
<b>Títulos cotados</b>		
De emissores nacionais		
Valorizados ao justo valor	69.904	32.530
Valorizados ao custo histórico	-	4.717
De emissores estrangeiros		
Valorizados ao justo valor	27.542	15.209
Valorizados ao custo histórico	-	2.250
<b>Títulos não cotados</b>		
De emissores nacionais		
Valorizados ao justo valor	242	138
Valorizados ao custo histórico	5.949	5
Imparidade	(373)	-
De emissores estrangeiros		
Valorizados ao justo valor	1.529	3.761
Valorizados ao custo histórico	3.476	-
	<b>108.269</b>	<b>58.610</b>
<b>Outros títulos</b>		
Valorizados ao justo valor	69.460	81.087
Valorizados ao custo histórico	2.046	17.052
	<b>71.506</b>	<b>98.139</b>
	<b>479.562</b>	<b>582.050</b>

No exercício de 2006 alguns investimentos em instrumentos de capital próprio foram divulgados como Investimentos em Associadas, mensurados ao custo. No entanto, e considerando o preconizado na IAS 39, os mesmos deveriam ter sido apresentados como Activos Financeiros Disponíveis para Venda. Por se tratarem de investimentos em instrumentos de capital próprio que não têm um preço de mercado cotado e cujo justo valor não pode ser mensurado fiavelmente os mesmos são mensurados pelo custo.

De acordo com a IAS 8 e por ser considerado um erro materialmente relevante na apresentação e divulgação de elementos das demonstrações financeiras o valor dos Activos Financeiros Disponíveis para Venda do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 foi reexpresso com as seguintes reclassificações: (i) aumento da rubrica em 8.801 milhares de euros por contrapartida dos Investimentos em Associadas (conforme apresentado na Nota 18), e (ii) aumento da rubrica em 252.480 milhares de euros por contrapartida de Activos financeiros ao justo valor através de resultados.

A carteira de activos financeiros disponíveis para venda, conforme descrito na Nota 3.4.3, quando registada ao justo valor, tem os seus ganhos e perdas subsequentes reflectidos em capital, na rubrica reservas de justo valor.

## Nota 12 - Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Aplicações em IC's no país</b>		
Mercado monetário interbancário	-	1.550
Aplicações a muito curto prazo	799	-
Depósitos	6.975	11.398
Empréstimos	5.000	300
Outras aplicações	-	456
Juros a receber	1.432	1.337
	<b>14.206</b>	<b>15.041</b>
<b>Aplicações em IC's no estrangeiro</b>		
Aplicações a muito curto prazo	3.532	22.670
Depósitos	9.682	8.420
Empréstimos	24.004	86.286
Operações de compra com acordo de revenda	6.177	1.519
Outras aplicações	149.529	84.718
Juros a receber	1.460	2.427
Receitas diferidas	-	(46)
	<b>194.384</b>	<b>205.994</b>
Imparidade	-	-
	<b>208.590</b>	<b>221.035</b>

## Nota 13 - Crédito a clientes

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Crédito não titulado</b>		
<b>Interno</b>		
Desconto	337.334	303.774
Empréstimos	1.032.918	735.957
Créditos em conta corrente	1.788.286	1.702.286
Descobertos em depósitos à ordem	141.677	102.733
Créditos tomados-factoring	142.576	126.980
Locação financeira	330.603	307.640
Outros créditos	793.920	637.268
Juros a receber	<b>32.089</b>	<b>21.694</b>
	<b>4.599.403</b>	<b>3.938.332</b>
<b>Ao exterior</b>		
Desconto	12.472	9.522
Empréstimos	78.681	108.759
Créditos em conta corrente	318.428	265.327
Descobertos em depósitos à ordem	56.501	32.086
Créditos tomados-factoring	90	8.442
Locação financeira	625	1.109
Outros créditos	44.444	59.948
Juros a receber	<b>6.255</b>	<b>8.196</b>
	<b>517.496</b>	<b>493.389</b>
<b>Activos titularizados não desreconhecidos</b>		
<b>Crédito a clientes</b>		
Crédito interno	570.111	404.862
Juros a receber	<b>2.814</b>	<b>1.849</b>
	<b>572.925</b>	<b>406.711</b>
Crédito e juros vencidos	115.202	126.885
Correcções de valor de activos objecto de cobertura	(36)	(15)
	<b>115.166</b>	<b>126.870</b>
Imparidade	(140.910)	(137.242)
	<b>5.664.080</b>	<b>4.828.060</b>



O escalonamento dos créditos sobre clientes por prazos de vencimento é o seguinte:

	milhares €	
	2007	2006
Até 3 meses	2.275.633	1.459.181
De 3 meses a 1 ano	1.442.952	1.472.835
De 1 a 5 anos	1.005.601	1.018.153
Mais de 5 anos	1.028.403	954.948
Duração indeterminada	52.401	60.185
	5.804.990	4.965.302

A carteira de crédito a clientes do Grupo, encontra-se distribuída pelas seguintes instituições:

	milhares €			
Empresa	2007	2006	Var. anual	% no total do crédito
BPN, S.A.	4.456.499	3.808.299	17,0%	76,8%
Banco Efisa	336.493	258.331	30,3%	5,8%
BPN Cayman	115.048	153.069	-24,8%	2,0%
BPN IFI	48.917	46.886	4,3%	0,8%
BPN Crédito, IFIC	751.050	652.168	15,2%	12,9%
BPN Brasil	96.983	46.549	108,3%	1,7%
Total	5.804.990	4.965.302	16,9%	100,0%

Por sectores de actividade, o crédito apresenta a seguinte distribuição:

milhares €

	Crédito Total *		Var Anual	Créditos reconhecidos no Balanço		Var Anual	% no total do crédito em Balanço 2007
	2007	2006		2007	2006		
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pescas	82.196	62.368	31,8%	82.118	62.211	32,0%	1,4%
Indústrias Extractivas	46.591	43.841	6,3%	46.384	43.618	6,3%	0,8%
Alimentação, Bebidas e Tabacos	88.050	72.804	20,9%	86.045	69.785	23,3%	1,5%
Têxteis	83.242	89.073	-6,5%	81.444	86.182	-5,5%	1,4%
Madeira e Cortiça	54.832	36.445	50,5%	53.914	35.148	53,4%	0,9%
Papel, Artes Gráficas e Editoras	36.958	37.566	-1,6%	34.946	34.337	1,8%	0,6%
Químicas e Actividades Conexas	48.578	32.398	49,9%	47.565	30.993	53,5%	0,8%
Produtos Minerais não Metálicos	88.913	82.805	7,4%	87.994	80.899	8,8%	1,5%
Máquinas, Equipamento e Metalúrgicas de Base	95.384	69.271	37,7%	92.903	65.921	40,9%	1,6%
Fabricação de Mobiliário e Outras Indústrias Transformadoras	101.928	86.513	17,8%	99.543	82.930	20,0%	1,7%
Electricidade, Água e Gás	16.339	17.429	-6,3%	16.301	17.358	-6,1%	0,3%
Construção	677.367	580.793	16,6%	673.179	573.862	17,3%	11,6%
Actividades Imobiliárias	959.416	812.698	18,1%	958.462	811.450	18,1%	16,5%
Comércio a Retalho (excepto de veículos)	167.383	161.561	3,6%	164.253	156.949	4,7%	2,8%
Comércio por Grosso e Agentes de Comércio	478.924	377.031	27,0%	473.643	368.449	28,6%	8,2%
Comércio, Manutenção e Reparação de Veículos	101.405	92.122	10,1%	100.307	90.408	10,9%	1,7%
Restaurantes e Hóteis	137.196	109.994	24,7%	136.331	108.744	25,4%	2,3%
Transporte, Armazenagem e Comunicações	89.113	63.741	39,8%	83.750	55.352	51,3%	1,4%
Outras Actividades de Serviços Prestados	434.726	468.025	-7,1%	433.029	465.156	-6,9%	7,5%
Intermediação Financeira	323.444	254.302	27,2%	322.947	253.479	27,4%	5,6%
Outros	469.064	188.278	149,1%	466.059	193.668	140,6%	8,0%
Particulares	1.351.518	1.396.612	-3,2%	1.263.873	1.278.403	-1,1%	21,8%
<b>Total</b>	<b>5.932.567</b>	<b>5.135.670</b>	<b>15,5%</b>	<b>5.804.990</b>	<b>4.965.302</b>	<b>16,9%</b>	<b>100,0%</b>

\* Crédito total incluindo créditos securitizados desreconhecidos no Balanço

Detalhe perdas por imparidade - Ano de 2007

milhares €

Análise	Tipo de Perda Apurada	Total Exposição			Valor Imparidade	% Perda
		Vincendo	Vencido	Total		
Individual	Individual	115.089	53.412	168.501	39.060	23,2%
	Colectiva	1.982.629	32.146	2.014.776	22.470	1,1%
	Sem Perda	492.330	8.577	500.907	-	0,0%
		2.590.048	94.135	2.684.183	61.530	2,3%
Colectiva	Colectiva <sup>(1)</sup>	3.749.368	44.156	3.793.524	79.380	2,1%
	Sem Perda	72.424	-	72.424	-	0,0%
		3.821.792	44.156	3.865.948	79.380	2,1%
	<b>Total</b>	<b>6.411.840</b>	<b>138.291</b>	<b>6.550.131</b>	<b>140.910</b>	<b>2,2%</b>

<sup>(1)</sup> Inclui garantias prestadas

Detalhe perdas por imparidade - Ano de 2006

milhares €

Análise	Tipo de Perda Apurada	Total Exposição			Valor Imparidade	% Perda
		Vincendo	Vencido	Total		
Individual	Individual	76.425	45.802	122.227	28.768	23,5%
	Colectiva	1.484.704	21.960	1.506.664	15.389	1,0%
	Sem Perda	153.513	-	153.513	-	0,0%
		1.714.641	67.762	1.782.403	44.157	2,5%
Colectiva	Colectiva <sup>(1)</sup>	3.029.339	27.404	3.056.743	93.086	3,0%
	Sem Perda	22.075	-	22.075	-	0,0%
		3.051.414	27.404	3.078.818	93.086	3,0%
	<b>Total</b>	<b>4.766.055</b>	<b>95.166</b>	<b>4.861.221</b>	<b>137.242</b>	<b>2,8%</b>

<sup>(1)</sup> Inclui garantias prestadas

Detalhe Perdas por Imparidade

A análise consolidada inclui as seguintes entidades:

- BPN, S.A.;
- BPN Cayman;
- BPN IFI;
- Banco Efisa;
- BPN Crédito IFIC; e
- BPN Brasil.

A tabela acima apresentada tem por objectivo detalhar as perdas por imparidade de acordo com a origem das mesmas.

Face ao modelo utilizado, a carteira de crédito é dividida em dois segmentos, o segmento respeitante à análise individual e o segmento referente à análise colectiva. Esta selecção para análise individual ou não é o resultado da primeira coluna do mapa.

A análise individual foi realizada, à data de referência de 31/12/2007, para 41,0% da Carteira de crédito da BPN SGPS, S.A.; tal representou um alargamento da base de análise individual que no ano anterior se cifrou em 36,7%. Tal facto resultou fundamentalmente de se haver reduzido o nível de exposição mínima para análise individual, para a entidade BPN, S.A., no que concerne a créditos com outros indícios de imparidade de 250 mil euros para 150 mil euros.

Dos clientes com indícios de perda por imparidade, aqueles para os quais se apuraram perdas, viram o seu rácio de perda sobre total de crédito decrescer ligeiramente, entre 2006 e 2007, tendo passado de 23,5% para 23,2%.

Os clientes que foram analisados individualmente mas para os quais não foi apurada qualquer perda ao nível individual passam para análise colectiva. Caso sejam empresas do Grupo, operações de financiamento no âmbito de GDR's (Global Depositary Receipt) ou capital garantido por cauções em contratos de ALD, não são objecto da constituição de quaisquer perdas. O nível de perda apurado para clientes analisados individualmente, mas sem perda individual, é independente da sua classe de vencido, pois estes créditos são créditos equiparados aos que se encontrem em situação de crédito normal. A única distinção, nesta situação, resulta do facto de os mesmos terem ou não colaterais a garantir a operação.

Caso os clientes não sejam incluídos na análise individual são agrupados em função de dois critérios: - classe de vencido e existência de colaterais associados. Esta classificação permite estabelecer qual o coeficiente de perda colectiva a que os créditos ficam sujeitos.

Conclui-se que no ano de 2007, face a 2006, assistiu-se a uma diminuição do coeficiente de perda para este tipo de crédito de 3,0% para 2,1%.

Detalhe perdas por imparidade individual identificadas por factor - Ano de 2007

milhares €

Factores	Total Exposição Analisada			Total Exposição com Perda Individual			Perda Individual		Perda Colectiva	
	Vincendo	Vencido	Total	Vincendo	Vencido	Total	Valor	%	Valor	%
Individualmente Significativo	2.202.662	20.564	2.223.226	89.319	10.051	99.370	11.506	11,6%	18.537	0,9%
Cliente com Crédito Vencido	116.148	73.570	189.718	20.326	43.361	63.687	26.448	41,5%	1.350	1,1%
Cliente com Créditos Vencidos em OIC's	271.238	-	271.238	5.444	-	5.444	1.106	20,3%	2.583	1,0%
<b>Total</b>	<b>2.590.048</b>	<b>94.134</b>	<b>2.684.182</b>	<b>115.089</b>	<b>53.412</b>	<b>168.501</b>	<b>39.060</b>		<b>22.470</b>	

Detalhe perdas por imparidade individual identificadas por factor - Ano de 2006

milhares €

Factores	Total Exposição Analisada			Total Exposição com Perda Individual			Perda Individual		Perda Colectiva	
	Vincendo	Vencido	Total	Vincendo	Vencido	Total	Valor	%	Valor	%
Individualmente Significativo	1.463.373	15.968	1.479.340	49.063	9.956	59.019	1.555	2,6%	13.043	0,9%
Cliente com Crédito Vencido	114.529	51.794	166.323	25.948	35.847	61.795	26.823	43,4%	1.045	1,0%
Cliente com Créditos Vencidos em OIC's	136.739	-	136.739	1.413	-	1.413	389	27,5%	1.300	1,0%
<b>Total</b>	<b>1.714.641</b>	<b>67.762</b>	<b>1.782.403</b>	<b>76.425</b>	<b>45.802</b>	<b>122.227</b>	<b>28.768</b>		<b>15.389</b>	

O mapa "Detalhe perdas por imparidade individual identificadas por factor" procura explicar quais os factores que levaram os créditos a serem analisados individualmente.

No que respeita ao critério de selecção, o peso dos créditos individualmente significativos representa 82,8% do total. Os restantes dois critérios, ou seja, o crédito vencido na instituição e o crédito vencido noutra instituição, não viram os seus pesos significativamente alterados.

No entanto, quando se efectua a análise das perdas individuais associadas aos critérios, verifica-se que os clientes que possuem crédito vencido são aqueles para os quais a percentagem apurada de perda é superior. Verificou-se, entre 2006 e 2007, uma diminuição do rácio de cobertura das perdas individuais sobre o total da exposição com perda, passou de 43,4% para 41,5%, respectivamente. No total das perdas individuais, o critério anterior acumula cerca de 67,7% quando o seu peso no crédito analisado ultrapassa ligeiramente os 7,1%.

Cauções de Contratos com Imparidade Individual - Ano de 2007

milhares €

Tipo de Caução	Total Exposição com Perda Individual			Valor Perda Individual	Valor Colateral <sup>(1)</sup>	% Cobertura
	Vincendo	Vencido	Total			
Cativo de Depósito a Prazo	32.184	1.006	33.190	1.648	4.326	13,0%
Cativo de Aplicações Financeiras	2.032	16.281	18.313	1.754	7.511	41,0%
Hipoteca Imóvel	44.481	2.842	47.323	3.506	45.604	96,4%
Penhor Mercantil	3.225	20	3.245	119	3.141	96,8%
Outros <sup>(2)</sup>	33.168	33.262	66.430	32.033	n/d	
<b>Total</b>	<b>115.090</b>	<b>53.411</b>	<b>168.501</b>	<b>39.060</b>	<b>60.582</b>	<b>36,0%</b>

<sup>(1)</sup> Valor mínimo entre o total de exposição e o valor do colateral

<sup>(2)</sup> Contratos com garantias pessoais e sem garantias

Cauções de Contratos com Imparidade Individual - Ano de 2006

milhares €

Tipo de Caução	Total Exposição com Perda Individual			Valor Perda Individual	Valor Colateral <sup>(1)</sup>	% Cobertura
	Vincendo	Vencido	Total			
Cativo de Depósito a Prazo	795	703	1.498	473	457	30,5%
Cativo de Aplicações Financeiras	151	200	350	352	75	21,4%
Hipoteca Imóvel	62.443	25.065	87.508	10.418	63.505	72,6%
Penhor Mercantil	242	29	272	166	106	39,1%
Outros <sup>(2)</sup>	12.794	19.804	32.598	17.359	n/d	
<b>Total</b>	<b>76.425</b>	<b>45.802</b>	<b>122.227</b>	<b>28.768</b>	<b>64.143</b>	

<sup>(1)</sup> Valor mínimo entre o total de exposição e o valor do colateral

<sup>(2)</sup> Contratos com garantias pessoais e sem garantias

O mapa "Cauções de Contratos com Imparidade Individual" procura reflectir quais os colaterais associados aos contratos que possuem perdas por imparidade apuradas ao nível individual.

O principal aspecto que merece destaque é o crescimento verificado no que respeita a colaterais financeiros resultantes de cativos em Depósitos a Prazo. O valor em 2007 ascendia a 33.190 milhares de euros face aos 1.498 milhares de euros, em 2006.

## Nota 14 - Derivados de cobertura

O justo valor dos derivados para gestão de risco em balanço é o seguinte:

milhares €	
2007	
Derivados de Cobertura activos	115
Derivados de Cobertura passivos	1.295
	(1.181)

A rubrica Instrumentos derivados detidos para cobertura tem a seguinte composição:

milhares €							
2007							
	Produto Coberto	Risco Coberto	Valor Nocial	Justo valor do derivado (1)	Var. justo valor do derivado no ano	Justo valor do elemento coberto (2)	Var. justo valor do elemento coberto no
<b>Cobertura de justo valor</b>							
<b>Swaps</b>							
Divisas	Obrigações	Taxa Câmbio	34.840	(1.263)	(1.263)	27.144	27.144
Taxa de juro	Financiamento	Taxa Juro	4.235	77	(2)	4.161	3
			39.075	(1.186)	(1.264)	31.306	27.148
<b>Cobertura de fluxos de caixa</b>							
<b>Swaps</b>							
Divisas	Obrigações	Taxa Câmbio	6.819	5	5	6.869	6.869
			6.819	5	5	6.869	6.869
			45.895	(1.181)	(1.259)	38.175	34.017

(1) Inclui Juro Corrido.

(2) Atribuível ao Risco Coberto.

As variações associadas ao justo valor dos activos e passivos e aos respectivos derivados de cobertura de justo valor, encontram-se reflectidas em resultados do exercício, na rubrica de Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. Periodicamente, o Grupo BPN, S.A. efectua testes à efectividade das relações de cobertura existentes. Conforme referido na Nota 3.4.3, as variações de justo valor dos instrumentos de cobertura dos fluxos de caixa são reconhecidas no capital próprio.

## Repartição por categoria de contraparte

milhares €		
31.12.2007		
	Valor Nocial	% valor Nocial
Mercado de Balcão		
OTC com instituições financeiras	45.895	100%
	45.895	100%

## Nota 15 - Propriedades de Investimento

Esta rubrica tem a seguinte composição:

milhares €		
	2007	2006
Ao justo valor	14.915	
	14.915	-

O valor de balanço das propriedades de investimento corresponde ao justo valor das mesmas, tendo por base a avaliação por peritos independentes, com experiência e qualificação profissional reconhecida.

## Nota 16 - Outros activos tangíveis

O movimento ocorrido na rubrica Outros activos tangíveis durante o exercício de 2007 foi o seguinte:

milhares €

	31.12.06			Alteração de Perímetro				Alienações e abates		Transferências*		Variação Cambial			31.12.07				
	Valor bruto	Amortiz. Acum	Imparidade	Valor bruto	Amortiz. Acum	Aquisições	Reavaliaç.	Valor bruto	Amortiz. Acum	Valor bruto	Amortiz. Acum	Imparid. Exercício	Valor bruto	Amortiz. Acum	Amortiz. Exercício	Valor bruto	Amortiz. Acum	Imparidade	Valor Líquido
<b>Imóveis em uso</b>																			
Imóveis de serviço próprio	10.704	(1.324)	-	-	-	383	-	-	-	510	(48)	-	-	-	(150)	11.597	(1.522)	-	10.075
Outros imóveis	115	(46)	-	1.516	(491)	223	-	-	-	(102)	50	-	9	(4)	(185)	1.761	(676)	-	1.085
Obras em imóveis arrendados	22.783	(11.522)	-	-	-	1.617	-	(250)	69	-	-	-	51	(44)	(2.260)	24.201	(13.757)	-	10.444
	33.602	(12.892)	-	1.516	(491)	2.223	-	(250)	69	408	2	-	60	(48)	(2.595)	37.559	(15.955)	-	21.604
<b>Equipamento</b>																			
Mobiliário e material	4.713	(3.512)	-	2.032	(838)	332	-	(16)	15	5	-	-	20	(7)	(756)	7.086	(5.098)	-	1.988
Máquinas e ferramentas	5.251	(4.454)	-	1.477	(911)	407	-	(15)	16	3	-	-	-	-	(593)	7.123	(5.942)	-	1.181
Equip. informático	10.312	(9.669)	-	5.956	(3.209)	1.203	-	(132)	131	(14)	38	-	29	(17)	(1.586)	17.354	(14.312)	-	3.042
Instalações interiores	2.617	(2.397)	-	-	-	24	-	(78)	60	-	-	-	-	-	(101)	2.563	(2.438)	-	125
Material de transporte	1.355	(995)	-	48	(47)	243	-	(272)	216	-	-	-	4	(1)	(188)	1.378	(1.015)	-	363
Equip. segurança	1.770	(1.086)	-	686	(284)	82	-	(4)	4	18	(5)	-	-	-	(262)	2.552	(1.633)	-	919
Outro equipamento	558	(224)	-	392	(225)	87	-	(11)	11	102	(38)	-	11	(4)	(81)	1.139	(561)	-	578
	26.576	(22.337)	-	10.591	(5.514)	2.378	-	(528)	453	114	(5)	-	64	(29)	(3.567)	39.195	(30.999)	-	8.196
Equipamento em locação operacional	9.467	(4.708)	-	-	-	43.720	-	(5.112)	3.063	-	-	-	-	-	(4.380)	48.075	(6.025)	-	42.050
Equipamento em locação financeira	4.859	(4.674)	-	-	-	10.992	-	(3.956)	117	-	-	-	-	-	(265)	11.895	(4.822)	-	7.073
Activos tangíveis em curso	410	-	-	241	-	221	-	(1)	-	(560)	-	-	-	-	-	311	-	-	311
Outros activos tangíveis	2.078	(120)	-	48	(25)	2.842	-	-	-	-	3	-	-	-	(18)	4.968	(160)	-	4.808
	16.814	(9.502)	-	289	(25)	57.775	-	(9.069)	3.180	(560)	3	-	-	-	(4.663)	65.249	(11.007)	-	54.242
	76.992	(44.731)	-	12.396	(6.030)	62.376	-	(9.847)	3.702	(38)	-	-	124	(77)	(10.825)	142.003	(57.961)	-	84.042

\* O valor bruto de 38 milhares de euros foi reclassificado dos activos tangíveis para os activos intangíveis

## Nota 17 - Activos intangíveis

O movimento ocorrido na rubrica activos intangíveis durante o exercício de 2007 foi o seguinte:

milhares €

	31.12.06			Alteração de Perímetro				Alienações e abates		Transferências *		Variação Cambial			31.12.07				
	Valor bruto	Amortiz. Acum	Imparidade	Valor bruto	Amortiz. Acum	Aquisições	Reavaliaç.	Valor bruto	Amortiz. Acum	Valor bruto	Amortiz. Acum	Imparid. Exercício	Valor bruto	Amortiz. Acum	Amortiz. Exercício	Valor bruto	Amortiz. Acum	Imparidade	Valor Líquido
<b>Gerados internamente</b>																			
Sistemas de tratamento automático	5.207	(4.983)	-	-	-	51	-	-	-	808	-	-	-	-	(330)	6.066	(5.313)	-	753
Adquiridos a terceiros																			
Sistemas de tratamento automático	2.974	(2.541)	-	-	-	784	-	(9)	7	6.663	(4.573)	-	45	(26)	(904)	10.457	(8.037)	-	2.420
Outros activos intangíveis	5.175	(3.389)	-	8.219	(6.972)	657	-	(2.137)	896	(6.063)	4.573	-	224	(93)	(117)	6.075	(5.102)	-	973
	13.356	(10.913)	-	8.219	(6.972)	1.492	-	(2.146)	903	1.408	-	-	269	(119)	(1.351)	22.598	(18.452)	-	4.146
Activos intangíveis em curso	6.276	-	-	24.557	-	1.867	-	-	-	(1.370)	-	-	-	-	-	31.282	-	-	31.282
	19.632	(10.913)	-	32.776	(6.972)	3.359	-	(2.146)	903	38	-	-	221	(119)	(1.351)	53.880	(18.452)	-	35.428

\* O valor bruto de 38 milhares de euros foi reclassificado dos activos tangíveis para os activos intangíveis

## Nota 18 - Investimentos em associadas

Esta rubrica tem a seguinte composição:

		milhares €							
		Partic.efectiva (%)		Valor de Balanço		Método Cons.	Método Cons.	Participante	Participante
		31.12.07	31.12.06	31.12.07	31.12.06	2007	2006	2007	2006
ALC Leasing, S.A.R.L.	(1)	36,00%	-	135	-	MEP	-	Efisa	-
Avipronto-Produtos Alimentares		23,40%	24,85%	4.871	5.430	MEP	MEP	Efisa	Efisa
BPN Acções Global	(2)	24,72%	-	2.904	-	MEP	-	BPN, S.A., Real Vida	-
BPN Créditos Corretora de Seguros Lda		34,83%	34,76%	9	14	MEP	MEP	BPN Créditos Brasil	BPN Créditos Brasil
BPN Imoglobal		23,48%	23,48%	33.295	32.904	MEP	MEP	BPN, S.A., Real Vida	BPN, S.A., Real Vida
BPN Imoreal		39,61%	39,61%	77.459	84.333	MEP	MEP	BPN, S.A., Real Vida	BPN, S.A., Real Vida
BPN Taxa Fixa Euro	(2)	23,61%	-	2.115	-	MEP	-	Real Vida	-
Bypass	(3)	-	44,91%	-	12	-	MEP	-	Efisa
FCR Banco Efisa	(4)	30,00%	29,94%	9.294	9.331	MEP	MEP	Efisa	Efisa
Marina da Barra	(5)	-	50,00%	-	1.250	-	MEP	-	BPN S.A.
				130.082	133.274				

(1) Participação adquirida no decurso do exercício de 2007

(2) No exercício de 2006 a participação foi registada como activo financeiro ao justo valor através de resultados

(3) Participação alienada no decurso do exercício de 2007

(4) Em 2007 alterou a designação. Anteriormente era Fundo Capital de Risco FIQEFisa

(5) Em 2007 esta participação foi vendida à Partinvest Imobiliária (participada da SLN, SGPS)

Os valores dos Investimentos em Associadas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 foram reexpressos conforme divulgado na Nota 11.

O quadro seguinte apresenta os principais dados financeiros relativos às empresas associadas:

		milhares €									
		Activo		Passivo		Capital		Proveitos		Resultado Líquido	
		2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006
ALC Leasing, S.A.R.L.		1.148	-	772	-	(1.249)	-	-	-	1.624	-
Avipronto-Produtos Alimentares		38.200	35.698	18.528	13.891	19.569	19.569	51.815	45.016	103	2.238
BPN Acções Global		12.769	-	1.021	-	11.814	-	88.014	-	(66)	-
BPN Créditos Corretora de Seguros Lda		47	44	22	5	51	63	97	23	(26)	(24)
BPN Imoglobal		147.794	170.205	5.992	30.070	140.135	142.554	25.900	3.426	1.667	(2.420)
BPN Imoreal		253.192	319.651	57.638	106.742	184.223	207.030	40.234	15.222	11.331	5.879
BPN Taxa Fixa Euro		9.062	-	103	-	8.684	-	2.746	-	275	-
FCR Banco Efisa		31.233	31.106	252	4	31.102	30.659	1.654	1.770	(121)	442

## Nota 19 - Impostos

O BPN, S.A. e as suas subsidiárias encontram-se sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama.

O apuramento do imposto corrente e diferido referente ao exercício findo em 2007 e do imposto diferido referente a 2006, foi efectuado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 26,5%, em cumprimento da Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro, e a Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais). O cálculo do imposto corrente de 2006 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 27,5%.

As declarações referentes à autoliquidação das Entidades do BPN, S.A. Consolidado com sede em Portugal, encontram-se sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais, ao longo de um horizonte temporal de quatro anos. Desta forma, poderão ocorrer liquidações adicionais de imposto, devido a distintas interpretações da legislação fiscal. Contudo, é convicção das Administrações das entidades que consolidam no BPN, S.A., com sede em Portugal que, no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas, não ocorrerão encargos adicionais de valor materialmente relevante.

Esta rubrica tem a seguinte composição no Balanço:

	2007	2006
<b>Activos por impostos correntes</b>		
IRC a recuperar	5.690	858
Outros	39	-
	5.729	858
<b>Activos por impostos diferidos</b>		
Origem e reversão diferenças temporárias	16.456	13.059
Prejuízos fiscais	-	-
	16.456	13.059
<b>Passivos por impostos correntes</b>		
IRC a pagar	4.762	8.907
Outros	-	472
	4.762	9.379
<b>Passivos por impostos diferidos</b>		
Origem e reversão diferenças temporárias	4.023	3.244
	4.023	3.244
	13.400	1.294

Esta rubrica tem a seguinte decomposição em Resultados:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Imposto corrente</b>		
Do ano	15.144	23.128
Correcção de anos anteriores	368	18
	15.512	23.146
<b>Imposto diferido</b>		
Origem e reversão de diferença temporárias	(411)	(6.192)
Por créditos fiscais	-	-
Por prejuízos fiscais	-	-
	(411)	(6.192)
	15.101	16.954

Decomposição dos activos/passivos por impostos diferidos:

milhares €

	Activo		Passivo	
	2007	2006	2007	2006
Instrumentos financeiros derivados	439	-	50	-
Activos financeiros disponíveis para venda	560	-	29	1.329
Crédito a clientes	530	2.355	884	-
Outros activos tangíveis	22	31	-	-
Activos intangíveis	-	-	-	-
Investimentos em subsidiárias e associadas	-	-	-	-
Outros investimentos	283	1	-	-
Provisões	12.822	8.708	-	-
Pensões	504	587	1.933	663
Prémios	234	148	-	-
Créditos fiscais	693	693	-	-
Prejuízos fiscais reportáveis	-	-	-	-
Taxa efectiva	367	396	-	-
Reserva de conversão	-	-	1.127	992
Outros	2	140	-	260
	16.456	13.059	4.023	3.244

Movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos, de balanço:

milhares €

	2007
Saldo em 1 de Janeiro	9.816
Reconhecido em resultados	411
Reconhecido em reserva de justo valor	814
Reconhecido em outras reservas	1.437
Variação cambial	(45)
Saldo em 31 de Dezembro (Activo/ (Passivo))	12.433

Origem dos Impostos Diferidos reconhecidos em reservas e resultados

milhares €

	2007	
	Reconhecido em Resultados	Reconhecido em Reservas
Instrumentos financeiros derivados	(4)	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	604
Crédito a clientes	(706)	-
Outros activos tangíveis	(7)	-
Activos intangíveis	(1)	-
Investimentos em subsidiárias e associadas	-	210
Provisões	639	332
Pensões	15	-
Variação Cambial	-	(46)
Outros	475	1.106
	411	2.206

## Reconciliação da taxa de Imposto

milhares €

	2007	
	%	Valor
Resultados antes de Impostos e Interesses Minoritários		65.526
Taxa de Imposto do BPN, S.A.	27,18%	
Imposto apurado com base na taxa de imposto do BPN, S.A.		17.810
Dividendos excluídos de tributação	0,0%	-
Lucros em unidades com regime de tributação mais favorável	-4,0%	(2.647)
Mais - valias não tributadas	-5,2%	(3.395)
Menos - valias não dedutíveis	1,5%	979
Imposto diferido activo não reconhecido sobre prejuízos fiscais	-1,6%	(1.024)
Custos não dedutíveis	2,3%	1.525
Alteração da taxa de imposto	0,0%	(4)
Outros	1,9%	1.240
Imposto diferido activo não reconhecido sobre prejuízos fiscais gerados no período	1,8%	1.169
Resultados em associadas não sujeitas a tributação	-0,8%	(553)
	23,0%	15.101

## Nota 20 - Provisões técnicas de resseguro cedido

Esta rubrica tem a seguinte composição no Ramo Vida:

milhares €

	2007	Aumentos/Reduções	2006	Aumentos/Reduções	2005
Provisão Matemática					
De Seguro Directo	29.339	(1.196)	30.535	1.272	29.263
De Resseguro Cedido	4.858	1.751	3.107	(2.131)	5.238
Provisão para Sinistros					
De Seguro Directo	6.372	423	5.949	(2.821)	8.770
De Resseguro Cedido	3.055	357	2.698	(433)	3.131
Provisão para Participação nos Resultados					
De Seguro Directo	183	-	183	183	-
De Resseguro Cedido	-	-	-	-	-
Provisões técnicas relativas a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro					
	-	-	-	-	-
	27.980	(2.881)	30.861	1.198	29.663

As provisões técnicas constituídas para os contratos do ramo Vida e Real representam, no seu conjunto, as responsabilidades para com os segurados e incluem:

- Provisões matemáticas determinadas de acordo com métodos actuariais prospectivos, em conformidade com as bases técnicas de cada um dos produtos. É incluída também uma provisão para compromissos de taxa, a qual é contabilizada quando a taxa de rentabilidade efectiva dos activos que se encontram a representar as provisões matemáticas de um determinado produto é inferior à taxa técnica de juro utilizada no cálculo das provisões matemáticas;
- Provisões para participação nos resultados a atribuir no final de cada ano aos contratos em vigor. O seu cálculo é efectuado de acordo com as bases técnicas de cada contrato, devidamente aprovadas pelo ISP (Instituto de Seguros de Portugal), com base nas taxas de rentabilidade dos investimentos afectos à cobertura das respectivas provisões matemáticas;
- Provisões para sinistros, de modo a fazer face às indemnizações a pagar referente a sinistros já ocorridos mas não regularizados.

## Nota 21 - Outros activos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
Devedores por seguro directo e resseguro	5.800	3.892
Imparidade	-	(366)
	5.800	3.526
<b>Devedores, outras aplicações e outros activos</b>		
Devedores por bonificações de juros de crédito imobiliário	8	6
Contas caução	14	2
Suprimentos , prestações suplementares e activos subordinados	70	27
Devedores por operações sobre futuros e opções	1.407	1.804
Outras aplicações	12.992	13.433
Sector público administrativo	9.168	1.925
Devedores diversos	50.866	40.795
	74.525	57.992
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	(6.549)	(6.959)
	67.976	51.033
<b>Outros activos</b>		
Outros metais preciosos, numismática e medalhística	30	31
Outros activos	733	35
	763	66
<b>Rendimentos a receber</b>		
Juros e rendimentos similares	3.258	1.740
Outros rendimentos a receber	1.554	1.150
	4.812	2.890
<b>Despesas com encargo diferido</b>		
Outras despesas com encargo diferido	12.072	7.428
	12.072	7.428
<b>Fundo de pensões (ver Nota 6)</b>		
Contribuições para o fundo de pensões	-	-
Desvios actuariais	14.807	8.951
	14.807	8.951
<b>Encargos a pagar</b>		
Comissões associadas ao custo amortizado (postecipadas) de operações activas	(1.448)	(1.121)
	(1.448)	(1.121)
<b>Receitas com rendimento diferido</b>		
Outras operações activas (assoc. ao custo amortizado)	-	(66)
	-	(66)
<b>Outras contas de regularização</b>		
Posição cambial	10.430	28
Operações cambiais a liquidar	28.129	12.793
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	2.952	494
Outras operações a regularizar	43.269	8.954
	84.780	22.269
<b>Activos recebidos em dacção por recuperação de créditos</b>		
Imóveis	67.944	43.222
Equipamento	1.288	556
Outros activos tangíveis	146	26
Outros activos	-	-
	69.378	43.804
Imparidade	(2.758)	(1.858)
Passivos	-	-
	256.182	136.922

As operações referentes a valores mobiliários a regularizar, referem-se a transacções associadas a títulos, registadas na trade date, em conformidade com a política contabilística descrita na Nota 3.4.3 que se encontram a aguardar a respectiva liquidação financeira.

## Nota 22 - Recursos de bancos centrais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
Recursos de outros bancos centrais		
Recursos a muito curto prazo	181.025	77
Depósitos	-	-
	181.025	77
Juros a pagar	120	-
	181.145	77

## Nota 23 - Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados		
Instrumentos derivados		
Futuros	-	535
	-	535

## Nota 24 - Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
Recursos de IC's no país		
Mercado monetário interbancário	8.951	6.133
Recursos a muito curto prazo	-	8.000
Depósitos	71.934	92.192
Empréstimos	17.586	9.201
Outros recursos	14	-
Juros a pagar	2.006	2.111
Encargos diferidos	571	(304)
	101.062	117.333
Recursos de IC's no estrangeiro		
Depósitos	127.413	67.662
Empréstimos	390.740	358.006
Outros recursos	18.309	954
Juros a pagar	2.981	2.269
Encargos diferidos	(1.304)	-
	538.139	428.891
Correcções de valor de passivos objecto de cobertura	-	-
	639.201	546.224

## Escalonamento dos Recursos de outras IC's

	milhares €	
	2007	2006
Até 3 meses	277.079	309.076
De 3 meses a 1 ano	76.302	122.888
De um a cinco anos	285.820	114.260
Mais de cinco anos	-	-
	639.201	546.224

## Nota 25 - Recursos de clientes e outros empréstimos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
Recursos de clientes		
Depósitos à ordem	1.191.218	1.342.527
Depósitos a prazo	3.451.888	2.634.309
Depósitos de poupança	95.504	93.755
Depósitos obrigatórios	-	73
Cheques e ordens a pagar	29.288	26.454
Outros	7.239	7.051
Juros a pagar	37.344	26.935
	4.812.481	4.131.104
Outros		
Correcções de valor de passivos que sejam objecto de operações de cobertura	(3.283)	(4.771)
	(3.283)	(4.771)
	4.809.198	4.126.333

## Escalonamento dos Recursos de clientes e outros empréstimos

	milhares €	
	2007	2006
Exigível à vista	1.233.618	1.386.469
Exigível a prazo		
Até 3 meses	1.593.078	1.624.233
De 3 meses a 1 ano	1.325.753	1.003.879
De um a cinco anos	655.240	111.752
Mais de cinco anos	1.509	-
	4.809.198	4.126.333

## Nota 26 - Responsabilidades representadas por títulos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
Certificados de depósito		
Emissões	14.280	11.698
	14.280	11.698
Obrigações de caixa		
Emissões	25.000	40.040
	25.000	40.040
Outros		
Euro Medium Term Notes (EMTN)	200.000	200.000
	200.000	200.000
Juros a pagar	227	1.378
Responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	(105)	(387)
Correcções de valor de passivos que sejam objecto de operações de cobertura	(2.869)	(1.894)
	(2.747)	(903)
	236.533	250.835

Durante o exercício de 2007 o Grupo não procedeu à emissão de qualquer dívida ao abrigo do EMTN Programme (31 Dezembro 2006: 200 milhões de euros).

## Duração residual de responsabilidades representadas por títulos

	milhares €	
	2007	2006
Até 3 meses	2.099	241
De 3 meses a 1 ano	2.407	11.457
De um a cinco anos	232.027	219.097
Mais de cinco anos	-	20.040
	236.533	250.835

As características essenciais destas responsabilidades são como segue:

milhares €

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Montante	Moeda Original de Emissão
Certificados de depósito					
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jan-06	Jan-08	101% CDI	197	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Fev-06	Jan-08	104% CDI	30	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Nov-07	Fev-08	108% CDI	131	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Nov-07	Fev-08	108% CDI	59	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Nov-07	Fev-08	108% CDI	899	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Nov-07	Fev-08	108% CDI	156	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Nov-07	Fev-08	108% CDI	29	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Nov-07	Fev-08	108% CDI	221	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Nov-07	Fev-08	108% CDI	59	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Nov-07	Fev-08	108% CDI	283	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Mar-06	Fev-08	105% CDI	24	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Mar-06	Mar-08	105% CDI	10	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Abr-06	Abr-08	100% CDI	91	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Abr-06	Abr-08	100% CDI	504	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Mai-06	Mai-08	104% CDI	236	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Mai-06	Mai-08	105% CDI	47	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Mai-06	Mai-08	105% CDI	45	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Mai-06	Mai-08	107% CDI	24	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Mai-06	Mai-08	107% CDI	24	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Set-07	Set-09	100% CDI	22	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Set-07	Set-09	100% CDI	43	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Set-07	Set-09	100% CDI	43	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Set-07	Set-09	102% CDI	121	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Nov-07	Nov-09	102% CDI	117	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Dez-07	Nov-09	112% CDI	777	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jul-07	Jun-10	110% CDI	41	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Set-07	Ago-10	110% CDI	40	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Set-07	Set-10	104% CDI	399	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Nov-07	Out-10	110% CDI	78	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jun-06	Jun-08	105% CDI	9	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jul-06	Jun-08	107% CDI	232	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Ago-06	Jul-08	100% CDI	6	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Ago-06	Ago-08	105% CDI	27	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Set-06	Ago-08	104% CDI	21	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Out-06	Set-08	104% CDI	7	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Dez-06	Nov-08	100% CDI	139	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Dez-06	Nov-08	100% CDI	110	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Dez-06	Dez-08	103% CDI	30	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Dez-06	Dez-08	104% CDI	30	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jan-07	Dez-08	107% CDI	22	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jan-07	Jan-09	105% CDI	4	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jan-07	Jan-09	104% CDI	429	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Fev-07	Jan-09	104% CDI	43	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Fev-07	Jan-09	107% CDI	5	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Fev-07	Fev-09	103% CDI	13	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Mar-07	Mar-09	106% CDI	42	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Mar-07	Mar-09	100% CDI	49	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Abr-07	Abr-09	106% CDI	19	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Mai-07	Abr-09	104% CDI	124	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Mai-07	Abr-09	106% CDI	25	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Mai-07	Mai-09	100% CDI	92	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Mai-07	Mai-09	110% CDI	414	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Mai-07	Mai-09	110% CDI	621	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Mai-07	Mai-09	110% CDI	1.239	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jun-07	Jun-09	103% CDI	18	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jun-07	Jun-09	101% CDI	41	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jun-07	Jun-09	103% CDI	26	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jun-06	Jun-09	107% CDI	164	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jun-06	Jun-09	107% CDI	143	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jun-06	Jun-09	107% CDI	143	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jun-07	Jun-09	100% CDI	181	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jun-07	Jun-09	110% CDI	24	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jun-06	Jun-09	110% CDI	5	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jun-06	Jun-09	110% CDI	5	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jun-07	Jun-09	110% CDI	58	REAL

(cont.)

(cont.)

milhares €

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Montante	Moeda Original de Emissão
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jun-07	Jun-09	110% CDI	20	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Jul-06	Jun-09	100% CDI	9	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Ago-07	Ago-09	104% CDI	4	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Ago-07	Ago-09	104% CDI	8	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Out-07	Set-09	103% CDI	163	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Out-07	Set-09	110% CDI	1.237	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Nov-07	Out-09	103% CDI	243	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Nov-07	Out-09	105% CDI	10	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Nov-07	Nov-09	104% CDI	91	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Nov-07	Nov-09	101% CDI	1.132	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Nov-07	Nov-09	100% CDI	19	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Nov-07	Nov-09	100% CDI	19	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Dez-07	Nov-09	103% CDI	260	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Dez-07	Nov-09	108% CDI	37	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Dez-07	Dez-09	105% CDI	64	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Dez-07	Dez-09	102% CDI	578	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Dez-07	Dez-09	100% CDI	81	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Fev-07	Fev-10	100% CDI	195	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Abr-07	Mar-08	100% CDI	21	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Abr-07	Abr-08	100% CDI	13	REAL
CDB - Certificado de Depósito Bancário - BPN Brasil	Dez-07	Jun-08	100% CDI	768	REAL
				14.280	
<b>Obrigações</b>					
Obrigações de Caixa BPN Dividendos	Abr-07	Abr-09	*	5.000	EUR
Obrigações de Caixa BPN Competição Ibérica	Out-07	Out-10	**	10.000	EUR
Obrigações de Caixa BPN Private Equity	Jul-07	Jul-10	***	10.000	EUR
				25.000	
<b>Outros</b>					
BPN_Floating Rate Notes due 2009	Set-06	Set-13	Euribor 3M+0,35%	200.000	EUR
				200.000	
Juros a pagar				227	
Responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado				(105)	
Correções de valor de passivos que sejam objecto de operações de cobertura				(2.870)	
				236.533	

\* Na Data de Reembolso, a Remuneração Variável aplicável é determinada da seguinte forma:  $VN \times \text{Max}(3,85\%, \text{Participação} \times \text{Outperformance})$ .

\*\* A remuneração variável, a ser paga na Data de Reembolso, é igual ao máximo entre 0% do Valor Nominal e 80% do produto do Valor Nominal com a melhor performance entre o IBEX e o PSI20.

\*\*\* A remuneração a ser paga na Data de Reembolso, é igual ao máximo entre 3% do Valor Nominal e 108% do produto do Valor Nominal com a Performance do Cabaz.

## Nota 27 - Passivos financeiros associados a activos transferidos

O BPN, S.A., lançou em 20 de Dezembro de 2006, uma operação de titularização sob a designação de Chaves SME CLO No.1. As principais características da operação, são resumidas no quadro seguinte:

Denominação	2007		Vida média		
	(milhares Euros)	Data de emissão	estimada	Garantia	Spread
- Chaves SME CLO No.1	601.100	20-12-2006	5,73	Créditos a PME's	0,20%
Montante liquidado	(30.347)				
	570.753				
Denominação	2006		Vida média		
	(milhares Euros)	Data de emissão	estimada	Garantia	Spread
- Chaves SME CLO No.1	601.210	20-12-2006	5,73	Créditos a PME's	0,20%
Montante liquidado	(35.931)				
	565.279				

A operação acima referida tem um período de revolving que termina em Dezembro de 2009, momento a partir do qual deverá começar o reembolso das Notes.

## Nota 28 - Provisões e imparidades

O movimento ocorrido nas provisões e imparidades durante o exercício de 2007 foi o seguinte:

	Saldo 31.12.06	Aumentos	Reposições/ Reversões	Utilizações	Transf.	Correcção cambial / Outros	Saldo 31.12.07
milhares €							
Imparidades em activos financeiros disponíveis para venda:							
Instrumentos de dívida	-	167	-	-	-	-	167
Instrumentos de capital	-	600	(6)	-	-	(222)	373
Outros títulos	-	-	-	-	-	-	-
Créditos e outros valores a receber	-	-	-	-	-	-	-
Imparidades em aplicações em IC's	-	-	-	-	-	-	-
Imparidades em crédito a clientes	137.242	52.596	(22.828)	(32.825)	(24)	6.749	140.910
Imparidade em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-
Imparidades em activos com acordo de recompra	-	-	-	-	-	-	-
Imparidades em outros activos detidos até à maturidade	-	-	-	-	-	-	-
Imparidades em outros activos	8.817	5.764	(262)	(31)	366	(5.838)	8.817
Imparidades em activos não financeiros	-	-	-	-	-	490	490
Imparidades por seguro directo e resseguro	366	-	-	-	(366)	-	(0)
Provisões para contingências fiscais	-	227	-	-	-	(227)	-
Imparidades e provisões para garantias e compromissos assumidos	39	7	-	-	-	-	46
Outras provisões	1.035	792	(137)	(102)	24	1.775	3.387
	147.499	60.153	(23.233)	(32.958)	-	2.728	154.189

## Nota 29 - Outros passivos subordinados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Empréstimos subordinados</b>		
Titulados		
Emissões	150.000	150.000
	150.000	150.000
Encargos a pagar	465	-
	465	-
	150.465	150.000

As características dos passivos subordinados são como se segue:

milhares €					
Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Montante	Obs.
<b>Empréstimos subordinados</b>					
Obrigações de caixa subordinadas BPN (SFE)	Mai-2003	Mai-2013	(1)	25.000	
Obrigações de caixa subordinadas BPN	Jun-2003	Jun-2013	(1)	50.000	
Obrigações de caixa subordinadas BPN	Jun-2003	Jun-2013	(1)	25.000	
Obrigações de caixa subordinadas BPN/2005	Dez-2005	Dez-2015	(2)	50.000	
				150.000	
Periodificações, custos e proveitos diferidos				465	
Correcções de valor de passivos que sejam objecto de operações de cobertura					
				150.465	

(1) A taxa de juro do 1º cupão foi de 4,75% sendo a dos restantes cupões correspondente à Euribor a 6 Meses em vigor no segundo dia útil imediatamente anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 2%.

O BPN poderá efectuar o reembolso antecipado, total ou parcial, neste último caso por redução do valor nominal, a partir do quinto ano de vida do empréstimo, e em cada data de pagamento de juros, sujeito ao acordo prévio do BdP.

Não existem quaisquer condições de subordinação que permitam a conversão do passivo subordinado em capital ou em outra forma de passivo.

(2) A Taxa de Juro do 1º cupão foi de 4% sendo que : a) nos cupões que se vencem de 22/12/2006 a 22/12/2010, correspondente à Euribor a 6 meses em vigor no segundo dia útil imediatamente anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 1,15% ; b) nos restantes cupões, correspondente à Euribor a 6 meses em vigor no segundo dia útil imediatamente anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 1,5%.

O BPN poderá efectuar o reembolso antecipado, total ou parcial, neste último caso por redução do valor nominal, a partir do quinto ano de vida do empréstimo, e em cada data de pagamento de juros, sujeito ao acordo prévio do BdP.

## Nota 30 - Outros passivos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
Credores por seguro directo e resseguro	328.409	329.811
	<u>328.409</u>	<u>329.811</u>
Credores e outros recursos		
Operações de venda com acordo de recompra	-	-
Credores por operações sobre futuros e opções	19	19
Recursos diversos	833	812
Cauções recebidas pela realização de contratos de futuros	188.680	165.642
Sector público administrativo	12.413	8.994
Cobranças por conta de terceiros	139	119
Dividendos a pagar	-	-
Contribuições para outros sistemas de saúde	265	239
Credores diversos		
Credores por benefícios do SAMS		
Credores por operações sobre valores mobiliários	-	-
Credores por fornecimento de bens	21.269	10.223
Credores por contratos de factoring	4.485	1.183
Outros credores	<b>27.129</b>	<b>33.970</b>
	<u>255.232</u>	<u>221.201</u>
Despesas com encargo acrescido		
Outras operações passivas	(5)	(3)
	<u>(5)</u>	<u>(3)</u>
Fundo de pensões (ver Nota 6)		
Défice de cobertura	1.641	1.741
	<u>1.641</u>	<u>1.741</u>
Encargos a pagar		
Juros a pagar	2.353	1.458
Prémios de antiguidade (ver Nota 6)	4.174	3.817
Outros encargos a pagar	13.683	13.414
	<u>20.210</u>	<u>18.690</u>
Receitas com rendimento diferido		
De rendas de locação operacional	435	4.273
De garantias prestadas e outros passivos eventuais	982	758
De compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	14	-
Outras	13.574	11.684
	<u>15.005</u>	<u>16.715</u>
Outras contas de regularização		
Posição cambial	9.140	924
Operações cambiais a liquidar	32.993	12.145
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	-	1.150
Outras operações a regularizar	<b>40.237</b>	<b>256.593</b>
	<u>82.370</u>	<u>270.812</u>
	<u>702.862</u>	<u>858.967</u>

## Nota 31 - Capital próprio

Em 31 de Dezembro de 2007, o capital social do BPN, S.A. encontrava-se representado por 300 milhões de acções, com um valor nominal de 1 euro cada, as quais se encontravam totalmente subscritas e realizadas pelo BPN, SGPS, S.A..

### Detalhe das Reservas

#### Reserva legal

A reserva legal tem como única finalidade a cobertura de prejuízos acumulados ou o aumento de capital. A legislação portuguesa decorrente do Artigo 97º do Decreto-lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, prevê que a reserva legal, seja anualmente creditada, com pelo menos 10% do lucro líquido do exercício, até ao montante do Capital Social.

#### Reservas de Justo Valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda, líquida de imparidade, reflectida em resultados do exercício e/ou de exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido e de interesses minoritários.

	milhares €	
	2007	2006
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	1	-
Imparidade acumulada reconhecida	-	-
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda líquido de imparidade	1	-
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	(6.609)	(1.452)
Resultados potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	(6.610)	(1.452)
Reservas por impostos diferidos	1.779	(1.702)
Ganhos potenciais de empresas associadas reconhecidos na reserva de justo valor	-	-
Reservas de Justo valor total	(4.831)	(3.154)
Interesses Minoritários	3	4
Reservas de Justo valor atribuíveis ao Grupo	(4.828)	(3.150)

### Interesses Minoritários

O detalhe da rubrica de Interesses Minoritários por subsidiária é como segue:

	milhares €			
	2007		2006	
	Balanço	Resultados	Balanço	Resultados
BPN Participações Brasil	4.102	(2)	3.377	(135)
Mercapital - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	8.014	3.014	-	-
Outros	(85)	427	235	(70)
	12.031	3.439	3.612	(205)

## Nota 32 - Contas extrapatrimoniais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Garantias prestadas e outros passivos eventuais</b>		
Garantias e avales	503.200	396.453
Cartas de crédito stand-by	5.500	2.993
Créditos documentários abertos	32.077	29.569
	<b>540.777</b>	<b>429.015</b>
<b>Activos dados em garantia</b>	<b>36.209</b>	<b>32.220</b>
<b>Compromissos perante terceiros</b>		
<b>Compromissos irrevogáveis</b>		
Opções sobre activos	-	9.400
Contratos a prazo de depósitos	2.038	5.695
Linhas de crédito irrevogáveis	209.366	178.839
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o FGD	3.909	3.771
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidor	92	133
Outros compromissos irrevogáveis	10.900	-
<b>Compromissos revogáveis</b>	<b>1.385.456</b>	<b>999.717</b>
	<b>1.611.761</b>	<b>1.197.555</b>
<b>Responsabilidades por prestação de serviços</b>		
De depósito e guarda de valores	6.664.632	8.200.850
De cobrança de valores	90.213	76.518
Valores administrados pela instituição	2.424.494	2.772.456
	<b>9.179.339</b>	<b>11.049.824</b>

As garantias e avales prestados, materializam-se em operações bancárias que não implicam a mobilização de fundos por parte do Grupo.

Os créditos documentários assumem-se como compromissos irrevogáveis, por parte das participadas e também pelo BPN, S.A., por conta dos seus clientes, de pagar ou delegar pagar um determinado montante ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, mediante a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou da prestação do serviço. A natureza irrevogável reside no facto de não ser possível o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos, revogáveis e irrevogáveis, são acordos contratuais para a concessão de crédito aos clientes do Grupo (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, são contratualizados com prazos definidos ou com outros requisitos de vencimento. Todos os compromissos de concessão de crédito em curso exigem que os clientes cumpram determinados requisitos, verificados aquando da formalização dos mesmos.

Não obstante, as particularidades dos passivos e compromissos contingentes, a análise destas operações exige os mesmos requisitos de qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade do cliente e do negócio que se lhe encontra adstrito. O Grupo adoptou como política, a colateralização das referidas operações, sempre que tal se demonstrar como necessário. Dado ser expectável que a maioria dos compromissos expire, sem que tenham sido utilizados, os seus valores não evidenciam, necessidades futuras de caixa.

Em 31 de Dezembro o saldo da rubrica Activos dados em garantia inclui:

- Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal, no âmbito do Crédito intra diário, no montante de 29.550 milhares de euros;
- Títulos dados em garantia à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (C.M.V.M.), no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores, no montante de 1.689 milhares de euros; e
- Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos, no montante de 4.970 milhares de euros.

### Nota 33 - Margem financeira

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Juros e rendimentos similares</b>		
Juros de disponibilidades	9.574	4.086
Juros de aplicações em instituições de crédito	20.264	22.094
Juros de crédito a clientes	339.984	275.582
Juros de crédito vencido	4.206	3.184
Juros de outros activos financeiros	61.668	15.418
Comissões recebidas ao custo amortizado	15.940	12.152
	451.636	332.516
<b>Juros e encargos similares</b>		
Juros de recursos		
De bancos centrais	79	746
De outras instituições de crédito	27.830	27.914
Depósitos de clientes	159.127	117.263
Juros de responsabilidades representadas por títulos	14.652	3.639
Juros de passivos financeiros	10.013	3.669
Juros de passivos subordinados	8.805	7.089
Outros juros e encargos	42.720	4.977
Comissões pagas ao custo amortizado	3.801	2.859
	267.027	168.156
	184.609	164.360

### Nota 34 - Rendimentos de instrumentos de capital

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
Activos financeiros disponíveis para venda	3.514	629
Investimentos em filiais, associadas e empreend. conjuntos		
No país	-	1
Outros instrumentos de capital	47	95
	3.561	725

### Nota 35 - Resultados de serviços e comissões

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Serviços e comissões recebidas</b>		
Por garantias prestadas	7.025	6.287
Por compromissos assumidos perante terceiros	415	191
Por serviços prestados	45.945	37.104
Por operações realizadas por conta de terceiros	6.821	5.893
Outras comissões recebidas	15.962	18.432
	76.168	67.907
<b>Serviços e comissões pagas</b>		
Por garantias recebidas	3	23
Por operações sobre instrumentos financeiros	21	-
Por serviços bancários prestados por terceiros	15.873	7.527
Por operações realizadas por terceiros	3.211	582
Outras comissões pagas	3.066	6.427
	22.174	14.559
	53.994	53.348

## Nota 36 - Resultados em operações financeiras

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Ganhos e perdas em operações ao justo valor</b>		
Ganhos em activos financeiros detidos para negociação	175.649	147.616
Perdas em activos financeiros detidos para negociação	167.444	132.128
<b>Ganhos e perdas em activos financeiros detidos para negociação</b>	<b>8.205</b>	<b>15.488</b>
Ganhos em outros activos financeiros	1.614	1.305
Perdas em outros activos financeiros	585	97
<b>Ganhos e perdas em outros activos financeiros</b>	<b>1.029</b>	<b>1.208</b>
Ganhos em derivados de cobertura	46	87
Perdas em derivados de cobertura	48	338
<b>Ganhos e perdas em derivados de cobertura</b>	<b>(2)</b>	<b>(251)</b>
Correcções de valor de activos	57	-
Correcções de valor de passivos	77	127
<b>Valores objecto de operações de cobertura</b>	<b>(20)</b>	<b>(127)</b>
	<b>9.212</b>	<b>16.318</b>
<b>Ganhos e perdas em activos disponíveis para venda</b>		
Ganhos em instrumentos de dívida	880	546
Perdas em instrumentos de dívida	153	215
<b>Instrumentos de dívida</b>	<b>727</b>	<b>331</b>
Ganhos em instrumentos de capital	756	-
Perdas em instrumentos de capital	3.098	2
<b>Instrumentos de capital</b>	<b>(2.342)</b>	<b>(2)</b>
Ganhos em outros títulos	-	2.482
Perdas em outros títulos	-	14
<b>Outros títulos</b>	<b>-</b>	<b>2.468</b>
	<b>(1.615)</b>	<b>2.797</b>
<b>Resultados de reavaliação cambial</b>		
Ganhos em diferenças cambiais	12.677	15.720
Perdas em diferenças cambiais	9.242	12.776
	<b>3.435</b>	<b>2.944</b>
<b>Resultados de alienação de outros activos</b>		
Ganhos na alienação de crédito a clientes	7.032	5.932
Perdas na alienação de crédito a clientes	3.547	3.604
<b>Ganhos e perdas na alienação de crédito a clientes</b>	<b>3.485</b>	<b>2.328</b>
Ganhos em investimentos em filiais	-	208
<b>Ganhos e perdas em investimentos em filiais</b>	<b>-</b>	<b>208</b>
	<b>3.485</b>	<b>2.536</b>
	<b>14.517</b>	<b>24.595</b>

### Nota 37 - Resultado líquido de resseguro

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
Prémios líquidos de resseguro	10.253	10.206
Custos com sinistros líquidos de resseguro	(5.340)	(13.978)
Variações provisões técnicas líquidas de resseguro	1.230	(4.603)
	6.143	(8.375)

### Nota 38 - Outros resultados de exploração

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Rendimentos e receitas operacionais</b>		
Rendas	5.316	1.947
Ganhos em activos não financeiros	2.941	3.688
Outros ganhos e rendimentos operacionais	32.808	29.785
Outros ganhos e rendimentos financeiros	14.354	15.605
	55.419	51.025
<b>Encargos e gastos operacionais</b>		
Quotizações e donativos	1.090	310
Contribuições para o FGD	817	711
Perdas em activos não financeiros	726	306
Outros encargos e gastos operacionais	13.060	9.603
Outros encargos e gastos financeiros	10.275	955
	25.968	11.885
<b>Outros Impostos</b>		
Impostos indirectos	2.468	1.988
Impostos directos	2.493	763
	4.961	2.751
	24.490	36.389

### Nota 39 - Custos com pessoal

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
Remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização	2.868	2.801
Remuneração de empregados	65.972	59.273
Prémios por Antiguidade (Nota 6)	4.174	3.817
Custos com pensões de reforma e benefícios de saúde (Nota 6)	14.441	11.710
Encargos sociais obrigatórios	1.907	1.469
Outros custos com pessoal	3.773	2.166
	93.135	81.236

O aumento do valor dos custos com pensões e benefícios de saúde, no exercício findo em Dezembro de 2007, quando comparado com o exercício transacto, fica a dever-se no essencial, ao aumento dos desvios actuariais em consequência da performance do fundo (ver Nota 6).

O montante da rubrica "Outros Custos com Pessoal" engloba 836 milhares de euros (130 milhares de euros a 31.12.2006), referente a indemnizações contratuais, assumidas por entidades que consolidam no BPN, S.A..

Em 31 de Dezembro de 2007, o Grupo tinha 2 371 colaboradores (2 193 em 31 de Dezembro de 2006).

## Nota 40 - Gastos administrativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
Água energia e combustíveis	3.041	2.750
Material de consumo corrente	482	489
Publicações	174	112
Material de higiene e limpeza	1.442	84
Outros fornecimentos de terceiros	2.401	1.831
Rendas e alugueres	16.151	11.396
Comunicações	9.409	8.705
Deslocações, estadas e representação	4.210	3.949
Publicidade e edição de publicações	7.871	4.060
Conservação e reparação	1.282	847
Transportes	114	219
Formação de pessoal	490	305
Seguros	1.263	1.156
Serviços especializados		
Avenças e honorários	3.667	2.875
Judiciais contencioso e notariado	938	694
Informática	1.427	1.160
Segurança e vigilância	169	133
Limpeza	4	-
Informações	1.330	2.276
Bancos de dados	25	21
Mão de obra eventual	52	144
Estudos e consultas	1.908	31
Consultores e auditores externos	1.426	1.822
Tratamento de valores	2.188	4.599
SIBS	1.427	300
Avaliadores externos	378	17
Outros	11.951	2.856
Outros serviços de terceiros	9.830	25.740
	85.050	78.571

## Nota 41 - Provisões e Imparidade

A rubrica de **Provisões líquidas de reposições e anulações** do BPN, S.A. Consolidado tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
Provisões para contingências fiscais		
Dotações	227	178
	227	178
Provisões para encargos com benefícios aos empregados		
Dotações	7	11
	7	11
Outras provisões		
Dotações	792	3.228
Reversões	(137)	(723)
	655	2.506
	889	2.695

A rubrica de **Imparidade do crédito** do BPN, S.A. Consolidado tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Crédito a clientes</b>		
Dotações	52.596	54.311
Reversões	(22.828)	(21.686)
	29.768	32.625
	29.768	32.625

A rubrica de **Imparidade de outros activos** do BPN, S.A. Consolidado tem a seguinte composição:

	milhares €	
	2007	2006
<b>Outros activos financeiros</b>		
Dotações	767	486
Reversões	(6)	(1.189)
	761	(703)
<b>Outros activos</b>		
Dotações	5.764	1.226
Reversões	(262)	(585)
	5.502	641
	6.263	(62)

#### Nota 42 - Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (MEP)

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	milhares €	
Empresa Associada	2007	2006
African Leasing Company, S.A.R.L.	585	-
Avipronto	25	557
Banco Efisa	-	4.208
BPN Acções Global	(16)	-
Portucale Corretora de Seguros, Ltda	(9)	(8)
BPN Imoglobal	391	(56)
BPN Participações Financeiras	-	32
BPN Taxa Fixa Euro	65	-
BPN, SGPS	-	(2)
BPN, S.A.	-	1.461
FIQ - Fundo Investimento Qualificado - Banco EFISA	(36)	156
Imoreal	4.488	2.330
	5.493	8.678

## Nota 43 - Resultado consolidado

A contribuição das empresas incluídas na consolidação para o Resultado Líquido Consolidado do BPN, S.A. de 2007 e 2006 é a seguinte:

	milhares €	
	2007	2006
BPN Serviços ACE	-	-
African Leasing Company, S.A.R.L.	584	-
Avipronto	25	556
BIZ Service - Tecn. Meios Pgto	10	(705)
BPN Brasil	1.749	(519)
BPN Crédito Brasil	(3.938)	1.674
BPN Gestão Activos	2.088	3.112
BPN - I.F.I., S.A.	1.804	1.291
BPN Imofundos	5.692	6.046
BPN Participações Brasil	(7)	118
BPN Participações Financeiras	(524)	(1.365)
BPN S.A.	17.086	25.376
Real Vida Seguros	7.771	2.019
BPN Madeira	(6)	(28)
Calzeus	(350)	-
BPN Cayman	1.771	5.470
Portucale Corretora de Seguros, Ltda	(9)	(8)
Banco Efisa	1.335	4.191
FCR Banco EFISA	(36)	156
BPN Crédito IFIC	4.927	9.841
BPN Acções Global	(16)	-
BPN Taxa Fixa Euro	65	-
BPN Imoglobal	391	(57)
Imoreal	4.488	2.329
Mercapital	3.014	-
BPN Internacional	(928)	(468)
Real Re	-	(92)
	<b>46.986</b>	<b>58.937</b>

## Nota 44 - Justo valor

O justo valor dos activos e passivos financeiros para o BPN, S.A. Consolidado, a 31 de Dezembro de 2007, é como se segue:

	milhares €					
	2007			2006		
	Valor de Balanço	Ao justo valor	Diferença	Valor de Balanço	Ao justo valor	Diferença
<b>Activo</b>						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	517.593	517.593	-	349.013	349.013	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	209.729	209.729	-	521.635	521.635	-
Activos financeiros detidos para negociação	126.056	126.056	-	145.279	145.279	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	13.653	13.653	-	255.393	255.393	-
Activos financeiros disponíveis para venda	480.101	479.562	539	320.769	320.769	-
Aplicações em instituições de crédito	208.590	208.590	-	221.035	221.035	-
Crédito a Clientes	5.804.990	5.664.080	140.910	4.965.302	4.828.060	137.242
Derivados de cobertura	115	115	-	79	79	-
Investimentos em associadas	130.082	130.082	-	142.075	143.192	(1.117)
	<b>7.490.909</b>	<b>7.349.460</b>	<b>141.449</b>	<b>6.920.580</b>	<b>6.784.455</b>	<b>136.125</b>
<b>Passivo</b>						
Recursos de bancos centrais	181.145	181.145	-	77		(77)
Passivos financeiros detidos para negociação	22.675	22.675	-	27.768		(27.768)
Recursos de outras instituições de crédito	639.201	639.201	-	546.224		(546.224)
Recursos de clientes e outros empréstimos	4.809.198	4.809.198	-	4.126.333		(4.126.333)
Responsabilidades representadas por títulos	236.533	236.533	-	250.835		(250.835)
Passivos financeiros associados a activos transferidos	570.753	570.753	-	565.279		(565.279)
Derivados de cobertura	1.295	1.295	-	394		(394)
Outros passivos subordinados	150.465	150.465	-	150.000		(150.000)
	<b>6.611.265</b>	<b>6.611.265</b>	<b>-</b>	<b>5.666.910</b>	<b>-</b>	<b>(5.666.910)</b>

Os principais pressupostos e metodologias utilizados na determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros constantes em balanço são:

**Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais, Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito e Aplicações em Instituições de Crédito (OIC's)**

Tendo em consideração os curtos prazos de maturidade inerentes a estes instrumentos financeiros, o valor registado em balanço, é uma estimativa razoável para o respectivo justo valor.

**Activos Financeiros Disponíveis para Venda**

O justo valor dos presentes instrumentos financeiros, decorre de cotações de mercado, quando estas existem, caso contrário, este é estimado com base nos seus fluxos de caixa futuros, relativamente a capital e juros.

**Crédito a Clientes**

O justo valor do crédito a clientes é estimado, tendo como referência a actualização dos fluxos de caixa esperados no que respeita a capital e juros, admitindo que as responsabilidades são liquidadas, nas datas definidas contratualmente. Os fluxos de caixa esperados de carteiras de crédito homogéneas, são projectados numa base de *portfolio*.

**Recursos de Bancos Centrais e Recursos de OIC's**

Atendendo aos prazos curtos, associados à maturidade dos instrumentos financeiros em causa, o seu valor de balanço afigura-se como uma estimativa razoável do seu justo valor.

**Recursos de Clientes e Outros Empréstimos**

O seu justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros, considerando que o pagamento das prestações devidas, se verifica nas datas contratualmente acordadas. A taxa de desconto utilizada reflecte a taxa de juro efectiva, para instrumentos com características idênticas (valorização ao custo amortizado).

**Responsabilidades Representadas por Títulos e Passivos Subordinados**

Para instrumentos que são objecto de cobertura (ver Nota 14), o seu justo valor encontra-se reflectido nas demonstrações financeiras. Em relação aos restantes instrumentos, o justo valor deriva de cotações de mercado quando disponíveis, caso não existam, este é estimado com base na actualização dos seus fluxos de caixa futuros de capital e juros.

## Nota 45 - Activos sob gestão

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2007	2006
Fundos Imobiliários	1.357.230	1.164.111
Fundos Mobiliários	555.603	738.172
Gestão Descricionária	-	538.491
Fundo de Pensões	98.176	81.070
Outros Activos sob Gestão	1.149.596	1.306.908
	<b>3.160.605</b>	<b>3.828.751</b>

O valor da rubrica "Fundo de Pensões", refere-se ao justo valor dos activos que compõem os fundos que são geridos pela Real Vida Seguros, S.A..

## Nota 46 - Gestão de riscos da actividade

O Grupo está exposto aos seguintes riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de mercado;
- Risco cambial;
- Risco de liquidez;
- Risco operacional.

### 46.1 Risco de crédito

A gestão do Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Banco no âmbito da sua actividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários - empréstimos, garantias e outros passivos contingentes - e em produtos de negociação - swaps, forwards e opções (risco de contraparte).

É efectuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão, tal como previsto no Regulamento de Crédito do Banco, especialmente para os clientes com exposição superior aos montantes indicados no referido regulamento. Esta análise, efectuada pelos órgãos competentes, com base em informações obtidas junto de entidades bancárias, de empresas de informação (MOPE e Dun & Bradstreet) e de documentação original do cliente, destina-se a aferir sobre a capacidade financeira de cada cliente, através do cálculo da adequada taxa de esforço.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito, designadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efectuada regularmente, nomeadamente através da Direcção de Análise e Risco. São igualmente objecto de análise regular o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correcto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da actividade corrente das áreas comerciais.

A repartição por sectores de actividade da exposição ao risco de crédito, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, encontra-se já apresentada na Nota 13.

### 46.2 Risco de mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação não antecipada de variáveis do mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, spreads de crédito, preços de títulos de capital, metais preciosos e mercadorias.

A gestão de risco de mercado é integrada com a gestão do balanço pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO), sendo presidido pela Administração do Banco. O referido Comité é composto por membros da Direcção responsáveis pelos pelouros Financeiro e Comercial. Este órgão é responsável pela definição de políticas de afectação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição existentes aos riscos inerentes.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimativa das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia Value at Risk (VaR) é utilizada. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano.

### 46.3 Risco cambial

#### 46.3 RISCO CAMBIAL

A política de gestão de risco cambial é estabelecida pelo ALCO, sendo presidido pela Administração do Banco. O referido Comité de Activos e Passivos é composto por membros da Direcção responsáveis pelos pelouros Financeiro e Comercial.

O perfil definido para o risco cambial é consubstanciado na política de minimização das exposições, procedendo-se à cobertura sistemática dos riscos originados pela actividade comercial do Banco.

#### Montante Global dos Activos e Passivos expressos em Moeda Estrangeira

O contravalor em Euros em 31 de Dezembro de 2007 das rubricas do Activo, Passivo e Extrapatrimoniais, expressas em moeda estrangeira, é como segue:

milhares €								
	2007							
	Dólares Americanos	lenes	Libras Esterlinas	Francos Suíços	Coroas Norueguesas	Reais Brasileiros	Outras Moedas	Total
Activo	621.843	30.170	20.181	990	79	24.254	38.871	736.387
Passivo	812.180	16.952	40.010	993	3.849	16.854	5.725	896.562
Situação Líquida	(190.337)	13.218	(19.829)	(3)	(3.770)	7.400	33.146	(160.174)
Op. Cambiais a Prazo	249.556	13.154	26.783	5	3.770	(315)	2.952	295.905
<b>Posição cambial global</b>	<b>59.219</b>	<b>26.372</b>	<b>6.954</b>	<b>2</b>	<b>(0)</b>	<b>7.085</b>	<b>36.098</b>	<b>135.730</b>
Representado por:								
- Posição Estrutural	418.754	30.170	23.039	981	79	-	8.658	481.681
- Posição Operacional	(359.535)	(3.798)	(16.085)	(979)	(79)	7.085	27.440	(345.951)

#### 46.4 Risco de liquidez

O Risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas exageradas.

A política de gestão de risco de liquidez é estabelecida pelo ALCO, sendo presidido pela Administração do Banco. O referido Comité de Activos e Passivos é composto por membros da Direcção responsáveis pelos pelouros Financeiro e Comercial.

A política seguida no âmbito da gestão de risco de liquidez, assenta na gestão de balanço que procura preservar os equilíbrios fundamentais entre maturidade de activos e exigibilidade de passivos, salvaguardando-se a manutenção dos rácios de liquidez em níveis adequados. O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os mismatch negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento por parte do Banco dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal.

#### 46.5 Risco operacional

O Risco operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por faltas e falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização.

Para gestão do risco operacional encontra-se em curso a implementação de um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, controlo e mitigação desses riscos.

#### Nota 47 - Passivos contingentes

Não são conhecidos passivos contingentes à data de 31 de Dezembro de 2007.

#### Nota 48 - Acontecimentos após a data do balanço

Até à presente data não existem acontecimentos subsequentes relevantes que possam afectar a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras consolidadas em referência à data de 31 de Dezembro de 2007.

---

#### O Técnico Oficial de Contas

José Gomes da Silva

---

#### Conselho de Administração

Abdool Magid Abdool Karim Vakil

António Coelho Marinho

Armando José Fonseca Pinto

José Augusto Rodrigues de Oliveira Costa

Teófilo Paulo Cadima Carreira

António Manuel Alves Martins Franco

### 3. Certificações do BPN, S.A.

(contas individuais e consolidadas)

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



### INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2007, (que evidencia um total de 6.684.525 milhares de euros e um total de capital próprio de 369.168 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 40.805 milhares de euros), a Demonstração de resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas explicativas.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas introduzidas pelo Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor, tal como adoptadas pela União Europeia, com a excepção referida no Aviso nº1/2005 do Banco de Portugal (“NCA’S”), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

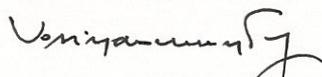
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizados na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2007, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa, as alterações nos capitais próprios e as notas explicativas no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

Lisboa, 8 de Abril de 2008

**J. MONTEIRO & ASSOCIADOS**  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
Representada por:



José Manuel Carlos Monteiro



## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

A fim de dar cumprimento aos estatutos e à legislação vigente, na qualidade de Fiscal Único, apresentamos o nosso Relatório e Parecer sobre as Contas e o Relatório de Gestão apresentados pelo Conselho de Administração do **BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

Analisámos o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, compreendendo o Balanço, a Demonstração de resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e as correspondentes Notas explicativas.

Na qualidade de Revisores Oficiais de Contas, procedemos à emissão da Certificação Legal das Contas.

Nesta conformidade, entendemos que os documentos acima referidos permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira do **BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2007, satisfazendo as disposições legais e estatutárias. Como nos compete damos ainda o nosso acordo quanto aos critérios valorimétricos utilizados pela sociedade, que constam das Notas explicativas.

Nestes termos, o Fiscal Único é de Parecer:

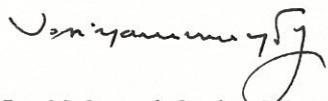
- 1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração de resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e as correspondentes Notas explicativas, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 8 de Abril de 2008

**O FISCAL ÚNICO**

**J. MONTEIRO & ASSOCIADOS**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.**  
Representada por:



José Manuel Carlos Monteiro

uy

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2007, (que evidencia um total 7.770.125 milhares de euros e um total de capital próprio de 407.887 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 50.425 milhares de euros), a Demonstração consolidada de resultados por naturezas, a Demonstração de alterações no capital próprio consolidado e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas Explicativas.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

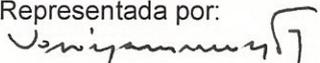
## OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.** em 31 de Dezembro de 2007, o resultado consolidado das suas operações, os fluxos de caixa consolidados, as alterações nos capitais próprios consolidados e as notas explicativas no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Lisboa, 8 de Abril de 2008

**J. MONTEIRO & ASSOCIADOS**  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Representada por:



José Manuel Carlos Monteiro



## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS DO EXERCÍCIO DE 2007

Senhores Accionistas,

No cumprimento do disposto nos estatutos do **BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.** e na legislação vigente, vem o Fiscal Único apresentar o seu relatório sobre a acção fiscalizadora desenvolvida no Grupo BPN e emitir o seu Parecer sobre o Relatório de Gestão, o Balanço consolidado, a Demonstração consolidada de resultados por naturezas, a Demonstração de alterações no capital próprio consolidado, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa e as correspondentes Notas Explicativas, referentes ao exercício de 2007, que lhe foram apresentados para apreciação pelo Conselho de Administração.

### 1. ACTUAÇÃO DO FISCAL ÚNICO

No âmbito das atribuições que nos estão cometidas, desenvolvemos a nossa actuação, nomeadamente através de reuniões e de contactos regulares com os Administradores do Grupo, tendo solicitado e obtido as informações e esclarecimentos considerados necessários, examinámos as demonstrações financeiras e respectiva documentação contabilística, apreciamos as Actas do Conselho de Administração e outros documentos que julgámos apropriados nas circunstâncias.

Verificámos que o perímetro de consolidação e/ou as exclusões foram definidas pelo **BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.**, como empresa consolidante, de harmonia com o estabelecido nas Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, e que nos seus aspectos essenciais foram apropriadamente aplicadas as normas de consolidação de contas.



Relativamente às empresas integradas no perímetro de consolidação examinámos, igualmente, as demonstrações financeiras das principais empresas e apreciamos os respectivos relatórios e pareceres emitidos pelos seus órgãos de fiscalização no caso de não termos procedido à emissão da respectiva certificação legal das contas, em conformidade com as disposições legais e estatutárias que lhe são aplicáveis.

## **2. RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO**

O Relatório de Gestão, da responsabilidade do Conselho de Administração, aborda de forma desenvolvida os factos mais relevantes ocorridos na vida do Grupo, ao longo de 2007, bem como as perspectivas para 2008, com relevância para a compreensão da situação actual do Grupo BPN e satisfaz os requisitos exigidos pelo Código das Sociedades Comerciais.

## **3. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS**

O Balanço consolidado, a Demonstração consolidada de resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio consolidado, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa e as correspondentes Notas Explicativas, foram elaborados em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, obedecendo aos preceitos legais e estatutários e exprimem de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Grupo BPN, em 31 de Dezembro de 2007, bem como o resultado consolidado das suas operações e as alterações nos seus capitais próprios consolidados do exercício findo nesta data.

Os critérios valorimétricos adoptados e detalhadamente divulgados nas Notas explicativas, merecem a nossa concordância e foram alterados face ao exercício anterior, dado que a informação financeira relativa ao exercício de 2007 foi preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

#### 4. GERAL

Realçando o apoio dispensado pelos colaboradores do Grupo BPN, bem como a colaboração e disponibilidade manifestada pelos seus Conselhos de Administração, aos quais deixo o meu público reconhecimento, emito o seguinte:

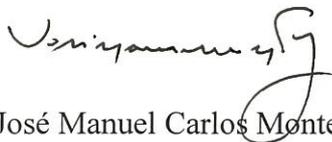
#### 5. PARECER

Face ao exposto, o Fiscal Único é de parecer que a Assembleia Geral aprove o Relatório de Gestão, o Balanço Consolidado, a Demonstração consolidada de resultados por naturezas, a Demonstração de alterações no capital próprio consolidado, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa e as correspondentes Notas Explicativas, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, apresentados pelo Conselho de Administração do **BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.**.

Lisboa, 8 de Abril de 2008

#### O FISCAL ÚNICO

**J. MONTEIRO & ASSOCIADOS**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.**  
Representada por:



José Manuel Carlos Monteiro

## **CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS**

### **(Relatório de Auditoria)**

#### **Introdução e responsabilidades**

1. Examinámos as demonstrações financeiras do BPN – Banco Português de Negócios, SA (adiante também designado por BPN), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2007 (que evidencia um activo líquido de 6 684 525 milhares de euros e um total de capital próprio de 369 168 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 40 805 milhares de euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as correspondentes Notas às demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo naquela data. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do BPN, o resultado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizámos às referidas demonstrações financeiras.

#### **Âmbito**

2. O nosso exame foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objectivo de obtermos um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, por amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação da adequacidade das políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação da adequacidade, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### **Opinião**

3. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do BPN – Banco Português de Negócios, SA, em 31 de Dezembro de 2007, o resultado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) definidas pelo Banco de Portugal.

### **Ênfase**

4. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para que se encontra em curso no grupo uma revisão geral do perímetro das entidades relacionadas.


Lisboa, 21 de Maio de 2008

## **CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS** **(Relatório de Auditoria)**

### **Introdução e responsabilidades**

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do BPN – Banco Português de Negócios, SA, as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2007 (que evidencia um activo líquido de 7 770 125 milhares de euros e um capital próprio de 407 887 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 50 425 milhares de euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio Consolidado, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e as correspondentes Notas às demonstrações financeiras consolidadas, referentes ao exercício findo naquela data. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizámos às referidas demonstrações financeiras consolidadas.

### **Âmbito**

2. O nosso exame foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objectivo de obtermos um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial; (iii) a apreciação da adequacidade das políticas contabilísticas adoptadas, da sua aplicação uniforme e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do

princípio da continuidade; e (v) a apreciação da adequacidade, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas. Não examinámos as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2007 de um conjunto de empresas, incluídas nas presentes demonstrações financeiras consolidadas, que representam cerca de 2% do activo líquido consolidado e cerca de 13% do resultado líquido consolidado, que foram examinadas por outros Revisores Oficiais de Contas, em cujas certificações legais das contas baseámos a nossa opinião. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### **Opinião**

3. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do BPN – Banco Português de Negócios, SA, em 31 de Dezembro de 2007, o resultado consolidado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

### **Ênfase**

4. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para que se encontra em curso no grupo uma revisão geral do perímetro das entidades relacionadas.


Lisboa, 21 de Maio de 2008